




GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

experiências e desafios

CATARINA ALMEIDA MARADO
TERESA VALENTE
JOÃO PEDRO BERNARDES
(editores)

 **UAlg**
UNIVERSIDADE DO ALGARVE

 Centro de Estudos
em Arqueologia
Artes
e Ciências do Património

GESTÃO DO PATRIMÓNIO CULTURAL

experiências e desafios

CATARINA ALMEIDA MARADO
TERESA VALENTE
JOÃO PEDRO BERNARDES
(editores)

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

Gestão do Património Cultural.
Experiências e desafios

EDITORES

Catarina Almeida Marado
Teresa Valente
João Pedro Bernardes

TEXTOS

Ana Pereira Roders
Ana Tarrafa Silva
Blanca del Espino Hidalgo
Catarina Almeida Marado
Catarina Oliveira
Isabel Valverde
João Pedro Bernardes
Miguel Reimão Costa
Patrícia Dores
Susana Araújo
Tânia Rodrigues
Teresa Valente
Tiago Candeias
Vitor Ribeiro

DESIGN GRÁFICO
TVM Designers

IMAGEM DA CAPA
CIIPC/CMVRS

IMPRESSÃO

Guide – Artes Gráficas, Lda.

ISBN [EDIÇÃO IMPRESSA]

978-989-9023-62-8

DEPÓSITO LEGAL 490388/21

ISBN [EDIÇÃO DIGITAL]

978-989-9023-63-5

DOI 10.34623/vt4s-7r64

<https://doi.org/10.34623/vt4s-7r64>

EDIÇÃO

Universidade do Algarve –
Centro de Estudos em Arqueologia,
Artes e Ciências do Património
© 2021

ÍNDICE

- Introdução: as *Aulas Abertas* de Gestão do Património Cultural como espaço de partilha e discussão
004 CATARINA ALMEIDA MARADO — TERESA VALENTE — JOÃO PEDRO BERNARDES
-
- Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos
010 ANA TARRAFA SILVA — ANA PEREIRA RODERS
-
- Salvaguarda, valorização e reutilização do património: a experiência dos edifícios monástico-conventuais
032 CATARINA ALMEIDA MARADO
-
- A importância do arquivo na fundamentação de propostas de carácter urbanístico: duas experiências em Faro
066 TERESA VALENTE — TÂNIA RODRIGUES
-
- Ciudades medias patrimoniales en el sur de Portugal: equilibrio y sostenibilidad de un patrimonio urbano-territorial
086 BLANCA DEL ESPINO HIDALGO
-
- Património e desenvolvimento local das áreas de baixa densidade: uma leitura a partir dos programas de reabilitação e revitalização em rede de pequenos aglomerados rurais
126 VÍTOR RIBEIRO — MIGUEL REIMÃO COSTA
-
- Novas experiências na investigação, interpretação e usufruto do património em Cacela
158 CATARINA OLIVEIRA — PATRÍCIA DORES — SUSANA ARAÚJO
-
- «Na prática a teoria é outra»: um contributo para a implementação de metodologias adequadas de intervenção no património
190 ISABEL VALVERDE
-
- Conectar os jovens ao património através do Minecraft: uma aproximação a novas abordagens de educação patrimonial
220 TIAGO CANDEIAS
-

INTRODUÇÃO: *AS AULAS ABERTAS*
DE GESTÃO DO
PATRIMÓNIO CULTURAL
COMO ESPAÇO DE
PARTILHA E DISCUSSÃO

CATARINA ALMEIDA MARADO


Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

TERESA VALENTE

Câmara Municipal de Faro
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

JOÃO PEDRO BERNARDES

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve
Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,
Universidade do Algarve



Independentemente da larga abrangência e diversidade dos objetos, sítios e práticas que hoje consideramos como bens patrimoniais, a Gestão do Património Cultural, entendida numa perspetiva integrada, abrange os diferentes níveis de intervenção nos bens culturais – investigação, proteção, conservação e restauro, e divulgação e interpretação – quer incorporando-os a todos enquanto sequência encadeada de ações interdependentes, quer incidindo individualmente sobre cada um deles, em função das condições em que se encontra cada bem e da comunidade onde este se insere, num processo que deve ser dinâmico, interdisciplinar, integrador e participado.

Com o objetivo de discutir diversas *experiências* realizadas neste âmbito, realizaram-se, entre 2009 e 2019, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade do Algarve, um conjunto de conferências intituladas *Aulas Abertas de Gestão do Património Cultural*. Estes encontros, organizados no contexto das unidades curriculares de Gestão do Património Cultural e de Metodologias de Intervenção no Património Construído da licenciatura em Património Cultural e Arqueologia, tiveram uma periodicidade anual ou semestral, em função das contingências da vida académica.

Para tal, foram convidados diversos profissionais de diferentes áreas científicas – arqueólogos, arquitetos, museólogos, antropólogos e técnicos do património – que atuam em distintos âmbitos institucionais – universidades, museus, câmaras municipais e direções regionais – para partilhar as suas experiências e, em conjunto com os alunos e demais participantes nas sessões, discutir os *desafios* que se colocam hoje à salvaguarda e valorização do património cultural.

Daí resultaram importantes contributos, tanto para a formação dos estudantes da licenciatura em Património Cultural e Arqueologia como para a partilha de experiências entre os diferentes profissionais da área. Para além disso, as *Aulas Abertas* serviram também como meio de divulgação dos diferentes temas tratados para um público mais abrangente, que foi também chamado a participar nesta iniciativa.

O presente livro reúne alguns desses contributos, aos quais se juntaram outros que, tendo sido também apresentados no contexto dos programas das unidades curriculares, serviram igualmente para partilhar e discutir experiências no âmbito da gestão e da intervenção no património cultural. Assim, o conjunto de

textos aqui compilados, para além de percorrem os vários níveis da intervenção no património, abrangem uma diversidade de bens culturais, que vão desde o património dito mais «clássico» às mais recentes expressões do património imaterial, incluindo um conjunto de diferentes tipologias, como as redes urbano-territoriais, os conjuntos urbanos, os pequenos aglomerados rurais, os sítios arqueológicos, a arquitetura vernacular, ou os edifícios do século XX. Abordam também diferentes contextos territoriais (urbanos ou rurais) em diferentes escalas de abrangência (locais, regionais, nacionais ou transfronteiriças) e âmbitos institucionais (nacional, regional ou local).

O primeiro texto, da autoria de Ana Tarrafa Silva e Ana Pereira Roders, aborda a avaliação do significado cultural do património, entendendo-a como etapa primeira e fundamental de qualquer processo de gestão patrimonial. Salientando a necessidade da implementação de métodos para a descodificação do significado do património cultural, as autoras apresentam uma metodologia de avaliação – a Metodologia de Avaliação do (impacte no) Valor Patrimonial (MA(I)VP) – baseada nas categorias de valores culturais e atributos, particularmente em contexto urbano. Desenvolvida a partir de experiências didáticas e académicas realizadas ao longo da última década em colaboração com parceiros locais, esta metodologia tem como objetivo reforçar as competências para a identificação, sistemática e rigorosa, das várias dimensões e natureza dos bens culturais, contribuindo para a clarificação de conceitos, para o impulsionar de boas práticas, e para informar as decisões de gestão e de intervenção mais robustas e sustentáveis. Para além disso, não pretendendo ser uma matriz estática, encontra-se, pelo contrário, em constante evolução, sendo a sua natureza dinâmica capaz de responder aos desafios impostos pela natureza mutável do património.

Centrado também na importância do reconhecimento do significado cultural dos bens, o texto de Catarina Almeida Marado aborda-o numa perspetiva histórica, a partir da análise de uma tipologia específica do chamado património «clássico» – os grandes complexos monástico-conventuais – e sublinhando o carácter dinâmico dos valores culturais ao longo do tempo, assim como a importância da sua contínua atualização. Neste contexto, e através da análise de algumas das intervenções de reutilização mais emblemáticas realizadas nestes edifícios desde as últimas décadas do século XX até à atualidade, esta autora reafirma o

papel fundamental que a investigação tem no processo de identificação do significado cultural dos bens, demonstrando, através de vários casos de estudo, a forma como o aprofundamento do conhecimento sobre os valores culturais é essencial para guiar as ações de classificação, de conservação e restauro, de introdução de um novo uso, ou de divulgação e interpretação do património.

Passando da escala do edifício para a escala urbana, o contributo de Teresa Valente e Tânia Rodrigues pretende refletir, a partir da apresentação de duas experiências em Faro – a definição de especificações no âmbito da classificação de um conjunto de interesse municipal e a preparação de conteúdos para uma exposição sobre o urbanismo da cidade de Faro –, sobre a importância dos arquivos, enquanto fontes de conhecimento e ferramentas fundamentais para a construção dum suporte teórico e de validação de propostas e metodologias, que se pretendem credíveis, sólidas e fundamentais para um rigoroso exercício da gestão da cidade.

No texto seguinte, Blanca del Espino Hidalgo alarga a escala de análise para o âmbito territorial ao focar-se nas questões relativas à proteção dos conjuntos urbano-territoriais desde a perspetiva da sua sustentabilidade. Partindo de uma investigação sobre as cidades médias do sul da Península Ibérica, o seu contributo analisa os sistemas urbano-territoriais do sul de Portugal – em particular, as cidades de Évora e Beja, no Alentejo, e de Faro e Lagos, no Algarve – identificando os desafios que atualmente se colocam à sustentabilidade cultural destes conjuntos, que contêm inquestionáveis valores patrimoniais, tanto coletiva como individualmente. Segunda ela, a resposta a estes desafios passa pela articulação das políticas e dos instrumentos de gestão territorial e urbanística com os de salvaguarda do património cultural, e também pelo equilíbrio entre o suporte físico e infraestrutural, conjuntamente com o dinamismo económico, social e ambiental, e a conservação do património, tanto material como imaterial.

Todos estes desafios colocam-se também aos espaços rurais e de baixa densidade. Olhando para estes territórios, Vítor Ribeiro e Miguel Reimão Costa efetuam uma reflexão sobre os programas de reabilitação e revitalização em rede de pequenos aglomerados rurais, analisando em particular o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve (PRAA) e os Planos de Intervenção realizados para as primeiras aldeias selecionadas, cuja estrutura traduzia o propósito inicial de integrar dois domínios complementares: o apoio aos projetos de iniciativa privada

e a realização de intervenções públicas no âmbito da preservação e valorização do património enquanto factor de desenvolvimento local. A partir dos dois gabinetes técnicos criados para o efeito – um para as aldeias da região do Sotavento e outro para as do Barlavento – foram desenhadas as diferentes tipologias de ações, nas quais os projetos de intervenção de conjunto e reabilitação urbana assumiram uma dimensão estruturante, traduzidos em três domínios principais: a reabilitação do espaço exterior público, o enterramento das infraestruturas aéreas de eletricidade e telecomunicações, e a intervenção nos conjuntos edificados, nomeadamente ao nível das fachadas e das coberturas.

Incidindo sobre uma destas aldeias, localizada no Sotavento Algarvio, o texto que se segue, da autoria de Catarina Oliveira, Patrícia Soares e Susana Araújo, analisa os mais de 15 anos de atividade do Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela (CIIPC), que, tendo tido a arqueologia como ponto de partida, desenvolveu de forma continuada ao longo deste tempo um conjunto muito diversificado de projetos e ações de investigação, salvaguarda, conservação, restauro, divulgação e interpretação do património. O conhecimento profundo do território de Cacela, que abarca uma diversidade de unidades de paisagem e de valores patrimoniais, encontra-se na base de todas as iniciativas que se desenvolvem no CIIPC e que têm uma forte incidência nas ações de interpretação e de educação para o património. Em todas elas o envolvimento da população é a peça-chave para o delinear de estratégias inovadoras de comunicação, interpretação e valorização dos elementos e expressões patrimoniais. A participação da comunidade local e dos visitantes nas ações de salvaguarda e valorização patrimonial desenvolvidas pelo CIIPC é assim entendida como um processo de ativação da cidadania, constituindo-se como uma ferramenta fundamental para questionar o presente e enfrentar os desafios do futuro.

Ainda no contexto dos espaços rurais, o contributo de Isabel Valverde questiona a relação entre a teoria e a prática nas ações de intervenção no património arquitetónico de raiz popular, demonstrando, através da experiência do Projeto MITR- Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação implementado na aldeia de Paderne, que existem mecanismos e projetos que podem potenciar a sua interligação. Centrado, em particular, nos revestimentos exteriores, mais concretamente os fingidos, marmoreados e a escaiola da aldeia de Paderne, o Projeto

MITR abrangeu ainda quatro eixos de atuação considerados estruturantes: conhecer, intervir, formar e educar. Esta diversidade de ações permitiu incluir atividades de formação e aperfeiçoamento de técnicas de construção tradicionais dirigidas a técnicos projetistas e a pedreiros restauradores, e, ainda, ações de educação patrimonial direcionadas para os alunos do 1.º ciclo.

A importância da educação patrimonial é também salientada no último texto desta coletânea. Neste, Tiago Candeias demonstra a importância da utilização das Tecnologias da Informação e Comunicação como forma de acrescentar valor ao processo de ensino-aprendizagem através de métodos pedagógicos inovadores que procuram aproximar os jovens ao património. Para tal, analisa o processo de implementação de um projeto-piloto de educação patrimonial – o MI.MOMO.FARO: Minecraft e a Arquitetura Modernista em Faro – que surgiu por iniciativa da Câmara Municipal de Faro, no âmbito da Candidatura de Faro a Capital Europeia da Cultura 2027, e que se afirma como uma «boa prática», não só no que se refere à definição de modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e da comunicação – nos quais se incluem a utilização de videojogos – como também no que diz respeito à implementação de programas de apoio à ação educativa no âmbito da proteção e valorização dos bens culturais, respondendo às mais recentes diretrizes das políticas patrimoniais.

Para enfrentar os muitos desafios que hoje se colocam à Gestão do Património Cultural é imperativo proceder-se à partilha e discussão alargada de todas as problemáticas associadas à proteção e valorização dos bens culturais. Foi para dar resposta a esta necessidade que se organizaram as *Aulas Abertas*, onde, sobre o amplo e diversificado tema do património cultural, foram amplamente debatidas questões como a importância do conhecimento enquanto suporte das ações de gestão e de intervenção nos bens culturais e da inter-relação entre elas, a necessidade de clarificação de conceitos e de definição de metodologias e boas práticas, a colaboração e o trabalho em rede, a importância de decisões informadas e amplamente participadas, e o entendimento do património como recurso social integrado no desenvolvimento sustentável do território e da sociedade. O presente livro deixa um breve registo de tudo isso com o intuito de dar continuidade ao debate e promover o interesse pelo património que é de todos.

TAXONOMIAS DO SIGNIFICADO CULTURAL DO PATRIMÓNIO: VALORES E ATRIBUTOS

ANA TARRAFA SILVA

TU Delft

UNESCO Chair on Heritage and Values: Heritage and the Reshaping
of Urban Conservation for Sustainability

ANA PEREIRA RODERS

TU Delft

UNESCO Chair on Heritage and Values: Heritage and the Reshaping
of Urban Conservation for Sustainability

1. SIGNIFICADO CULTURAL

Reconhecido na Carta de Burra do ICOMOS Austrália¹ como parte central do processo de gestão dos bens patrimoniais, o conceito de significado cultural descreve o conjunto de valores (*significados*) conferidos a um bem, e que poderão estar presentes quer no sítio em si, na sua estrutura e conjunto (material), ou no seu uso, associações, significados, interpretações, registos, lugares associados ou outros objetos (imaterial). É esse conjunto de valores que justifica o *status* excecional de património de uma determinada comunidade². Aquilo que foi herdado e é valorizado, e por isso, selecionado para ser preservado para as gerações futuras. Por outras palavras o significado cultural é o conjunto de razões dadas para justificar o que decidimos preservar hoje, devido à sua excecionalidade, e assim, designamos por património cultural. Emerge da sobreposição de valores (*porque*) e dos atributos (*o quê*), sejam estes materiais – lugares históricos, edifícios, monumentos, peças de museus ou arquivos, jardins; ou imateriais – costumes, desportos, música, dança, folclore, artesanatos, técnicas e conhecimento³.

A avaliação do significado cultural tem sido progressivamente introduzida como etapa primeira e fundamental em qualquer processo de gestão patrimonial. Seja na avaliação do impacto de intervenções sobre bens patrimoniais (direto ou indireto), ou na definição, *a priori*, do que no campo da proteção do património natural se designa por *Limites das Alterações Aceitáveis*. Condicionantes geralmente reguladas pela legislação nacional e/ou municipal, e que informam eventuais visões e decisões projetuais.

Ainda que bastante debatidos na literatura, poucas são as metodologias desenvolvidas, testadas e discutidas para descodificar o significado do património cultural. De referir,⁴ a *Metodologia de Avaliação do (Impacte no) Valor Patrimonial*⁵,

¹ ICOMOS, 1999.

² AVRAMI *et al.*, 2000.

³ HERITAGE COUNCIL, 2021; UNESCO, 2011.

⁴ Estas três metodologias que identificamos foram apresentadas e discutidas num *workshop* em Março de 2019 na Universidade Técnica de Delft, organizado pelas autoras deste artigo, e que contou com mais de trinta participantes, entre docentes, investigadores e consultores.

⁵ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012.

baseada nas categorias de *Valores Culturais*⁶ e de *Atributos Urbanos*⁷; a *Grelha baseada no Documento de Nara sobre a Autenticidade*, onde se cruzam as *características* do bem com as suas *dimensões* – *artística, histórica, social ou científica*⁸; ou a *Matriz do Valor Patrimonial*⁹ aplicada nos estúdios de graduação na Universidade Técnica de Delft, que cruza as *características* de Brand¹⁰ com os *valores* de Riegl¹¹. No contexto português, destaca-se a proposta metodológica para a *Carta do Património do Seixal*¹², onde para além de elencar e descrever uma dezena de valores – arqueológico, histórico, artístico, técnico-científico, económico, social, patrimonial, simbólico, legal, potencial de reutilização -, ultrapassando a referência geral da Lei de Bases do Património Cultural¹³, propõe um método de avaliação para aferir o seu valor ponderado através de uma escala valorativa.

Apesar da inovação e relevância de cada uma destas metodologias da avaliação do significado cultural para a gestão e intervenção no existente, todas elas, à exceção da *Metodologia de Avaliação do (Impacte no) Valor Patrimonial – MA(I)VP*¹⁴ que aqui apresentaremos, não definem as suas categorias, ou como no caso da proposta de Raposo¹⁵ definições pouco precisas, enfraquecendo todo o processo que se quer rigoroso, sistemático e progressivamente objetivo. Este rigor na descrição de cada uma das categorias de *valores* («dimensões») e dos *atributos* («características») é por isso, um dos fatores que melhor distingue a MA(I)VP aqui discutida.

Mais do que os descrever, pretende-se com este texto, contribuir com uma breve reflexão crítica sobre o significado do património cultural e da sua gestão, em particular na sua dimensão urbana, introduzindo as tipologias de valores culturais e de atributos urbanos que dão corpo à metodologia MA(I)VP, e a sua evolução

⁶ PEREIRA RODERS, 2007.

⁷ VELDPAUS, 2015; GUTSCOVEN, 2016.

⁸ BALEN, 2008.

⁹ CLARKE, KUIPERS & STROUX, 2020.

¹⁰ BRAND, 1994.

¹¹ RIEGL, 1903.

¹² RAPOSO, 2005.

¹³ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro .

¹⁴ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012. Para uma economia de espaço a referência a esta metodologia específica será substituída pelo acrónimo MA(I)VP.

¹⁵ RAPOSO, 2005.

decorrente das experiências didáticas e académicas ao longo da última década. Por fim, são discutidos os desafios emergentes e que procuraremos explorar futuramente.

Esta metodologia tem como objetivo ajudar na criação de competências e atitudes para a identificação, progressivamente mais sistemática e rigorosa das várias dimensões e natureza dos bens patrimoniais, e assim contribuir para decisões de gestão e intervenção, cada vez mais robustas e sustentáveis.

2. TAXONOMIAS INTERPRETATIVAS: DOS VALORES AOS ATRIBUTOS

Na procura de uma intervenção eficiente e por isso consciente dos elementos e manifestações a conservar, é fundamental a construção de metodologias de avaliação rigorosas, suportadas na identificação sistemática do significado cultural, i.e., valores (porquê conservar) e atributos (o que conservar). A indefinição destes parâmetros, que justificam a ação, raramente detalhados em inventários e processos de classificação, é o que muitas vezes conduz a uma certa discricionariedade nas intervenções e conseqüentemente à negligência dos atributos e respetivos valores, que afinal se queriam proteger¹⁶. É pois, urgente detalhar e sistematizar esta informação, uniformizar os conceitos sem no entanto «se perder de vista» a singularidade do que faz tais bens serem considerados património cultural.

Para se alcançar uma maior robustez, é fundamental a utilização de um léxico claro e universal, que possa ser facilmente replicado e entendido por todos. As tipologias de valores culturais e atributos urbanos¹⁷ têm sido usadas (à semelhança das chaves taxonómicas da biologia) na interpretação de referências ao significado cultural dos bens patrimoniais. A descrição detalhada de cada uma destas categorias de valores e atributos, e por isso designadas por *taxonomias*¹⁸, permite a organização e sistematização de informação tradicionalmente

¹⁶ MASON *et al.*, 2002.

¹⁷ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012; VELDPAUS, 2015.

¹⁸ VELDPAUS, 2015.

dispersa e sumária, em dados passíveis de ser integrados em processos de monitorização e avaliação do impacto patrimonial.

VALORES – PORQUE É IMPORTANTE CONSERVAR

Os valores culturais são as razões que suportam a ação de classificar e conservar o património cultural. São a base da designação de um bem como património cultural, e que por isso deve ser mantido para fruição das gerações presentes e futuras. Podem ser extrínsecos e por isso subjetivos, mas também intrínsecos e por isso objetivos. Ou seja, embora a perceção sobre eles possa alterar-se, alguns permanecem¹⁹, mudam com o tempo, mas não no tempo. Diferentes comunidades – geracionais, profissionais, geográficas, sociais – e até indivíduos, podem atribuir um peso e importância distintos a cada valor do mesmo bem patrimonial, e ainda assim os valores permanecerem os mesmos.²⁰

Desde a distinção de Alois Riegl²¹ entre o valor Memorial (antiguidade, histórico e comemorativo) e o valor de Atualidade (uso, artístico, inovação)²², outras tipologias de valores foram sendo propostas e algumas integradas em políticas nacionais e internacionais de conservação patrimonial, como a nossa atual Lei de Bases do Património Cultural²³. Sendo a sua *razão*, as categorias de valores foram refletindo a evolução e alargamento do próprio conceito de património, desenvolvendo-se em escala (urbanismo e geografia), e integrando noções de outras disciplinas como a biologia ou a ecologia, e diversificando a sua natureza incluindo o património digital, e cada vez mais, as manifestações imateriais (psicologia, linguística, música, antropologia, sociologia)²⁴.

Apesar da crescente diversidade de valores, assim como do papel do significado cultural nos processos de gestão patrimonial, a sua identificação é ainda um processo pouco rigoroso. Particularmente devido à ausência de uma definição clara e universal que informe um processo de *significance assessment* metódico,

¹⁹ HODDER, 2000.

²⁰ PEREIRA RODERS & HUDSON, 2010.

²¹ RIEGL, 1903.

²² JOKILEHTO, 2007.

²³ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

²⁴ JUDSON & IYER-RANIGA, 2010; McCLELLAND *et al.*, 2013.

sistemático e rigoroso. É esta lacuna que Ana Pereira Roders procurou colmatar na sua *Re-Architecture*²⁵ e na proposta de uma *taxonomia* de valores culturais, decorrente da análise exaustiva e sistemática dos principais tratados teóricos e cartas onde têm fundamentado as orientações internacionais para a conservação do património construído. Pereira Roders identificou, descreveu e agrupou os valores culturais mencionados desde o Renascimento em oito categorias (valores primários), que por sua vez se dividem em parâmetros com a respetiva definição (Tabela 1). Aos quatro valores reconhecidos na Convenção para a Proteção do Património Mundial²⁶ – histórico, estético/artístico, científico e social – foram integrados os três pilares do desenvolvimento sustentável – ecológico, económico e social -, o valor político²⁷, e resgatado o valor de antiguidade de Riegl²⁸ em contraponto ao valor histórico²⁹.

Com este trabalho, Pereira Roders³⁰ confirmou as hipóteses colocadas por Randall Mason³¹ e Maria de la Torre no seu pioneiro estudo sobre valores: (a) o domínio dos valores tradicionais como o valor histórico; (b) a existência de uma natureza mais vasta de valores integrados nos bens patrimoniais; e (c) o contributo de uma tipologia para mitigar múltiplas interpretações, fornecendo um guia eficaz e neutro, para ser usado por todos os envolvidos na gestão de bens patrimoniais.

²⁵ PEREIRA RODERS, 2007.

²⁶ UNESCO, 1972.

²⁷ RIGANTI & NIJKAMP, 2005.

²⁸ RIEGL, 1903.

²⁹ TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012.

³⁰ PEREIRA RODERS, 2007.

³¹ MASON, 2002.

TABELA 1 TAXONOMIA DE VALORES CULTURAIS

(PEREIRA RODERS, 2007; TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2012; SPECKENS, 2010)

	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
SOCIAL	Espiritual	Crenças, religiões, imaginário coletivo (estórias, lendas), religiões organizadas.
	Emocional individual	Parte da identidade individual, relativo à memória e experiências. Relacionado com experiências de vida pessoais. A arquitetura como condição de memória (Ruskin).
	Emocional colectivo	Memória e experiência coletiva; identidade cultural, motivação e orgulho coletivo, espontâneos ou motivados. «Culto passivo da identidade comum».
	Alegórico	Parte de alegoria, relacionada com o estatuto social, a aparência e a percepção figurativa. Representação de uma realidade ou entidade abstrata.
ECONÓMICO	Uso/função	Valor de mercado;
	Inutilidade/ Não-uso	Obsoleto, função expirada. Deverá ser tido em consideração o(s) antigo uso e o valor não-uso. Sem valor de mercado.
	Entretenimento	Animação permanente ou temporária; valoriza economicamente o edifício.
	Alegórico	Estatuto económico.
POLÍTICO	Educacional	Formação de mentalidades. Instrumento político didático.
	Gestão	Produto de uma estratégia de administração; faz parte dos planos de gestão urbana.
	Entretenimento	A sua função contribui para a sociedade civil. Ferramenta para incutir orgulho nacional, imperialista, etc.
	Simbólico	Peça emblemática, relacionada com o poder, a autoridade e a prosperidade.
HISTÓRICO	Educacional / Académico	Contributo importante para o desenvolvimento do conhecimento, e consequentemente para o progresso civilizacional.
	Histórico-artístico	Raridade, o melhor exemplo de marca do trabalho de um indivíduo em particular, ser único ou o melhor de entre os pares, excepcional.
	Histórico-conceptual	Materialização de conceitos relativos a estilos ou movimentos históricos.
	Simbólico	Marco de algo passado (evento, movimento, etc.).
	Arqueológico	Contêm evidências arqueológicas que remetem para civilizações antigas.

	PARÂMETRO	DESCRIÇÃO
ESTÉTICO	Artístico	Produto original de criatividade e imaginação
	Notabilidade	Marca individual do criador, contém a sua «assinatura».
	Conceptual	Materialização de conceitos relativos a estilos, discursos ou movimentos artísticos.
	Testemunho	Exemplar autêntico de uma década, dentro de um estilo e/ou discurso da época. Posiciona o edifício dentro da História de Arte e da Arquitetura.
CIENTÍFICO	Artesanal	Produto único de trabalho humano; recurso a técnicas tradicionais.
	Tecnológico	Engenho, qualidades técnicas e materiais.
	Conceptual	Materialização de conceitos tecnológicos e de engenharia
ANTIGUIDADE	Artesanal	Temporalidade dos materiais e técnicas de construção contidos.
	Maturidade	Contém marcas/alterações dos diferentes utilizadores e gerações, sendo a materialização da sua memória.
	Existencial	Existência de materiais, formas e componentes reutilizáveis ou recicláveis, tendo em atenção a manutenção da patine, se existente.
ECOLÓGICO	Espiritual	Grau de harmonia entre o edifício e a sua envolvente.
	Essencial	Peça de sustentabilidade; Determina a identificação de ideologias ecológicas no seu desenho e construção.
	Existencial	Existência de materiais, formas e componentes reutilizáveis, recicláveis, reprocessados. Ter em conta os recursos humanos e energéticos usados na sua transformação, e saber efetivamente quais os conteúdos em boas condições e os que devem ser substituídos (valor ecológico efetivo).

3. ATRIBUTOS – O QUE É IMPORTANTE CONSERVAR?

No final de 2011 e início de 2012, durante o caso de estudo na Ilha de Moçambique (República de Moçambique) emerge a necessidade de se distinguir os «objetos» de valor (materiais ou imateriais) – os *atributos* – das razões para a sua classificação e conservação³².

Isto facilitou a mitigação de confusões frequentes entre os valores e as manifestações imateriais, assim como numa melhor compreensão sobre suas relações, por exemplo entre os atributos que partilham o mesmo valor, ou dos valores de naturezas similares que partilham diferentes atributos. A identificação de atributos aumentou a capacidade objetiva da metodologia, uma vez que apenas os atributos mencionados podem ser considerados pelo estudo, não abrindo espaço a indagações sobre atributos «subentendidos». Procurava-se assim, usando o mesmo método, reduzir a probabilidade de diferentes investigadores poderem chegar a resultados contraditórios, aumentando a fiabilidade do método.

Sendo a outra metade do significado cultural, também a natureza dos atributos tem acompanhado o próprio crescimento do conceito de património cultural. No entanto, ao contrário dos valores, poucos são os exemplos que discriminam diferentes naturezas de atributos para além dos materiais e imateriais ou, tal como já mencionado, propõe uma descrição precisa de cada categoria, de forma a que a sua identificação seja o mais rigorosa e sistemática possível³³.

Estas são as razões porque as categorias de atributos urbanos propostas por Veldpau³⁴, tal como dos valores culturais de Pereira Roders³⁵, são taxonomias com melhores condições para serem integradas em processos de avaliação que se pretendem rigorosos e sistemáticos. Baseadas na análise sistemática dos principais documentos que definem a prática da proteção patrimonial ao nível internacional nos últimos 40 anos, estas categorias de atributos (Tabela 2) refletem a própria evolução da disciplina, integrando e detalhando a variedade de categorias para as manifestações imateriais, sejam as tradições ou relações entre objetos, ou

³² DAMEN *et al.*, 2013.

³³ GUTSCOVEN, 2016.

³⁴ VELDPAUS, 2015.

³⁵ PEREIRA RODERS, 2007.

outras materiais, mas menos ortodoxas, como elementos urbanos (muros, mobiliários urbano, etc.), parte de estruturas, jardins ou a forma como o tecido urbano se organiza. Fortemente influenciada pela Recomendação para a Paisagem Histórica Urbana³⁶, esta listagem está no entanto condicionada à escala urbana, ignorando escalas mais pequenas ou diferentes contextos, como monumentos, património museológico ou arqueológico.

TABELA 2 TAXONOMIA DE ATRIBUTOS URBANOS

(VELDPAUS, 2015; GUTSCOVEN, 2016)

CAT.	SUBCAT.	DEFINIÇÃO
MATERIAL	Objeto	Elemento do construído O atributo tangível representa elementos específicos ou partes de um edifício. Este elemento pode ser construtivo, constitutivo, ou decorativo. Parte, componente, material, característica ou secção de um edifício, que poderá ser construtivo, constitutivo, ou decorativo; acrescenta valor ou funcionalidade.
		Edifício O atributo tangível representa a totalidade de um edifício, estrutura, construção, ou ruínas que acolhe(m) atividades humanas, armazéns, abrigos ou outros fins.
		Elemento urbano O atributo tangível representa elementos, partes, componentes ou aspetos de/na paisagem urbana. Este poderá ser uma construção, estrutura ou espaço, que é construtivo, constitutivo ou decorativo.
		Elemento natural O atributo tangível representa flora ou fauna específica, tais como elementos de água de/na paisagem histórica urbana produzidos pela natureza. Podem ser naturais ou projetados.
	Área	Conjunto O atributo tangível representa um grupo de edifícios ou um conjunto ou configuração urbana específicos. A combinação gera ou representa uma história, coerência, variação, ou significado específico e tem relações reconhecíveis.

³⁶ UNESCO, 2011.

		CAT.	SUBCAT.	DEFINIÇÃO
MATERIAL	Área	Contexto		O atributo tangível representa os edifícios ou elementos rodeando, suportando ou contextualizando o património em questão. Enquadra, auxilia no entendimento e frequentemente está – mas não necessariamente – geograficamente próximo.
		Área		O atributo tangível representa uma zona numa paisagem (urbana) mais alargada, ou uma combinação específica de elementos culturais e/ou naturais.
	Todo	Paisagem		O atributo tangível representa o todo integrado, a paisagem cultural mais alargada incluindo elementos, áreas ou atributos com diversos níveis de significado (mencionados ou localizados).
		Sobreposição		O atributo tangível representa uma paisagem ilustrativa da evolução ou do desenvolvimento da sociedade e assentamentos humanos ao longo do tempo, uma diversidade de expressões da interação entre a humanidade e a sua envolvente natural.
IMATERIAL	Relacional	Carácter		O atributo imaterial representa características marcantes, ou uma natureza ou qualidade específicas. Isto poderá estar relacionado com um desenho específico (ex.: tipologia, morfologia, layout, composição, proporção) ou uma atmosfera (ex.: tranquilidade, agitação, urbano, rural).
		Objeto-objeto		O atributo imaterial representa a relação com outro elemento, localização, lugar ou ambiente relacionado. Frequentemente está relacionado ou é representado por um objeto patrimonial material.
	Social	Concetual		O atributo imaterial é a ideia, normas, valores, expressão, estilo em artes ou arquitetura, pretendidos e o desenvolvimento subsequente (fase ou evolução). O atributo está frequentemente relacionado ou representado por um bem patrimonial material.
		Usos		O atributo imaterial representa um uso ou função específica (típico, comum, especial) de um lugar ou ambiente.

	CAT.	SUBCAT.	DEFINIÇÃO
IMATERIAL	Social	Saberes	O atributo imaterial representa práticas, tradições, conhecimento ou costumes (locais) de uma comunidade ou de um grupo. Estes podem ser fenómenos associados com um lugar ou o entendimento do mundo por um grupo de pessoas, e que é transmitido e/ou repetido e experienciado e/ou praticado.
		Associações	O atributo imaterial representa associações humanas com um lugar, elemento, localização ou ambiente.
		Comunidades	O atributo imaterial representa uma comunidade ou sociedade em si (os seus membros ou indivíduos ou grupos específicos) e/ou a sua identidade ou diversidade culturais.
	Processo	Planeado	O atributo imaterial é uma ação, alteração ou processo que é intencional e planeado, determinado pelas estratégias e políticas (burocracia). O atributo é frequentemente um processo de médio ou curto prazo.
		Espontâneo	O atributo imaterial representa uma ação, alteração ou processo fragmentado, acidental, espontâneo e natural, sem intervenção de políticas ou estratégias. O atributo é frequentemente um processo de longo prazo.

4. CODIFICAÇÃO DO SIGNIFICADO CULTURAL: UMA METODOLOGIA EM CONSTANTE DESENVOLVIMENTO

Utilizando o método de *análise de conteúdo*³⁷, esta metodologia distingue-se essencialmente pela utilização de categorias rigorosamente descritas. O processo inclui a recolha e organização da informação, através da identificação de cada uma das categorias de valores culturais e atributos urbanos em excertos de textos – *pré-codificação*, sendo que no mesmo excerto podem ser identificadas várias

³⁷ BRYMAN, 2012.

categorias de valores. Esta codificação ou categorização, permite sintetizar informação tradicionalmente prolixa, tornando-a mensurável e conseqüentemente mais objetiva e potencialmente comparável, sem nunca, no entanto, se perder a singularidade do contexto em questão.

Desde a definição das categorias de valores culturais em 2007³⁸, esta metodologia tem vindo a ser aplicada em múltiplos contextos, geográficos e temáticos, contribuindo para a sua discussão e conseqüente desenvolvimento. Da análise sobre o impacto no significado cultural de intervenções de reabilitação em edifícios, comparando-se os objetivos do projeto com o resultado final³⁹, até à análise de políticas e práticas de conservação urbana, esta metodologia afirma a sua natureza dialética e criativa, sem nunca deixar de procurar o rigor da sua aplicação.

Destas experiências, destacam-se aquelas desenvolvidas no âmbito do projeto de investigação internacional «*Valor Universal Excecional, Cidades Património Mundial e Sustentabilidade*», liderado por Ana Pereira Roders e Ron Van Oers, que entre 2009 e 2013 envolveram mais de uma dezena de estudantes e profissionais, assim como investigadores da Universidade Técnica de Eindhoven (Países Baixos), em colaboração com as autoridades locais (municípios) das cidades Património Mundial da Humanidade de Willemstad a Macau⁴⁰, de Amesterdão a Moçambique.

Nesta colaboração entre a academia e a prática, a metodologia demonstrou a sua capacidade evolutiva, explorando novas formas, alargando as fontes de informação (secundárias e primárias), o processo de análise (frequência, presenças/ausências, oficiais/outros) e o próprio papel do «investigador» (de observador a colaborador). Explorando a relação entre documentos e fases do processo de classificação dos bens Património Mundial⁴¹, a metodologia confirmou a existência de uma dinâmica volátil dos valores, comparando o pré- com o pós-classificação nas cidades Património Mundial Portuguesas⁴². Dinâmica que denunciava também diferentes interpretações entre instituições, com potenciais implicações para a gestão do bem, e que se procurou explorar integrando

³⁸ PEREIRA RODERS, 2007.

³⁹ PEREIRA RODERS, 2007; TARRAFA SILVA, 2009; MERINO, 2018.

⁴⁰ HUIDS & RIET, 2013.

⁴¹ PEREIRA RODERS & VAN OERS, 2010.

⁴² TARRAFA SILVA & PEREIRA RODERS, 2010.

os investigadores nas equipas de gestão locais. Para além de facilitar o acesso a informação relevante, esta colaboração permitiu comparar a estratégia política definida pelos documentos de gestão, com aquilo que era prática, entendimento e aspirações dos técnicos e decisores locais. Por outro lado, como aconteceu na cidade de Willemstad (Curaçao), o investigador passa de simples observador para parte envolvida no processo, colaborando na análise e definição de estratégias para a gestão do património urbano⁴³. No caso de estudo na cidade de Galle no Sri Lanka⁴⁴, a análise do significado cultural começa a integrar o estudo do bem em si, embora ainda apenas focado num único atributo (varandas), identificado nas declarações de significado cultural, e cujos valores são posteriormente esquadrihados nas políticas de gestão da cidade Património Mundial. Mas será com o caso de estudo da Cidade de Pedra e Cal da Ilha de Moçambique (Tabela 3) e o de Amesterdão⁴⁵, que se opera um desenvolvimento relevante na metodologia com os atributos a demonstrarem a sua multiplicidade e a necessidade de se criar, tal como para os valores, uma taxonomia⁴⁶. Este avanço permitiu um aprofundamento do entendimento sobre as relações entre atributos, a sua natureza (materiais e/ou imateriais) e estes com os valores⁴⁷.

Mais tarde, também as comunidades que usufruem desse património passam a integrar as fontes de informação, quer seja através de inquéritos, como no caso da Ilha de Moçambique⁴⁸, quer mais recentemente, pela análise da informação partilhada nas redes sociais na cidade de Tripoli no Líbano⁴⁹. Este último em particular, permitiu confrontar a visão de dois grupos – residentes e turistas – e explorar as diferenças em relação à natureza, intensidade e distribuição de valores e atributos patrimoniais. Em termos de distribuição, por exemplo, verificou-se uma maior concentração nos centros históricos de bens patrimoniais identificados por turistas, ao passo que a comunidade tem uma visão mais dispersa e abrangente dos mesmos.

⁴³ SPECKENS, 2010.

⁴⁴ BOXEM & FUHREN, 2011.

⁴⁵ BRUIN & BERG, 2013.

⁴⁶ VELDPAUS, 2015.

⁴⁷ GUSTCOVEN, 2016.

⁴⁸ DAMEN *et al.*, 2013.

⁴⁹ GINZARLI, 2018.

TABELA 3 VALORES E ATRIBUTOS NA CIDADE DE PEDRA E CAL DA ILHA DE MOÇAMBIQUE, COM OS VALORES REPRESENTADOS PELAS CORES

(DAMEN *et al.*, 2013)

ATTRIBUTE	ARCHITECTURAL ELEMENTS OF THE ATTRIBUTES									
	TANGIBLE/INTANGIBLE	SOCIAL	ECONOMIC	POLITICAL	HISTORIC	AESTHETIC	SCIENTIFIC	AGE	ECOLOGICAL	
Principal port	I									Harbor, warehouses, hospital
St. Gabriel	T									St. Gabriel
Slave trade	I									Slave houses, 18 th century development
National capital	I									Government buildings
Unequal development	T									Different urban structures
Same building techniques	T									Roof type, plan type, opening type
Same materials	T									Lime stone walls, terrace roof, bamboo and stones, Macuti roof
Same decorative principles	T									Portuguese, Arab, Indian and local principles
St. Sebastian	T									St. Sebastian
Defensive buildings	T									Fortifications
Numerous religious buildings	T									Churches, chapels, mosques, Hindu temple
The architecture of the town on the Island of Mozambique	T									Portuguese, Arab, Indian and local features
The architecture of the fortifications on the Island of Mozambique	T									Portuguese, Arab, Indian and local features
The architecture of the smaller island of St. Laurent	T									Portuguese, Arab, Indian and local features
Island of Mozambique	I									Portuguese vs. Indian Ocean Culture

PDM de	(T) Indefinido	(T) Objeto	(T) Área	(T) Paisagem	(I) Relacional	(I) Social	(I) Processo
Porto							
Portalegre							
Évora							
Viana do Castelo							
Arouca							
Vagos							
Bragança							
Moita							
Santa Marta de Penaguião							
Vila Real							
Lisboa							
Viseu							
Beja							
Celorico da Beira							
Coimbra							
Nelas							
Oliveira do Hospital							
Pombal							

FIGURA 1 Subcategorias de atributos (nível II) identificadas em dezoito Planos Diretores Municipais (TARRAFA SILVA, 2017).

No caso de estudo da cidade de Querétaro (México), identificaram-se ainda outras «categorias», distinguindo-se os valores que são claramente referidos e aqueles, que estando subentendidos, dependem da interpretação do observador⁵⁰; ou, tal como também acontece com os atributos, sendo os mais comuns os «oficiais» e, os ausentes, aqueles que apesar de serem claramente identificados nas fichas de inventário e declarações do significado cultural, não integram as ferramentas de conservação e gestão do património⁵¹. Mas, por outro lado, surgem também evidências sobre a presença de atributos imateriais em alguns regulamentos de Planos Diretores Municipais em Portugal, comprometendo a visão generalizada sobre a natureza exclusivamente material dos instrumentos de gestão territorial⁵².

⁵⁰ BAGHERI, 2013.

⁵¹ BOXEM & FUHREN, 2011.

⁵² TARRAFA SILVA, 2017.

Numa análise comparativa dos resultados de três destes casos de estudo – Querétaro, Amsterdão e Edimburgo⁵³ – demonstrou-se, por exemplo, que os atributos mais frequentemente representados são também os mais valorizados, e que por sua vez os valores mais comuns continuam a ser os valores estéticos e os valores históricos, tradicionalmente mais usados para expressar a importância de determinado bem⁵⁴.

5. DESAFIOS FUTUROS

A utilização de categorias com descrições precisas é um dos aspetos mais aliciantes da MA(I)VP, permitindo que diferentes utilizadores, mesmo não familiarizados com o contexto, sejam capazes de executar (e compreender) as decisões decorrentes das avaliações sobre o significado cultural. No entanto, tal como o objeto da sua avaliação – património cultural – também as categorias de valores e atributos são permeáveis à evolução do pensamento e da sociedade, requerendo por isso uma atualização constante. Por outro lado, o alargamento da sua discussão⁵⁵ e aplicação, vem acentuando a necessidade de abordagens cada vez mais abrangentes e interdisciplinares, nomeadamente da área da psicologia ou da linguística; ou, em particular da computação e inteligência artificial, fundamentais para a investigação com *Big Data*. A revisão das atuais categorias e respetivas descrições assume assim uma importância vital para a manutenção da fiabilidade da metodologia.

Reconhecida e comprovada a multiplicidade de valores e atributos, é pois urgente explorar a complexidade da sua natureza. Perceber e desmistificar a «emotividade» dos valores, isto é, quais os critérios para a definição da sua natureza positiva ou negativa, sob o ponto de vista dos vários atores envolvidos nos processos de gestão patrimonial⁵⁶. Queremos também perceber a evolução dos valores e atributos ao longo do tempo, qual o contexto e a sua utilização ou se existirão valores ou atributos, que sejam sempre identificáveis por diferentes

⁵³ BENNINK & NIEL, 2013.

⁵⁴ GUTSCOVEN, 2016.

⁵⁵ Ver nota 12.

⁵⁶ FOROUGH, 2023.

comunidades, contextos espaciais e temporais. À imagem do que foi iniciado no estudo de cidades como Galé, Amsterdão, Edimburgo e Querétaro, queremos aprofundar o estudo sobre essa natureza dinâmica dos valores e dos atributos, monitorizando e comparando, por exemplo, a sua referência (ou ausência) explícita, ou interpretada, nos documentos de gestão em vários contextos, temporais e/ou territoriais. Ainda sobre a sua natureza, urge perceber os critérios e as condições que denunciam a dimensão inerente e intrínseca dos valores, assim como a sua distinção daqueles integrados e extrínsecos.

Uma década depois, a compreensão e modelação das relações entre valores culturais e atributos urbanos mantém-se um desafio complexo, mas entusiasmante, seja ao nível de como a metodologia pode ser desenvolvida, seja no que se descobre quando aplicada. Ao contrário de outras metodologias⁵⁷, esta não pretende ser usada como uma matriz estática, com relações unidirecionais entre valores e atributos. Apesar da sua inerente dependência, pois sem valores os atributos deixam de ser bens patrimoniais, a identificação de cada valor é independente da de cada atributo, podendo as relações entre eles adotar os mais diversos graus, direções e tipologias. Muitos valores são referenciados sem atributos e atributos sem valores. Uma matriz implica que a relação é sempre definida, o que não é o caso na maior parte das narrativas.

NOTAS FINAIS

Cada vez que surge contestação em torno de uma determinada intervenção – ou pela sua ausência – sobre um bem patrimonial, discutem-se valores e atributos. Porém esta designação patrimonial, assim como as razões que a justificam, nem sempre é explícita, estando muitas vezes essa ambiguidade na raiz da sua incorreta interpretação e negligência. Metodologias como esta que aqui apresentamos, clarificadoras de conceitos e impulsionadoras de boas práticas, revelam-se

⁵⁷ BALEN, 2008; CLARKE, KUIPERS, STROUX, 2020an evaluation scheme based on the Nara Document on Authenticity has been developed and tested. The grid-based scheme identifies the \>>aspects\> and \>>dimensions\> as defined in article 13 in the Nara document (<https://www.icomos.org/charters/nara-e.pdf>).

urgentes no presente que se quer construtor de amanhã resilientes e sustentáveis. Pese embora as suas (ainda) limitações, fruto da sua *juventude*, esta *Metodologia de Avaliação do (Impacte no) Valor Patrimonial*, baseada nas categorias de *Valores Culturais* de Pereira Roders e de *Atributos Urbanos* de Veldpaus, tem demonstrado a capacidade de aprendizagem e adaptação aos desafios decorrentes da natureza mutável do património como processo de construção social.

Desenvolvida no contexto académico, mas em cooperação com atores locais, esta metodologia constitui uma oportunidade para gestores culturais, técnicos responsáveis pela definição de políticas de gestão e regulamentação, e todos aqueles que pretendam monitorizar ou instruir avaliações sobre os impactos na cidade existente, e assim contribuir para o seu desenvolvimento. Um impacto que será tanto ou mais positivo ou negativo, consoante o conhecimento aferido sobre os valores, os atributos e as suas relações. Quer seja como suporte nas avaliações do significado cultural, ou na sintetização e conversão de um extensivo conjunto de dados em informação mais útil, adequada e fiável. Esta metodologia ajuda os gestores a tomar decisões mais rápidas, baseadas na evidência e assim melhorar as estratégias e os planos de gestão e conservação. Por outro lado, a revelação desta variedade de categorias, de valores, e de atributos, contribui para o alargamento do conhecimento e consciência dos decisores relativamente à pluralidade do património cultural, e consequentemente uma melhor adaptação das estratégias aos desafios atuais e futuros.

A tendência obsessiva dos gestores por dados quantitativos, essencialmente orientados para objetivos económicos, aliada a uma incompreensão sobre a necessidade de associarem esses dados à informação qualitativa, como considerarem a possibilidade de uma maior variedade de valores e dos seus indicadores, enfraquecem quer a metodologia, quer o significado cultural dos bens que gerem. De referir ainda o facto desta prática de avaliação do impacto das estratégias e decisões sobre o património, estar ainda pouco desenvolvida quando comparada com outras avaliações, nomeadamente as de cariz económico ou sobre a condição física.

Naturalmente, a análise do significado cultural, quando extemporânea, quer seja sobre a sua definição ou interpretação, será sempre subjetiva,⁵⁸ mas

⁵⁸ HODDER, 2000.

claramente objetiva sobre o momento em que essas declarações de valor são definidas, e que representam a visão e as aspirações dessa sociedade sobre determinada manifestação cultural. Posteriormente, e em caso de desacordo, deverá ser sempre possível propor a revisão dessas mesmas declarações de significado cultural, para serem mais inclusivas. Do mesmo modo, mesmo que não integradas nos instrumentos de gestão urbana, tais declarações, definidoras dos valores e atributos a ser protegidos, beneficiam desta metodologia para a sua integração e atualização. Esta metodologia tem como objetivo social criar e alargar o conhecimento sobre a pluralidade dos valores e atributos culturais, que a sociedade se predispõe a preservar, em detrimento daqueles que estamos a excluir, e assim contribuir para decisões mais informadas, conscientes, e por isso mais sustentáveis.

Por último, fica um agradecimento às Arquitetas Catarina Marado e Teresa Valente pela oportunidade de divulgação deste trabalho, fazendo votos para que esta tenha sido apenas a primeira década destas *Aulas Abertas*, extraordinários momentos de aprendizagem e discussão dos desafios do património cultural.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRAMI, E.; MASON, R.; DE LA TORRE, M. – *Values and heritage conservation: Research report*. Los Angeles, 2000.
- BAGHERI, M.; HENRY, T. J.; STUURMAN, T. M. – *Cultural Heritage and Sustainability: Querétaro as a case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- BALEN, K. Van – *The Nara Grid: an evaluation scheme based on the Nara Document on Authenticity*. *APT Bulletin: Journal of Preservation Technology*. 39:2–3 [2008] 39–45.
- BENNINK, R. H. J.; van NIEL, W. – *Cultural Heritage and Sustainability: Edinburgh as a case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- BOXEM, R.; FUHREN, R. – *Assessing the cultural significance of world heritage cities: the historic centre of Galle as case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- BRAND, S. – *How buildings learn: What happens after they're built*. New York : Viking, 1994
- BRUIN, J.A.C.; van den BERG, D. L. – *Cultural Heritage and Sustainability: Amsterdam as a case study*. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.

- BRYMAN, A. – *Social Research Methods*. 3rd Edition. United States: Oxford, 2008.
- CLARKE, N.; KUIPERS, M.; STROUX, S. – Embedding built heritage values in architectural design education. *International Journal of Technology and Design Education*. ISSN 15731804. 30:5 [2020] 867–883. <https://doi.org/10.1007/s10798-019-09534-4>.
- DAMEN, S. G.; DERKS, R.; METGOD, T. L. M.; VELDPAUS, L.; TARRAFA DA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A. R. – Relating the state of authenticity and integrity and the factors affecting World Heritage properties : Island of Mozambique as case study. *International Journal of Heritage and Sustainable Development*. 3:1 [2013].
- FOROUGH, M. – Public Participation and consensus building in heritage management. Delft University of Technology, The Netherlands, 2023 [working document].
- GINZARLY, M.; PEREIRA RODERS, A.; TELLER, J. – Mapping historic urban landscape values through social media. *Journal of cultural heritage*. [2018] <https://doi.org/10.1016/j.culher.2018.10.002>.
- GUTSCOVEN, E. – Attributes of World Heritage cities, sustainability by management – A comparative study between the World Heritage cities of Amsterdam, Edinburgh and Querétaro. MSc Thesis on Conservation of Monuments and Sites. Leuven: Belgium: KU Leuven, 2016.
- HERITAGECOUNCIL – *What is Heritage?* 2021. [Consult. 18 mar. 2021]. Disponível em <https://www.heritagecouncil.ie/what-is-heritage>.
- HODDER, I. – Symbolism, Meaning and Context, in J. Thomas (ed.) *Interpretive Archaeology: A Reader*, London: Leicester University Press, [2000] 86–96.
- HUIDS, N. H. G. M.; RIET, E. P. P. – Cultural Heritage and Sustainability: Macao as a case study. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2013.
- ICOMOS – *The Australia ICOMOS Charter for Places of Cultural Significance (The Burra Charter)*. Burra: International Council on Monuments and Sites, 1999.
- JOKILEHTO, J. – *History of Architectural Conservation*. Routledge, 2007.
- JUDSON, E.; IYER-RANIGA, U. – Reinterpreting the value of built heritage for sustainable development. In: Armoêda, R.; Lira, S.; Pinheiro, C. (eds.). *Heritage 2010, Heritage and Sustainable Development*. Barcelos: Greenlines Institute for the Sustainable Development, 2010.
- MCCLELLAND, A.; PEEL, D.; HAYES, C. – A values-based approach to heritage planning: Raising awareness of the dark side of destruction and conservation. *Town Planning Review*. Faculty of Art, Design and the Built Environment, University of Ulster, Belfast Campus, BT15 1ED, United Kingdom. ISSN 00410020 [ISSN]. 84:5 [2013] 583–603. <http://www.jstor.org/stable/24579196>.
- MASON, R. – Assessing Values in Conservation Planning: Methodological Issues and Choices, in M. de la Torre (ed.). *Assessing the Values of Cultural Heritage*. Research Report, Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2002. 5–30.
- MERINO, T. B. M. – La reutilización adaptativa en el conjunto histórico de Ourense. Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura e Urbanismo, orientando por Mariana Correia e Goreti Sousa. Vila Nova de Cerveira: Escola Superior Gallaecia, 2018.

- PEREIRA RODERS, A. R.; HUDSON, J. – Change Management and Cultural Heritage. In: Finch, E. (ed.). *Facilities Change Management*. Chichester: John Wiley & Sons, 2011.
- PEREIRA RODERS, A. R., VAN OERS, R. – Outstanding Universal Value, World Heritage and Sustainability: Mapping assessment processes. In Albert, M.-T. (ed.). *World Heritage and Cultural Diversity*, German Commission for UNESCO, 2010.
- PEREIRA RODERS, A. R. – *Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, 2007
- RAPOSO, J. – Carta do Património do Seixal: a inventariação do património em contexto museal. In A. M. Silva, *Cartas Arqueológicas: Do inventário à salvaguarda e valorização do património (Actas de Jornadas)*. Arouca: Câmara Municipal de Arouca, 2005. 23-30.
- RIEGL, A. (1903) – *O Culto Moderno dos Monumentos*. Edições 70.
- RIGANTI, P.; NIJKAMP, P. – Benefit transfers of cultural heritage values: How far can we go? *Proceedings of the European Regional Science Association (ERSA) conference*. Amsterdam: European Regional Science Association, 2005.
- SPECKENS, A. – Revising World Heritage Willemstad: Enhancing Outstanding Universal Value assessment practices. MSc Thesis on Architecture, co-supervised by Colenbrander, Pereira Roders and Veldpaus. Eindhoven: University of Technology, Eindhoven, 2011.
- TARRAFA SILVA, A. – *Historic Urban Landscape approach and spatial planning: Exploring the integration of heritage issues in local planning in Portugal*. Dissertação para obtenção do grau de mestre em Urbanismo e Ordenamento do Território, orientada por Isabel Loupa Ramos e Ana Pereira Roders. Lisboa: Instituto Superior Técnico – Universidade de Lisboa, 2017.
- TARRAFA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A. R – The cultural significance of World Heritage cities: Portugal as case study. In: Armoêda, R.; Lira, S.; Pinheiro, C. (eds.). *Heritage 2010, Heritage and Sustainable Development* (Vol. 1, pp. 253-263). Barcelos: Greenlines Institute for the Sustainable Development, 2010.
- TARRAFA SILVA, A – Sustentabilidade do Património Construído: metodologia para uma avaliação consciente. Trabalho final para obtenção do grau de Licenciada em Património Cultural orientado por Maria Teresa Valente. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Faro. Universidade do Algarve, 2009.
- TARRAFA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A.R. – Cultural Heritage Management and Heritage (Impact) Assessments. In Michell, K.; Bowen, P.; Cattell, K. (eds.). *Proceedings of the Joint CIB W070, W092 & TG72 International Conference on Facilities Management, Procurement Systems and Public Private Partnership*, 23-25 January, Cape Town, South Africa. Department of Construction Economics and Management. University of Cape Town. 2012. Disponível em https://www.irbnet.de/daten/iconda/CIB_DC24053.pdf. ISBN: 978-0-620-50759-2. pp. 375-382.
- UNESCO – *Convenção para o Património Mundial*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 1972.
- UNESCO – *Recommendation on Historic Urban Landscapes*. Paris: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, 2011.
- VELDPAUS, L. – *Historic urban landscapes: framing the integration of urban and heritage planning*. Eindhoven: Eindhoven University of Technology, 2015.

**SALVAGUARDA,
VALORIZAÇÃO
E REUTILIZAÇÃO
DO PATRIMÓNIO:
A EXPERIÊNCIA
DOS EDIFÍCIOS
MONÁSTICO-
-CONVENTUAIS**

CATARINA ALMEIDA MARADO

Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

INTRODUÇÃO

Considerados como «exemplos patrimoniais clássicos»¹, os edifícios monástico-conventuais são peças fundamentais da história do Património Cultural em Portugal. Foram dos primeiros imóveis a ser classificados como *Monumento Nacional* no início do século XX e hoje representaram uma parte significativa do património imóvel português, constituindo cerca de um terço do património religioso que, por sua vez, é o segundo maior grupo dos bens classificados (representando 31,1% do total)² e também aquele que contém um maior número de edifícios listados como *Monumento Nacional* (40%)³. Para além disso, do total de 16 bens culturais materiais inscritos por Portugal na lista do Património Mundial, cerca de um terço (cinco) são edifícios monástico-conventuais.

Construídos a partir do século XI, muitos deles com antecedentes em anteriores fundações, os antigos mosteiros e conventos acompanharam a história do país ao longo dos vários séculos, sofrendo diversas transformações em consequência, quer das destruições, quer das reformulações de que foram alvo. No século XIX, com a extinção das ordens religiosas e a consequente desamortização dos seus bens, estas transformações atingiram o auge, abrangendo todos os extintos mosteiros e conventos, sem exceção. Em consequência disso, alguns deles acabaram por ser demolidos, no todo ou em parte, para dar lugar ao crescimento e renovação das áreas urbanas, enquanto uma larga parcela foi utilizada para os mais diversos usos, públicos ou privados. Foi, no entanto, no seguimento da sua secularização que estes imóveis começaram a ganhar reconhecimento enquanto *Monumentos Nacionais* e a ser alvo de algumas operações de conservação e restauro, em paralelo com o despertar da consciência patrimonial em Portugal.

Começando por fazer uma breve contextualização histórica e caracterização desta tipologia arquitetónica, este texto pretende abordar o reconhecimento do significado cultural destes edifícios numa perspetiva histórica, para depois se concentrar

¹ CALADO, PEREIRA, LEITE, 2002, p. 5.

² Património construído classificado em Portugal (dados de 2019): «arquitetura civil» (49%), «arquitetura religiosa» (31,1%), «arqueologia» (12,4%), «arquitetura militar» (6,4%), «arquitetura mista» (1,1%). INE (2020).

³ Seguido pela «arquitetura civil» com 22%. BERNARDES, MOREIRA, OLIVEIRA, 2014, pp. 36-37.

na análise de alguns dos casos mais emblemáticos das intervenções de reutilização realizadas nestes bens imóveis desde as últimas décadas do século XX até à atualidade, considerando ainda, o contexto em que estas foram executadas, sendo que a grande maioria foi efetuada no âmbito de programas implementados pelo Estado Português ou com a intervenção deste.

1. MOSTEIROS E CONVENTOS: DA FUNDAÇÃO À EXTINÇÃO

Em Portugal, entre o século XI e a primeira metade do XIX, foram fundados mais de 500 mosteiros e conventos por comunidades pertencentes às mais diversas ordens e congregações religiosas que se distribuíram por todo o território português⁴. Em função dos diferentes ramos e tendências das distintas ordens religiosas, cada uma das comunidades vivia uma religiosidade própria, que se materializava nos seus edifícios. Nesse sentido, as suas casas – mosteiros, conventos, colégios, hospícios ou eremitérios – podiam assumir diferentes dimensões, múltiplas formas e distintas linguagens arquitetónicas. Estas eram, obviamente, influenciadas também pelos diferentes contextos políticos, económicos, sociais e culturais em que foram construídas ou reformuladas. Apesar disso, elas seguiam, no geral, uma tipologia arquitetónica específica, constituída por três elementos principais: a igreja, as dependências monástico-conventuais e a horta. A igreja, enquanto espaço de contacto com o exterior, era o elemento de maior importância; as dependências constituíam os espaços onde vivia a comunidade e organizavam-se em redor de um ou mais claustros, dependendo da dimensão da casa religiosa; finalmente, a horta integrava uma diversidade de espaços de cultivo que asseguravam a subsistência da comunidade, permitindo-lhe também usufruir da natureza.

Ao longo dos muitos séculos da sua existência, estes edifícios sofreram diversos danos e posteriores reconstruções, foram também sucessivamente

⁴ Sobre as ordens religiosas em Portugal ver SOUSA, 2005 e FRANCO, MOURÃO, COSTA, 2010.

ampliados e reformulados em função quer do crescimento da comunidade religiosa e das suas valências, quer da atualização das linguagens arquitetónicas e artísticas. Porém, foi a abolição das ordens religiosas que lhes causou um maior número de transformações. Em 1834, o Decreto de 30 de maio determinou a extinção de todas as casas masculinas existentes no território português e a incorporação de todos os seus bens na Fazenda Nacional⁵. No entanto, o encerramento das casas religiosas havia começado muito antes, em função da aplicação de legislação anterior que teve como objetivo impor restrições ao funcionamento das mesmas, quer limitando o número de noviços e noviças a entrar nos mosteiros e conventos⁶, quer encerrando aqueles que tivessem menos de doze religiosos⁷. Apesar disso, o processo de extinção das ordens religiosas prolongou-se até ao início do século XX, dado que cada casa feminina só era encerrada após a morte da última religiosa.

Depois da extinção de cada uma das casas religiosas, deu-se início à tomada de posse, inventariação e avaliação dos seus bens segundo duas principais categorias: bens móveis e bens imóveis. Os primeiros eram constituídos pelos mais variados bens de uso comum, obras de arte, bibliotecas, utensílios de culto divino e objetos de ouro, prata e jóias, enquanto os segundos, que perfaziam a maior parte da riqueza dos institutos religiosos, incluíam os chamados bens de raiz (os edifícios monástico-conventuais e outras propriedades urbanas ou rústicas) e também os foros, laudémios, censos, pensões e juros.

Na categoria dos bens imóveis, o processo de gestão dos edifícios monástico-conventuais iniciou-se com a procura de um destino para as suas igrejas, procurando verificar as que poderiam ser mantidas ao culto. Entretanto, todos os bens imóveis das extintas ordens religiosas já tinham sido integrados nos Bens Nacionais e enquanto não se definiu o seu destino foram administrados pelo

⁵ «Art. 1.º Ficam desde já extintos em Portugal, Algarve, Ilhas adjacentes e domínios portugueses todos os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e quaisquer casas de religiosos de todas as ordens regulares, seja qual for a sua denominação, instituto ou regra; Art. 2.º Os bens dos conventos, mosteiros, colégios, hospícios, e quaisquer casas de religiosos das Ordens regulares, ficam incorporados nos próprios da Fazenda Nacional.» Decreto de 30 de maio de 1834.

⁶ Decreto de 23 de março de 1821 e Decreto de 21 de agosto de 1822.

⁷ Decreto de 9 de agosto de 1833.

Estado, que os cedeu provisoriamente ou os arrendou a particulares. No entanto, esta solução de recurso resultou em graves danos para os imóveis, pelo que se tornou necessário uma tomada de posição urgente quanto ao destino a dar-lhes, tendo sido então decidida a sua alienação⁸.

Em 1835, a Carta de Lei de 15 de abril determinou a venda em hasta pública de todos os bens de raiz nacionais de qualquer natureza, dos quais faziam parte os das extintas ordens religiosas⁹. Permitiram-se, no entanto, algumas exceções, esclarecidas no artigo 2.º, onde se referia que seriam retirados da venda os imóveis considerados necessários para o serviço público, as fábricas necessárias para promover a indústria, as matas, pinhais e arvoredos necessários para novas plantações, os edifícios necessários para o Exército e Marinha, e também os edifícios aos quais fosse atribuído um valor histórico ou artístico. Foi deste modo que foram retirados da lista de bens a levar à hasta pública aqueles que se entenderam necessários para alguns dos fins citados. Todos os outros foram colocados à venda, num processo gerido pela Junta do Crédito Público que se iniciou em 1 de julho de 1835¹⁰ e que foi posteriormente regulamentado por uma série de leis que procuraram encontrar o modo de conseguir vender o maior número de bens.

Face ao fracasso das vendas, os sucessivos governos, principalmente a partir de 1836, demonstraram interesse nestes imóveis, nomeadamente para a sua utilização em prol do interesse das populações e do funcionamento do próprio Estado. Começou então a sua distribuição pelas diferentes áreas da Administração Pública, através de cedências, doações ou vendas simbólicas. Nesta data, tomou-se consciência do enorme potencial destes imóveis enquanto espaços bastante versáteis, quer pela sua grande dimensão e características arquitetónicas, quer pela diversidade de localizações que apresentavam. Aos pedidos para a instalação dos mais diversos usos públicos – desde quartéis, hospitais, escolas, tribunais ou serviços administrativos – sobrepunham-se muitas vezes as vontades dos particulares interessados na utilização destes imóveis, principalmente como fábricas

⁸ SILVEIRA, 1980. Sobre o processo de gestão dos bens imóveis das extintas casas religiosas no Algarve ver MARADO, 2010.

⁹ SILVA, 1984a; SILVA, 1984b.

¹⁰ A data de início da venda dos bens nacionais não foi a mesma para todos os distritos. Sobre este assunto ver SILVA, 1984, p. 180.

ou edifícios de habitação. Entretanto, alguns deles acabaram por ser demolidos para dar lugar a novas construções ou para desimpedir a circulação viária e permitir a renovação e o crescimento das áreas urbanas¹¹.

2. RECONHECIMENTO DE VALORES E MEDIDAS DE PROTEÇÃO: UMA BREVE PERSPETIVA HISTÓRICA

Apesar do indicado na Carta de Lei de 15 de abril de 1835 relativamente aos edifícios que deveriam ser excecionados da venda face aos seus valores históricos e artísticos e da tentativa, realizada no ano seguinte¹², de elaboração de uma listagem dos extintos mosteiros e conventos que fossem considerados notáveis, nenhuma medida foi efetivamente tomada no sentido do reconhecimento do seu valor e da sua proteção. Assim, a classificação destes edifícios iniciou-se apenas em 1907, com a publicação do Decreto de 10 de janeiro que classificou o Mosteiro da Batalha, o Mosteiro dos Jerónimos, o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro de Alcobaça, o Convento de Mafra, a Igreja do Mosteiro de Santa Cruz em Coimbra, a Basílica do Coração de Jesus em Lisboa (igreja do Convento do Santíssimo Coração de Jesus) e as ruínas da Igreja do Convento do Carmo em Lisboa como *Monumentos Nacionais* (MN)¹³. Este conjunto de oito edifícios, juntamente com outros seis classificados nesse mesmo decreto – que eram na maioria sés catedrais – e com o Castelo de Elvas que havia sido classificado um ano antes¹⁴, foram assim os primeiros imóveis a receber o reconhecimento dos seus valores culturais e conseqüentes medidas de proteção.

Mais tarde, em 1910, todos eles foram integrados naquela que ficou conhecida como a primeira lista de classificação do património em Portugal e que reuniu 455 imóveis organizados em três grandes grupos.¹⁵ Esta continha um item dedicado

¹¹ MARADO, 2014, pp. 164-253.

¹² *Diário do Governo*, Lisboa, n.º 51, 1836. ROSAS, 1995, p. 46.

¹³ Decreto de 10-01-1907, DG n.º 14, de 17-01-1907.

¹⁴ Decreto de 27-09-1906, DG, n.º 228, de 9-10-1906.

¹⁵ 'Monumentos pre-historicos' (13%), 'Monumentos Lusitanos e Lusitano-romanos' (10%) e 'Monumentos medievas, do renascimento e modernos' (77%). CUSTÓDIO, 2008, pp. 435-436.

especificamente aos *Mosteiros*¹⁶ no qual estavam listados 16 imóveis, que perfaziam 10% do total dos bens classificados na categoria dos *Monumentos religiosos*. Porém, para além destes, nesta vasta lista de edifícios encontravam-se ainda vários outros antigos mosteiros e conventos, incluídos, no seu todo ou em parte, noutros itens dessa mesma categoria. Por exemplo, no item dedicado às *Igrejas* encontrava-se um conjunto de igrejas monástico-conventuais e nos itens dedicados às *Capellas*, aos *Cruzeiros* e aos *Túmulos e Sepulturas* estavam listados vários elementos que pertenciam aos antigos mosteiros e conventos. Outros, porém, tinham sido incluídos noutras categorias, como é o caso do edifício do *Collegio do Espírito Santo* em Évora, listado no item de *Paços de Universidade* da categoria de *Monumentos Cívicos*. Assim, embora a maioria dos edifícios monástico-conventuais não tenha sido listada como tal, estes acabaram por perfazer uma parte significativa dos bens incluídos nesta primeira lista de classificação do património.

Nesta data, os valores atribuídos a estes imóveis – tal como a todos os outros – eram, em primeiro lugar, a sua antiguidade e a sua associação a importantes factos e personagens dos períodos áureos da história da nação e, em segundo lugar, as suas qualidades artísticas, nomeadamente aquelas que traduziam uma especificidade nacional¹⁷. Tal como referido na legislação de 1836, anteriormente citada, eles eram valorados «pela época da sua fundação, factos históricos com que têm íntima relação, monumentos fúnebres ou relíquias d'homens celebres que encerrão, ou finalmente pela sua architectura»¹⁸, ou seja pelos seus valores históricos e estéticos.

Para além disso, nesta data, na larga maioria dos casos, apenas era valorado – e consequentemente classificado – um determinado elemento do edifício monástico-conventual (como um túmulo, uma capela, a sua igreja, ou parte dela) enquanto objeto singular de representação de um determinado acontecimento ou personagem da história da nação, ou enquanto peça de valor artístico associada a um determinado período histórico.

¹⁶ No grupo relativo aos 'Monumentos medievaes, do renascimento e modernos', encontrava-se uma categoria destinada aos 'Monumentos religiosos', da qual fazia parte um item relativo aos 'Mosteiros'.

¹⁷ ROSAS, 1995; CUSTÓDIO, 2008.

¹⁸ *Diário do Governo*, Lisboa, n.º 51, 1836.

A partir da década de 30 do século XX, o surgimento de um novo grau de classificação – *Imóvel de Interesse Público* (IIP), levou a que a partir daí os imóveis classificados como tal fossem, em média, cerca de dez vezes mais do que aqueles classificados como MN¹⁹, sendo que na atualidade correspondem a cerca de três vezes mais²⁰. Neste contexto, também muitos antigos mosteiros e conventos receberam este grau de classificação um pouco por todo o país. Segundo Jorge Custódio²¹, entre os critérios de seleção dos bens deste grau de classificação encontrava-se o *interesse turístico*, atribuindo-se assim um valor económico a estes bens, embora este não se encontrasse ainda formalmente declarado.

A partir da década de 80, o forte aumento do número de bens classificados, refletiu-se também, obviamente, na quantidade de edifícios monástico-conventuais que receberam esse reconhecimento, tendo alguns deles sido incluídos na lista do Património Mundial, nomeadamente o Convento de Cristo em Tomar, o Mosteiro dos Jerónimos (e Torre de Belém) em Lisboa e o Mosteiro da Batalha (fig. 1) em 1983, o Mosteiro de Alcobaça (fig. 2) em 1989, e o Real Edifício de Mafra, incluindo o Palácio, a Basílica, o Convento, o Jardim do Cerco e a Tapada (fig. 3) em 2019.

Paralelamente, ocorreu ainda um outro alargamento dos graus de classificação, com a criação do grau de *Imóvel de Interesse Municipal* (IIM), e também das categorias de bens, passando a considerar-se três (monumentos, conjuntos e sítios) com a implementação da Lei 13/85 e na sequência do determinado pela legislação internacional²². Muito edifícios monástico-conventuais foram assim classificados como IIM e alguns deles considerados como conjunto.

Os valores atribuídos a estes edifícios eram agora significativamente diferentes dos considerados no início do século XX. Para além disso, começou-se a atribuir valor à totalidade do edifício monástico, passando a valorar-se também os espaços onde os religiosos e as religiosas viviam, o espaço não-construído delimitado pela cerca monástica e todos os bens móveis que faziam parte do edifício. Isto levou a que as novas classificações, ao contrário das realizadas no início do

¹⁹ BERNARDES, MOREIRA, OLIVEIRA, 2014, p. 33.

²⁰ INE, 2020, p. 99.

²¹ CUSTÓDIO, 2008, p. 966.

²² Nomeadamente pela Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, UNESCO, 1972.



FIGURA 1 Mosteiro da Batalha (fotografia da autora, 2018).



FIGURA 2 Mosteiro de Alcobaça
[fotografia da autora, 2018].

FIGURA 3 Convento e Basílica de Mafra
[fotografia da autora, 2018].

século XX, passassem a incluir todos estes elementos e a que algumas das anteriores classificações fossem alteradas no sentido da ampliação do objeto alvo de proteção. Ou seja, em casos onde se havia classificado apenas um túmulo, uma capela, ou a igreja monástico-conventual, ampliou-se a classificação para integrar também a restante parte do edifício (as dependências), incluindo, nalguns dos casos, a cerca e os bens móveis integrados.

Para além disso, noutros casos, estas ampliações incluíram também as transformações que estes edifícios sofreram ao longo do século XIX e início do XX para receber novos usos. Um deles, por exemplo, foi o do Convento de Nossa Senhora de Jesus em Lisboa (fig. 4). Neste caso, estando a sua igreja classificada como IIP desde 1944²³, 50 anos depois a DGEMN propôs a classificação da totalidade do edifício conventual (Antigo Convento de Jesus), dois anos mais tarde a Direção Regional de Lisboa do IPPAR acrescentou à inicial proposta a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus, que fazia parte do complexo conventual, e finalmente, em 2006, esta mesma Direção juntou à proposta os restos da cerca conventual (incluindo a Igreja de Nossa Senhora de Jesus), a Academia das Ciências, o Museu Geológico e o Hospital de Jesus, instalados no recinto conventual depois da extinção das ordens religiosas. O processo de classificação deste complexo foi finalmente concluído em 2010 com a publicação da portaria que determinou a sua classificação como *Conjunto de Interesse Público* (CIP)²⁴. Conforme se pode ler nesta portaria, este conjunto foi classificado pelo «seu relevante valor arquitetónico intrínseco e dimensão complementar relativamente à Igreja de Nossa Senhora de Jesus, pela sua notável inscrição urbana, dimensão e integridade construtivas, vocação pública e ligação emblemática à História da Ciência em Portugal, bem como pelo valor incalculável dos seus espaços e espólios museológicos e bibliográfico»²⁵, ou seja, foi-lhe reconhecido um conjunto diversificado de valores.

²³ Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944.

²⁴ «Conjunto constituído pelo antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus e restos da cerca conventual, incluindo a Igreja de Nossa Senhora de Jesus (também designada por Igreja Paroquial das Mercês), a Academia das Ciências, o Museu Geológico do Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), a Capela da Ordem Terceira de Nossa Senhora de Jesus e o Hospital de Jesus». Portaria n.º 1176/2010, DR, 2.ª Série, n.º 248, de 24-12-2010.

²⁵ Portaria n.º 1176/2010, DR, 2.ª Série, n.º 248, de 24-12-2010.



FIGURA 4 Convento de Nossa Senhora de Jesus, Lisboa (fotografia de José Vicente, 2015, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/056/002719).

A revisão das classificações para incluir outros elementos e novos valores que as diferentes sociedades reconheceram nestes mesmos imóveis ao longo de mais de um século, apesar de ter sido concretizada neste e noutros casos (como veremos a seguir) encontra-se, porém, longe de estar terminada.

3. INTERVENÇÕES DE VALORIZAÇÃO E REUTILIZAÇÃO: UMA BREVE RETROSPETIVA (1970-2020)

3.1. ANTECEDENTES

Entre a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX, mesmo antes do seu reconhecimento oficial como MN, diversos edifícios religiosos receberam obras de restauro, nomeadamente os edifícios românicos, góticos e manuelinos²⁶. Neste conjunto encontrava-se um grupo bastante significativo de antigos mosteiros e conventos, nomeadamente aqueles que haviam sido classificados em 1907, como por exemplo, o Mosteiro da Batalha, o de Alcobaça, o do Carmo e o dos Jerónimos em Lisboa, o de Santa Cruz de Coimbra, ou o Convento de Cristo em Tomar, que foram palco de algumas das obras mais emblemáticas desse período.

²⁶ ROSAS, 1995, p. 301.

O Mosteiro da Batalha, em particular, constituiu um marco fundamental na história do restauro arquitetónico em Portugal. Esta importante casa dominicana, fundada por D. João I em agradecimento pela vitória da batalha de Aljubarrota travada em 1385 e que lhe assegurou o trono e garantiu a independência de Portugal, começou a ser intervencionado em 1840, tendo sido alvo de uma das mais importantes obras de restauro realizadas em Portugal nesse período²⁷.

Outro caso paradigmático foi o Mosteiro dos Jerónimos, fundado por D. Manuel I no início do século XVI. A polémica intervenção neste complexo monástico serviu de mote para a discussão dos critérios de restauro que se encontravam em voga na Europa, nomeadamente dos advogados por Viollet-le-Duc, William Morris e Camillo Boito²⁸. Após a extinção das ordens religiosas, este edifício começou por receber obras de adaptação para a instalação da Casa Pia, que foram desenvolvidas entre 1835 e 1859 e consideradas de arquitetura revivalista. Pouco tempo depois, o seu claustro e a sua igreja foram alvo de obras de restauro, que decorreram até 1878 (fig. 5), tendo sido concluídas em 1935 sob a responsabilidade da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)²⁹.

Apesar destas importantes intervenções de conservação e restauro, grande parte dos imóveis classificados no início de Novecentos só viriam a ser intervencionados a partir da década de 30, naquele que foi o grande volume de obras empreendidas pela DGEMN no período do Estado Novo. As intervenções realizadas neste contexto atingiram o pico em 1940, ano da dupla Comemoração dos Centenários da Fundação e da Independência de Portugal, para a qual foi realizada uma vastíssima campanha de obras no património imóvel, com o objetivo de, através das ações de conservação e restauro, associar os feitos heroicos do passado ao momento de «restauração política» defendido à data, transformando assim o património num instrumento de propaganda política³⁰. Neste período, e apesar de o foco das intervenções ter sido, em grande medida, os castelos³¹, também muitas das antigas casas religiosas receberam obras de conservação e restauro.

²⁷ ROSAS, 1995; CUSTÓDIO, 2008.

²⁸ Sobre este assunto ver ROSAS, 1995 e CUSTÓDIO, 2008.

²⁹ ROSAS, 1995, pp. 313-318.

³⁰ NETO, 2001; CORREIA, 2015.

³¹ CORREIA, 2015.



FIGURA 5 Mosteiro dos Jerónimos, Lisboa, 1878 [Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSB/PCSP/004/SEX/000410].

Por regra, as intervenções realizadas neste contexto, eram feitas de acordo com os princípios do restauro estilístico e incluíam também ações de *desafogamento*, ou seja, de demolição das construções no entorno dos edifícios, seguidas pela definição de zonas de proteção, que garantiam não só o *congelamento* do monumento enquanto objeto isolado, mas também da intervenção entretanto realizada³². O mesmo aconteceu com a generalidade dos edifícios monástico-conventuais intervencionados nesta época.

Casos como o Convento de São Francisco de Santarém ou o Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro são dois dos exemplos das intervenções que caracterizaram este período. O primeiro, um importante convento franciscano fundado no século XIII e utilizado como quartel militar desde a extinção das ordens religiosas até ao final do século XX, tendo sido classificado como MN em 1917³³, apenas foi alvo de intervenções de restauro a partir da década de 50. As diversas campanhas de obras que este imóvel sofreu demoliram as construções efetuadas pelos militares e reconstruíram grande parte do edifício, nomeadamente a sua igreja (figs. 6 e 7). O segundo caso, um antigo convento de clarissas fundado no início do século XVI naquela cidade algarvia, e que havia servido como fábrica de cortiça depois da saída das freiras, foi classificado como MN em 1948³⁴, tendo sido adquirido pela Câmara Municipal de Faro nos anos 60. Neste contexto, foi alvo de intervenções da DGEMN com o propósito de aí instalar o Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique e a Biblioteca Municipal. Estas, para além de dotarem o edifício de espaços necessários ao funcionamento do museu, efetuaram um profundo restauro do imóvel, incidindo particularmente no seu claustro (figs. 8 e 9).

³² TOMÉ, 2002; CORREIA, 2015.

³³ Decreto n.º 3 027, DG, I Série, n.º 38, de 14-03-1917.

³⁴ Decreto n.º 37 077, DG, I Série, n.º 228, de 29-09-1948.



FIGURA 6 Convento de São Francisco em Santarém: antes intervenção da DGEMN (SIPA-DGPC, FOTO.00520540, 1948).



FIGURA 7 Convento de São Francisco em Santarém: depois da intervenção da DGEMN (fotografia da autora, 2018).

FIGURA 8 Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro: antes da intervenção da DGEMN. (SIPA-DGPC, FOTO.00173208, 1947).

FIGURA 9 Convento de Nossa Senhora da Assunção em Faro: depois da intervenção da DGEMN (fotografia da autora, 2005).



3.2. CONTEXTO INSTITUCIONAL

A criação da Secretaria de Estado da Cultura em 1976, na dependência da Presidência do Conselho de Ministros, possibilitou a constituição, em 1980, de um novo organismo autónomo dedicado exclusivamente ao património: o Instituto Português do Património Cultural (IPPC). Mais tarde, em 1992, este foi dividido em dois organismos com competências próprias para cada um dos sectores do património: o Instituto Português dos Museus (IPM) e o Instituto Português do Património Arquitetónico e Arqueológico (IPPAR). Este último foi posteriormente (em 1997), subdividido em dois, quando se autonomizou o setor da arqueologia com a criação do Instituto Português de Arqueologia (IPA), para em 2007 voltar a agregar-se num único organismo, o Instituto de Gestão do Património Arquitetónico e Arqueológico (IGESPAR). Estas reformulações dos organismos públicos incluíram também a dissolução da DGEMN, um instituto com uma longa tradição de intervenção nos edifícios de valor patrimonial³⁵.

No decorrer deste período, as intervenções no património em Portugal encontravam-se assim a cargo de dois institutos em simultâneo: a DGEMN, na dependência do Ministério da Obras Públicas, e o IPPC (e os institutos que lhe seguiram nas décadas seguintes) na dependência do Ministério da Cultura. Mais recentemente, em 2012, um novo instituto – a Direção Geral do Património Cultural (DGPC) – veio assumir integralmente as funções de «gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel, móvel e imaterial do País» assim como a responsabilidade pela execução da «política museológica nacional»³⁶.

Foi neste quadro institucional que, no decorrer das últimas três décadas do século XX e das duas primeiras do século XXI, se desenvolveram diversos programas de intervenção no património construído, abrangendo muitos dos edifícios monástico-conventuais classificados.

³⁵ DGEMN, 1999; NETO, 2001.

³⁶ Decreto-Lei 115/2012 de 25 de maio, artigo 2º.

3.3. ALGUNS CASOS DE ESTUDO

3.3.1. MOSTEIRO DE SANTA MARINHA DA COSTA, GUIMARÃES: ADAPTAÇÃO A POUSADA (1977-1985)

Paralelamente à construção de pousadas de raiz, a DGEMN começou a realizar, a partir da década de 50, um conjunto de intervenções de adaptação de edifícios classificados a pousadas, no âmbito do programa de obras públicas do Estado. Ao longo das décadas seguintes, diversas estruturas monumentais foram incluídas neste programa, nomeadamente os edifícios fortificados e os monástico-conventuais. Tendo surgido no contexto da ditadura, este programa manteve-se ativo depois de 1974 com a criação da Empresa Nacional de Turismo (ENATUR) que ficaria responsável pela exploração das pousadas, ganhando um particular desenvolvimento na década de 90 e nomeadamente no que se refere à adaptação de edifícios com significado cultural³⁷.

No início deste século, a ENATUR acabou por ser privatizada, tendo as pousadas passado a ser geridas pelo Grupo Pestana. Nesta data, existiam em Portugal cerca de 40 pousadas, 18 das quais estavam instaladas em imóveis classificados, sendo que a maior parte destas (mais de 60%) resultaram da adaptação de edifícios monástico-conventuais. Eram, no total, 11 antigos mosteiros e conventos, aos quais se juntou, em 2006, o Convento de Nossa Senhora da Graça de Tavira, cuja adaptação se fez já sob a responsabilidade do Grupo Pestana.

O primeiro edifício deste vasto conjunto a ser intervencionado foi o Convento dos Lóios em Évora nos anos 60 do século XX, com projeto de Rui Ângelo Couto. Seguiu-se a intervenção no Convento da Ordem de Santiago, situado no Castelo de Palmela, com projeto de Rui dos Santos Castro Lobo, cuja inauguração data do ano de 1979. Paralelamente, desenvolveu-se o projeto para o Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Guimarães, da autoria de Fernando Távora, que foi concluído em 1985. No decorrer dos anos 90, um considerável número de edifícios de antigos mosteiros e conventos foi adaptado a pousada. Nesta data foram intervencionados sete edifícios: o Convento de São Francisco em Beja, com projeto de

³⁷ LOBO, 2006.

Maia Rebelo e José Alves; o Mosteiro da Flor da Rosa no Crato (Portalegre), com projeto de João Luís Carrilho da Graça; o Convento de Nossa Senhora da Assunção em Arraiolos, com projeto de João Paulo dos Santos; o Mosteiro de Santa Maria do Bouro em Amares (Braga), com projeto de Eduardo Souto Moura; o Convento das Chagas de Cristo em Vila Viçosa, com projeto de João de Almeida e Pedro Pinto; o Convento de Aracoeli integrado no Castelo de Alcácer do Sal, com projeto de Diogo Lino Pimentel; e o Convento de Nossa Senhora da Boa Esperança em Belmonte (Castelo Branco) com projeto de Luís Rebelo de Andrade, inaugurado já na transição para o século XXI. Nos primeiros anos deste século, juntaram-se mais dois conventos ao conjunto. Um deles foi o Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento em Vila Pouca da Beira (Oliveira do Hospital) cujo projeto de adaptação ficou a cargo de António Monteiro³⁸, e outro foi o Convento Nossa Senhora da Graça em Tavira, cuja obra, com projeto de João Sousa Campos, foi efetuada quando as pousadas já pertenciam ao Grupo Pestana, conforme referimos anteriormente.

Esta tipologia arquitetónica assumiu assim, um particular protagonismo no âmbito deste programa de utilização do património cultural para fins turísticos. Três razões principais podem justificar esta prevalência. A primeira deve-se ao facto de grande parte destes edifícios se encontrarem sem uso, alguns deles praticamente desde a saída das ordens religiosas e outros por já terem perdido os usos que receberam no pós-extinção. A segunda prende-se com as características da sua localização. Os mosteiros e conventos assumiam posições privilegiadas, quer em meio urbano, encontrando-se inseridos em tecidos urbanos consolidados, muitas vezes também eles com valor cultural, quer em meio rural, usufruindo de agradáveis condições paisagísticas no seu entorno. Finalmente, a terceira razão refere-se às suas características arquitetónicas, quer em termos da sua dimensão, qualidades artísticas e programa funcional. Estes edifícios são estruturas complexas que, no geral, assumem grandes dimensões, sendo normalmente constituídas por espaços construídos e espaços não-construídos (as cercas ou hortas). Para além disso, têm um inegável valor artístico, independentemente da

³⁸ Esta pousada acabou por ser encerrada pelo Grupo Pestana em 2017.

sua época de construção e das várias reformulações que sofreram ao longo dos tempos, e, na maioria dos casos, o seu programa funcional responde diretamente às necessidades de funcionamento de um equipamento hoteleiro.

Dentro dos vários edifícios monástico-conventuais que foram adaptados neste contexto, um deles destaca-se particularmente. Trata-se do Mosteiro de Santa Marinha da Costa em Guimarães, cuja intervenção foi realizada com projeto do arquiteto Fernando Távora, entre os finais da década de 70 e a primeira metade da de 80 (fig. 10). Este mosteiro, que terá tido origem nos finais do século XI, foi entregue aos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho no segundo quartel do século seguinte, data em que foi reconstruído praticamente na totalidade. No século XVI ficou sob a responsabilidade dos monges Jerónimos, que mantiveram a posse do edifício até à extinção das ordens religiosas. Depois disso, o imóvel passou para a posse do Estado e foi vendido em hasta pública. Comprado por particulares, foi

FIGURA 10 Mosteiro de Santa Marinha da Costa, Guimarães (Câmara Municipal de Guimarães, fotografia de Paulo Pacheco, 2007).



utilizado como habitação e equipamento educacional ao longo de grande parte do século XX. Em 1936 foi classificado como IIP³⁹ e adquirido pelo Estado em 1972. Cinco anos depois tiveram início as obras para a sua adaptação a pousada que decorreram até 1985, data da inauguração da unidade hoteleira.

Para esta intervenção, Fernando Távora adquiriu um profundo conhecimento sobre a longa história do edifício, servindo-se dela como um instrumento de projeto. A introdução do programa funcional da pousada nos espaços do antigo mosteiro foi feita de forma praticamente «direta», fazendo coincidir, sempre que possível, os novos usos de cada espaço com as suas velhas funções. Dada a necessidade de aumentar a capacidade do edifício, o arquiteto projetou um novo corpo, de linguagem contemporânea, onde instalou um novo conjunto de quartos e infraestruturas, numa ampliação que procurou seguir os princípios do processo de crescimento dos edifícios monásticos. A sua obra assumiu-se assim como o continuar do processo histórico de transformação do antigo mosteiro, tendo a sua intervenção procurado a continuidade e não a rutura com o passado⁴⁰.

Segundo Alexandre Alves Costa, a metodologia de intervenção que Távora utilizou em Santa Marinha da Costa, baseada no profundo conhecimento da história e da arquitetura do edifício, transformou-se «numa espécie de regra fundamental» para as intervenções no património em Portugal⁴¹.

3.3.2. MOSTEIRO DE SÃO MARTINHO DE TIBÃES, BRAGA: NOVOS E «VELHOS» USOS (1987-2008)

Em resultado do Programa Operacional de Intervenções no Património delineado para a atuação do IPPAR entre 2001 e 2006, inserido no III Quadro Comunitário de Apoio, o Programa de Intervenção em Conjuntos Monásticos, tal como o nome indica, foi destinado especificamente à intervenção nesta tipologia, abrangendo «alguns dos mais destacados mosteiros e conventos portugueses»⁴² que se encontravam sob a responsabilidade do IPPAR. Ao todo, eram 19 antigos mosteiros e conventos distribuídos por todo o país, procurando-se, desta forma,

³⁹ Decreto n.º 26 450, DG, I Série, n.º 69, de 24-03-1936.

⁴⁰ TÁVORA, 1985.

⁴¹ FIGUEIRA, MOURA, 2018, p. 141.

⁴² CALADO, 2002, p. 3.



FIGURA 11 Mosteiro de São Martinho de Tibães, Braga [Mosteiro de Tibães, Direção Regional de Cultura do Norte, 2018].

equilibrar o investimento em termos regionais. Porém, dadas as características dos exemplares escolhidos, a maioria dos mosteiros selecionados para este programa situavam-se nas áreas mais a norte, nomeadamente nos distritos de Braga e Porto.

Na totalidade deste conjunto, destacavam-se ainda os chamados *pesos-pesados*⁴³ – os mosteiros dos Jerónimos, da Batalha, e de Alcobaça, e ainda o Convento de Cristo – que são também aqueles que integram a lista do Património Mundial. Estes *quatro magníficos*, constantemente alvo de obras, tiveram essencialmente trabalhos de manutenção, de requalificação dos espaços para o acolhimento de visitantes, e de introdução de valências funcionais dada a sua condição de «serviços dependentes» do então IPPAR.

⁴³ CALADO, PEREIRA, LEITE, 2002, p. 6

Os restantes 15 imóveis foram alvo de diversos tipos de ações, sendo que o programa contemplava intervenções quer ao nível da investigação, quer da conservação e restauro, quer ainda da valorização e da divulgação deste património. Deste último conjunto, destacam-se algumas intervenções emblemáticas. Uma delas foi a intervenção realizada no Mosteiro de São Martinho de Tibães, situado no concelho de Braga (fig. 11)⁴⁴. A fundação desta casa religiosa no local onde hoje se encontra terá ocorrido nos finais do século XI⁴⁵, altura em que adotou a regra beneditina. Depois de atravessar uma profunda crise que se iniciou em meados do século XIV, o mosteiro foi reformado na sequência do Concílio de Trento, assumindo a partir de 1567 o papel de Casa-mãe da Congregação de São Bento em Portugal. Estas novas funções ditaram um novo programa arquitetónico que começou a tomar forma a partir de 1628, reformulando por completo o edifício e também a sua cerca monástica depois de 1725. Após a extinção das comunidades religiosas, as dependências deste antigo mosteiro foram vendidas em hasta pública, enquanto a igreja se manteve ao culto. Parte do imóvel entrou posteriormente num processo de contínuo abandono e degradação, principalmente a partir da década de 70 do século XX.

Finalmente, em 1986 o edifício foi adquirido pelo Estado Português que deu início a algumas medidas no sentido da sua salvaguarda. Uma delas foi a proposta para alteração da sua classificação. Este edifício havia sido classificado em 1944 como IIP, com a designação de «Igreja e mosteiro de Tibães, fontes e construções arquitectónicas da respectiva quinta»⁴⁶, porém, em 1987 foi proposta a alteração da designação da classificação para «Igreja e Mosteiro, Cerca, Cemitério, Cruzeiro, fontes, construções arquitectónicas da respectiva quinta». Mais tarde, em 2013, a Direção Regional de Cultura do Norte propôs a sua reclassificação como MN, com a designação de «Mosteiro de Tibães», tendo posteriormente, em 2015, sido aberto procedimento não só para a sua reclassificação como MN e red denominação, mas também para a ampliação da classificação de forma a abranger todo o mosteiro, incluindo a cerca⁴⁷. Neste momento, aguarda-se a conclusão do processo e a

⁴⁴ IPPAR, 2000, pp. 139-144.

⁴⁵ MATA, 2011.

⁴⁶ Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944.

⁴⁷ Anúncio n.º 58/2015, DR, 2.ª série, n.º 67, de 7-04-2015.

publicação do decreto de classificação, que concretizará assim a ampliação da classificação a todos os espaços do antigo mosteiro (incluindo a sua cerca) e que consequentemente determinará o alargamento da sua Zona Especial de Proteção (ZEP).

Para além destas medidas de proteção, foram também levadas a cabo obras de conservação e restauro do imóvel. Assim, depois de algumas «obras ‘de salvação’ prioritárias», foi equacionada a sua reutilização. Neste caso, o programa de reuso adaptativo foi ganhando forma «à medida que se ia sedimentando o conhecimento profundo do espaço, da sua história e do homem que o viveu»⁴⁸. Em resultado disso, procurou-se a convivência entre os «velhos» e os novos usos, numa intervenção que abrangeu a totalidade do antigo mosteiro: igreja, dependências e cerca monástica. A igreja foi mantida ao culto. As antigas dependências monásticas – onde o Noviciado, a Ala Sul e o Claustro do Refeitório foram alvo de uma intervenção de recuperação e reabilitação com projeto dos arquitetos Paulo Freitas e Maria João Marques – receberam uma comunidade monástica, com a responsabilidade de gestão de uma hospedaria e de um restaurante; um museu (com espaços museológicos, um centro de estudos de ordens monásticas e jardins históricos); e ainda, oficinas de conservação e restauro. Finalmente, a cerca, cujos trabalhos de recuperação se iniciaram em 1987 com projeto da arquiteta paisagista Maria João Dias Costa, foi aberta à fruição pública, tendo um papel central nas atividades de divulgação e de interpretação, nomeadamente nas realizadas pelo Serviço de Educação⁴⁹.

3.3.3. MOSTEIRO DE SANTA CLARA-A-VELHA, COIMBRA: MUSEALIZAÇÃO DO ESPAÇO (1995-2009)

Outra das intervenções de destaque do Programa de Intervenção em Conjuntos Monásticos foi a levada a cabo no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha em Coimbra (fig. 12), sendo considerada, segundo os técnicos do IPPAR, como «uma das mais importantes revelações no quadro da arqueologia medieval e da conservação e revitalização monumental em Portugal, e ao que cremos, na Europa»⁵⁰.

⁴⁸ MATA, 2002, p. 85.

⁴⁹ LOUREIRO, 2020.

⁵⁰ IPPAR, 2000, p. 176.



FIGURA 12 Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra (fotografia da autora, 2015).

A fundação Mosteiro de Santa Clara-a-Velha na cidade de Coimbra remonta aos finais do século XIII, tendo sido realizada por iniciativa de D. Mor Dias numa quinta situada na margem esquerda do rio Mondego, junto ao Convento de São Francisco. Face à oposição dos Cónegos de Santa Cruz, a casa acabou por ser extinta em 1311. Porém, três anos depois, D. Isabel de Aragão obteve licença do papa Clemente V para refundar o convento no mesmo local, dando início à sua construção em 1316, junto da qual edificou ainda um hospital e um paço onde se recolheu em 1325. Constantemente afetado pela subida das águas do Mondego, o edifício acabou por ser abandonado pelas freiras que no século XVII se mudaram para um outro imóvel construído num local mais alto, conhecido como Santa Clara-a-Nova. Aí se mantiveram até à extinção das ordens religiosas. Depois dessa data, o velho mosteiro de Santa Clara foi adquirido por particulares que o utilizaram como habitação e curral de animais.

A introdução deste imóvel na primeira lista de classificação em 1910 traduz a importância dada a esta antiga casa religiosa, nomeadamente pela sua associação à figura histórica da Rainha Santa. No entanto, este só viria a ser alvo de obras entre as décadas de 20 e 40 sob a responsabilidade da DGEMN que procurou devolver ao edifício a sua configuração primitiva⁵¹. Apesar das várias intervenções realizadas durante as décadas seguintes, o edifício manteve-se abandonado e

⁵¹ CÔRTE-REAL *et al.*, 2002, p. 24.

parcialmente submerso sob as águas do Mondego. Finalmente, em 1989, o IPPC lançou um concurso para a valorização do conjunto. Porém, o projeto vencedor, que previa a manutenção da água envolvendo a igreja conventual, não chegou a ser executado face aos resultados da campanha de escavações arqueológicas iniciadas em 1995, que permitiram a exumação de importantes elementos para o conhecimento desta antiga casa religiosa.⁵² Este facto, levou à definição de um novo projeto de valorização em 2004, da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez, que contemplou a manutenção da ruína (da igreja e também do claustro), a continuação das escavações arqueológicas, a construção de um novo edifício para receber um Centro Interpretativo (fig. 13) – que inclui auditório, loja, laboratórios, depósitos de materiais e espaços pedagógicos – e a definição de circuitos de visita no espaço da antiga cerca conventual.



FIGURA 13 Centro de Interpretação do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, Coimbra (fotografia da autora, 2015).

⁵² MACEDO, 2002.

A investigação efetuada pela vasta campanha de escavações arqueológicas realizadas no edifício, permitiu um maior conhecimento do antigo mosteiro e da vivência das religiosas. Este conhecimento determinou a alteração do projeto de valorização e forneceu os conteúdos para a definição do programa museológico⁵³. Para além disso, obrigou também à alteração da classificação do imóvel, através da ampliação dos elementos classificados. Assim, a classificação efetuada em 1910, com a designação de «Mosteiro de Santa Clara primitivo [ruínas]», que contemplava apenas a igreja conventual, foi ampliada para incluir a totalidade do antigo convento, «designadamente a igreja, o claustro principal, o dormitório, o refeitório, a cozinha, a sala do capítulo e, ainda, parte das estruturas pertencentes a um segundo claustro», de acordo com uma proposta efetuada em 2006 e concluída em 2012. A publicação deste decreto determinou assim, a ampliação da classificação deste imóvel, atendendo ao seu interesse «como testemunho simbólico e religioso, ao seu valor estético e à conceção arquitetónica», juntamente com a alteração da sua designação para «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha».⁵⁴

3.3.4. CONVENTO DE NOSSA SENHORA DO DESTERRO, LISBOA: DIVERSIDADE DE USOS (2013-...)

Ao mesmo tempo que desenvolve iniciativas para a valorização de edifícios com significado cultural, afetando-os a novos usos, o Estado Português cria condições para que muitos outros fiquem ao abandono, sem assegurar previamente as condições para a sua reutilização para outros fins. Foi o que aconteceu no caso da Colina de Santana em Lisboa, para onde se determinou a desativação de um número significativo de hospitais que durante cerca de dois séculos funcionaram em edifícios monástico-conventuais.

Com a intenção de reformular os serviços hospitalares, centralizando-os num grande hospital na zona oriental da cidade, o Estado determinou o

⁵³ Parte do espólio recuperado no âmbito das escavações arqueológicas, realizadas entre 1995 e 2000, encontra-se incluído na exposição permanente «Freiras e Donas de Santa Clara: Arqueologia da Clausura» do Centro Interpretativo. CÔRTE-REAL, 2009.

⁵⁴ Decreto n.º 31-A/2012, DR, 1.ª série, n.º 252 (suplemento), de 31-12-2012 [ampliou a área classificada e alterou a designação para «Mosteiro de Santa Clara-a-Velha»].



FIGURA 14 Convento de Nossa Senhora do Desterro, Lisboa (fotografia de José Vicente, 2014, Arquivo Municipal de Lisboa, PT/AMLSB/CMLSBAH/PCSP/004/LPC/033/001719).

encerramento do conjunto dos hospitais existentes nessa área, que funcionavam em edifícios de antigos mosteiros e conventos, entre eles encontram-se o Hospital de São José (instalado desde o século XVIII no Colégio de Santo Antão-o-Novo), o Hospital de Santo António dos Capuchos (instalado desde 1928 no convento com o mesmo nome, que desde a extinção das ordens religiosas servia como Asilo da Mendicidade de Lisboa), o Hospital de Santa Marta (instalado no convento com o mesmo nome, que na transição entre os séculos XIX e XX começou a ser utilizado para fins hospitalares), o Hospital Miguel Bombarda (instalado no Convento de São Vicente de Paula, que recebeu os primeiros doentes em 1848) e o Hospital do Desterro (instalado no Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro que iniciou funções hospitalares na segunda metade do século XIX). Deste conjunto, o Hospital do Desterro foi o primeiro a ser desativado, tendo sido encerrado em 2007, depois de ter servido como hospital por mais de 150 anos.

A primeira pedra para a fundação do Mosteiro de Nossa Senhora do Desterro (fig. 14), de monges cistercienses, foi lançada em 1591. O projeto ficou, no entanto, incompleto e no início do século XVIII a igreja ainda estava por concluir. No decorrer desse século foi por duas vezes utilizado para funções hospitalares: em 1750, uma parte do edifício foi provisoriamente ocupada com serviços

do Hospital Real de Todos-os-Santos e em 1796 acolheu parte das instalações do Hospital da Marinha. No início de Oitocentos começou por servir como quartel militar e depois acolheu os órfãos da Casa Pia, e no século seguinte, após a saída dos monges, teve uma diversidade de usos: foi Sala de Audiências, escola, alojamento de famílias carenciadas, anexo do Hospital de São José e do Colégio Militar, quartel e aula régia. Deste conjunto de diferentes utilizações, destaca-se a sua função hospitalar, inicialmente na dependência do Hospital de São José. Tendo sido, por diversas vezes, alvo de intenções de reforma entre os séculos XIX e XX⁵⁵, o Hospital do Desterro acabou por ser encerrado no início do século XXI, no contexto da reformulação dos serviços hospitalares da capital, não tendo qualquer grau de classificação.

Em 2007 integrou a Parpública, uma empresa do Estado, tendo sido posteriormente adquirido pela Estamo que, em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa e a empresa Mainside, delineou um projeto de intervenção para o edifício. Neste contexto, em 2013, foram realizadas algumas operações de limpeza e de demolição das compartimentações dos espaços feitas em função das necessidades da sua utilização hospitalar. Estas revelaram-se de extrema importância para a interpretação dos valores artísticos do antigo mosteiro. Dois anos depois, com base nos valores identificados, foi apresentado um projeto da responsabilidade do gabinete do arquiteto Pedro Domingues, que pretendeu «reabrir e libertar os espaços» para acolher novas funções, mas sem «apagar totalmente a história mais recente do edifício»⁵⁶, dando também continuidade ao processo de conhecimento do edifício iniciado em 2013. Para tal, o projeto previu a criação de um campo arqueológico, aberto em permanência para possibilitar e aprofundar o estudo do antigo mosteiro, e integrado num conjunto diversificado de novos usos planeados para o edifício, que abrangem a hotelaria, a restauração, a saúde e o comércio, e cujo programa de instalação assenta em duas ideias chave: uma é abrir o antigo Mosteiro e Hospital à cidade; e outra é a reversibilidade dos novos elementos e usos. Porém, depois de ter a abertura dos primeiros espaços prevista para 2019, o projeto estagnou, estando as obras atualmente paradas.

⁵⁵ SOARES *et al.*, 2020, pp. 144-154.

⁵⁶ SOARES *et al.*, 2020, p. 157.

NOTAS FINAIS

Ao longo dos últimos 150 anos, os valores que cada sociedade atribuiu aos edifícios monástico-conventuais sofreram consideráveis alterações. Em resultado disso, não só o número dos imóveis que foram classificados aumentou exponencialmente, nomeadamente a partir da década de 80 do século XX, como também algumas das iniciais classificações foram ampliadas para incluir partes dos edifícios que antes não haviam sido consideradas. A atualização das classificações em função dos novos valores atribuídos a estes edifícios, sendo necessária, tem sido feita de forma casuística, tornando-se, portanto, urgente alargá-la a um maior conjunto de imóveis.

A identificação do significado cultural de cada bem – entendido como o conjunto de valores que este tem para uma determinada comunidade ou para a sociedade em geral⁵⁷ – é, não só a base para o seu reconhecimento como bem cultural, através da sua classificação, como também deve servir de suporte a todo o seu processo de gestão e valorização. Assim, as abordagens baseadas nos valores culturais, quer no âmbito da gestão, quer da conservação do património, são atualmente reconhecidas como fundamentais para guiar qualquer intervenção⁵⁸. Neste sentido, a desatualização dos valores oficialmente reconhecidos em cada um dos imóveis coloca desafios não só à sua proteção⁵⁹, como também à tomada de medidas para a sua valorização.

Os valores culturais de determinado bem são identificados a partir do conhecimento das suas características particulares e das relações que mantêm com o meio e com a comunidade onde estão inseridos. Este conhecimento é, por sua vez, possibilitado pela investigação, que é no fundo a base da cadeia das diferentes ações da gestão do património e também de cada uma delas individualmente.

Os casos analisados, que recorrem – ainda que de modo bastante sintético – as intervenções de reutilização levadas a cabo nos edifícios monástico-conventuais desde as últimas três décadas do século XX até à atualidade são

⁵⁷ BOND, WORTHING, 2008.

⁵⁸ AVRAMI *et al.*, 2020.

⁵⁹ MARADO, 2007.

alguns dos exemplos em que o conhecimento funcionou como princípio orientador nos diferentes níveis da gestão do património, como por exemplo: i) ao nível da classificação, determinando a sua revisão em função da adição de novos elementos e valores; ii) ao nível das intervenções de conservação e restauro, determinando até a alteração de obras anteriormente previstas; iii) ao nível da reutilização, sendo fundamental para definir os novos usos a introduzir nos edifícios ou servindo como ferramenta para o projeto de implementação desses usos (quando estes estavam definidos à partida); iv) ou ainda, ao nível das atividades de difusão e de interpretação, fornecendo conteúdos para programas museológicos ou para a elaboração de atividades de divulgação do património em diversos âmbitos. Porém, nalguns destes casos – como, no geral, em muitos outros – a investigação tende a centrar-se no aprofundamento do conhecimento sobre os valores *tradicionalmente atribuídos*⁶⁰ ao património imóvel – como o histórico e o estético – ignorando outros potencialmente significativos e que, face à falta de revisão das classificações, muitas vezes não se encontram sequer identificados, como é o caso, por exemplo, dos valores sociais. Torna-se, portanto, necessário uma maior articulação entre os primeiros, que são essencialmente interpretados na esfera dos *especialistas do património* e os segundos, que envolvem as comunidades e se relacionam como os usos contemporâneos do património cultural⁶¹.

⁶⁰ AVRAMI, MASON, 2020.

⁶¹ SMITH, 2006.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AVRAMI, E.; MacDONALD, S.; MASON, R.; MYERS, D. (ed.) [2020]. *Values in Heritage Management: Emerging Approaches and Research Directions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute Publications.
- AVRAMI, E.; MASON, R. [2020]. «Mapping the Issue of Values». In AVRAMI, E.; MacDONALD, S.; MASON, R.; MYERS, D. (ed.). *Values in Heritage Management: Emerging Approaches and Research Directions*. Los Angeles: Getty Conservation Institute Publications.
- BERNARDES, J.; MOREIRA, R.; OLIVEIRA, L. (ed.) [2014]. *Património e Território: Relatório Final*. Faro: Secretaria de Estado da Cultura – GEPAC.
- BOND, S.; WORTHING, D. [2008]. *Managing Built Heritage: The Role of Cultural Significance*. Oxford: Blackwell Publishing
- BRANCO, R. L. S. [2010]. «Hospital do Desterro: um mosteiro desterrado». *Pedra & Cal*, n.º 46, pp. 10-12.
- CALADO, L. F. [2002] «Editorial». *Revista Património/Estudos*, n.º 2 – Intervenções em Conjuntos Monásticos, p. 3.
- CALADO, L.; PEREIRA, P.; LEITE, J. [2002]. «O regresso dos monges. Intervenções do IPPAR em conjuntos monásticos.» *Revista Património/Estudos*, n.º 2, pp. 5-22.
- CORREIA, L. [2015]. *Monumentos, Território e Identidade no Estado Novo: Da definição de um projecto à memorização de um legado*. Coimbra: Universidade de Coimbra. Tese de Doutoramento.
- CÔRTE-REAL, A.; SANTOS, P. C.; MOURÃO, T.; MACEDO, F. P. [2002]. «Intervenção no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra». *Estudos/Património*, n.º 2, pp. 23-32.
- CORTE-REAL, A. [2009]. «Valorização do Mosteiro de Santa Clara-a-Velha de Coimbra: Contemporaneidade e Passado... O Sítio devolvido à cidade e ao País». *Pedra & Cal*, n.º 42, pp. 29-31.
- CUSTÓDIO, J. [2008]. *'Renascença' Artística e Práticas de Conservação e Restauro Arquitectónico em Portugal, durante a 1.ª República*. Évora: Universidade de Évora. Tese de Doutoramento.
- DGEMN [1999]. *Caminhos do património: 1929-1999*. Lisboa: DGEMN.
- FIGUEIRA, J.; MOURA, C. M. [2018]. *Físicas do património português: arquitetura e memória. Catálogo da exposição Museu de Arte Popular*. Lisboa: DGPC.
- FRANCO, J. E.; MOURÃO, J. A.; COSTA, A. C. da G. (dir.) [2010]. *Dicionário Histórico das Ordens e Instituições Afins em Portugal*. Lisboa: Gradiva.
- INE [2020]. *Estatísticas da Cultura: 2019*. Lisboa: INE.
- IPPAR [2000]. *Património: balanço e perspectivas (2000-2006)*. Lisboa: IPPAR.
- LOBO, S. [2006]. *Pousadas de Portugal: reflexos da arquitectura portuguesa do século XX*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra
- LOUREIRO, J. F. [2020]. «Percurso e desafios da mediação no Mosteiro de São Martinho de Tibães». In DUARTE, A. (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, vol. 1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, pp. 62-97.

- MACEDO, F. P. (2002). «Santa Clara-a-Velha, à procura de um mosteiro perdido». In *Conversas à volta dos conventos*. Évora: Casa do Sul Editora, pp. 95-108.
- MARADO, C. A. (2007). *Patrimonio conventual y periferia urbana. La salvaguardia de los antiguos espacios conventuales del Algarve*. Sevilha: Escuela Técnica Superior de Arquitectura, Universidade de Sevilha. Tese de Doutoramento em Arquitectura.
- MARADO, C. A. (2010). «Do sagrado ao profano: o processo de atribuição de um uso às antigas casas regulares do Algarve». *Promontoria*, 7/8, pp. 289-307.
- MARADO, C. A., ed. (2014). *CES Contexto Debates*, 6 (Monastic architecture and the city). Coimbra: Centro de Estudos Sociais.
- MATA, A. R. da (2002). «Fragmentos do Mosteiro de São Martinho de Tibães». *Estudos/ Património*, n.º 2, pp. 80-85.
- MATA, A. R. da (2011). «Vidas na vida de um mosteiro». *Revista da Santa Casa da Misericórdia de Braga*, n.º 7, pp. 87-168.
- NETO, M. (2001). *Memória, Propaganda e Poder: O Restauro dos Monumentos Nacionais (1929-1960)*. Porto: FAUP.
- ROSAS, L. (1995). *Monumentos Pátrios: A arquitectura religiosa medieval – património e restauro (1835-1928)*. Porto: Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- SILVA, A. M. (1984a). «A venda dos bens nacionais: a carta de lei de 15 de Abril de 1835. Aspectos introdutórios e gerais». *Revista Portuguesa de História* (XIX), pp. 59-115.
- SILVA, A. M. (1984b). «A Venda dos Bens Nacionais: a Carta de Lei de 15 de Abril de 1835: Aspectos económico-geográficos. Os resultados estatísticos». *Revista Portuguesa de História* (XX), pp. 155-221.
- SILVEIRA, L. (1980). «A Venda dos Bens Nacionais (1834-1843): Uma Primeira Abordagem». *Análise Social* (61-62), pp. 87-110.
- SMITH, L. (2006). *Uses of Heritage*. London: Routledge.
- SOARES, C. M.; NETO, M. J.; PASCOAL, A. M.; CUNHA, J. A. (2020) «Da Nossa Senhora do Desterro de Lisboa: depois de convento e hospital, que futuro?». *ARTisDN*, n.º 10, pp. 140-160
- SOUSA, B., ed. (2005). *Ordens Religiosas em Portugal das origens a Trento*. Lisboa: Livros Horizonte.
- TÁVORA, F. (1985). «Pousada de Santa Marinha: Guimarães». In *Boletim da DGEMN*, n.º 130. Lisboa: DGEMN.
- TOMÉ, M. (2002). *Património e restauro em Portugal (1920-1995)*. Porto: FAUP.

A IMPORTÂNCIA DO ARQUIVO NA FUNDAMENTAÇÃO DE PROPOSTAS DE CARÁCTER URBANÍSTICO: DUAS EXPERIÊNCIAS EM FARO

TERESA VALENTE

Câmara Municipal de Faro

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve

TÂNIA RODRIGUES

INTRODUÇÃO

Toda a atuação municipal de carácter urbanístico, nomeadamente a que concerne a atos singulares de licenciamento, atos regulamentares e de conhecimento e divulgação destas matérias deve, para além dum enquadramento na lei geral (ordenamento jurídico em vigor), assentar em parâmetros devidamente sólidos e rigorosos que alicercem as diretrizes de atuação, de forma a contrariar qualquer discricionariedade ou negligência nos processos, conferindo-lhes assim, a transparência, «robustez e, sustentabilidade»¹, necessárias aos atos apresentados.

Neste contexto, surge «A importância do arquivo na fundamentação de propostas de carácter urbanístico: duas experiências em Faro» onde se pretende, a partir de duas situações distintas – a definição de especificações no âmbito da classificação de um conjunto de interesse municipal e preparação de conteúdos para uma exposição sobre o urbanismo da cidade de Faro – refletir sobre a importância dos arquivos como uma das ferramentas fundamentais à construção dum suporte teórico e de validação de propostas – metodologias – que se pretendem credíveis, sólidas e fundamentais a um rigoroso exercício da gestão da cidade.

1. QUESTÕES PRELIMINARES

Antes porém, de apresentar a especificidade dos casos selecionados, alguns pontos de partida:

- a) A importância da fundamentação das propostas – o rigor científico.
«'Rigor' deriva da palavra francesa 'rigueur' – força e dureza. Uma perspectiva prevalente nas ciências naturais e exata, aproxima a ideia de rigor a 'trabalho sólido', expressando um senso de informação confiável»².

¹ TARRAFA SILVA, A. & PEREIRA RODERS, A. R., 2021.

² VASCONCELOS, MENEZES & RIBEIRO, 2010.

- b) A necessidade de construção de sistemas de apoio à decisão – as metodologias.

Qualquer decisão deve ser apoiada em sistemas credíveis de avaliação, de forma a garantir as melhores escolhas de acordo com os mais adequados objetivos traçados.

«A definição de um sistema de apoio à decisão implica formular e modular uma estrutura de decisão, compreensível e aceite pelos atores envolvidos e elaborar métodos para a sua aplicação que permitam subdividir a avaliação global, em avaliações desagregadas e ponderáveis»³.

- c) O arquivo como uma ferramenta inquestionável na concretização dos pontos anteriores.

«Os arquivos são verdadeiros recursos para a gestão, para a administração e para a cultura, aumentando desta forma, a sua visibilidade como agentes de desenvolvimento da sociedade e ao proporcionarem ativamente o usufruto da memória de um concelho e das suas gentes procuram, também, contribuir para uma cidadania mais informada, responsável e participativa»⁴.

2. OS DOIS CASOS DE ESTUDO

2.1. A CLASSIFICAÇÃO DE UM CONJUNTO URBANO DE INTERESSE MUNICIPAL: DEFINIÇÃO DE *ESPECIFICAÇÕES*⁵

Não obstante o «interesse cultural relevante» verificado nos domínios «arquitectónico, científico, social e técnico»⁶, que fundamentou a classificação como de Interesse Municipal, do Conjunto Urbano entre o Mercado Municipal e a Escola Secundária João de Deus⁷ (fig. 1), a legislação em vigor determina a definição de um conjunto de especificações para o mesmo, que «cirurgicamente» visam:

³ MOURÃO, J., 2021.

⁴ SABÓIA, J., 2011.

⁵ Artigo 54.º do DL n.º 309/2009 de 23 de outubro.

⁶ Artigo 2.º do DL n.º 107/2001 de 8 de setembro.

⁷ Edital n.º 648/2012.



FIGURA 1 Imagem aérea do Conjunto Urbano entre o Mercado Municipal e a Escola Secundária João de Deus. Conjunto classificado como de Interesse Municipal – Edital 648/2012, DR, 2.ª Série, n.º 136, de 16/07/2012 (Google Maps).

- a) «Gradação das restrições nomeadamente, quanto à volumetria, morfologia, alinhamentos e cêrceas, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios;
- b) Zonas *non aedificandi*;
- c) Áreas de sensibilidade arqueológica com a gradação das restrições, nomeadamente quanto ao tipo de procedimento de salvaguarda de carácter preventivo;
- d) Bens imóveis ou grupos de bens imóveis, que:
 - i. Devem ser preservados integralmente;
 - ii. Podem ser objetos de obras de alteração;
 - iii. Devem ser preservados;
 - iv. Em circunstâncias excepcionais, podem ser demolidos;
 - v. Podem suscitar o exercício do direito de preferência, em caso de venda ou dação em pagamento;
 - vi. Se encontram sujeitos ao regime de obras ou intervenções previsto no DL n.º 140/2009, de 15 de junho;
- e) Identificação das condições e da periodicidade de obras de conservação de bens imóveis ou grupo de bens imóveis, de acordo com o regime do Decreto-Lei n.º 140/2009, de 15 de junho;
- f) As regras de publicidade exterior»⁸.

⁸ N.º 1, Artigo 54.º, DL n.º 309/2009 de 23 de outubro

Perante o objetivo – definição de restrições identificadas na legislação específica – tornou-se necessário identificar:

- O contexto – o enquadramento jurídico;
- O como – a metodologia de suporte.

À semelhança do disposto no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de outubro, para as zonas de proteção, as restrições definidas para os conjuntos classificados, «deverão antecipar as virtualidades dum plano de pormenor, conforme disposto no regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial»⁹.

Ora, a ausência para esta área de qualquer instrumento de gestão territorial de nível superior, à exceção do Plano Diretor Municipal, colocou à partida uma dualidade: alguma «liberdade» no estabelecimento das restrições, ao mesmo tempo que alguma contenção no tocante à opção por qualquer proposta que fosse para além do que está genericamente estabelecido para os instrumentos de gestão territoriais, conformados na lei. Por outras palavras, o que fosse definido deveria «antecipar as virtualidades dum plano de pormenor» sem, no entanto, ultrapassar aquilo que fosse constituído como direito nos termos do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Se esta visão condicionante poderia ser facilmente adotada para os itens apresentados nas três primeiras alíneas do art.º 54.º do DL 309/2009 – a) graduação das restrições nomeadamente, quanto à volumetria, morfologia, alinhamentos e cérceas, cromatismo e revestimento exterior dos edifícios; b) zonas *non aedificandi* e; c) áreas de sensibilidade arqueológica – já no tocante à alínea d), relativa às intervenções possíveis para os edifícios ou conjuntos de edifícios integrados no conjunto classificado, a situação requeria a critérios mais apertados, devidamente integrados numa metodologia de avaliação, decorrente dum «rigor», identificado *a priori* como condição *sine qua non*. Tornava-se assim fundamental o «desenho de uma metodologia», considerado à partida como uma «aproximação a uma metodologia», com o objetivo prioritário

⁹ Preâmbulo do DL n.º 309/2009 de 23 de outubro.

de contribuir para definir um método de avaliação e de fundamentação das restrições, método esse que pudesse vir a ser implementado, monitorizando, avaliado e, sempre que possível, melhorado, quando e se, aplicado a casos futuros.

Na construção dessa «aproximação a uma metodologia», procurou identificar-se parâmetros relativos a cada edifício – referências em estudos e instrumentos de gestão em vigor, autorias de projeto, características e estado (conservação e descaracterização) – que fundamentassem a valoração.

Os parâmetros identificados previamente suportaram-se num conjunto de dados recolhidos a partir de levantamento exterior – localização, número de pisos, tipologia, uso, estado de conservação, intervenções de descaracterização – e em arquivo –, projeto inicial e projetos de alteração licenciados e, ainda, bibliografia e documentos específicos.

Numa tentativa de contrariar alguma discricionariedade, procurou conferir-se aos dados, não diretos, o maior carácter quantitativo possível, por alternativa ao qualitativo/subjetivo, definindo previamente critérios a observar, nomeadamente:

- Estado de conservação – bom (quando não há nada a referir); razoável (quando faltam trabalhos de manutenção e de conservação ao nível dos revestimentos e acabamentos); ou mau (quando se identificam anomalias graves ou inexistência de elementos primários da construção).
- Intervenções de descaracterização – inexistentes (não há intervenções); reversíveis (quando foram alteradas as caixilharias, sistemas de obscurimento, revestimentos e acabamentos, guardas de varandas e muros, entre outros); e irreversíveis (quando as alterações incidiram sobre tipologias interiores; vãos, introdução de novos volumes, entre outros).

Foi igualmente a consulta em arquivo municipal que permitiu o conhecimento do processo de construção da maioria dos edifícios onde, através da consulta do respetivo projeto, foi possível identificar a respetiva autoria e conseqüente reconhecimento de: alterações apresentadas; sistemas construtivos; datas de construção e; alteração e outros indicadores fundamentais para o conhecimento e avaliação efetiva da peça arquitetónica.

Perante factos não há argumentos, isto é, outra abordagem que não fosse o mais possível factual, poderia afastar-se do rigor pretendido para o processo e, assim, ser facilmente contestada.

Neste contexto, importa aqui referir a importância do arquivo, enquanto espólio resultante de uma produção documental e gráfica de gestão, a vários níveis, essencialmente administrativa. Se atendermos ao facto de que a constituição de arquivos é uma prática ancestral, desde sempre fundamental como repositório de documentação para prova futura, estamos, atualmente, ao aceitar a aceleração dos procedimentos, a desvalorizar o manancial de informação produzida e preservada por todos aqueles que, antes de nós, pensaram a cidade e a sua gestão a bem da sociedade. Mostrou-se, portanto, ser uma mais-valia o desenvolvimento de uma metodologia que visasse a inter-relação entre o trabalho de campo e o trabalho de arquivo.

Restava completar a recolha de dados com uma pesquisa sobre bibliografia e outras fontes referenciadas previamente.

Recolhidos os dados, seguiu-se o seu tratamento, agregação e valoração, numa tabela determinada pelos seguintes parâmetros:

- Edifício referenciado – SIPA¹⁰, Mapa da Arquitetura de Faro¹¹, e Plano Diretor Municipal, com uma ponderação de 1 ponto para cada fonte;
- Autoria do projeto – arquiteto, engenheiro, construtor/outro, com uma ponderação de 3 ou 2, 1 e zero pontos, respetivamente;
- Estado de conservação – bom, razoável e mau, com uma ponderação de 2, 1 e zero pontos, respetivamente;
- Intervenções de descaracterização – sem intervenções, intervenções reversíveis e irreversíveis, com uma ponderação de 2, 1 e zero pontos, respetivamente.

O somatório dos parâmetros, determinou uma classificação total para cada edifício, o que permitiu a constituição de grupos por intervalos de classificação e,

¹⁰ http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/Default.aspx

¹¹ AA – Mapa da Arquitectura de Faro - Argumentum, 2003.

consequentemente, a atribuição, a cada grupo, de um nível de proteção, no qual poderiam estar identificadas as operações urbanísticas admissíveis. Ou seja:

- Proteção integral (edifícios com classificação igual ou superior a 7) – nível de proteção a aplicar aos edifícios que, pelo seu valor cultural intrínseco, pela integridade face ao projeto inicial e pela coerência da sua situação urbana, devem ser preservados na totalidade. Estes edifícios, podem estar maioritariamente sujeitos a obras de conservação sendo ainda admissíveis as obras de alteração e ampliação, em situações muito pontuais e específicas, devidamente apresentadas (fig. 2);



FIGURA 2 Edifício n.º 17 e 19, Rua General Humberto Delgado, Faro – Proteção integral (Arquivo Municipal de Faro).

- Proteção estrutural (edifícios com classificação entre 4 e 6, inclusive) – nível de proteção a aplicar aos edifícios que, embora detenham aspetos que lhes permitam identificar parte do seu valor cultural intrínseco, pelas alterações introduzidas ao projeto inicial e à sua situação urbana, perderam a integridade face ao conjunto, devendo ser objeto de intervenções mais intrusivas



FIGURA 3 Edifício n.º 11 e 13, Rua General Humberto Delgado, Faro – Proteção estrutural (Arquivo Municipal de Faro).

FIGURA 4 Edifício n.º 34, Rua General Humberto Delgado, Faro – Sem proteção (Arquivo Municipal de Faro).



- tendentes à sua alteração. Estes edifícios, podem estar sujeitos a obras de conservação, alteração e ampliação em situações específicas (fig. 3);
- Sem proteção (edifícios com classificação igual ou inferior a 3) – nível a aplicar a edifícios que, não detendo qualquer valor cultural intrínseco no contexto do conjunto classificado, não estarão sujeitos a qualquer nível de proteção. Estes edifícios, podem estar sujeitos a obras de conservação, alteração e ampliação, demolição e construção nova (fig. 4).

2.2. A EXPOSIÇÃO «FARO, MARCOS DE URBANISMO»: PREPARAÇÃO DE CONTEÚDOS

A «encomenda» de uma exposição sobre a evolução urbana em Faro levou desde logo as autoras, por razões que se prenderam com os meios e o tempo disponíveis bem como pela necessidade de estudo e de investigação como fundamento para identificação dos seus conteúdos, a manifestarem a incapacidade de o fazer.

Como contrapartida, foi proposto trabalhar documentos decorrentes de investigação em arquivo construindo assim, não uma «história» com a continuidade e sequência de uma evolução urbana mas sim, uma história contada em episódios que se conheciam melhor, complementados com outros que se consideraram ser de investigar exclusivamente para o efeito (fig. 5). «Mais do que a história da evolução urbana da cidade, a história da cidade é feita de «momentos-marcos» que foram os grandes responsáveis pelo seu desenvolvimento»¹².

FIGURA 5 Faro: *Marcos de Urbanismo*. Catálogo da exposição, 2017 [fotografia das autoras].



¹² AFONSO, P.; MALOBBIA, P.; RODRIGUES, T. & VALENTE, T., 2017.

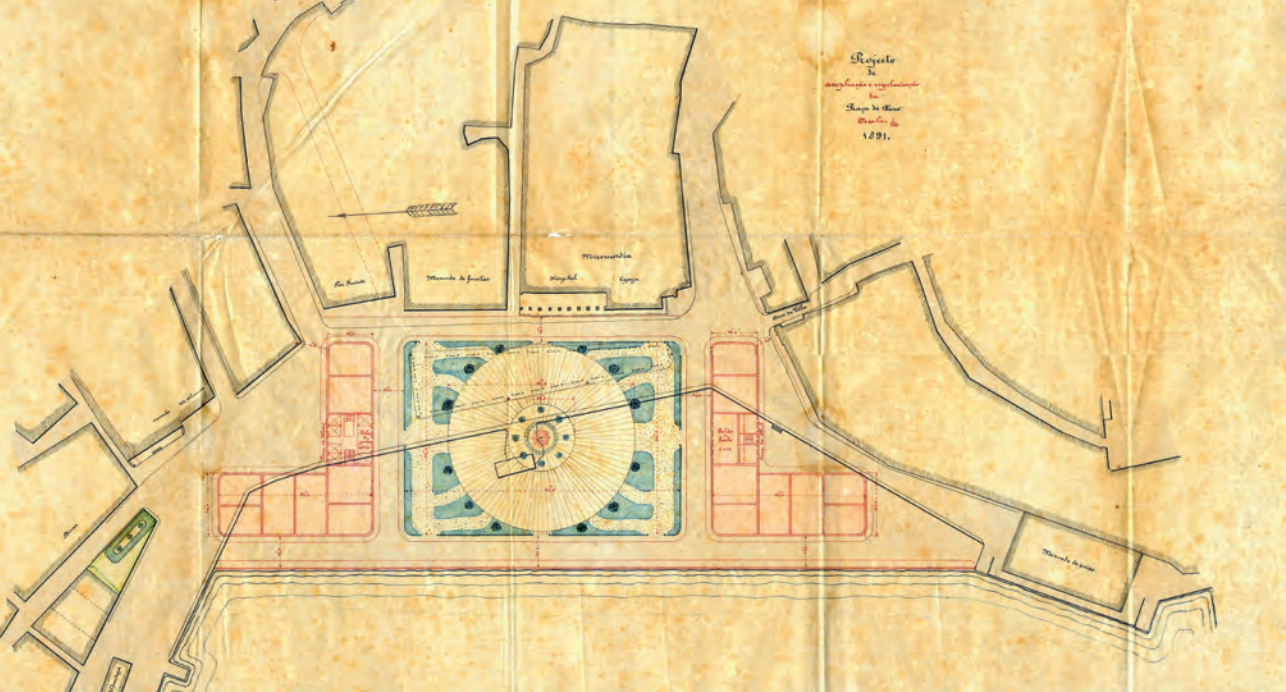


FIGURA 6 Projeto de Ampliação e Regularização da Praça de Faro, 1891 (Arquivo Distrital de Faro, Arquivo Histórico Municipal de Faro).

Assim, à «Evolução Urbana de Faro» foi contraposto «Faro, Marcos de Urbanismo» e, perante o espaço disponível no Museu Municipal de Faro (três salas), foram trabalhados conteúdos para três «momentos» de Faro:

a) *Da Praça da Rainha à Praça D. Francisco Gomes* (fig. 6)

Para a sala 1, foi proposto identificar alguns dos acontecimentos mais significativos que contribuíram para a transformação de um espaço que veio a materializar-se como a zona nobre, por excelência, de Faro, desde há muitos séculos e, ainda hoje em certa medida, porta de entrada desta cidade. Procedeu-se à seleção de alguns documentos recolhidos em diversos arquivos, cuja relevância já havia sido estudada no contexto de anteriores investigações que visaram o espaço urbano, e à necessária adaptação dos mesmos aos pressupostos da exposição.

A evolução deste espaço foi contada de forma cronológica a partir de gravuras existentes, não apenas em arquivos locais, como o Arquivo Distrital de Faro ou o Arquivo Histórico Municipal de Faro, mas também noutros depósitos à escala nacional, nomeadamente na Biblioteca Nacional ou no Gabinete de Estudos Arqueológicos e de Engenharia Militar e, bem assim, em

periódicos específicos como a *Revista Ocidente*. Procurou contextualizar-se, documentalmente, a seleção de gravuras ilustrativas dos «momentos-marco» deste período com recurso às várias fontes manuscritas que, ao longo das últimas décadas, têm vindo a ser divulgadas por investigadores que se têm dedicado ao estudo da cidade e da região algarvia.

b) *A urbanização das hortas – finais do século 19 a inícios do século 20* (fig. 7)

O aparecimento das grandes infraestruturas de transporte: por um lado a concretização do projeto ferroviário (na parte que concerne a Faro), com a chegada do caminho de ferro a Faro no final desse século e, por outro lado, o estudo e construção de uma série de eixos viários de distribuição urbana, em especial a Estrada de Circunvalação que permitiu retirar do interior da cidade a circulação de pessoas e bens entre concelhos vizinhos.

O adensamento da malha urbana, através da ocupação de «grandes vazios» – as hortas de particulares, incluindo as dos antigos conventos –, que deram



FIGURA 7 Projeto de Urbanização da Horta do Ferragal, apresentado por António Miguel Falcão, em 1937 (Arquivo Distrital de Faro, Arquivo Histórico Municipal de Faro).

origem à criação de «bairros» homogêneos de malha reticulada, segundo os princípios higienistas da época e que vieram responder à crescente carência de habitação que se começava a fazer sentir no início do século 20.

Para a contextualização e apresentação dos conteúdos da sala 2, foram imprescindíveis alguns dos fundos documentais do Arquivo Distrital, do Arquivo Histórico Municipal, bem como do Centro de Documentação do Museu Municipal. O recurso aos arquivos, enquanto fonte primária, permitiu compreender as dinâmicas e as relações entre poder central e poder local para a concretização destas infraestruturas. Por outro lado, através da identificação dos documentos relativos aos diversos pedidos para projetos de obras, foi possível estudar, ao nível dos diferentes processos de urbanização e respetiva definição de tipologias deles decorrentes, a realidade urbanística da viragem do século na cidade de Faro.

A consulta da documentação do Arquivo Municipal, permitiu-nos identificar algumas das preocupações dos gestores locais quanto às carências da urbe e da sua população, bem como, acompanhar, por meio da documentação de arquivo produzida no decorrer das atuações quer pública quer privada, as soluções encontradas para a resolução dos problemas identificados. Exemplo disso, foi a crescente procura por habitação que deu origem aos primeiros bairros de malha regular.

Visando a viragem do século, enquanto período unanimemente identificado como de importância significativa para o urbanismo de Faro, para a sala 2, trabalharam-se duas realidades transformadoras do espaço urbano:

c) *Do Plano Geral de Urbanização de Faro 1945-47 até 1963* (fig. 8)

Sabendo a importância, a nível nacional, da criação em 1934, por Duarte Pacheco, dos Planos Gerais de Urbanização e de que «a atividade urbanística por ele desencadeada marcou o carácter e o desenvolvimento dos mais importantes aglomerados do País»¹³, seleccionou-se para a 3.ª e última sala, o Plano Geral de Urbanização de Faro 1945-47.

¹³ SOUZA LÔBO, M., 1995.

Começando por uma aproximação à figura de Duarte Pacheco e aos planos gerais de urbanização, para uma contextualização do caso de Faro, procurou apresentar-se a cidade à época e, em seguida, a proposta para ela apresentada em 1945 e revista em 1947. Terminava-se com a ilustração do que fora feito a partir da proposta inicialmente apresentada [1945-47].

Para o efeito, mais uma vez, o arquivo (fig. 9) foi a ferramenta utilizada e, a partir da análise do processo – administrativo e técnico – foi possível não só apreciar o modelo urbanístico proposto e aprovado (o plano nunca foi alvo de uma publicação final) como também pesquisar os processos decorrentes das propostas nele contempladas, de forma a entender que medidas foram efetivamente implementadas, nomeadamente no tocante



FIGURA 8 Ante-Plano Geral de Urbanização de Faro, João Aguiar, 1945. Planta de apresentação [Arquivo Histórico Municipal de Faro].

à execução dos eixos estruturantes, reordenamento de espaços públicos (Largo do Carmo), localização de equipamentos, novas urbanizações e, por último, a habitação e a gestão urbanística, estas últimas com base na análise de uma planta de 1963 relativa à Revisão do Plano, onde se encontravam assinalados todos os edifícios de habitação inicialmente propostos que foram executados.



FIGURA 9 Arquivo Histórico Municipal de Faro. Depósito de documentação, 2021 [fotografia das autoras].

Sobre a habitação, uma nota final: a consulta ao arquivo permitiu, a partir da identificação dos elementos constantes da proposta de revisão apresentada em 1963, consultar e digitalizar todos os processos de obra existentes para o período em análise (1945-1963) e, assim, construir um mapa/gráfico/cronograma onde foi apresentada a relação dos edifícios construídos por ano, repartidos pelo número de pisos e tipologias (uso, programa, solução arquitetónica e urbanística, entre outros) (fig.10).

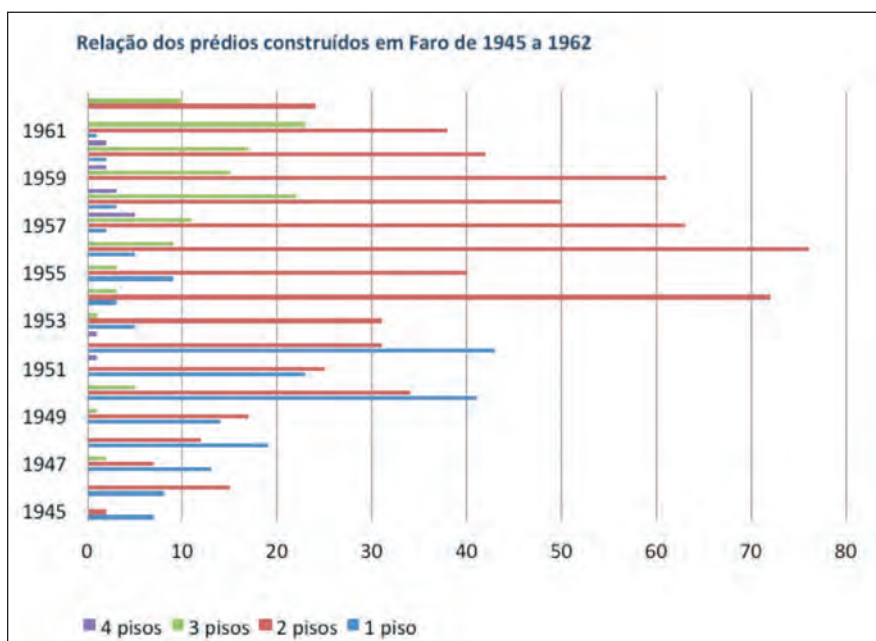


FIGURA 10 Relação dos prédios construídos em Faro, de 1945 a 1962 (Faro: *Marcos de Urbanismo*. Catálogo da exposição, 2017).

NOTAS FINAIS

Quando se propõe pensar o espaço urbano, seja no seu global ou numa parcela, não se pode, mas principalmente não se deve fazê-lo, sem recorrer ao arquivo e aos recursos que os seus espólios documentais ou de outro tipo, não sendo criados para o historiador, colocam à sua disposição. Não importa porém, iniciar um processo de investigação pela documentação preservada nestes espaços, pois o mesmo seria desvalorizar trabalhos e métodos de investigação divulgados nas últimas décadas. Por isso, torna-se essencial começar pelo levantamento bibliográfico com vista a perceber o que a mais diversa documentação de arquivo já permitiu, a investigadores antes de nós, concluir nos seus próprios estudos.

Independentemente da abordagem ao objeto de estudo, mas principalmente do âmbito da investigação histórica, as respostas à maioria das questões

levantadas são provenientes da análise aos espólios deixados à guarda de instituições de arquivos. Existem nestes espólios, documentais e/ou gráficos, uma panóplia de recursos à disposição dos historiadores/investigadores sendo, naturalmente, determinados fundos mais ricos que outros. Importa não esquecer que a larga maioria da documentação encerrada nestes depósitos não foi produzida com o propósito histórico, por isso o mesmo é dizer que se tratando de documentação resultante da gestão quotidiana (de diversa ordem) este facto deve ser tido sempre em conta quando procuramos compreender as funções inerentes aos «produtores» dessa mesma documentação. É essencial percebermos de que tipo de documentos se compõe cada fundo de arquivo: com que objetivo foi produzido? Por quem? E a quem ou a quê se destinava? Assim, para o historiador, para além do seu local de trabalho (no decurso efetivo da sua investigação) o arquivo é, enquanto acervo, a sua principal ferramenta de trabalho, podendo recorrer aos arquivos de âmbito nacional, como sendo o Arquivo Nacional da Torre do Tombo ou o arquivo da Biblioteca Nacional de Portugal, aos arquivos distritais ou aos arquivos municipais. No âmbito dos arquivos municipais inscreve-se o arquivo histórico, com um espólio que pode acumular vários séculos de documentação produzida com os mais diferentes propósitos, os arquivos intermédio das instituições municipais, ou até aqueles pequenos núcleos documentais resultantes dos trabalhos produzidos pelos gabinetes ou departamentos responsáveis pela gestão do espaço urbano. Sem esquecer, ainda, a importância dos espólios museológicos e de centros de documentação associados, que são igualmente uma mais-valia no estudo da cidade.

Urge continuar a preservar, tratar, valorizar e divulgar para as gerações vindouras o que as gerações passadas nos legaram. Esta tarefa cabe-nos a nós, hoje! Ao não valorizarmos este legado corremos o risco de não compreender e de não fundamentar solidamente boas práticas na gestão do espaço urbano.

Se o presente artigo incidir particularmente sobre a importância dos arquivos como uma ferramenta para a fundamentação de atos urbanísticos, não será, contudo, possível, terminá-lo sem referir outras questões que lhe foram amplamente subjacentes – a procura constante de uma fundamentação «robusta e sustentável» na produção de alguns atos urbanísticos e a necessidade de contrariar o desequilíbrio entre ação e reflexão, normalmente presente na base destes atos

e que não nos permitem «refletir sobre questões de âmbito tão diversos como os dos conceitos, das metodologias, e princípios de atuação sobre (e com) o património, como dos instrumentos jurídicos, dos dispositivos administrativos e técnicos que, de uma forma ou de outra, enquadram as experiências nestas áreas»¹⁴.

Se por um lado, o tempo necessário e os tempos tidos como «operacionais» determinam uma prática fortemente virada para a ação onde não há lugar a qualquer reflexão, por outro, a falta de uma cultura de fundamentação, avaliação e monitorização da ação, determina o continuar dos processos sem a aprendizagem necessária e fundamental a estes.

Chegados aqui, três questões se deixam em aberto:

- a) A necessidade do recurso a metodologias «clarificadoras de conceitos e impulsionadoras de boas práticas, cada vez mais urgentes no presente que se quer construtor de amanhã resilientes e sustentáveis»¹⁵;
- b) Na construção dessas metodologias, deverá contar-se com o recurso ao arquivo, dada a perfeita consciência de que é a análise dos seus espólios que nos dará os dados necessários a uma fundamentação adequada.
- c) O estudo do documento/caso é cada vez mais fundamental para o conhecimento do todo.

Por último, uma referência ao facto dos dois casos apresentados – definição de especificações no âmbito da classificação de um conjunto de interesse municipal e; preparação de conteúdos para uma exposição sobre o urbanismo da cidade de Faro – terem contado com a colaboração da Arqt.^a Patrícia Malobbia e da Dr.^a Patrícia Afonso, as quais permitiram a construção das propostas apresentadas, que se consideram constituir um contributo de aprendizagem e discussão dos desafios do património cultural.

¹⁴ GONÇALVES, A. M. S., 2006.

¹⁵ TARRAFA SILVA, A. & PEREIRA RODERS, A. R., 2021.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AAVV – *Mapa da Arquitectura de Faro*, Lisboa: Argumentum, 2003.
- AFONSO, P.; MALOBBIA, P.; RODRIGUES, T.; VALENTE, T. – *Faro, Marcos de Urbanismo – catálogo de exposição*, Faro: Câmara Municipal de Faro, 2017.
- AGAREZ, R. – *Algarve Building – Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*, London: Routledge, 2016.
- GONÇALVES, A. M. dos S. – *Questões de pormenor no planeamento de salvaguarda*, CEDOUA, 2006, Disponível em URL: <https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/8686/3/2.pdf>.
- MOURÃO, J. – *Avaliação de impactes culturais, ambientais e sociais da reabilitação de edifícios habitacionais urbanos*, 2021 (no prelo).
- PEREIRA RODERS, A. R. – *Re-Architecture: Lifespan rehabilitation of built heritage*, Eindhoven: Eindhoven University of Technology, 2007. Disponível em: <https://pure.tue.nl/ws/files/2279686/200712090.pdf>.
- SOUZA LÔBO, M. – *Planos de Urbanização à Época de Duarte Pacheco*. Porto: FAUP, 1995.
- SABÓIA, J. – *Os Arquivos Municipais: a sua crescente importância na administração e na sociedade algarvia*. 2011. Disponível em <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/arquivosmunicipais/article/view/9>.
- TARRAFA SILVA, A. – *A sustentabilidade do Património Construído: metodologia para uma avaliação consciente*. Trabalho final para obtenção do grau de Licenciada em Património Cultural orientado por Maria Teresa Valente. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Faro: Universidade do Algarve, 2009.
- TARRAFA SILVA, A.; PEREIRA RODERS, A. R. – *Taxonomias do significado cultural do património: valores e atributos*, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais. Faro: Universidade do Algarve, 2021.
- VASCONCELOS, S. M. R., et al. – *Rigor científico e ciência aberta: desafios éticos e metodológicos na pesquisa qualitativa* [online]. SciELO em Perspectiva, 2021 [consultado em 29 de junho de 2021]. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2021/02/05/rigor-cientifico-e-ciencia-aberta-desafios-eticos-e-metodologicos-na-pesquisa-qualitativa/>.

**CIUDADES MEDIAS
PATRIMONIALES EN
EL SUR DE PORTUGAL.
EQUILIBRIO
Y SOSTENIBILIDAD
DE UN PATRIMONIO
URBANO-TERRITORIAL**

BLANCA DEL ESPINO HIDALGO

Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico

1. INTRODUCCIÓN. PATRIMONIO URBANO Y SOSTENIBILIDAD: UNA RELACIÓN CONCEPTUAL Y PRÁCTICA

El patrimonio urbano y territorial – es decir, las redes y conjuntos de ciudades y núcleos habitados que, heredadas de etapas culturales anteriores, conforman nuestro hábitat actual – supone una realidad siempre difícil de aprehender y analizar, tanto por su escala, mucho mayor que la de los bienes muebles o inmuebles, como por la complejidad que entraña un área de estudio que incorpora, necesariamente, la contribución de muy diversas disciplinas y que, por tanto, admite métodos y objetos de estudio totalmente diferentes y complementarios a su vez.

En esta ocasión, nos acercaremos a él desde el paradigma de la sostenibilidad: un término cuyo origen se sitúa hace más de tres décadas pero que se encuentra de gran actualidad, auspiciado tanto por su uso mediático como por su vigencia en las políticas internacionales de primer nivel.

Por tanto, comenzaremos por analizar qué sentido tiene hablar de sostenibilidad –un concepto reciente, podríamos decir que «a la moda» – cuando trabajamos sobre patrimonio – algo que, generalmente, asociamos con la memoria, es decir, con el pasado. Para ello, nos remitimos a la primera definición que se realiza del término desarrollo sostenible, a través del conocido como Informe Brundtland¹: *aquel que satisface las necesidades del presente sin comprometer la capacidad de las generaciones futuras para satisfacer sus propias necesidades.*

Como puede observarse, es un término que hace referencia a un bien que debe traspasarse entre generaciones, es decir, conlleva los conceptos de herencia, de conservación y de transmisión en el tiempo. En este sentido, su naturaleza es, en un sentido semántico, prácticamente análoga al concepto de patrimonio que, ya en el derecho romano, hacía referencia al legado de los patricios, que debía ser conservado y trasladado, a su vez, a sus descendientes².

Con el paso del tiempo, ambos conceptos han evolucionado, complejizando sus definiciones, y se han formulado numerosos estudios y documentos que han

¹ BRUNDTLAND, G. H. [et al.], 1987.

² ENGELS, F., 2008.

desarrollado la manera en que podemos aplicarlos a nuestra realidad cotidiana o nuestros objetos de estudio de muy diversa escala, así como a las prácticas y políticas públicas.

Así, las distintas cartas patrimoniales, así como la bibliografía especializada, han ampliado el concepto de patrimonio histórico desde lo monumental hasta lo cotidiano, incluyendo el patrimonio urbano como una tipología dentro del patrimonio inmueble en la que los valores sociales están particularmente presentes, hasta el punto de que su significación cambia constantemente, como cambia la identidad de la sociedad que se vincula al mismo³.

Por su parte, la noción de lo sostenible también ha experimentado una notable apertura desde las primeras aproximaciones, limitadas al triángulo entre los ámbitos económico, ambiental y más tarde social⁴ hasta las visiones más recientes que incluyen, como cuarto pilar, a la cultura⁵. En el transcurso de las últimas décadas, esta reformulación ha tenido su repercusión en las directrices internacionales en el ámbito cultural y patrimonial, fundamentalmente las dictadas desde UNESCO, entre las cuales destacan la Declaración de Hangzhou⁶ sobre *Situar la cultura en el centro de las políticas de desarrollo sostenible*, o la de Florencia *Cultura, creatividad y desarrollo sostenible*⁷. A su vez, las políticas globales en materia de sostenibilidad, y más recientemente las agendas urbanas⁸, han ido avanzando hasta el dictado, en 2016, de la Agenda 2030 con los Objetivos de Desarrollo Sostenible⁹ y, más adelante, el desarrollo en materia de urbanismo y planificación del Objetivo 11 sobre ciudades y comunidades sostenibles a través de la Nueva Agenda Urbana Habitat III¹⁰.

Estos instrumentos profundizan, de manera paulatina, en la forma en que el patrimonio urbano debe algo más allá que un objeto de criterios de sostenibilidad – lo que pasa, indudablemente, por el deber de su conservación teniendo

³ CHOAY, F. 1992.

⁴ ELKINGTON, J., 1998.

⁵ HAWKES, J., 2001.

⁶ UNESCO, 2013.

⁷ UNESCO, 2014.

⁸ DEL ESPINO HIDALGO, B.; MERINERO RODRÍGUEZ, R., 2019.

⁹ ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS, 2021.

¹⁰ ONU-HABITAT, 2017.

en cuenta su durabilidad, pero también los criterios económicos, ambientales o sociales que incorpora. Además de esto, se defiende que el patrimonio cultural puede ser fuente y origen de sostenibilidad, principalmente debido a su uso como inspiración de creatividad y adaptabilidad a los tiempos y retos pasados, presentes y futuros, así como a su capacidad para generar identidades comunes y compartidas, fundamentales para la cohesión social tan necesaria en los entornos urbanos y rurales en la actualidad.

Por tanto, afrontaremos este discurso sobre la sostenibilidad de un patrimonio urbano-territorial particular – el de las ciudades medias del sur de Portugal – en un doble sentido¹¹: desde la conexión conceptual más profunda entre ambos términos, pero también, y muy especialmente, desde las consecuencias prácticas de considerar estos bienes patrimoniales como objeto y origen de sostenibilidad cultural.

2. CIUDADES MEDIAS EN EL SUR DE LA PENÍNSULA IBÉRICA

La mayoría de los autores, así como los instrumentos de planificación, están de acuerdo en definir los sistemas de ciudades del sur y el suroeste de la Península Ibérica como basados en una red de ciudades de rango intermedio. El criterio para esta aseveración es doble: por un lado, la escala – absoluta y relativa en relación con el contexto territorial – y, por otro, su papel funcional dentro del territorio. En cuanto a los estándares cuantitativos, la categorización de las ciudades pequeñas e intermedias ha sido diversa, dependiendo no solo de tradiciones urbanas particulares sino también de diferencias significativas entre los autores que estudian las ciudades incluso dentro de un mismo país o región. En el caso de Europa, el rango se ha establecido, generalmente, entre los 50.000 y los 200.000 habitantes¹², si bien existen grandes diferencias respecto a esta estimación general en algunos países y regiones.

¹¹ DEL ESPINO HIDALGO, B., 2015.

¹² BRUNET, R., 2000.

En este sentido, la fijación de límites numéricos correspondería no a la ubicación geográfica, ni a la población local en relación con la nacional, sino a una racionalización mucho más compleja, tanto es así que la mayoría de las características según las cuales se definen hoy en día las ciudades medias o intermedias surgen de la eliminación y el descarte de otras opciones en comparación con los grandes asentamientos urbanos. Estas características son, generalmente, positivas: los sistemas urbanos son más equilibrados y sostenibles; su relación con el territorio es más armoniosa; los centros urbanos son más fáciles de gestionar y gobernar; la escala de los asentamientos estimula fuertes sentimientos de identidad; y dan lugar a menos problemas ambientales y conflictos sociales. Por otra parte, también hay algunas desventajas como la menor diversidad sociocultural, un cierto grado de endogamia social, poca competencia económica y un acceso más difícil a la información y al capital¹³.

En resumen, en lo que respecta a su consideración en el presente trabajo, la definición de ciudades medianas del suroeste de la Península Ibérica se basa en la identificación de una entidad urbana que, a medio camino entre las grandes ciudades y las regiones rurales, constituye un centro secundario cuya función territorial es dar servicio a una variedad de asentamientos menores o similares, pero que carece de la infraestructura típica de un área urbana metropolitana o central.

Como ya se ha mencionado, las ciudades de tamaño medio suelen ser defendidas como asentamientos humanos más sostenibles en términos económicos, ambientales y, en particular, sociales. De hecho, las directrices europeas recomiendan expresamente el fomento de los centros intermedios como modelo para el futuro desarrollo del mundo urbano¹⁴. En ese sentido, mediante sus cualidades de centralidad, su dotación de infraestructuras y de sector terciario, pueden cumplir la mayoría de las funciones de los servicios urbanos, a una distancia de desplazamiento relativamente menor; y, además, en sus funciones más básicas, desempeñan un papel centralizador para un buen número de asentamientos más pequeños. Por tanto, en adelante, al considerar estas ciudades como una cuestión o fuente de sostenibilidad, será necesario abordarlas no como elementos urbanos

¹³ BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J. M., 1999.

¹⁴ COMISIÓN EUROPEA, 2011.

aislados sino como partes de una red que, establecida en todo el territorio, funciona conjuntamente, y dentro de la cual interactúan entre sí y encuentran una posición de equilibrio que justifica su papel como centros secundarios en el conjunto del sistema.

En este sentido, el sur de la Península Ibérica se caracteriza por contar con una buena representación de sistemas urbano-territoriales organizados en base a ciudades medias. De entre ellos, este trabajo se centrará, fundamentalmente, en los dos casos portugueses: las ciudades medias del Alentejo y de Algarve. Sin embargo, otros casos en España constituyen conjuntos con rasgos similares, tanto por su funcionalidad y la relación entre los núcleos como por su caracterización patrimonial. Todos ellos, además, comparten el rasgo de estar fuertemente vinculados al sector productivo primario – agricultura, ganadería o pesca – como motor de desarrollo y aglutinador de identidad territorial, cuestión que comparten con los dos casos portugueses mencionados. De este a oeste y de norte a sur, destacaremos los casos que se exponen a continuación.

El sistema de ciudades medias del centro y sur de Extremadura, formado por ocho centros urbanos de entre 10.000 y 58.000 habitantes: Miajadas en la provincia de Cáceres y Villafranca de los Barros, Montijo, Zafra, Villanueva de la Serena, Don Benito, Almendralejo y Mérida en la provincia de Badajoz. Se sitúan entre ellos a una distancia de entre 20 y 50 km (fig. 1), e incluyen a la capital de la región de Extremadura, Mérida, siendo la de mayor tamaño poblacional del conjunto. Se trata de una región con un marcado carácter agrícola y ganadero, cuyo sistema de ciudades pequeñas y medias fue reforzado de manera consciente a finales del siglo XX¹⁵ como articuladoras secundarias de un territorio, por lo general, eminentemente rural y aislado de los grandes sistemas urbanos y de infraestructuras de la Península por lo que se fomentó en ellas la descentralización de los servicios que atendían las necesidades de los pequeños núcleos rurales circundantes¹⁶.

¹⁵ JUNTA DE EXTREMADURA, 1999.

¹⁶ CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. J., 2010.

El sur y suroeste de la Comunidad Valenciana cuenta, así mismo, con una red de ciudades medias bien determinada por la bibliografía y los instrumentos de planificación¹⁷, situadas en las comarcas de Vinalopó y la Huerta Baja del río Segura. Con una población entre los 20.000 y los 90.000 habitantes, y distancias entre ellas de entre 20 y 45 kilómetros (fig. 2), se trata de Onteniente, en la provincia de Valencia, y Alcoy, Ibi, Villena, Elda, Novelda, Almoradí y Orihuela en la provincia de Alicante. Todas ellas se encuentran fuertemente vinculadas a los paisajes agrarios que se encuentran en torno a los ríos Vinalopó y Segura, con una gran tradición de cultivos de vega que, con el paso de los años, han ido evolucionando hacia el sector servicios en los casos con un mayor crecimiento demográfico. Sus orígenes, aunque diversos, son históricos en todos los casos -de prehistóricos a medievales-, por lo que las caracteriza un patrimonio cultural de amplio rango y procedencia, dentro del cual destacan los inmuebles de carácter defensivo debido a la naturaleza fronteriza de esta franja, principalmente en la Edad Media¹⁸.

Algo más al sur, en la Región de Murcia, se encuentra uno de los conjuntos de ciudades medias con mayor reconocimiento desde la academia dentro de la Península



FIGURA 1 Red de ciudades medias del centro y sur de Extremadura (elaboración propia).

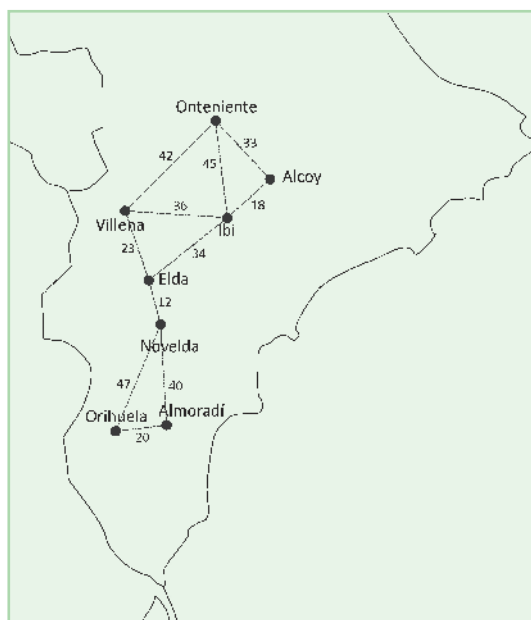


FIGURA 2 Red de ciudades medias del sur de la Comunidad Valenciana (elaboración propia).

¹⁷ COMUNIDAD VALENCIANA, 2009.

¹⁸ COMUNIDAD VALENCIANA, 2009.



FIGURA 3 Red de ciudades medias de Murcia (elaboración propia).

Ibérica, estudiado desde la década de los 80 del pasado siglo¹⁹. No obstante, y al contrario de lo que ocurre en otros casos tanto españoles como portugueses, no cuentan con un documento de planeamiento territorial que establezca de una manera clara el sistema urbano, las jerarquía y directrices en cuanto a su funcionalidad respecto de áreas circundantes. El conjunto está formado por las ciudades de Águilas, Lorca y Cieza en la comarca del Alto Guadalentín, Totana en el Bajo Guadalentín, Jumilla y Yecla en la comarca del Altiplano y Caravaca de la Cruz en la del Noroeste. Sus poblaciones oscilan entre los 25.000 y los 35.000 habitantes con la excepción de Lorca, que sobresale ampliamente del resto con 92.000. Las distancias entre ellas son

ligeramente superiores a las de otros de los casos aquí considerados, y se encuentran entre los 25 y los 70 kilómetros (fig. 3), así como es singular respecto al resto su distribución, más lineal que en red. Todas ellas cuentan con un consolidado sector productivo tradicional en el ámbito agrario -una referencia nacional en el caso murciano-, con casos aislados de ciudades que también destacan en el sector servicios respecto a su entorno.

Por último, consideramos el caso de las ciudades medias situadas en el centro de Andalucía. En este grupo incluimos diez ciudades con un número de habitantes entre los 12.000 y los 45.000, distanciadas entre ellas entre los 15 y los 40 km (fig. 4). Se trata de una red de ciudades patrimoniales que, por lo general, ya constituían históricamente centros secundarios en este territorio²⁰: algunas desde la Protohistoria, otras en el Imperio Romano y, las más recientes, en la Edad Media. Posteriormente, fueron conocidas como «agrocidades», por tener dimensiones

¹⁹ SERRANO MARTÍNEZ, J.M., 1984.

²⁰ DEL ESPINO HIDALGO, B., 2017.

urbanas pero una economía con base fundamentalmente agraria²¹. Actualmente, la mayoría son centros de servicios, aunque en Lucena y Estepa también tiene un peso considerable el sector industrial. Su aparición y consolidación son fruto de las características geográficas del entorno –se encuentran en torno al Valle del Guadalquivir, las campiñas y las sierras Subbéticas – y, en consecuencia, de situarse en un lugar de paso entre las principales ciudades del sur de España, cerca de importantes vías de comunicación tanto rodada como ferroviaria. Además, en su mayoría fueron nodos fronterizos del medievo, lo que las ha caracterizado desde el punto de vista urbano-patrimonial.

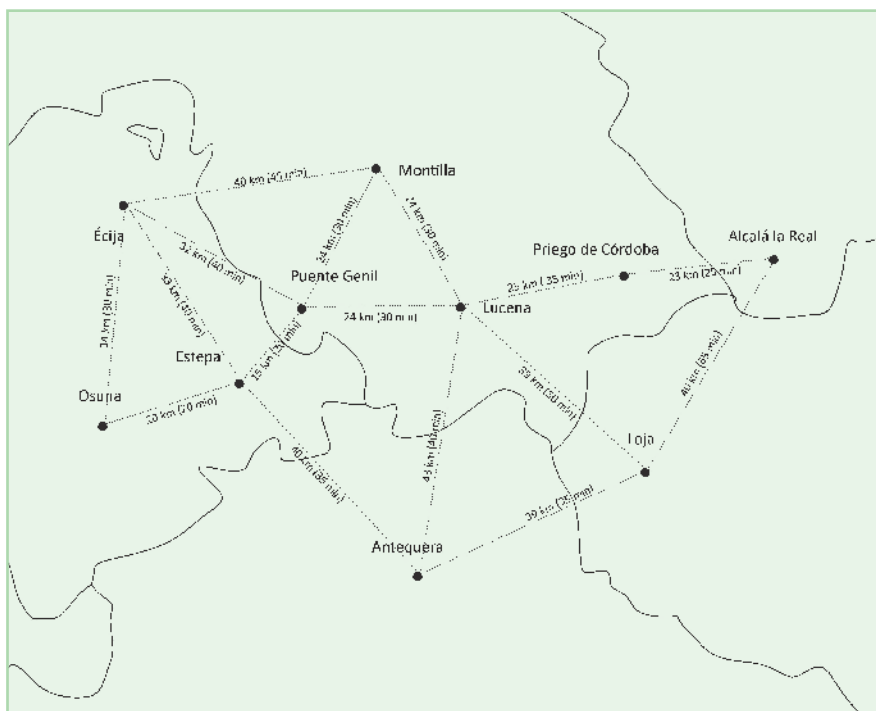


FIGURA 4 Red de ciudades medias del centro de Andalucía (elaboración propia).

²¹ LÓPEZ ONTIVEROS, A., 1994.

3. LAS CIUDADES MEDIAS DEL SUR DE PORTUGAL: ALENTEJO Y ALGARVE

La aglomeración de ciudades medias que tiene lugar en el sur de Portugal – entre las regiones de Algarve y Alentejo – conforma una realidad urbana y territorial comparable a la del resto de casos del sur de la Península Ibérica considerando sus características básicas como el tamaño de los municipios, tanto en población como en superficie, la distancia entre los distintos núcleos, o la relación con los sistemas de infraestructuras y los sistemas productivos tradicionales en su identificación.

En cuanto a la identificación de su sistema o sistemas de ciudades medias, debemos advertir que, pese a la continuidad espacial existente entre las regiones portuguesas de Alentejo y Algarve, su perfil paisajístico y patrimonial refuerza la distinción entre ambas regiones: además de estar separadas por la sierra que delimita físicamente ambas regiones, desde un punto de vista histórico, el reino de Algarve funcionó, durante siglos, como territorialidad independiente del de Portugal²² – al que pertenecería el actual Alentejo –, lo que repercute en el distanciamiento identitario entre ambas regiones. Esto da lugar a la generación de dos sistemas de ciudades medias que, si bien se encuentran a distancias relativamente cercanas, no comparten su origen ni participan de las mismas sinergias en cuanto a su función dentro de la red urbana portuguesa.

Por lo general, los documentos académicos y de planificación territorial sobre Portugal identifican las ciudades medias del país como espacios atractivos de oportunidad para un reequilibrio demográfico del territorio portugués, profundamente polarizado entre las dos grandes urbes – Lisboa y Oporto – y el hábitat rural diseminado²³. No en vano, como veremos más adelante, diversos programas de rehabilitación, fomento del desarrollo e inversiones se han enfocado a ciudades intermedias con el objeto de anclar a la población residente o, incluso, atraer población de otras zonas del país.

En cuanto a su forma de implantación en el territorio y estructuración del mismo, la disposición de la red de ciudades medias de Alentejo (fig. 5) está

²² SOEIRO DE BRITO, R. 2002.

²³ MARQUES DA COSTA, E., 1999.

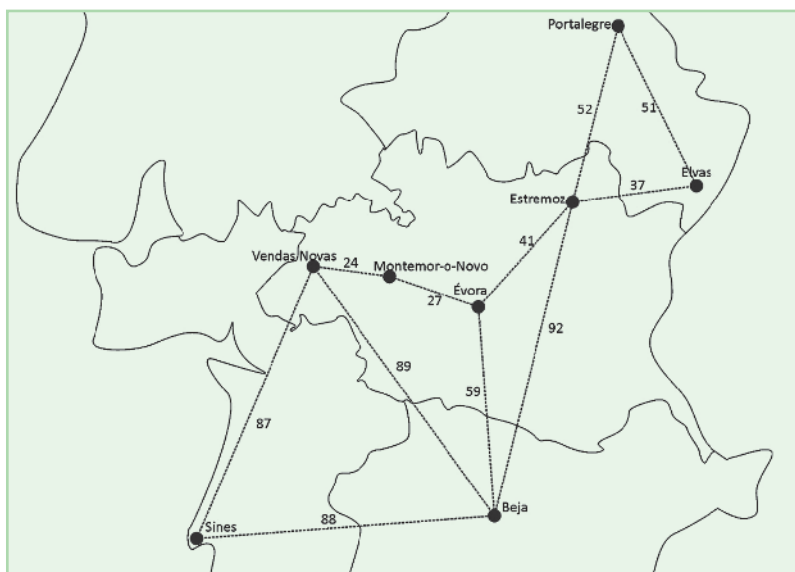


FIGURA 5 Red de ciudades medias de Alentejo (elaboración propia).

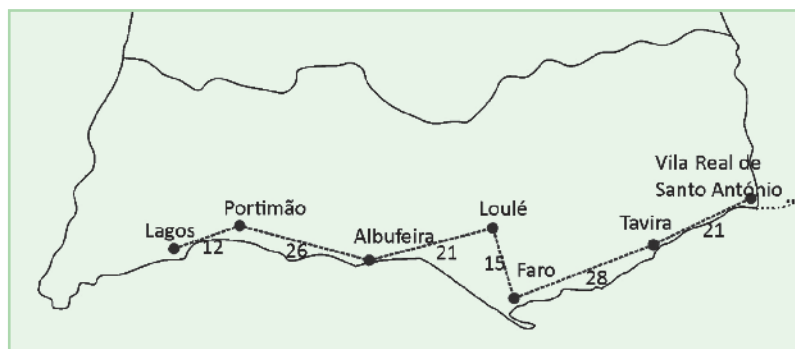


FIGURA 6 Red de ciudades medias de Algarve (elaboración propia).

marcada por la fuerte presencia que adquiere el eje Elvas-Vendas Novas (que coincide física y funcionalmente con el eje Lisboa-Badajoz-Madrid), lo que marca una estructura predominantemente lineal con ejes transversales que, además, se lanzan en direcciones contrapuestas (Sines y Beja hacia el sur y Portalegre hacia el norte). Algo similar ocurre con el Algarve (fig. 6), si bien su linealidad está

TABLA 1 EVOLUCIÓN DEMOGRÁFICA DE LAS CIUDADES MEDIAS DEL SUR DE PORTUGAL: REGIONES DE ALENTEJO Y ALGARVE*

REGIÓN	SUBREGIÓN	CIUDAD	POBLACIÓN 1864	POBLACIÓN 1970	POBLACIÓN 2011
ALENTEJO	Bajo Alentejo	Beja	6874	24180	30470
	Alto Alentejo	Elvas	10271	22230	23078
		Portalegre	6433	25800	24930
	Alentejo Central	Évora	11518	27935	30470
	Alentejo Litoral	Sines	—	7550	13200
ALGARVE	Barlovento	Lagos	7744	16550	22095
		Portimão	—	25585	45431
	Sotavento	Faro	8014	30535	44119
		Olhão	—	9850	14914

* Elaboración propia sobre datos de: INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA - I Recenseamento Geral da População (Censo de 1864), XI Recenseamento Geral da População (Censo de 1970) y XV Recenseamento Geral da População (Censo de 2011). En el censo de 1864 solo figura la población de las ciudades consideradas, en ese momento, como asentamientos urbanos. El resto se supone incluida en los concelhos correspondientes.

motivada, además de por la presencia de la autovía A22, por la propia fisonomía de la región, cuyos principales núcleos poblacionales se alinean en las cercanías o las inmediaciones de la línea costera.

En términos demográficos, las ciudades medias de Alentejo cuentan con poblaciones entre los 13.000 habitantes de Sines y los 30.000 de Beja o Évora, mientras que las algarvías oscilan entre los 14.000 de Olhão y los 45.000 de Faro (tabla 1). Debe ser señalado que, al igual que ocurría en Extremadura, las capitales regionales – Évora y Faro – están consideradas como ciudades medias en ambas regiones.

En este sentido, su papel como centros intermedios para zonas relativamente extensas se ha visto reforzado por las políticas oficiales en la aplicación de los servicios públicos esenciales, sobre la base de la complementariedad y la interdependencia, lo que se deduce también de los documentos de planificación

territorial: el Plan Regional de Ordenación del Territorio del Alentejo²⁴ y el Plan Regional de Ordenación del Territorio del Algarve²⁵, así como de un carácter competitivo que ha favorecido el policentrismo²⁶. En este sentido, el Sistema Urbano Nacional²⁷ distingue un total de 40 ciudades medias en el territorio portugués, entendidas como oportunidades para paliar la fuerte polarización entre las dos áreas metropolitanas – Lisboa y Oporto – y un gran número de pequeños asentamientos de carácter rural que inundan el territorio luso²⁸. También se ha entendido su potencial para añadir un mayor dinamismo a las regiones que carecen de uno de estos centros metropolitanos, fundamentalmente a través de la especialización y la consecuente búsqueda de alianzas internacionales²⁹.

Así mismo, su presencia está reconocida tanto por el Plano Regional de Ordenamento do Território do Alentejo³⁰ como por el Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve³¹. Además de esto han sido objeto, de forma reiterada, de iniciativas de regeneración urbana entre los que destaca el programa PROSIURB³² desarrollado entre 1994 y 1997, seguido del programa POLIS³³, lanzado en 1999 y más volcado en intervenciones urbanísticas y ambientales que en la planificación. Ambas iniciativas han influido claramente en la conservación y sostenibilidad de su patrimonio urbano. El resultado de estos programas, en términos demográficos (Tabla 1), fue más positivo en las zonas más turísticas de Algarve – llaman la atención los casos de Olhão y Portimão, que previamente habían sido áreas fundamentalmente pesqueras – mientras que en Alentejo el aumento es sutil o incluso se produce una ligera disminución, como se observa en el caso de Portalegre. La relación entre el turismo y el crecimiento poblacional está conectada, a su vez, con el desarrollo de las infraestructuras, que en los últimos decenios se han vinculado con el fomento del turismo de interior en el caso de Alentejo – con la aparición

²⁴ GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2010.

²⁵ GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2007.

²⁶ GASPAS, J., 1992.

²⁷ MARQUES, T. S. [*et al.*], 2003.

²⁸ CARMO, R. M., 2006.

²⁹ MARQUES, T. S. [*et al.*], 1997.

³⁰ GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2010.

³¹ GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2007.

³² GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 1994.

³³ GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 2000.

del aeropuerto de Beja y la autovía de conexión con la sierra norte de Sevilla, ambos proyectos actualmente paralizados –, y de costa en el caso de Algarve, – con el desdoble de la carretera nacional EN-125 en la autovía A22 y su posterior conversión en autovía de peaje.

Profundizando en su caracterización histórica, debemos advertir que, aunque sean tradicionalmente conocidas como las regiones menos prósperas del territorio portugués, Alentejo y Algarve aglutinan un sólido patrimonio urbano y territorial que se concentra, por lo general, en sus ciudades medias, lo que comparten, además, con las ciudades medias del sur de España.

En el ámbito de la intervención patrimonial, destacan las labores que acompañaron a las candidaturas de las dos ciudades medias Patrimonio Mundial de Alentejo: Évora – declarada en 1986³⁴ – y Elvas – declarada en 2012³⁵ –, así como, más recientemente, la elaboración de itinerarios y catálogos por parte de la Dirección General de Patrimonio de Portugal o la inclusión de algunas cuestiones sobre los aspectos culturales de las unidades paisajísticas en los planes de ordenación territorial de Alentejo y de Algarve.

En lo que respecta al paisaje, el funcionamiento en red de ambos conjuntos de ciudades de tamaño medio se ha visto históricamente reforzado por identidades compartidas: en primer lugar, por su conexión tradicional con el mundo rural y agrícola, añadiendo el pesquero en el caso del Algarve, en segundo lugar, como resultado de legados históricos paralelos como las estructuras defensivas, los sitios arqueológicos similares o los grupos de edificios religiosos fueron originalmente propiedad de las mismas órdenes monásticas o mendicantes. Todo ello ha contribuido al nacimiento de iniciativas que mantienen el patrimonio y el paisaje como su principal fuerza motriz, y que, además de buscar la rentabilidad obtenida a través del turismo cultural, también se centran en el desarrollo social y cultural. Siguiendo los principios enunciados por la bibliografía de referencia³⁶, estos facilitarían un proceso de sostenibilidad y equilibrio en la estructura de la población urbana de cada uno de ellos. Además, los contrastes son evidentes cuando se

³⁴ UNESCO, 1996.

³⁵ UNESCO, 2012.

³⁶ BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J. M., 1999.

comparan su forma y configuración espacial, así como su perfil urbano y patrimonial. Una vez señalados estos aspectos comunes, podemos pasar a estudiar las características más significativas de cuatro casos seleccionados para un estudio en profundidad, dos en el Alentejo y dos en el Algarve.

3.1. EL CASO DE ÉVORA

La ciudad de Évora, a pesar de ser la capital de la región de Alentejo y una de las mayores en términos demográficos y funcionales de todo el sur de Portugal, cumple, sin duda, con los requisitos para ser un caso de estudio destacable como ciudad media patrimonial. Con 57053 habitantes en el Censo de 2011³⁷, de los cuales 49252 vivían en su núcleo principal, tanto su perfil demográfico como, fundamentalmente, su comedido crecimiento urbano, así como la importancia de su centro histórico tanto en extensión como en singularidad patrimonial dentro de la ciudad, así lo avalan.

También es evidente su capacidad de intermediación en el territorio rural alentejano que la circunda, con una indudable área de influencia sobre pequeñas ciudades cercanas³⁸, sin llegar a competir con la capital lisboeta, que actúa como centro de referencia también para esta región. Su origen como capital para el territorio del suroeste de la Península Ibérica se remonta, al menos, a la época romana, cuando fue capital de la provincia de Lusitania. Perdió parcialmente su influencia tras la anexión de Portugal a España a finales del siglo XVI, proceso que se agravó en los siglos siguientes con la clausura de su Universidad. Por este motivo, las amplias murallas urbanas contuvieron un crecimiento lento de su tejido urbano hasta finales del siglo XIX, cuando se produce también el inicio de un renacimiento a nivel sociocultural y el comienzo de las primeras intervenciones en patrimonio con la restauración del templo de Diana (fig. 7).

Sin embargo, no será hasta entrado el siglo XX cuando el éxodo rural producido por una gran depresión en las áreas agrícolas del Alentejo genere una llegada masiva de población a la ciudad, provocando el agotamiento del tejido residencial existente y generando barriadas periféricas, primero sin ordenación ni servicios

³⁷ INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2011.

³⁸ CAEIRO, E. M., 1995.



FIGURA 7 Templo de Diana (Évora) y jardines de Diana (foto de la autora).

y, más tarde, la construcción de conjuntos de vivienda social, algunos de especial interés como la Quinta da Malagueira, diseñada y construida por el arquitecto Álvaro Siza entre 1972 y 1977, que incorpora elementos propios de la arquitectura vernácula, así como guiños a uno de los elementos y sistemas patrimoniales más representativos de la ciudad, como es el Acueducto da Agua da Prata. El reconocimiento de la ciudad como capital administrativa terminará por consolidar al sector servicios como el dominante, conviviendo con una actividad turística no masificada y mantenida en el tiempo.

Sin embargo, este proceso ha derivado en un abandono del centro histórico de la población que prefiere las nuevas barriadas periféricas, lo que presenta grandes desigualdades en el perfil demográfico entre las áreas extramuros y las intramuros, con peores índices de envejecimiento, desempleo y exclusión social. Esto ha convivido con la transformación de buena parte de sus inmuebles en recursos o alojamientos turísticos³⁹, a pesar de la situación céntrica de buena parte de los

³⁹ SAMA ACEDO, S., 2006.

centros universitarios y alojamientos de los estudiantes, lo que ha mantenido en cierto modo la calidad de vida urbana y las actuaciones urbanísticas para la regeneración de ciertas áreas patrimoniales⁴⁰.

El gran reconocimiento patrimonial del centro histórico de Évora llegará con su declaración en 1986 como Patrimonio de la Humanidad de la UNESCO. El proceso de elaboración de la candidatura y los efectos tras su consecución dieron pie a una serie de programas y acciones promovidos, respectivamente, desde las administraciones y colectivos civiles para mejorar el estado de las edificaciones y espacios públicos⁴¹, lo que garantizó, en uno de los momentos de mayor desarrollo urbanístico, generalmente vinculado a la destrucción del caserío tradicional, la conservación de un tejido histórico de grandes dimensiones en condiciones relativamente buenas.

Así pues, en 1980 arranca el Programa de Recuperação do Centro Histórico (PRCHE)⁴², mientras que entre 1988 y 1991 funciona el Régimen Especial de Coparticipación en la Recuperación de Inmuebles Alquilados, entre 1988 y 1991. De mayor impacto aún será el Programa de Recuperación de Áreas Urbanas Degradadas, vigente desde 1990 hasta la actualidad. Mientras tanto, desde los ámbitos civil y académico destacan la acción del grupo Pro-Évora, fundado en 1919, y los estudios del CIDEHUS (Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades) desde 1994.

En materia urbanística⁴³, debe mencionarse el Plan Director Municipal de 1979, revisado y actualizado en 2008, que incluye normas de protección sobre el centro histórico y cataloga 1776 elementos patrimoniales en todo el concejo de Évora; y el Programa de Recuperación del Centro Histórico de 1981. Más recientemente, se han redactado y aprobado el Plan General de Urbanización de Évora, publicado en 2000 y revisado en 2011, que incluye determinaciones en el centro histórico en materia de protección de inmuebles, espacios libres, fachadas y elementos puntuales; la delimitación del Área de Rehabilitación Urbana del Centro Histórico de Évora, de 2016 y su correspondiente Operación de Rehabilitación

⁴⁰ MARQUES, T.S., 1997.

⁴¹ DOMINGAS SIMPLICIO, M., 2001.

⁴² VENTURA, T.; SILVA, J., 1983.

⁴³ OLIVEIRA, M. S. C., 1998.

aprobada en 2017, que plantea objetivos ya actuaciones concretas para una rehabilitación integral e integrada tanto física como socioeconómica.

No obstante, la mayoría de intervenciones se han limitado a los espacios urbanos más turísticos, fundamentalmente en el entorno de la Sé Catedral y templo romano, Rossio do Giraldo, Iglesia de San Francisco y murallas, lo que redundan en un cierto abandono de grandes áreas del interior de las murallas, con problemas de contaminación visual derivados de la invasión del tráfico rodado (fig. 8), que convive con el riesgo de una excesiva turistización y cosificación a los inmuebles y espacios más monumentales, mientras que se mantiene la trama de viviendas tradicionales encaladas con marcos de huecos y zócalos, generalmente, amarillos.

Finalmente, merece mención aparte el tratamiento del área de transición entre el recinto amurallado y el paisaje periurbano, especialmente maltratado como resultado del crecimiento no planificado de barriadas periféricas, lo que ha provocado, en términos generales, una desconexión entre la ciudad intramuros y el paisaje agrario circundante (fig. 9). De este modo, el único tramo de contacto entre ambos corresponde a la llegada del Acueducto da Agua da Prata a la muralla, desde el antiguo camino de Arraiolos (hoy carretera R-114) a la Porta de Avis.



FIGURA 8 Abandono del espacio público en áreas no representativas del centro de Évora (foto de la autora).

FIGURA 9 La conexión entre el centro histórico de Évora y su paisaje periférico en una vista desde las cubiertas de la Sé Catedral (foto de la autora).

Este ámbito, concentra, además, varios de los bienes patrimoniales inmuebles más sobresalientes de la ciudad: el antiguo baluarte, la Cartuja o el Monasterio de São Bento do Castris, en cuyas huertas nace el propio acueducto.

A pesar de ello, el área libre en torno a la muralla se destina a dos grandes bolsas de aparcamiento periurbano en superficie que, si bien alivian la presión sobre el tejido histórico intramuros, no contribuyen a la calidad del paisaje urbano. Por otra parte, el Plan de Urbanización vigente sitúa en este ámbito la construcción de dos equipamientos urbanos, y un área de sector terciario, mientras que la zona se incluye dentro de la delimitación del Área de Rehabilitación Urbana vigente, lo que debería garantizar su consideración patrimonial de cara a las futuras intervenciones.

3.2. EL CASO DE BEJA

La ciudad de Beja es el centro territorial y administrativo del distrito de Alentejo Sur. Con una población de 35854 habitantes según el censo de 2011⁴⁴, de los 25024 residían en su núcleo principal, debemos remontarnos a la época romana para encontrar el origen de su relevancia como capital funcional de su entorno, función que conserva, rodeada con otras pequeñas ciudades menos relevantes como Serpa, Ferreira do Alentejo o Aljustrel.

Está posicionada en el cruce de dos de las vías estructurantes de la región alentejana: la N18, de norte a sur, y la N260, de este a oeste, a media distancia entre el puerto de Sines – de gran calado e importancia continental – y la frontera española, hacia la Sierra de Aracena en el norte de Huelva. Esto la ha convertido es un lugar de oportunidad a nivel logístico, lo que se ha potenciado tanto en la esfera local como en la administrativa, y ha provocado su aparición en el Plan Regional de Ordenación del Territorio de Alentejo como un enclave fundamental para el desarrollo de infraestructuras. Tal consideración ha desembocado, a efectos prácticos, en la planificación de dos grandes proyectos: el primero, ejecutado aunque actualmente sin uso lado, trata de la conversión de una base aérea militar previamente existente al noroeste del núcleo principal en un aeropuerto de pasajeros;

⁴⁴ INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2011.



FIGURA 10 Castelo de Beja [foto de la autora].

el segundo, cuyas obras están iniciadas parcialmente pero hasta el momento no se han completado, por otro y como actuación de refuerzo a la primera, la construcción de una autopista que uniese dicho aeropuerto con Sines, incluyendo un enlace al importantísimo eje norte-sur de la autopista A2 y su continuación, hacia el este, hasta la frontera española.

Por otra parte, decíamos que la importancia territorial de Beja procede, al menos, de época romana, aunque existen evidencias arqueológicas de una ciudad de la Edad del Hierro, de la que excavaciones recientes han recuperado un tramo de muralla y utensilios cerámicos. Más adelante, la ciudad de Pax Iulia, será la capital, junto con Santarém y Mérida, de una de las tres regiones que componían la provincia de Lusitania ostentando la categoría de Civitas – ciudad responsable de la administración de la región –, así como la de Colonia. Este hecho favoreció la construcción de espacios y edificios importantes, de cuya mayoría tan solo ha llegado a nuestros días el trazado aún visible en algunos espacios públicos como, por ejemplo, la actual Plaza de la República, que debió coincidir con el Foro romano⁴⁵.

⁴⁵ VIANA, A., 1944.

En época visigoda mantuvo su importancia como cabeza de obispado, lo que ha quedado reflejado en el patrimonio local en la iglesia de Santo Amaro, Núcleo Visigótico del Museo Regional. En época árabe, su declive coincide con el crecimiento de Évora en tamaño e importancia, lo que provoca el despoblamiento de la ciudad histórica y la destrucción de las murallas, que fueron vueltas a construir, junto con el actual castillo (fig. 10), entre los siglos XIII y XIV. Desde entonces hasta el siglo XX, su importancia, su demografía y su suelo urbano han sido inconstantes, con la característica común de un crecimiento periférico que ha contribuido al vaciado del área histórica central⁴⁶.

Su centro histórico actual es de proporciones relativamente pequeñas respecto al tejido urbano, si lo comparamos con otras ciudades medias patrimoniales ibéricas. Su protección patrimonial también es limitada, con 16 inmuebles protegidos por la ley de patrimonio nacional, sin que los espacios públicos o el conjunto histórico cuenten con protección.

En el ámbito del planeamiento urbanístico, las consideraciones sobre el patrimonio y, concretamente, su protección, no estuvieron presentes en las primeras herramientas de planificación elaboradas: Así, ni el Plan Director Municipal original, revisado en 2000, ni el Plan Parcial de Urbanización del Núcleo Histórico, revisado en 1995, incluían catalogación de inmuebles ni determinaciones específicas para las edificaciones de carácter patrimonial, este último centrado, por el contrario, en la localización de parcelas susceptibles de alojar edificaciones de nueva planta. El documento remite a la futura redacción de diferentes Planes de Pormenor, lo que generó en su momento una ordenación urbana desarticulada y no integral ni integrada en su conjunto. Mientras tanto, desde 2004 se venía elaborando un inventario de patrimonio urbano de carácter informativo, pero no normativo o vinculante.

Así pues, las figuras de ordenación urbana del siglo XX, vigentes hasta hace pocos años, contribuyen a la imagen de Beja como lugar enfocado al crecimiento periférico con un despoblamiento y abandono general del centro histórico y sus inmuebles patrimoniales que no se limita, como ocurría en Évora, a áreas concretas, sino que se ha extendido incluso a los espacios urbanos más protagonistas (fig. 11).

⁴⁶ MELLO DE MATTOS, G., 1994.



FIGURA 11 Inmueble deshabitado y en visible estado de degradación en la Praça da República, Beja (foto de la autora).

FIGURA 12 Núcleo Museológico de la Rua do Sembrano, Beja (foto de la autora).

No obstante, algunos de los instrumentos más recientemente aprobados han incorporado directrices conducentes a paliar esta situación. Es el caso del nuevo Plan Director Municipal aprobado en 2014, que contiene una Carta Arqueológica y una Carta de Patrimonio Arquitectónico con 945 elementos a proteger en todo el municipio, incluyendo espacios públicos, o de las dos Áreas de Rehabilitación Urbanas rehabilitadas sobre el centro histórico, en 2013 y 2015, la primera de ella centrada en sus áreas más significativas y la segunda extensiva a todo el perímetro del tejido patrimonial del núcleo principal de la ciudad.

Por otra parte, las estrategias de inversión e infraestructuras promovidas desde el ámbito local han buscado el fomento del movimiento cultural, el ambiental, pero, fundamentalmente, el económico, incluyendo programas de fomento de la inversión privada y el espíritu emprendedor⁴⁷. En este sentido, la promoción local se fundamenta en publicitar datos cualitativos y cuantitativos acerca de: la situación de la ciudad, entendida como un gran potencial por ser el punto medio entre el puerto de Sines y la capital andaluza; las infraestructuras, incluyendo el

⁴⁷ ESPINHO, J., 2013.

embalse de Alqueva, el aeropuerto que no termina de afianzarse como terminal de pasajeros, así como la autovía que aún se encuentra parcialmente construida; la inversión pública, centrada en el sector servicios y en actividades innovadoras, pero muy tímidamente en los recursos patrimoniales o en el fomento de la conservación de actividades tradicionales; el apoyo a la inversión privada, con un especial hincapié en el interés para la inversión extranjera, incluyendo los sectores agrarios tradicionales como el olivarero y el vitivinícola; las facilidades y la disponibilidad de suelo urbano, destacando la construcción de un nuevo parque industrial junto con un área residencial en la zona de expansión norte; o datos relativos a la calidad de vida general de la ciudad, como los espacios destinados a la cultura, los equipamientos deportivos, los espacios docentes y de salud. Se hace alusión, así mismo, al Instituto Politécnico de Beja como fuente de recursos humanos cualificados para la ejecución de proyectos en la ciudad, así como a los centros de investigación asociados al mismo.

De todo lo anterior se extrae una gran apuesta por la renovación y el progreso, dentro de la línea ya anunciada por el Plan Regional de Ordenación del Territorio de Alentejo, lo que convive con una serie de recursos creados en torno al patrimonio y la cultura en los años previos, como rutas patrimoniales temáticas, la musealización y dinamización del castillo de Beja con la instalación en su interior de la oficina de turismo, la creación del Núcleo Arqueológico de la Rua do Sembrano (fig. 12).

3.3. EL CASO DE FARO

Separada del Océano Atlántico por barras de tierra ligadas a la Ria Formosa (fig. 13), Faro es, además de una ciudad media patrimonial que contaba, en el censo de 2011⁴⁸, con 44758 en su núcleo principal – 65019 si contamos las freguesías rurales de Santa Bárbara de Nexe, Montenegro, Conceição y Estoi-, la capital del distrito del mismo nombre y de región de Algarve, al igual que ocurre con Évora, su homóloga alentejana. Por todo ello, la ciudad se ve envuelta en tres paradigmas simultáneos que la convierten en un núcleo urbano y, en cierto modo, insólito.

⁴⁸ INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2011.

Por una parte, porque su condición de capital la dota de un tejido urbano con unas funciones específicas: administración tanto local como de distrito y las correspondientes Direcciones Regionales de los servicios nacionales, un sector terciario privado muy activo, con polos comerciales tanto integrados en el tejido urbano histórico como condensados en áreas periurbanas específicas, una universidad – la Universidade do Algarve – con tres polos en la ciudad y un núcleo adicional en Portimão, y una oferta cultural amplia tanto en espacios como en actividades.

Por otra parte, porque, alojando el aeropuerto do Algarve, uno de los más activos de la Península Ibérica, concentra la llegada de un turismo de masas, en gran medida extranjero, que posteriormente se distribuye por la costa algarvia, el sur de Portugal e incluso el oeste de Andalucía, sin llegar, paradójicamente, a incorporar a la propia ciudad de Faro como uno de los destinos prioritarios.

Por último, porque Faro destaca por alojar un legado patrimonial amplio (fig. 14), que mantiene su entidad frente a los nuevos crecimientos, conservando

FIGURA 13 La Ría Formosa desde la Vila Adentro de Faro (foto de la autora).



gran parte de su tejido urbano tradicional y suponiendo, además, una alternativa a la oferta costera con una buena muestra para el turismo cultural y patrimonial.

Como decíamos, Faro es un ejemplo claro de ciudad media histórica, en cuanto ha ocupado una posición predominante en el territorio, funcionando como un centro urbano secundario, al menos desde la segunda Edad del Hierro, como sugiere la etimología de su nombre en época romana acabada en -oba al igual que otros núcleos de origen turdetano⁴⁹. La Ossonoba romana, núcleo de cierta entidad que llega a acuñar su propia moneda a mediados del siglo I a.C.⁵⁰, ha legado hasta nuestros días parte de su trazado: el cardo y el decumano, además del foro, que coincidiría con el entorno del Largo da Sé⁵¹, así como el trazado de una muralla tardo-romana y restos de un área industrial al noroeste y una necrópolis en torno al actual teatro Lethes⁵².

Sin embargo, la relevancia estratégica de Faro se consolida en época islámica con la construcción de la alcazaba, de cuyas puertas y murallas aún se conservan fragmentos, con un aumento paulatino de la comunidad cristiana que pasará a llamarla, en el siglo IX, Santa Maria de Ibn Harum, más tarde Santa María de Faro y, finalmente, Faro, en honor a los emires de la Taifa de al-Gharb (Algarve)⁵³. Tras la reconquista cristiana en 1249, crecerán los arrabales de la morería y la ribera, así como los principales edificios públicos religiosos y civiles.

Entre los siglos XVI y XVIII, la ciudad crece y se transforma, incluyendo la construcción de numerosos edificios religiosos, tanto templos como conventos y monasterios, así como palacios e inmuebles administrativos⁵⁴. En el XVII se construye una muralla más allá del núcleo histórico o Vila-Adentro, conocida como *cerca seiscentista*⁵⁵ y aún visible en algunos puntos de la ciudad (fig. 15). El terremoto de 1755, que causó una gran destrucción en la ciudad, dará lugar a una vasta reconstrucción, a menudo actualizando los códigos estilísticos y tipológicos previos.

⁴⁹ GAMITO, T.J., 1997.

⁵⁰ CÂMARA MUNICIPAL DE FARO, 2001, p. C3.

⁵¹ BERNARDES, J. P., 2006.

⁵² VIANA, A., 1951.

⁵³ RODRIGUES, I., 2006.

⁵⁴ PAULA, R. M.; PAULA, F., 1993.

⁵⁵ LOBO, F. S., 2006.



FIGURA 14 El centro histórico de Faro aún conserva la mayor parte de su tejido patrimonial, incluyendo la arquitectura vernácula (foto de la autora).

FIGURA 15 Restos de la cerca seiscencista en Faro (junto al cementerio), e interpretación de su trazado original sobre el pavimento (foto de la autora).

En el siglo XIX la ciudad sigue creciendo, rompiendo los límites de la cerca y creando nuevos ejes de circulación, grandes avenidas y espacios públicos. Además, se consolidan las construcciones de gran parte del tejido histórico, tanto en la arquitectura habitacional común como en algunos grandes edificios civiles que aún conocemos o en nuevas infraestructuras y áreas industriales⁵⁶.

A mediados del siglo XX, tras la redensificación de la trama urbana mediante la ocupación de la mayoría de las huertas conventuales⁵⁷, el primer Plan de Urbanización de 1945 propone una restructuración del tejido edificado con la construcción de nuevas avenidas y espacios que, ejecutadas solamente en parte, supondrán una notable destrucción del tejido tradicional. Además, se construyen numerosas barriadas periféricas, áreas industriales, zonas comerciales e infraestructuras, destacando la creación del Aeropuerto de Faro en 1965. En 1970 llega el primer documento de protección patrimonial, el *Estudo de Prospecção, Preservação e*

⁵⁶ LAMEIRA, F.I., 1999.

⁵⁷ MARADO, C. A., 2006.

Recuperação de Elementos Urbanísticos e Arquitectónicos Notáveis, em Áreas Urbanas e Marginais Viárias, na Região do Algarve, promovido por el Ministerio de Obras Públicas. Mientras tanto, y en las décadas posteriores, proliferan los núcleos residenciales desagregados del tejido urbano consolidado, muchos de los cuales aún hoy permanecen desconectados, mientras que se ejecuta la segunda circunvalación y su unión con la carretera nacional N-125 hacia el aeropuerto.

Dentro de los instrumentos de ordenación urbana vigentes, el de mayor entidad y longevidad es el Plan Director Municipal, publicado en 1995 sobre la totalidad del municipio y revisado en 2017, que contempla criterios de protección tanto del tejido histórico como de las áreas naturales – especialmente la Ria Formosa – o la franja costera, así como instrumentos de control de la edificación dispersa propiciada por una legislación laxa en materia de control de ocupación del suelo⁵⁸. Además, identifica frentes de fachada de calidad en el núcleo urbano, especialmente en el tejido más antiguo.

No obstante, la protección del tejido histórico urbano se ha realizado, mediante pequeños instrumentos de gestión, como la declaración en 1997 de la Vila-Adentro como Área Crítica de Recuperación y Reconversión Urbanísticas (ACRRU). Hasta entonces, la conservación del caserío tradicional responde al criterio de la propia sociedad fareense y sus propietarios. La Cámara Municipal encargará, también, estudios de rehabilitación de áreas concretas de especial interés patrimonial y, más recientemente, se han declarado cinco Áreas de Rehabilitación Urbana en suelo histórico o en su periferia más inmediata.

En cuanto a la protección sectorial, el concejo de Faro cuenta con 52 registros de incoación de elementos patrimoniales por la protección patrimonial nacional. Además, recientemente se ha elaborado desde la propia Cámara un inventario de los bienes inmuebles dispersos en las fincas rurales de todo el concelho.

Otras iniciativas se han llevado a cabo para la sostenibilidad de la ciudad, como la redacción del Plano Estratégico Faro 2025, que integra retos relativos al medio ambiente, el turismo, el patrimonio, el desarrollo socioeconómico, el paisaje, la movilidad, o la identidad como herramienta para el marketing territorial.

⁵⁸ GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA, 1965.

3.4. EL CASO DE LAGOS

Enclavada en una localización estratégica, e históricamente conocida por la amplitud e importancia de su puerto⁵⁹, punto de partida de numerosas rutas marítimas hacia el Atlántico, Lagos es una ciudad media histórica de 31048 habitantes según el censo de 2011⁶⁰ que, junto a la masa edificada de la vecina Portimão, se ha convertido en las últimas décadas en uno de los enclaves de mayor aglomeración del fenómeno turístico de masas de la costa algarvía.

Hay certeza de su relevancia como centro urbano ya desde época Proto-histórica, como aseveran yacimientos como el de Monte Molião (fig. 16), a dos kilómetros del centro actual, emplazado junto a la desembocadura del río Lagos o Moleão (hoy llamada Ribeira de Bensafrim)⁶¹, así como de su importancia militar desde entonces⁶². Su denominación romana, Lacóbriga, haría alusión a una zona de aguas estancada y a la figura de Brigo, tataranieto de Noé, que la fundaría según la historiografía clásica. Su territorio, conformado por tres colinas, fue delimitado por murallas en el 76 a.C., y dotado de agua corriente mediante la construcción de un acueducto. Esto, junto a otros hallazgos como termas y balnearios y otros yacimientos relevantes, prueba su relevancia urbana como centro secundario desde la Edad Antigua.

En época árabe, el asentamiento de Zawiya formó parte de la Kora de Ossónoba, perdiendo importancia durante la dinastía Omeya mientras que Sagres se convertía en un importante centro cultural⁶³. De este período quedan pocos restos materiales, aunque debió tener un alcázar y una mezquita. Tras la conquista cristiana en 1241, se reconstruirá por completo el castillo, se fundará la Iglesia de Santa Maria de Graça sobre la mezquita, y se construyen los primeros tramos de las murallas, junto con algunos de los torreones. Entre los siglos XIV y XVI, Lagos seguirá creciendo, pasando de ser aldea a villa⁶⁴, lo que motiva la construcción de numerosos edificios tanto religiosos como civiles y, especialmente, militares.

⁵⁹ PAULA, R. M., 1992.

⁶⁰ INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2011.

⁶¹ ARRUDA, A. M., 2007.

⁶² ROCHA, M. J. P. 1991.

⁶³ PARREIRA, R., 2008.

⁶⁴ CORRÊA, F. C., 1994.



FIGURA 16 Yacimiento arqueológico de Monte Molião en 2016 (foto de la autora).

FIGURA 17 Murallas de Lagos (foto de la autora).



Además, la importancia de su puerto multiplicará su relevancia durante el período de los Descubrimientos y la expansión de Portugal a ultramar⁶⁵. La alta circulación de especias y esclavos supondrá la necesidad de aislar la ciudad frente a la piratería, convirtiéndose en la primera villa de Algarve en rodearse de muros abaluartados adaptados a las armas de fuego. Así se construirán sus murallas⁶⁶, ampliadas desde la primera cerca hasta las que hoy se conservan, declaradas Monumento Nacional y proyectadas en 1554 (fig. 17).

Mientras tanto, la vida urbana se dinamiza y se construyen iglesias, ermitas, edificios institucionales, factorías y numerosas viviendas que colmatarán el tejido urbano intramuros con una tipología propia: parcelas largas y estrechas con patio al fondo o bien con otra vivienda a las espaldas. A esto se le sumarán intervenciones planificadas en el espacio público, dando lugar a las plazas y ejes principales que aglutinan aún hoy la actividad comercial⁶⁷, mientras que los espacios conventuales, barriadas residenciales y edificaciones militares se sitúan colina arriba, alejándose de la franja costera. En el siglo XVII la ciudad seguirá creciendo, formándose los primeros arrabales junto a las principales puertas de la muralla, hasta que el terremoto de Lisboa en 1755 devastase a la ciudad, tanto por los temblores de tierra como, más aún, debido al maremoto que se produjo 15 minutos después y que destruyó la mayor parte de su tejido edificado en sucesivas oleadas⁶⁸.

A partir de entonces, Lagos irá perdiendo vigor comercial y el sector agrario tomará el relevo como principal sistema productivo local, tanto con el cultivo de trigo y vid como con la ganadería y la pesca⁶⁹. A mediados del siglo XIX, la industria conservera con sede principal en Portimão provocará el crecimiento del suelo urbano de Lagos hacia el este, proceso que culminará con la llegada del ferrocarril a Lagos como último punto de la línea que aún hoy recorre el Algarve, con estación al otro lado de la ribera de Bensafrim, donde aún hoy se producen las nuevas urbanizaciones fruto de la expansión de la ciudad.

⁶⁵ PAULA, R. M., 1992.

⁶⁶ PEREIRA, D. N., 2012.

⁶⁷ PEREIRA, D. N., 2012.

⁶⁸ SOUSA, F. L. P., 1919.

⁶⁹ PAULA, G. S., 2001.

La construcción de la carretera nacional EN-125 en el siglo XX, bordeando el centro amurallado, favorecerá el crecimiento urbano de la ciudad extramuros, distanciándose de su relación con el mar en su vida cotidiana mediante la construcción de grandes bolsas residenciales. Mientras tanto, la franja costera y el área histórica han sido ocupadas, en su mayoría, por alojamientos vacacionales y oferta de servicios y restauración destinados fundamentalmente al turismo de sol y playa (fig. 18), favorecido por la oferta disponible desde el puerto histórico hacia las ciudades, playas y calas cercanas. No obstante, el proceso de crecimiento y sustitución del tejido histórico ha sido limitado, no alcanzando las cuotas de destrucción patrimonial de municipios similares y cercanos como Albufeira, Quarteira o la propia Portimão.

Coincidiendo con la mencionada época de expansión urbana, en 1978 se redacta el *Plano Geral de Urbanização da Cidade de Lagos*, revisado en 2012 para su adecuación a los nuevos crecimientos y al marco legislativo y de ordenación del territorio. El plan, desde el comienzo, preveía el crecimiento del suelo urbano en consonancia con la reserva de ciertas áreas protegidas y libres, incluyendo un área



FIGURA 18 Afluencia de turismo de sol y playa en el entorno de la ciudad histórica de Lagos (foto de la autora).

de protección en torno a los tramos de muralla que aún no habían sido edificados en su cara exterior. Además, se delimita una zona con régimen especial de edificación alrededor del tejido histórico, con predominio de la residencia permanente en lugar de turística. En cuanto a la protección del patrimonio, los primeros intentos serán, al igual que en Faro, estudios encomendados por la Cámara Municipal que propondrán, además del perímetro de protección a la muralla, la apertura de pasos puntuales para comunicar la ciudad extramuros con la intramuros, la localización de servicios en ciertas áreas históricas estratégicas y la protección del cono visual hacia la ciudad amurallada desde uno de los puntos más elevados de su exterior.

El plan vigente incluye zonas de protección de los 16 inmuebles clasificados o en vías de clasificación por la normativa nacional de patrimonio, con una densidad patrimonial notablemente inferior a la de Faro. No obstante, la propia fisionomía del recinto amurallado ha propiciado una conservación física razonable de la mayoría del tejido histórico, apoyada por la indicación de las normas urbanísticas de mantener los materiales y los sistemas constructivos tradicionales en el caso de rehabilitaciones, o de su imitación en edificaciones de nueva planta. Así mismo, se incluyen directrices frente a la contaminación visual causada por elementos publicitarios y se restringen usos, elementos formales, colocación y tratamiento de vanos, chimeneas, objetos en fachadas, terrazas sobre la vía pública o vegetación, lo que lo convierte en un documento pragmático y efectivo para la protección del patrimonio urbano.

La ciudad cuenta, además, con una única Área de Rehabilitación Urbana que coincide con el núcleo amurallado y su entorno, mientras que el Plan Director Municipal de 2015, extensible a todo el término municipal, no incorpora directrices particulares sobre el tejido histórico, aunque sí un buen estudio histórico y una carta arqueológica, elaborada en 2012, que incluye numerosas referencias con el establecimiento de cautelas respectivas a las intervenciones arquitectónicas bajo el nivel del suelo, a través del Reglamento Municipal de Urbanização.

Las estrategias desarrolladas para la promoción y el desarrollo en la ciudad, como el Plan de Desarrollo Estratégico de 2005, incluyen como fuente de riqueza el patrimonio histórico edificado, fundamentalmente el ligado a la época de los Descubrimientos y a la tradición marítima. En este sentido, deben destacarse las labores recientes en torno a la Ruta del Esclavo de la UNESCO, de la que la ciudad

forma parte, así como el fomento de museos, rutas culturales y actividades patrimoniales. También merece ser mencionadas, dentro del Plan de Desarrollo Social de Lagos, las acciones para la puesta en valor del patrimonio local a partir de la rehabilitación de inmuebles y recuperación de tradiciones, saberes y oficios.

CONCLUSIONES

Para concluir este trabajo, se establece una serie de conclusiones, a modo de reflexiones sobre la sostenibilidad del patrimonio urbano-territorial del sur de Portugal y, más concretamente, de sus ciudades medias.

En primer lugar, el estudio bibliográfico y de directrices internacionales en materia de cultura y de desarrollo sostenible, junto con un análisis profundo de motivos tanto funcionales como de origen terminológico, se apuesta la dualidad entre patrimonio y sostenibilidad como paradigma o base teórica desde la que se ha desarrollado el análisis de las ciudades medias del sur de la Península Ibérica, de las regiones de Algarve y Alentejo y de una selección de cuatro ciudades medias en estas últimas: Évora, Beja, Faro y Lagos.

El sur de la Península Ibérica, como hemos visto, es particularmente rico en cuanto a la existencia de redes de ciudades medias – es decir, centros territoriales de carácter secundario que aglutinan la vida urbana de un área y que, con frecuencia, funcionan conjuntamente con otras entidades similares –. Entre ellas, se han analizado los sistemas urbanos formados por esta categoría urbana en Extremadura, el sur de la Comunidad Valenciana, la región de Murcia y el centro de Andalucía – todas estas en España – y, finalmente, las regiones portuguesas de Alentejo y Algarve.

Las distintas redes de ciudades medias presentan diferencias en cuanto al tamaño de los núcleos en términos demográficos, las distancias entre ellos y su disposición en el territorio, si bien tienen puntos en común no solo en cuanto a su funcionamiento urbano-territorial sino, más importante, en su definición patrimonial, fuertemente caracterizada, por lo general, por sistemas productivos agrarios tradicionales unidos a una tradición histórica de relevancia en el territorio, algo común a las ciudades medias tanto españolas como portuguesas.

Respecto a estas últimas, su existencia y relevancia dentro del Sistema Urbano Nacional portugués ha sido reconocida tanto desde el ámbito académico como desde los documentos oficiales de planificación territorial. En este sentido, la razón de ser de la mayoría de las ciudades medias portuguesas es histórica, en cuanto la mayoría procede de asentamientos urbanos de cierta índole desde época medieval, antigua o, en algunos casos, incluso protohistórica. Por otra parte, su sentido en el territorio actual está muy vinculado a la existencia y el paso de vías principales de circulación: la A6 en el caso de las ciudades medias alentejanas y la EN-125 para las algarvias.

Además, su relevancia cuenta, por lo general, con apoyo institucional: han sido objeto expreso de programas estatales para favorecer su regeneración y consolidación urbana, centrados, por lo general, en la rehabilitación patrimonial a través de fondos públicos. También han sido constatadas como ciudades medias de especial interés por los respectivos Planes Regionales de Ordenación del Territorio de Alentejo y Algarve, que las identifican como lugares estratégicos y de oportunidad para el establecimiento de los proyectos más notables en cada una de las regiones.

Finalmente, se han seleccionado cuatro ciudades medias para un estudio pormenorizado de la sostenibilidad de su patrimonio urbano: dos de ellas alentejanas – Évora y Beja – y otras dos algarvias – Faro y Lagos.

El caso de Évora destaca por las dimensiones y representatividad de su centro histórico amurallado dentro del núcleo urbano. Así mismo, el estado de conservación es muy bueno en el caso de las murallas y de los inmuebles más sobresalientes, que han sido de iniciativas para su restauración y mantenimiento, las más recientes de las cuales han estado encaminadas a su puesta en valor para el turismo cultural, que tiene un papel de cierta relevancia en el tejido económico local. En cuanto a la conservación del caserío y la arquitectura vernácula, este se ha mantenido en condiciones razonablemente buenas hasta nuestros días, en parte debido a la actuación de programas para su rehabilitación, si bien en los últimos años las viviendas están sufriendo el abandono de una población que tiende a habitar en las numerosas áreas residenciales periféricas, mientras que los proyectos de rehabilitación se enfocan, fundamentalmente, a su conversión en alojamientos turísticos. Se corre el riesgo, por tanto, de una cosificación excesiva del

centro histórico en las zonas más sobresalientes y de la destrucción de un tejido residencial muy valioso en áreas de menos protagonismo, pero de incalculable valor como conjunto bien conservado.

La ciudad de Beja no ha contado, sin embargo, con programas ni instrumentos de planificación que hayan abordado el tejido patrimonial en su integralidad. El resultado ha sido un proceso de rehabilitación fragmentaria en los inmuebles de mayor valor, y la destrucción o el abandono de gran parte del caserío histórico. Este problema, que se arrastra desde hace décadas, no ha sido paliado por las herramientas actualmente vigentes. Por otra parte, Beja es un centro territorial dinámico que trata de aprovechar su situación estratégica en el Alentejo Sur para el fortalecimiento de sus infraestructuras de cara a la atracción de la inversión privada como un revulsivo para su economía. No obstante, este énfasis en la innovación deja, por lo general, a un lado su patrimonio y sus industrias tradicionales, lo que pone en riesgo su sostenibilidad desde un punto de vista cultural.

El análisis sobre Faro ha arrojado conclusiones que, hasta cierto punto, la asimilan a Évora en cuanto a su papel como capital de la región y la convivencia de este hecho con su indiscutible definición como ciudad media. También goza de un centro histórico amurallado con un grado alto de conservación tanto de los inmuebles monumentales como de las viviendas tradicionales. Históricamente, sin embargo, sus instrumentos de planificación no han favorecido un crecimiento ordenado del suelo urbano, ni tampoco la conservación de su tejido histórico, que parece deberse más al buen hacer de los propietarios y gestores locales y a la confluencia de pequeños programas de rehabilitación sobre las áreas más significativas a nivel patrimonial. A su sostenibilidad ha contribuido, sin duda alguna, su lejanía de la costa atlántica gracias a la intermediación de la Ria Formosa, que ha permitido el mantenimiento del carácter histórico de la capital del Algarve y poseedora de un aeropuerto con un alto tráfico destinado, en su mayoría, al turismo masivo de sol y playa que sí ha menguado el valor patrimonial de otras ciudades costeras cercanas.

De igual manera, el caso de Lagos ha revelado un buen estado de conservación de un centro histórico amurallado de gran relevancia al borde del Atlántico, que no se ha visto sometido a una alta presión urbanística, mientras que la mayoría de los crecimientos urbanos se alejaban de la franja costera y el puerto

histórico. A pesar de que las primeras figuras de planeamiento no eran particularmente explícitas en cuanto a la conservación, los instrumentos más recientes incluyen directrices sobre el mantenimiento de las características y sistemas constructivos tradicionales, así como sobre aspectos más avanzados en la sostenibilidad patrimonial como la contaminación visual. Sin embargo, su localización en el barlovento algarvío, una de las zonas más turistizadas y con altos índices de destrucción del patrimonio, a pocos kilómetros de la vecina Portimão y de las calas y playas de mayor afluencia, han conducido a una banalización en el uso de los espacios patrimoniales que, por lo general, son invadidos por una actividad turística poco considerada con el entorno histórico.

En definitiva, nos encontramos ante un conjunto urbano-patrimonial con indudables valores patrimoniales tanto en su colectividad como individualmente. Con pocas excepciones, el carácter histórico de estas ciudades medias como centros secundarios las ha dotado de un patrimonio inmueble que se ha conservado en condiciones relativamente buenas hasta nuestros días, a pesar de que los instrumentos de planificación no han sido favorables en todos los casos. El reto actual para la sostenibilidad patrimonial de las ciudades medias del sur de Portugal es doble: por una parte, saber articular políticas y herramientas de planificación y protección integrales, integradas y suficientes para la conservación en el tiempo del legado que ha llegado hasta nuestros días; por otra parte, ser capaces de mantener la convivencia entre el mantenimiento del patrimonio edificado, así como de los saberes y costumbres tradicionales, con el soporte físico e infraestructural así como el dinamismo social, ambiental y económico necesarios para su estabilidad demográfica y su pervivencia como núcleos articuladores del territorio inmediato.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRUDA, A. M. – *Laccobriga. A Ocupação Romana na Baía de Lagos*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2007.
- BELLET SANFELIU, C.; LLOP TORNÉ, J. M. – *Ciudades Intermedias y Urbanización Mundial*. Lleida: UNESCO, Ayuntamiento de Lleida, UIA, Ministerio de Asuntos Exteriores, 1999.
- BERNARDES, J. P. – Faro romana: Ossonoba e Milreu. *Monumentos*. Lisboa. N.º 24. Dossiê: Faro, de vila a cidade [2006], p. 12-17.
- BRUNDTLAND, G. H. [et al.] – *Our common future*. Oxford: Oxford University Press, 1987.
- BRUNET, R. – Des villes comme Lleida. Place et perspectives des villes moyennes en Europe. En Carmen Bellet, Carmen; Llop, Josep Maria, eds.- *Ciudades intermedias. Urbanización y sostenibilidad*. Lleida: Pagès, 2000, p. 109-124.
- CAEIRO, E. M. M. – *Estudo comparativo de conjuntos urbanos situados na área de influência de Évora*. Lisboa: Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa, 1995. Dissertação de mestrado.
- CÂMARA MUNICIPAL DE FARO. Departamento de Reabilitação do Património – *Documentos prévios para a proposta do Plano de Urbanização de Faro*. 2001. Accesible en Departamento de Reabilitação do Património, Divisão do Centro Histórico, Câmara Municipal de Faro.
- CAMPESINO FERNÁNDEZ, A. J. – Ordenación territorial de la Extremadura democrática. *Cuadernos Geográficos*. Granada. N.º 47, 2010, p. 553-581.
- CARMO, R. M. do – Cidades médias. Do crescimento demográfico à consolidação territorial. *Cidades- Comunidades e Territórios*. Lisboa. N.º 12/13, diciembre 2006, p. 69-82.
- CHOAY, F. – *Alegoría del Patrimonio*. Barcelona: Gustavo Gili, 2007 – edición original 1992.
- COMISSION EUROPEA – *Cities of Tomorrow*. Bruselas: Unión Europea, 2011.
- COMUNIDAD VALENCIANA – *Estrategia Territorial de la Comunidad Valenciana*. Valencia: Conselleria de Política Territorial, Comunitat Valenciana, 2009.
- CORRÉA, F. C. C. – *A cidade e o termo de Lagos no período dos Reis Filipes*. Lagos: Centro de Estudos Gil Eanes, 1994.
- DEL ESPINO HIDALGO, B. – Patrimonio urbano: la ciudad sostenida en tiempos de lo sostenible. *Revista PH*. Sevilla. N.º 87 [2015], p. 223-225.
- DEL ESPINO HIDALGO, B. – Las ciudades medias del centro de Andalucía. Aproximación a un fenómeno territorial y urbano. *Revista de Estudios Regionales*. Málaga. N.º 108 [2017], p. 165-191.
- DEL ESPINO HIDALGO, B.; MERINERO RODRÍGUEZ, R. – Breve síntesis ¿Están el patrimonio y la cultura en la agenda de las ciudades del futuro? *Revista PH*. Sevilla. N.º 97 [2019], p. 120-125.
- DOMINGAS SIMPLICIO, M. – *Évora: estrutura y renovación urbana en el sector intramuros*. Évora: Universidade de Évora, 2001. Dissertação de mestrado.
- ELKINGTON, J. – *Cannibals with forks: The Triple Bottom Line of 21st Century Business*. Londres: NSP, 1998.

- ENGELS, F. – *La Gens y el Estado en Roma. El origen de la familia, la propiedad privada y el estado*, VI. Madrid: Alianza Editorial, 2008.
- ESPINHO, J. – *De Beja – a marca* [En línea]. En Praça da República. Beja, 2013, actual. 2013. [Consult. 30 enero 2021]. Disponible en WWW: <http://www.pracadarepublicaembeja.net/2013/07/a-minha-cidade/de-beja-a-marca/>
- GAMITO, T. J. – *A Cidade de Ossónoba e o seu Território Envolvente. Em Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*. Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, 1997, p. 343-359.
- GASPAR, J. – *A área de influência de Évora*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, 1992.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA – *Decreto-Lei 46673, de 29 de Novembro de 1965, que concede às autoridades administrativas responsáveis os meios legais que as habilitem a exercer eficiente intervenção nas operações de loteamento urbano*. Lisboa: Ministérios do Interior e das Obras Públicas. *Diário do Governo*, n.º 271/1965, Série I, de 29 de novembro de 1965.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA – *Plano Regional do Ordenamento do Território do Alentejo*. Lisboa: *Diário da República*, 1.ª série, n.º 148, de 2 de agosto de 2010.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA – *Plano Regional do Ordenamento do Território para o Algarve*. Lisboa: *Diário da República*, 1.ª série, n.º 149, de 3 de agosto de 2007
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA – *Programa PROSIURB*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Despacho n.º 6/94 e Despacho n.º 1. 7/94, *Diário da República*, II Série, n.º 21, de 26 de janeiro de 1994.
- GOVERNO DA REPÚBLICA PORTUGUESA – *Programa POLIS*. Lisboa: Ministério do Planeamento e da Administração do Território. Despacho N.º 47/A/99, *Diário da República*, I Série-B, n.º 112, de 15 de maio de 2000.
- HAWKES, J. – *The fourth pillar of sustainability: Culture's Essential Role in Public Planning*. Melbourne: Common Ground, 2001.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – *I Recenseamento Geral da População*. Lisboa, 1864.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – *XI Recenseamento Geral da População*. Lisboa, 1970.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA – *XV Recenseamento Geral da População*. Lisboa, 2011.
- JUNTA DE EXTREMADURA – *Estudio Territorial de Extremadura II*. Mérida: Consejería de Medio Ambiente, Urbanismo y Turismo, Dirección General de Urbanismo y Ordenación del Territorio, 1999.
- LAMEIRA, F. I. – *Faro, a arte na história da cidade*. Faro: Câmara Municipal de Faro, 1999.
- LOBO, F. S. – O sistema defensivo da cidade. *Monumentos*. Lisboa. N.º 24. Dossiê: Faro, de vila a cidade (2006), p. 42-49.
- LÓPEZ ONTIVEROS, A. – La agrocuidad andaluza: Caracterización, estructura y problemática. *Estudios Regionales*. Málaga. N.º 39, 1994, p. 59-91.
- MARADO, C. A. (2006). O «destino» dos antigos espaços conventuais da cidade. *Monumentos*. Lisboa. N.º 24. Dossiê: Faro, de vila a cidade (2006), p. 32-41.
- MARQUES, T. S. [et al.] – *Sistema Urbano Nacional. Cidades Médias e Dinâmicas Territoriais*. Lisboa: Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 1997.

- MARQUES, T. S. [et al.] – *Sistema Urbano Nacional. Síntese*. Lisboa: Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, 2003.
- MARQUES DA COSTA, E. – *Uma nota sobre as políticas das cidades em Portugal nos anos noventa*. Inforgeo. Lisboa. N.º 14 (1999), p. 131-137.
- MELLO DE MATTOS, G. – *Uma planta de Beja no século XVII*. Arquivo de Beja. Beja. Vol. 1, Fasc. III. (1994).
- OLIVEIRA, M. S. C. – Una estrategia para Évora. En Troitiño Vinuesa, Miguel Ángel; García Marchante, Saúl (coords.). *Vivir las ciudades históricas: recuperación integrada y dinámica funcional*. Ciudad Real: Universidad de Castilla la Mancha 1998, p. 205-228.
- ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS – *Objetivos de Desarrollo Sostenible*, 2006, actual. 2021. [Consult. 21 enero 2021]. Disponible en WWW: <URL: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/es/>>.
- ONU-HABITAT – *Nueva Agenda Urbana*. Quito: Habitat III, 2017. [Consult. 21 enero 2021]. Disponible en WWW: <URL: <https://uploads.habitat3.org/hb3/NUA-Spanish.pdf>>.
- PARREIRA, R. – *As Muralhas de Lagos*. Reedición facsímil del Boletín n.º 104 de la Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 2008 – edición original 1961.
- PAULA, G. de S. – *Lagos (1745-1792). Dinâmicas económicas e elites do poder*. Lisboa: Estar, Coleção Thesis, 2001.
- PAULA, Rui Mendes – *Lagos. Evolução Urbana e Património*. Lagos: Câmara Municipal de Lagos, 1992.
- PAULA, R. M.; PAULA, F. – *Faro. Evolução urbana e património*. Livro I: Evolução urbana. Faro: Câmara Municipal de Faro, 1993.
- PEREIRA, D. N. – A evolução urbana de Lagos. *Promontoria*. Faro. N.º 10 (año 10, 2012), p. 137-177.
- ROCHA, M. J. P. – *Monografia de Lagos. As forças militares de Lagos nas Guerras da Restauração e Peninsular e nas pugnas pela liberdade*. Faro: Algarve em foco, 1991 – edición original 1909.
- RODRIGUES, T. (2006) – A evolução urbana da cidade, *Monumentos*. Lisboa. N.º 24. Dossiê: Faro, de vila a cidade (2006), p. 24-31.
- SAMA ACEDO, S. – Vivir en una ciudad museo: Évora. En Abad González, Luisa (coord.) – *El patrimonio cultural como factor de desarrollo: estudios multidisciplinares*. Cuenca: Universidad de Castilla-La Mancha y Ayuntamiento de Almonacid del Marquesado, 2006.
- SERRANO MARTÍNEZ, J. M. – *Jerarquía de ciudades y áreas de influencia en la región de Murcia*. Murcia: Universidad de Murcia, Departamento de Geografía General, 1984.
- SOEIRO DE BRITO, R. – A terra que habitamos. En *Atlas de Portugal*. Lisboa: Instituto Geográfico Português – 2002.
- SOUSA, F. L. P. de – *Efeitos do megasismo nos concelhos de Lagos, Loulé, Monchique, Olhão, Silves, Tavira, Vila do Bispo, Vila Nova de Portimão e Vila Real de Santo António. Concelho de Lagos*. Transcripción del texto referente a la ciudad de Lagos en el terremoto del 1 de noviembre de 1744 en Portugal. Volumen 1. Lisboa: Tipografia do Comércio, Serviços Geológicos, 1919.

- UNESCO – *La cultura: clave para el desarrollo sostenible. Situar la cultura en el centro de las políticas de desarrollo sostenible*. Declaración de Hangzhou. Hangzhou: 17 de mayo de 2013. [Consult. 5 enero 2021]. Disponible en WWW: <URL: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/final_hangzhou_declaration_spanish.pdf>.
- UNESCO – *Cultura, creatividad y desarrollo sostenible. Investigación, innovación, oportunidades*. Declaración de Florencia. Florencia: 4 de octubre de 2014. [Consult. 5 enero 2021]. Disponible en WWW: <URL: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/pdf/FINAL_FlorenceDeclaration_1December_ES.pdf>.
- UNESCO – *World Heritage Committee's inscription Decision 10COM VIII*. Paris: 1986. [Consult. 16 enero 2021]. Disponible en WWW: <URL: <http://whc.unesco.org/en/list/361>>.
- UNESCO – *World Heritage Committee's inscription Decision 36COM 8B.34*. Sant Petersburg: 2012. [Consult. 16 enero 2021]. Disponible en WWW: <URL: <http://whc.unesco.org/en/list/1367>>.
- VENTURA, T.; SILVA, J. – Recuperação do Centro Histórico de Évora – uma Metodologia de Intervenção. *Poder Local*. Lisboa, n.º 35, 1983, p. 51-57.
- VIANA, A. – *Origem e evolução histórica de Beja*. Beja: Minerva Comercial, 1944.
- VIANA, A. – O Cemitério Luso-Romano do Bairro Lethes (Faro). *Brotéria*. Lisboa, n.º 53, 1951, p. 145-165.

PATRIMÓNIO E DESENVOLVIMENTO LOCAL DAS ÁREAS DE BAIXA DENSIDADE: UMA LEITURA A PARTIR DOS PROGRAMAS DE REABILITAÇÃO E REVITALIZAÇÃO EM REDE DE PEQUENOS AGLOMERADOS RURAIS

VÍTOR RIBEIRO

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,
Universidade do Algarve
ISMAT – Instituto Superior Manuel Teixeira Gomes

MIGUEL REIMÃO COSTA

Centro de Estudos em Arqueologia, Artes e Ciências do Património,
Universidade do Algarve
Campo Arqueológico de Mértola

1. INTRODUÇÃO

Entre os meados dos anos 1990 e da primeira década do presente século foi lançado no nosso país um vasto conjunto de iniciativas incidentes em áreas de baixa densidade de que a *reabilitação* (patrimonial) e a *revitalização* (socioeconómica) de pequenos aglomerados rurais constituíram as ações mais emblemáticas, o desenvolvimento do *turismo em espaço rural* (TER) uma das estratégias determinantes e o Programa de Recuperação das Aldeias Históricas (PRAH) não só o modelo como também o exemplo de resultados mais visíveis.

Estas iniciativas, que constituíam uma espécie de projetos-âncora de intervenções de desenvolvimento local territorialmente mais abrangentes e sectorialmente mais integradas, tinham como objetivo específico a valorização patrimonial, para fins turísticos, das particularidades identitárias histórico-culturais dos aglomerados abrangidos, visando promover a melhoria das condições de vida das populações e a modernização dos respetivos equipamentos de apoio, bem como, em última instância, a coesão social e territorial através da execução de um conjunto de ações de desenvolvimento e revitalização de comunidades rurais viáveis.

Ancorando-se na condição salvífica atribuída ao TER e na importância crescente que vinha sendo reconhecida à arquitetura vernácula, ao património rural e à conservação e reabilitação integradas, estas iniciativas agregavam um conjunto de ações que iam desde o projeto de arquitetura à dinamização sociocultural e incluíam a criação de infraestruturas e equipamentos públicos e o apoio a iniciativas privadas, em que a conservação, salvaguarda e reabilitação do património cultural e natural (arquitetura, espaço urbano, ambiente e paisagem) ocupavam lugar central.

A partir dos ensinamentos colhidos com a ação-piloto do PRAH, lançado no período de programação do financiamento comunitário 1994-1999, as diversas propostas inscritas no período de programação seguinte, 2000-2006, não deixarão de refletir as idiossincrasias e realidades (físicas, culturais, mas também políticas) próprias das respetivas regiões, áreas de intervenção e aglomerados abrangidos, como os respetivos resultados (ou, em muitos casos, falta deles) bem o atestam.

Entre as referidas iniciativas conta-se o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve (PRAA), com o qual se pretendia «operacionalizar uma política ativa de qualificação do “urbanismo rural” mediante a execução de um conjunto

de ações que permitissem conjugar três domínios considerados fundamentais – a recuperação e revitalização das aldeias, a dinamização económica e a concretização de infraestruturas essenciais – numa lógica de «*complementaridade* entre os espaços, de *integração das dinâmicas* de atividade entre o litoral e o interior, e de promoção da *integração social e económica* das populações que vivem nos meios rurais»¹.

2. ANTECEDENTES: O PROGRAMA DE RENOVAÇÃO RURAL

Embora inovadoras em muitos dos seus aspetos, estas iniciativas estão longe de constituir ações inéditas no nosso país, a vários níveis. Inscrevendo-se, de algum modo, nos processos de mitificação da ruralidade e da vida no campo, mas também de crescente valorização da arquitetura, do património e das culturas rurais e populares, estas iniciativas encontram algumas similitudes nos programas de *colonização interna* e, sobretudo, de *renovação rural*, que a Junta de Colonização Interna tentou implementar no nosso país entre as décadas de 1940 e 1960, no primeiro caso, e entre 1960 e o final do regime salazarista, no segundo, em particular nos seus propósitos: intervir, de forma abrangente, na revitalização socioeconómica das áreas rurais e na melhoria das condições de vida das respectivas populações, contribuindo para a sua fixação, tendo como objetivo crucial a resolução do problema do alojamento rural.

Mas se no caso da *colonização interna* a similitude se fica por aí, porquanto esta se traduziu, em termos urbanísticos, na criação de novos aglomerados populacionais (as chamadas colónias agrícolas), já no concernente à *renovação rural* a aproximação aos referidos programas de revitalização de aldeias é indiscutivelmente maior. Com efeito, não só a intervenção preconizada e executada nesse âmbito abrangeu a renovação ou reabilitação urbana dos aglomerados beneficiados como elenca «a defesa do ambiente rural», o «aproveitamento dos recursos potenciais» e a beneficiação de aglomerados considerados «de interesse

¹ FREITAS, 2002, pp. 9 e 30.

turístico» ou «estrategicamente localizados»², a partir de exemplos repescados além-fronteiras³, como alguns dos meios passíveis de ser ativados, no quadro de um programa mais vasto, de «ordem social, higiénica e económica», no sentido da valorização do património rural⁴ e do desenvolvimento económico e social das áreas rurais.

A exemplo do que virá a ser proposto no âmbito dos referidos programas de revitalização de aldeias, na proposta inerente ao programa de *renovação rural* cabia ainda uma intervenção que, indo além da beneficiação do edificado privado, do espaço público, das redes de infraestruturas e dos equipamentos de utilização coletiva, se alargava a «todo o conjunto e a todas as atividades inerentes à valorização e à revivificação do meio rural»⁵. Uma intervenção que fosse capaz de promover a multifuncionalidade e a pluriatividade em áreas consideradas excessivamente dependentes das atividades agrícolas. Nesse sentido, eram apontadas como condições essenciais não só a conjugação e articulação dos esforços dos diferentes organismos estatais setoriais a envolver nas ações⁶ mas também a adoção de uma abordagem multidisciplinar e, sobretudo, interdisciplinar, posto que a dimensão do problema assim o exigia.

No entanto, ao contrário do que virá a suceder nos programas de revitalização de aldeias, que abrangeu apenas a intervenção em fachadas e coberturas, o programa de *renovação rural* preconizava um conjunto de ações alargadas à

² MACHADO, 1965, pp. 98 e 155.

³ A respeito das intervenções em áreas rurais, MACHADO (1965, pp. 139-143) descreve alguns aspetos que considera essenciais de experiências levadas a cabo em França, Holanda, Alemanha, Suíça, Itália e em Espanha. Note-se que em França, por exemplo, existia já, desde 1955, uma *Federation Nationale de Gîtes de France*, entidade que agrupava as associações locais promotoras de turismo de habitação, e em Espanha dá-se início a partir de 1967 às primeiras experiências de promoção de alojamento turístico em contexto rural, com o programa *Vacaciones en Casas de Labranza*, promovido pelos ministérios da Informação e Turismo e da Agricultura daquele país.

⁴ MACHADO, 1970, p. 17.

⁵ JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 2-3 e 69.

⁶ As intervenções, coordenadas ao nível local por uma Comissão de Melhoramentos criada para o efeito, agrupando um representante da JCI e dois representantes «eleitos» pela população local, terão envolvido, para além da JCI, as direções gerais dos Serviços Agrícolas, dos Serviços Elétricos e dos Serviços de Urbanização, o Fundo de Fomento à Habitação, o Instituto de Assistência à Família, a Junta Central das Casas do Povo, a Junta de Ação Social, a Federação das Caixas de Previdência e Habitações Económicas e o Instituto Geográfico e Cadastral.

renovação e reconfiguração dos espaços internos determinadas pelas graves condições de habitabilidade que a maioria dos fogos apresentava. Obras que abrangiam, por exemplo, a separação, por sexos, de quartos de cama e a criação de instalações sanitárias (inexistentes na quase totalidade das habitações rurais), a eliminação de quartos interiores ou, quando tal não fosse viável, a criação de claraboias que permitissem a sua iluminação e ventilação, bem como, sempre que possível, a ampliação da habitação, quando a respetiva área coberta fosse considerada insuficiente às necessidades familiares ou mesmo a construção de novas habitações⁷.

Em termos arquitetónicos, estas ações eram norteadas por um conjunto de princípios que incluíam, por um lado, a adoção de «uma simplicidade estética e volumétrica próprias ao meio rural» e a manutenção de «uma feição de unidade de arquitetura popular», através do recurso a materiais e técnicas de construção tradicional, idênticos aos preexistentes, à recusa da introdução de elementos arquitetónicos que pudessem «desvirtuar as tradições construtivas locais»⁸ e à rejeição da «uniformização de tipos arquitetónicos»⁹.

O financiamento era assegurado pela JCI através de comparticipações não reembolsáveis, que podiam ir até 90% do custo total das obras, e empréstimos com juro bonificado, sendo incentivada a participação ativa das famílias beneficiadas através do fornecimento da mão-de-obra e/ou dos materiais de construção necessários, por forma a reduzir o valor das referidas comparticipações.

O resultado, ainda assim – mais de 1500 habitações e 41 aldeias beneficiadas –, não só ficou muito aquém das necessidades como se revelou incapaz de prover ao desenvolvimento socioeconómico das aldeias beneficiadas, e de sustentar, mesmo nessas, o êxodo rural que não cessaria de se acentuar ao longo de toda a década de 1960 e primeira metade da década de 1970. Na documentação consultada também não se detetaram quaisquer evidências de que a importância atribuída à valorização turística de algumas dessas aldeias tenha saído do domínio das intenções enunciadas.

⁷ JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 7.

⁸ JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. IV, artigos 5.º, 6.º e 7.º.

⁹ LOBO & ANTUNES, 1960, p. 43; MACHADO, 1965, pp. 88 e 113.

No entanto, embora esquecido e (aparentemente) ignorado durante as décadas seguintes¹⁰, o programa não deixa, ainda assim, de apontar, mesmo que implicitamente ou ao nível dos princípios enunciados, aqueles que se tornarão os objetivos centrais do desenvolvimento rural a partir da década de 1990 e que estão na base dos programas de revitalização das aldeias: a *multifuncionalidade*, a *pluriatividade* e o *plurirrendimento*, tendo subjacente, fundamentalmente, o desenvolvimento das atividades turísticas em meio rural.

3. DO RURAL AGRÍCOLA AO RURAL MULTIFUNCIONAL: A IMPORTÂNCIA DO PATRIMÓNIO E DO TURISMO NA CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA RURALIDADE SIMBÓLICA

Mas pese embora encontrar no programa de renovação rural algumas similitudes e ideias que antecipam muitos dos seus princípios, objetivos e ações, é no Plano Nacional de Turismo (PNT) 1985-1988 que o PRAH e seus sucedâneos encontram a respetiva base fundacional. Com efeito, sinalizando a importância económica que o turismo vinha assumindo no nosso país desde os finais da década de 1950, o PNT 1985-1988, reconhecia neste setor de atividade um «fator estratégico» para a eliminação dos desequilíbrios fundamentais da economia portuguesa e para a reanimação possível da atividade económica, para a melhoria da qualidade de vida das populações e para a proteção e valorização dos patrimónios natural e cultural¹¹. Posto o que, defendendo uma orientação do investimento público nesse domínio em função de quatro finalidades – *social, económica, territorial e patrimonial* –, propunha, entre outras medidas, o fomento do turismo rural e do turismo de habitação nas zonas rurais, bem como a «proteção da arquitetura regional e dos aglomerados urbanos típicos» e a «preservação dos monumentos e proteção dos espaços envolventes»¹².

A importância concedida por aquele documento à arquitetura *regional* ou *rural*, aos *aglomerados urbanos típicos* ou às *aldeias típicas* – expressões a que

¹⁰ Ao longo de toda pesquisa efetuada, entre 2011 e 2016, no âmbito da tese de doutoramento de um dos autores (RIBEIRO, 2017), não encontramos qualquer trabalho ou referência sobre este programa.

¹¹ GCPRT, 1985, p. 143.

¹² GCPRT, 1985, pp. 151-152.

recorre para identificar os elementos ou temas a que se refere –, fundamentava-se, por um lado, na inexistência, em Portugal, de bens cujo valor patrimonial motivasse ou atraísse deslocações internacionais significativas, o que nos afastava assim das principais rotas do turismo cultural mundial, e, por outro, na «especificidade e variedade de algumas manifestações culturais portuguesas»¹³. Entre estas, é destacada em particular a *arquitectura rural*, que o documento chega mesmo a considerar, «em alguns casos, o único ou mais importante fator de atração turística regional»¹⁴, razão que justificava a priorização da salvaguarda e a valorização dos pequenos aglomerados rurais e do respetivo património. E apontando o caminho a seguir nesse sentido, o documento enunciava desde logo Ucanha, Monsanto, Piódão, Sortelha¹⁵ e as «vilas brancas» do Alentejo como exemplos de *aldeias típicas*¹⁶ cuja revitalização poderia tirar partido das oportunidades financeiras decorrentes da nossa adesão à então Comunidade Económica Europeia.

No estudo que faz das transformações ocorridas na aldeia francesa de Cadenet, J. Le Goff elenca a *cultura* (animação e eventos), o *turismo* e a *comunicação* (promoção e divulgação) como «as três alavancas de uma nova etapa de transformação da aldeia»¹⁷. Ora, se acrescentarmos, à cultura, o património edificado e a respetiva conservação e reabilitação, temos assim os três vértices dessa espécie de triângulo virtuoso, de que os programas de revitalização de aldeias são um bom exemplo, com que se tem procurado romper o círculo vicioso das áreas rurais e de baixa densidade. Áreas cuja *diversificação* da respetiva base económica e *multifuncionalidade*, não lhe sendo totalmente estranhos, têm vindo a adquirir novos contornos e a acentuar, por via não só da crescente *patrimonialização* e *turistificação* do espaço rural, com a sua correspondente transformação em espaço de consumo, mas também de um conjunto de novas atividades industriais

¹³ GCPRT, 1985, p. 17.

¹⁴ GCPRT, 1985, p. 17.

¹⁵ Como veremos adiante, Monsanto, a «aldeia mais portuguesa de Portugal», Piódão, que merecera destaque, em 1975, na exposição que decorrerá em paralelo ao Congresso Europeu do Património Arquitetónico e fora classificada, em 1978, como Imóvel de Interesse Público, e Sortelha viriam a ser abrangidas pelo Programa das Aldeias Históricas, enquanto Ucanha viria a ser integrada no Programa das Aldeias Vinhateiras.

¹⁶ GCPRT, 1985, pp. 19 e 127.

¹⁷ LE GOFF, 2012, p. 344.

de pequena escala (em particular as respeitantes às valorização de produtos locais destinados a nichos de mercado), da economia residencial (atração de reformados, residências secundárias) e/ou da produção de energias renováveis¹⁸.

Para esta crescente *patrimonialização* e *turistificação* do espaço rural muito contribuem o poder sugestivo e atrativo das «virtudes» (grandemente mitificadas) que lhe têm sido, historicamente, reconhecidas, por contraposição aos «defeitos» que se atribuem à vida urbana e a uma certa desilusão com alguns dos elementos da modernidade¹⁹. Mas se houve uma época em que a ruralidade, por força das condições de vida que oferecia, se tornou espaço de repulsão, hoje, graças a esse poder sugestivo, voltou a ser espaço de atração, sendo, no entanto, encarado mais como objeto de consumo e espaço estético e de recreio, contemplação e conservação do que espaço utilitário, de vida, de trabalho e de transformação.

Com efeito, desde os anos 1970 que vem sendo assinalado um certo *renascimento rural*²⁰. Todavia, não só esse *renascimento* está longe de se manifestar de forma generalizada e corresponder a uma inversão efetiva das dinâmicas demográficas como a ruralidade a que se reporta, hoje já *meramente simbólica*, é bem diferente da ruralidade *predominantemente agrícola*²¹ de outrora. Uma ruralidade, reconstruída como projeto cultural, cuja estratégia de valorização se constrói a partir de uma ideia, a de *património*, para a qual convergem, segundo J. Ferrão, três tendências fundamentais: «[um] movimento de *renaturalização*», centrado na conservação e proteção da património natural; «a procura de *autenticidade*», traduzida na conservação e a proteção do património cultural; e «a *mercantilização das paisagens*», como resposta às novas práticas de consumo e à crescente valorização das atividades de turismo, recreio e lazer.²²

No sentido de encontrar alternativas às atividades, hoje em declínio, que outrora suportavam a economia das áreas rurais, é assim que muitas autarquias, a coberto da especial «vocaçãõ turística», assente no trinómio paisagem/natureza, património histórico/construído e gastronomia, que a generalidade dos autarcas

¹⁸ CdE, 2011: 1.

¹⁹ URRY, 2002, p. 88.

²⁰ KAYSER, 1990.

²¹ FERRÃO, 2000, p. 46.

²² FERRÃO, 2000, p. 48 (itálicos como no original)

reiteradamente atribui aos seus concelhos²³, procuram exacerbar particularidades locais nem sempre suficientemente características ou diferenciadoras replicando soluções dificilmente replicáveis fora do seu contexto de origem.

Porém, esta estratégia de patrimonialização do espaço rural, ainda que a coberto dos bem-intencionados objetivos do desenvolvimento local, visa satisfazer, fundamentalmente, as necessidades e a procura urbanas associadas ao turismo, ao recreio e ao lazer²⁴, atividades em que as preocupações estéticas e as imagens que se constroem do rural, a partir do seu exterior, desempenham um papel preponderante. Desse modo, o espaço rural reconfigura-se, nem sempre em função das necessidades de quem o habita, mas da imagem (transformada em marca de um artigo convertido em mercadoria) que o visitante dele espera, propiciando a «manutenção *sine die* de um “bonito quadro estático”»²⁵. Quadro que tende a rejeitar quaisquer processos de mudança, particularmente aqueles que deem prioridade ao desenvolvimento económico em detrimento da conservação e salvaguarda ambiental e patrimonial²⁶, e sob o qual espaço rural se arrisca assim a transformar-se em museu de si mesmo.

O turismo é, precisamente, um bom indicador das transformações ocorridas na sociedade, através não só da substituição das atividades agrícolas e industriais (de natureza acumulativa) pelos serviços de recreio e lazer (de natureza consumista) mas também da crescente intrusão da fantasia e do espetáculo no quotidiano e da pervasividade das imagens que nos chegam através de uma grande diversidade de meios. Uma das componentes fundamentais dos programas de revitalização de aldeias, a imaterial, através da qual se procuraram recuperar, revalorizar e revitalizar – senão mesmo (re)criar e (re)inventar – tradições e práticas culturais, aí está para o demonstrar.

²³ Cf. RIBEIRO, 2003, pp. 47-48.

²⁴ Cf. FERRÃO, 2000, p. 49, e NAVE, 2003, p. 144.

²⁵ MORENO, 1999, pp. 411-412.

²⁶ A este respeito, E. FIGUEIREDO (2003), em estudo desenvolvido no Parque Natural do Montesinho e na Serra da Freita, assinala as visões contrastantes e também conflitantes manifestadas por residentes e visitantes, mostrando-se os primeiros mais abertos à mudança (visando obviamente aproximar o seu nível de vida do nível de vida urbano) e os segundos mais sensíveis à importância da conservação.

Mas será o turismo, de facto, a solução para os problemas do mundo rural e para as áreas de baixa densidade? O que resta depois das curtas estadias dos visitantes ocasionais senão a solidão dos poucos que lá ficam e o silêncio, que é, para estes, ensurdecador, do vazio humano?

Registando desde há longas décadas um crescimento contínuo, ao turismo vem sendo não só reconhecido e reservado um importante e decisivo papel como fator de desenvolvimento mas também atribuído, face à dimensão da problemática que afeta as áreas rurais, de um carácter que nos arriscamos a considerar excessivamente salvífico, espécie de bala de prata ou fórmula mágica capaz de resolver, de (quase) uma assentada, (todos) os problemas dos espaços rurais e de baixa densidade.

Todavia, ainda que os benefícios económicos, sociais e ambientais do TER para as comunidades locais possam ser inegáveis, também não se pode deixar de reconhecer os custos, riscos e consequências negativas que lhe estão associados. Entre estes, destacam-se a reconversão e reorganização dos lugares em favor de quem os visita, esquecendo ou subalternizando quem os habita, e a adulteração ou perda da identidade cultural decorrente da (re)invenção de práticas, comportamentos e tradições culturais, tendo em vista aumentar a sua atratividade e melhorar a sua comercialização como produtos turísticos.

Mas mesmo que se despreze a importância destes custos, riscos ou consequências negativas, reais ou potenciais, e se relevem apenas os seus benefícios, o contributo efetivo do TER para o desenvolvimento local parece, ainda assim, bem longe de se confirmar, pelo menos de uma forma clara. Efetivamente, não obstante as elevadas expectativas que o turismo em espaço rural gera, serão, de uma forma geral, *parcos*²⁷ os seus efeitos na dinamização das economias locais (vejam-se, p.e., as de taxas de ocupação no setor, relativamente baixas, o número de empregos criados, também muito reduzido). Talvez porque, como alguns autores assinalam²⁸, não só nem todas as áreas rurais possuem os recursos, as capacidades e a escala necessárias ou suficientes para atrair e satisfazer os visitantes e propiciar

²⁷ SILVA, 2009, p. 167.

²⁸ Pe, LANE, 1994, p. 18; HALL & JENKINS, 1999, p. 37; HENRIQUES, 1999, p. 74; MESQUITA, 2009, p. 99; KASTENHOLZ *et al.*, 2014, p. 99.

o desenvolvimento e manutenção de uma atividade turística consistente, como nem todas as ações e estratégias que se mostram adequadas e bem-sucedidas em determinado contexto e circunstâncias o serão necessariamente em contextos e circunstâncias diversas.

Com efeito, a natural tendência para copiar receitas bem-sucedidas, numa espécie de «mimetismo voluntarista»²⁹, acarreta dois riscos não negligenciáveis: o da *homogeneização* dos destinos e conseqüente perda de dois dos atributos mais valorizados pelo mercado: a singularidade e a autenticidade; e o da *saturação* desse mesmo mercado quer pela semelhança mimética tendencial da oferta, quer pelo excesso da mesma. A estes acresce ainda outro: o de o consenso gerado em torno da importância do turismo na revitalização das áreas rurais poder «encobrir uma incapacidade de definir estratégias complementares»³⁰, quando deveria ser o próprio TER, por definição, a assumir-se como tal. Já para não falar do facto de o mercado turístico, apesar da tendência de crescimento, não apresentar dimensão suficiente para que todas as áreas rurais dele possam tirar idêntico ou suficiente benefício. Questões que nos conduzem àquela com que E. Figueiredo nos interpela: «*quantas mais aldeias típicas conseguimos suportar?*»³¹

4. OS PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DE ALDEIAS EM PORTUGAL: DAS ALDEIAS HISTÓRICAS À DISSEMINAÇÃO DE PROPOSTAS

A promoção e a disseminação dos referidos programas de revitalização de aldeias só serão possíveis, porém, no âmbito do processo, desencadeado nos anos 1970, de renovação e ampliação dos objetivos da política agrícola e de desenvolvimento rural e de territorialização das *políticas estruturais* da União Europeia (UE), decorrente do reconhecimento de que o modelo produtivista de desenvolvimento adotado no pós-guerra se tinha esgotado sem resultados totalmente satisfatórios.

²⁹ LEFORT, 1997, p. 95.

³⁰ JOAQUIM, 2003, pp. 60 e 63.

³¹ FIGUEIREDO, 2003, p. 77 [itálicos como no original].

O novo paradigma que então emerge, com a primeira grande reforma da política agrícola comum (PAC) aprovada em 1992 e o respetivo aprofundamento ocorrido já no âmbito da Agenda 2000, em 1999³², traduz-se numa reorientação das políticas públicas comunitárias num duplo sentido. Por um lado, na procura de um maior equilíbrio entre conservação ambiental (proteção) e competitividade económica (exploração); por outro, na primazia concedida à (re)valorização e mobilização dos recursos e potencialidades locais, ao empoderamento dos atores locais e à construção de redes através de uma fórmula de desenvolvimento que passa a abranger três frentes de ação combinadas: a *agricultura* (apostando no agroalimentar biológico e de origem controlada); o *património* (ativando o vasto reportório de recursos naturais e culturais, materiais e imateriais, que constituem o espaço rural); e o *turismo* (promovendo a valorização e a exploração turística desse mesmo património)³³.

Nesse âmbito, os objetivos da política agrícola e de desenvolvimento rural passam assim a abranger, entre outras medidas, a renovação e desenvolvimento de pequenos aglomerados populacionais, a salvaguarda do património rural e o incentivo às atividades turísticas e artesanais, constituindo estes, precisamente, algumas das prioridades definidas para os fundos estruturais no período de programação 2000-2006³⁴, e em particular para o FEDER³⁵ que se constituirá no principal instrumento de financiamento dos programas de revitalização de aldeias.

Embora o PNT 1985-1988 apontasse já a valorização dos pequenos aglomerados rurais e do seu património como «tarefa prioritária»³⁶, a prioridade concedida nos dois primeiros períodos de programação do financiamento comunitário pós-adesão³⁷ à infraestruturação básica do território e à reabilitação urbana dos centros históricos das cidades e vilas mais importantes relegou para segundo

³² CORDOVIL, 2004, pp. 38-39 e 45.

³³ SILVA, 2009, pp. 38-39

³⁴ Cf. UE, 2004, pp. 7 e 14.

³⁵ Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, instrumento financeiro comunitário criado em 1975 com vista a financiar a ajuda estrutural através de programas de desenvolvimento regional orientados ao apoio às regiões mais desfavorecidas ou menos desenvolvidas.

³⁶ GCPRT, 1985, pp. 17 e 19.

³⁷ Anterior Regulamento, designação dada à fase anterior à reforma operada nos fundos estruturais em 1988, aprovado para o período 1986-1988, e Quadro Comunitário de Apoio I (QCA I), aprovado para o período seguinte, 1989-1994.

plano uma eventual aposta na reabilitação e revitalização desses pequenos aglomerados rurais. Assim, essas iniciativas só encontram espaço e enquadramento financeiro no QCA II³⁸ 1994-2009, traduzindo-se no lançamento do já referido PRAH, na região Centro, no *Programa de Recuperação de Centros Rurais*, abrangendo todas as regiões do continente, e na ação *Aldeias de Interesse Turístico*, no *Programa de Valorização de Vilas e Aldeias Históricas do Alentejo* e no *Projecto Aldeia*, na região no Alentejo.

Na sua génese, o PRAH representava «a incidência regional e local de uma estratégia nacional [...] que visava discriminar positivamente alguns espaços encravados do Interior da Região Centro»³⁹. Uma estratégia que visava a «valorização das características patrimoniais e dos elementos de interesse histórico-cultural específicos» dos aglomerados abrangidos tendo em vista «melhorar os padrões de vida e modernizar os seus serviços de apoio económico e social» e assim conceder-lhes «maior capacidade de fixar a população, atrair o turismo, incentivar novas atividades complementares da agricultura e reativar profissões em decadência»⁴⁰.

Abrangendo numa fase inicial apenas as «aldeias»⁴¹ de Castelo Rodrigo, Idanha-a-Velha, Linhares, Marialva e Piódão, o programa, com o decorrer do respetivo desenho, alargar-se-ia a mais cinco, Almeida, Castelo Mendo, Castelo Novo, Monsanto e Sortelha⁴², todas elas selecionadas maioritariamente em função, entre outros aspetos, mas fundamentalmente, da existência de património

³⁸ Quadro Comunitário de Apoio. Os QCA definiam as regras de implementação dos designados Planos de Desenvolvimento Regional (PDR) elaborados por cada Estado-membro. Estes planos, por sua vez, estabeleciam o enquadramento, a orientação estratégica, a sistematização operacional, a programação financeira e a estrutura organizativa dos apoios estruturais para o período de programação plurianual correspondente.

³⁹ BOURA, 2002/2004, p. 117. O PPDR (Programa de Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional), um dos programas que estruturava o QCA II e ao qual estava associado o PRAH, era um programa de âmbito nacional a cuja Unidade de Gestão competia a aprovação das candidaturas, submetidas nesse âmbito, aos apoios financeiros disponíveis [Despacho Normativo 2/95: § 9].

⁴⁰ DGDR, 1994, p.17.

⁴¹ Na realidade, com exceção do Piódão, todas as restantes aldeias abrangidas pela primeira fase do programa foram vilas sedes de concelho desde a época medieval até às reformas administrativas oitocentistas, apenas se mantendo atualmente Almeida como tal. E, a par desta, Castelo Novo, Monsanto e Marialva ainda são consideradas vilas.

⁴² No QCA III viriam a ser acrescentadas ainda mais duas «aldeias»: Belmonte e Trancoso.

arquitetónico, arqueológico ou ambiental classificado, da unidade formal do seu tecido urbano e construído e do respetivo interesse histórico-cultural⁴³.

Contudo, é só no período subsequente, 2000-2006 (QCA III), dando seguimento à estratégia inaugurada no QCA II com o PRAH, que a multiplicação de iniciativas de natureza e propósitos similares virá a encontrar enquadramento, evidenciando assim a reforçada importância atribuída à revitalização das designadas áreas de baixa densidade, traduzida nas seguintes propostas ou iniciativas: na região Norte, Aldeias Vinhateiras (PAV), Aldeias da Terra Quente, Aldeias de Quarta Geração, Aldeias de Montanha, Aldeias de Saudade e Aldeias Fronteiriças; na região Centro, para além das Aldeias Históricas, que beneficiam no QCA III de uma segunda fase de desenvolvimento, Aldeias do Xisto (PAX), Contratos de Aldeia, Aldeias do Côa e Aldeias de Montanha; na região do Alentejo, Aldeias e Vilas Históricas do Alentejo, Aldeias de Castelo e Património, Aldeias de Tradição, Aldeias d'Água/Aldeias Ribeirinhas, Aldeias de Mina, Aldeias Históricas do Guadiana e Projeto Ruralidades; e na região do Algarve, Aldeias do Algarve (PRAA).

Procurando atuar de forma integrada, esses programas compreendiam, de uma forma geral, três componentes essenciais cuja execução obedecia à estratégia definida pelos *planos de ação* ou *de intervenção* de aldeia elaborados (em muitos dos casos, mas não em todos) para o efeito: uma componente *infraestrutural*, que incluía as intervenções de reabilitação urbana (espaço público e edificado), de criação e/ou requalificação de equipamentos públicos, reabilitação do património arquitetónico e acessibilidades; uma componente *imaterial*, que contemplava as ações de promoção, divulgação e comunicação, bem como de eventos associados à animação sociocultural; e uma componente de *empregabilidade*, associada às ações de formação, reciclagem ou atualização de conhecimentos e/ou que promovessem a criação e/ou qualificação do emprego.

⁴³ MPAD/MCT, 1994, p. 2. Assinale-se que, à data do início do programa, três destas «aldeias» tinham já o respetivo conjunto urbano classificado como Imóvel de Interesse Público: a *Povoação de Piódão* [Decreto n.º 95/78, I Série, de 12 de setembro], a *Aldeia Velha de Monsanto* [Decreto n.º 28/82, de 26 de fevereiro] e a *Aldeia de Castelo Mendo* [Decreto n.º 29/84, de 25 de junho]. Ainda durante a primeira fase do programa também o *Conjunto arquitetónico e arqueológico de Idanha-a-Velha* viria a ser classificado [Decreto n.º 67/97, de 32 de dezembro].

Contudo, diferentemente do sucedido com o PRAH, estas iniciativas que surgem no âmbito do QCA III viriam a ser promovidas diretamente pelas comissões de coordenação regional em estreita articulação com os municípios envolvidos, sendo a aprovação dos projetos e candidaturas feita não a nível nacional, como ocorreu no caso referido, mas a nível regional. Por outro lado, à exceção do PAX e do PAV, a maior parte destas iniciativas também não chegou a beneficiar do mesmo tipo e volume de intervenções e investimentos que caracterizaram o PRAH, não tendo sequer, muitas delas, saído do domínio das intenções, para o que se podem apontar, a julgar pelos testemunhos recolhidos, três motivos fundamentais⁴⁴:

- (i) porque o volume de apoios financeiros disponíveis se revelaria insuficiente para permitir a integração de todas essas iniciativas nos programas de financiamento previstos, posto que, constituindo o *overbooking* uma característica fundamental dos programas de financiamento, nada garantia à partida que todas as propostas neles inscritas pudessem vir a ser efetivamente executadas, dependendo das prioridades de investimento definidas por cada município; e/ou
- (ii) porque, face ao voluntarismo que presidiu ao lançamento dessas mesmas iniciativas, terá prevalecido a falta de dinâmica e, porque não dizê-lo, de interesse de, pelo menos, algumas das autarquias e comunidades locais envolvidas, pondo-se aqui a questão de saber se estas terão sido realmente envolvidas no processo decisório inicial e no desenho da proposta; e/ou ainda
- (iii) por ausência de massa crítica suficiente, e suficientemente empenhada, ao nível local, para agarrar a oportunidade e lutar por ela, ausência que, de resto, constitui o principal problema das áreas de baixa densidade.

⁴⁴ RIBEIRO, 2017, p. 165.

Por outro lado, por força das características próprias de cada conjunto de aldeias associadas a cada uma das referidas iniciativas – sendo justo assinalar que o PRAH reuniu um conjunto de pequenos aglomerados bastante homogéneo e de grande valor patrimonial –, dos critérios que terão presidido a algumas escolhas, ou das dinâmicas geradas ao nível local, nenhuma dessas propostas – com exceção do PAX –, viria a adquirir visibilidade e importância próximas das que se reconhece no PRAH, que, além do mais, também terá beneficiado da sua condição seminal e de um contexto, circunstâncias e dinâmicas que conjugadamente terão permitido a execução de intervenções que se revelariam, em muitos casos, exemplares.

Vale ainda a pena referir que este processo de ativação turística de pequenos aglomerados rurais não se esgotou nas referidas propostas promovidas pela administração pública central e local. Com efeito, vários têm sido os casos, ao longo das últimas décadas, de iniciativas privadas promovidas por indivíduos ou sociedades empresariais visando explorar o potencial turístico da ruralidade e, em particular, do património rural construído, ainda que inseridas numa lógica diferenciada, i.e., não já no âmbito de um processo de desenvolvimento local integrado, mas de simples oportunidade de negócio. Comprados casa a casa ao longo de anos, na maior parte dos casos, vários pequenos aglomerados, de Norte a Sul do país, muitos dos quais já praticamente abandonados, como a Aldeia da Cuada [Lajes das Flores, ilha das Flores, Açores], a Aldeia de Cima [Soure], a Branda da Avelreira [Melgaço], a Aldeia da Mata Pequena [Mafra], o Loural [Góis], a Pedralva [Vila do Bispo], a Pia de Urso [Batalha], a Póvoa Dão [Viseu], a Póvoa Velha [Seia], S. Gregório [Borba], Vilarinha [Aljezur] (fig. 1) ou Pedralva [Vila do Bispo] (fig. 2) foram sendo reabilitados, renovados e/ou reconstruídos, com mais ou menos preocupações de autenticidade, visando oferecer a sua irrealidade como presença real, i.e., uma ruralidade onde ela já não existe – e, mais do que isso, como de facto nunca existiu –, fornecendo um “signo” capaz de se fazer esquecer como tal⁴⁵.

⁴⁵ ECO, 1993, p. 10.



FIGURA 1 Vilarinha, Aljezur (Vítor Ribeiro, 2014).

FIGURA 2 Pedralva, Vila do Bispo (Vítor Ribeiro, 2014).



5. O PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DAS ALDEIAS DO ALGARVE

Uma das iniciativas lançadas no âmbito do QCA III, conforme referido, foi o Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve (PRAA). Enquadrada no âmbito da Ação Integrada de Revitalização de Áreas de Baixa Densidade (ABD), uma das quatro medidas que estruturavam o Eixo 2 do PROAlgarve 2000-2006⁴⁶, a *Iniciativa de Revitalização das Aldeias do Algarve* constituía uma das onze medidas específicas que asseguravam a operacionalidade do plano estratégico que, no desenvolvimento do PO regional, o modelo de intervenção para as ABD virá a contemplar, e concretizava uma das ideias-chave da estratégia subjacente ao PO regional: promover e valorizar um conjunto de aglomerados «tradicionais» com base num conjunto consistente e articulado de ações «de requalificação urbana, de apoio a uma rede de infraestruturas de base e equipamentos públicos bem como de equipamentos estruturantes que utilizem também as condições naturais como fator de atratividade»⁴⁷ (fig. 3).



FIGURA 3 As áreas de baixa densidade e as aldeias do Algarve (Stefano Malobbia/GTAA Sotavento, 2007)

⁴⁶ CCDR ALGARVE, 2000, pp. 53-57.

⁴⁷ CCDR ALGARVE, 2000, p. 53.

Nesse sentido, a referida Iniciativa tinha como propósito essencial «operacionalizar uma política ativa de qualificação do “urbanismo rural”»⁴⁸ mediante a execução de um conjunto de ações que conjugassem, de forma articulada, os três domínios de intervenção considerados fundamentais: (i) a recuperação e revitalização das aldeias; (ii) a dinamização económica; e (iii) a concretização de infraestruturas essenciais. Essas ações, por sua vez, encontravam-se subordinadas a quatro grandes objetivos: (i) recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos; (ii) promover a dinamização socioeconómica; (iii) fixar e atrair população; e (iv) criar uma imagem e um programa de animação para as Aldeias do Algarve. E para a concretização das mesmas deveriam ainda concorrer outros tantos eixos fundamentais de intervenção: (i) a renovação urbana, através da intervenção no edificado e espaço público, mobiliário urbano, sinalética, etc.; (ii) a criação de equipamentos coletivos e de lazer, de cariz social, desportivo, cultural e ambiental; (iii) o apoio às atividades económicas; e (iv) a animação socioeconómica, mediante a potenciação dos efeitos de festivais, feiras, exposições e outras atividades, de preferência orientadas para a promoção de atividades e produtos específicos e tradicionais locais⁴⁹.

Diferentemente do caso do PRAH, onde a temática associada determinou desde logo a existência de património classificado como critério de seleção fundamental, na seleção das aldeias a integrar o PRAH os critérios fundamentais viriam a enfatizar a importância primacial dos valores de conjunto (estrutura urbana), de contexto (estrutura rural) e sociais (estrutura social). A estes juntavam-se ainda mais dois, a dinâmica socioeconómica e a existência de comércio, cuja importância se relacionava com o desígnio de não «criar ilusões ou cenários mais ou menos virtuais»⁵⁰, evitando-se, nesse sentido, canalizar investimento para aldeias que não possuíssem capacidade e dinâmica mínimas para aproveitar e potenciar as oportunidades de investimento proporcionadas pelo programa⁵¹.

⁴⁸ FREITAS, 2002, p. 30 (ênfase como no original).

⁴⁹ CCDR ALGARVE, 2000, p. 39; FREITAS, 2002, p. 31.

⁵⁰ FREITAS, 2002, p. 31.

⁵¹ Neste aspeto, diferentemente do caso do PAX, onde a presença humana não foi considerada critério fundamental de seleção das aldeias, tendo sido mesmo admitida a intervenção em aldeias abandonadas desde que a intervenção conduzisse à sua reocupação ou se concluísse que a unidade formal do conjunto urbano e respetivo enquadramento paisagístico e natural eram fundamentais para o «fecho da malha» (cf. FERREIRA, 2002, p. 10).

Numa primeira fase foram selecionadas onze aldeias: Budens (Vila do Bispo), Cacela Velha (Vila Real de Santo António), Cachopo (Tavira), Caldas de Monchique (Monchique), Carrapateira (Aljezur), Estoi (Faro), Odeleite (Castro Marim), Paderne (Albufeira), Querença (Loulé), S. Marcos da Serra (Silves) e Vaqueiros (Alcoutim). A acrescentar a estas, alguns dos planos de intervenção de aldeia previam ainda intervenções em outras aldeias situadas na respetiva área de influência, como foram os casos de Alcaria Queimada (Vaqueiros), Bordeira e Vilarinha (Carrapateira), Figueira, Salema e Vale de Boi (Budens), e Fábrica, Manta Rota e Santa Rita (Cacela Velha). Para uma segunda fase, que deveria corresponder ao período de programação financeira comunitária seguinte, era preconizada a extensão do programa a mais cinco aldeias⁵², o que acabaria, porém, por não se concretizar devido à redução dos fundos comunitários atribuídos à região no âmbito do QREN 2007-2014 e à decorrente reorientação da estratégia associada.

5.1. DA IMPLEMENTAÇÃO

Depois de estabelecido o âmbito e quadro de vigência do PRAA, a primeira fase de implementação do programa comportou a realização de um Plano de Intervenção para cada uma das aldeias selecionadas, ajustando a estratégia à escala local, a partir da definição de um conjunto de ações, da identificação dos seus promotores e quadro de financiamento, procurando integrar a valorização do conjunto urbano e a melhoria da qualidade de vida das populações. Pretendia-se que cada plano estabelecesse uma estratégia de intervenção para o ordenamento do espaço público, incluindo o conjunto edificado privado, a criação ou recuperação de estruturas de utilização coletiva, a reabilitação do património da paisagem e, por fim, o levantamento, dinamização e enquadramento financeiro de iniciativas privadas vocacionadas ou não para a promoção do património local.

A estrutura dos Planos de Intervenção traduzia, deste modo, o propósito fundamental do PRAA na integração de dois domínios complementares para a revitalização das Áreas de Baixa Densidade: a identificação e apoio aos projetos

⁵² FREITAS, 2002, p. 32

de iniciativa privada enquadrados na sua estratégia; e as intervenções públicas relacionadas com a preservação e valorização do património enquanto fator de desenvolvimento local.

Neste sentido, a constituição das equipas do plano procurou, em cada caso, combinar diferentes visões institucionais e disciplinares sobre o território, incluindo a integração na equipa de técnicos de organismos regionais (CCDRAlg, Direções Regionais), Municípios, Associações de Desenvolvimento Local, e contando com a participação da população em diferentes momentos: contactos informais no decorrer da fase de caracterização; reuniões públicas realizadas, logo no início do processo, com o propósito de recolher diferentes contributos; apresentação e discussão do plano numa fase intermédia; e constituição, em algumas aldeias, de uma comissão local de acompanhamento.

Por outro lado, em resultado de uma ação concertada entre a CCDRALg e os Municípios, foram criadas duas estruturas técnicas multidisciplinares – os gabinetes técnicos de apoio às aldeias (GTAA), um para a região do Sotavento, o outro para o Barlavento –, com os objetivos de implementar, de forma integrada e coerente, as ações previstas nos PI (com diferentes promotores e projetistas), fazer a articulação entre as várias escalas (planeamento, projeto e acompanhamento das intervenções) e contribuir para definição de um conjunto de princípios e metodologias de intervenção transversais.

5.2. DA EXECUÇÃO

A intervenção de conjunto no núcleo edificado e a intervenção na sua paisagem próxima distinguiram-se, de entre as diversas tipologias de projetos previstos em sede de PI, enquanto estruturantes e capazes de determinar o maior ou menor sucesso destes programas do ponto de vista patrimonial. A nível da intervenção no núcleo edificado, os projetos de intervenção de conjunto e reabilitação urbana assumiram uma dimensão estruturante e emblemática, priorizando a valorização do património urbano e do espaço público na organização e articulação das restantes ações (figs. 4 e 5). De um modo geral, estes projetos traduziram-se em três domínios principais: a reabilitação do espaço exterior público; o enterramento das infraestruturas aéreas de eletricidade e telecomunicações; e a intervenção nos conjuntos edificados que, no entanto, apenas poderia incidir na envolvente



FIGURA 4 Cachopo (Tavira), intervenção na envolvente da igreja matriz e rua 1.º de Maio: intervenção no espaço público (Vítor Ribeiro, 2014).

FIGURA 5 Odeleite (Castro Marim), miradouro do Rossio (Vítor Ribeiro, 2014).

exterior (fachadas e coberturas) das edificações privadas por constrangimentos dos próprios programas de financiamento.

Reconhecendo os riscos de *fachadismo* que envolviam uma intervenção no conjunto edificado com os constrangimentos que referimos, procurou-se, sem grande sucesso, estimular a reabilitação dos espaços interiores das edificações intervencionadas, a cargo dos seus proprietários, mas com acompanhamento técnico garantido por parte do gabinete (neste caso do GTAA Sotavento). Por outro lado, e ao contrário do que havia sido previsto, os municípios não fizeram acompanhar os projetos de intervenção de conjunto de qualquer instrumento de planeamento capaz de enquadrar a intervenção, de vincular a gestão urbanística aos propósitos do programa e, eventualmente, de envolver os gabinetes nos pareceres para as obras particulares.

A nível da criação ou requalificação de estruturas de utilização coletiva e de dinamização das atividades económicas foi quase sempre privilegiada a reabilitação ou reconversão de edifícios preexistentes, quer se tratasse de construções

com valor patrimonial (fig. 6), quer correspondessem a estruturas recentes mais ou menos desqualificadas (fig. 7). Em termos programáticos, e na sequência dos pressupostos dos PI, estas estruturas combinavam usos múltiplos ajustados à escala da aldeia, considerando a reconversão funcional, a adaptação às exigências contemporâneas e, nalguns casos, à integração de novas volumetrias com recurso a processos construtivos tradicionais.

No caso do Sotavento, em que haviam sido seleccionadas as aldeias de Cacela, na orla litoral, e de Odeleite, Cachopo e Vaqueiros, na Serra, os PI conferiram especial relevância à intervenção em rede, compreendendo não apenas a articulação das estratégias dos vários PI, mas estendendo a intervenção, como vimos, a espaços no exterior do núcleo edificado, desde as áreas de produção agrícola na paisagem envolvente das aldeias (fig. 8), à arquitetura da produção dispersa no território concernente (figs. 9 e 10) ou, inclusivamente, à integração de alguns montes com especial interesse do ponto de vista patrimonial (como ocorreu com Santa Rita no Plano de Cacela ou Alcaria Queimada no Plano de Vaqueiros). Alguns destes projetos e obras constituíram laboratórios de ensaio das técnicas construtivas tradicionais e, em especial das técnicas relacionadas com as construções em xisto, através da integração de mestres nas artes locais da construção tradicional.



FIGURA 6 Vaqueiros (Alcoutim), reabilitação do edifício da igreja matriz (Stefano Malobbia/GTAA Sotavento, 2005).

FIGURA 7 Vaqueiros (Alcoutim), edifício polivalente (Vítor Ribeiro, 2014).



FIGURA 8 Cachopo (Tavira), requalificação do acesso ao poço (Vitor Ribeiro/GTAA Sotavento, 2006).



FIGURAS 9-10 Cachopo (Tavira), recuperação do moinho branco (Stefano Malobbia/GTAA Sotavento, 2006).



5.3. DO ENCERRAMENTO

A orgânica do PRAA, o cronograma de cada um dos Planos de Intervenção e o contrato-programa dos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias do Algarve traduzem a condição com fim predeterminado da operação correspondente a um ciclo de atuação consonante com os instrumentos de financiamento. Nessas circunstâncias, o trabalho previsto para os GTAA incidia na preparação de uma parte significativa dos projetos preconizados pelos PI e no acompanhamento das respectivas obras, procurando uma abordagem de intervenção mais integradora e próxima à realidade local do que seria aquela resultante da simples combinação de projetos adjudicados a gabinetes externos. Este propósito conferia aos gabinetes uma dimensão fundamental da investigação a considerar nas diferentes fases do processo. No caso do GTAA Sotavento esta dimensão traduziu-se numa prática de investigação sistemática, comportando três níveis fundamentais:

1. Investigação pelo plano, correspondente à fase preliminar da investigação realizada no contexto dos Planos de Intervenção, compreendendo, não apenas os estudos de caracterização da arquitetura e da paisagem das várias aldeias selecionadas, mas também o alargamento da área de estudo para identificação, caracterização e eventual proposta relativa a estruturas ou conjuntos de valor patrimonial a considerar na estratégia em rede.
2. Investigação pelo projeto, constituindo uma abordagem fundamental de estudo das técnicas e processos construtivos tradicionais, através da visita e do levantamento *in situ* das estruturas e da entrevista com artífices locais, perspetivando a sua integração quer na reabilitação de edifícios tradicionais quer na construção de novas estruturas. Este processo de investigação foi também decisivo em fase de obra, com a validação e aprofundamento dos projetos de execução que beneficiaram com a contratação de mestres de obras por parte dos empreiteiros.
3. Investigação para a divulgação, contando com uma fase intermédia (transição de contratos-programa) de trabalho de campo para o primeiro estudo do património construído dos montes do Nordeste Algarvio, mas correspondendo fundamentalmente ao último ano de trabalho do gabinete, onde se

lançaram um conjunto de ações de divulgação e de formação sobre as técnicas de construção tradicional e a arquitetura vernácula⁵³.

O processo de encerramento do programa constituiu assim uma oportunidade para converter as diferentes escalas de investigação – paisagem, urbanismo, arquitetura, sistemas construtivos – realizadas no âmbito do programa e dos sete anos de existência do gabinete num conjunto de iniciativas de divulgação que incluíram seminários, oficina de técnicas de construção tradicionais (fig. 11), vídeos e publicações (fig. 12). Deste modo, em resultado dos desafios relacionados com a ausência de estudos relevantes sobre a área de intervenção – mas também, temos de o reconhecer, de algum desencanto com o modo como o próprio programa foi assumido por algumas autarquias –, o âmbito da investigação, relevante desde o início, adquiriu uma importância fundamental, em especial na fase final do trabalho do gabinete e do encerramento do programa.



FIGURA 11 *Materiais e técnicas de construção tradicional: conhecer para agir*, oficina de taipa, adobe, alvenarias de xisto e coberturas colmadas, Cachopo (Tavira), novembro de 2007 (GTAA Sotavento, 2007).

FIGURA 12 Capa do livro *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão* (CCDR Algarve e Edições Afrontamento, 2008).



⁵³ Nomeadamente: COSTA, 2004; RIBEIRO, 2008; e GTAA SOTAVENTO, 2007.

Pese embora a matriz interinstitucional dos instrumentos de planeamento (ainda que organizada de cima para baixo) e a constituição de equipas técnicas para a elaboração de projetos com financiamento partilhado entre as administrações regional e local, a verdade é que o programa compreendeu uma muito baixa execução, considerando não apenas o elevado número de ações previstas à escala dos PI que não foram executadas como também o número reduzido de projetos realizados a chegar à fase de obra⁵⁴. De facto, os valores de execução do programa registaram uma grande disparidade entre as expectativas criadas e a relevância das ações concretizadas, contribuindo para tal: a falta de adesão de alguns municípios que priorizaram o investimento em áreas com maior capacidade reivindicativa; o calendário apertado e os valores limitados de algumas linhas de financiamento; e a inadequação dos instrumentos de financiamento à natureza e escala dos projetos e iniciativas dos promotores locais.

6. CONCLUSÃO: PARA UMA LEITURA PROSPETIVA DOS PROGRAMAS DE REVITALIZAÇÃO DAS ALDEIAS

As iniciativas de desenvolvimento do mundo rural através de programas de intervenção concertada, em rede, com valorização de aglomerados de pequena dimensão têm constituído uma das soluções mais frequentes de valorização do património enquanto fator de desenvolvimento local com incidência nos territórios do interior. Na realidade, a implementação destes programas constitui uma solução experimentada sucessivamente, desde a fase final do Estado Novo, com ajustamento gradual do modelo de implementação, considerando, muitas vezes, alusões a programas e iniciativas referenciais ou idênticas realizadas noutros países. A interpretação da história e do contexto de diferentes iniciativas de revitalização de ABD, a aproximação ao caso particular do programa do Algarve e a experiência

⁵⁴ Se considerarmos as atividades desenvolvidas no GTAA Sotavento, verificamos que foram elaborados 46 projetos, 34 dos quais em fase de projeto de execução entregues às autarquias, sendo que apenas 19 chegaram à fase de obra. A respeito do diferencial entre as ações previstas e as efetivamente executadas, consulte-se os dados compilados em RIBEIRO, 2017, anexo 2, pp. 51-61 e 81-83.

do GTAA Sotavento permitem estabelecer de forma prospetiva, a partir da reflexão sobre os pontos fortes e pontos fracos destas experiências às diferentes escalas, alguns princípios fundamentais que, de algum modo, foram privilegiados no presente artigo – como sejam integração, singularidade, concertação, investigação, proximidade e continuidade.

O conceito de Património Cultural foi objeto de uma redefinição profunda a partir do início da segunda metade do século passado, quando integrou sucessivamente diferentes expressões materiais e imateriais, conferindo uma importância crescente ao papel das comunidades para o seu reconhecimento, conservação e transformação. Se por um lado este alargamento do conceito de Património Cultural – que integra hoje, por exemplo, a paisagem cultural e a arquitetura vernácula – abriu alguns territórios do interior (quase sempre com um número mais reduzido de estruturas monumentais) ao interesse do turismo cultural, por outro lado implicou necessariamente as comunidades e os agentes económicos nas estratégias progressivamente mais complexas de preservação do património. Deste modo, o propósito de salvaguarda do património construído em contexto rural e da paisagem cultural, com o seu carácter específico, está indissociavelmente ligado à própria comunidade, na maior parte dos casos dependente da fixação de novas populações e do desenvolvimento de soluções de produção inovadoras e sustentáveis capazes de contribuir para a diversidade dos territórios de usos múltiplos.

Os PRA comportam uma estratégia de dinamização e valorização em rede (a partir da escala global para a escala local) que pode ser favorável e consonante com as dinâmicas das ABD, com a escala do património rural e com a condição de transformação permanente que é intrínseca à paisagem cultural. Em qualquer caso, no nosso entendimento, esta estratégia deve adquirir uma dimensão mais dinâmica, de geometria variável, na integração e relação dos diversos núcleos de valências, promoção e escalas diferenciadas. Dito de outro modo – e ainda que seja mais fácil reconhecer no plano teórico do que implementar no plano da *praxis* – é fundamental aproximar mais a estratégia destes programas às dinâmicas locais e da comunidade.

A este propósito é importante contrapor algumas iniciativas de salvaguarda do património associada ao desenvolvimento local, como a de Mértola, para reconhecer a importância de definição de um modelo circunstancial (a partir da escala local para a escala global) que em muitos aspetos não é passível de ser replicado.

Ao contrário do carácter institucional dos PRA, estes projetos constituem, quase sempre, iniciativas que se assumem gradualmente, adaptando-se a diferentes condições programáticas e financeiras e em diferentes ciclos que poderíamos sintetizar do seguinte modo: primeiro, afirmam-se enquanto projeto inovador, quase sempre, vinculado a um determinado projeto político autárquico; depois adquirem uma projeção nacional ou internacional e impõem-se como solução consensualizada (ou, pelo menos, que não é passível de ser invertida pela alternância de ciclos políticos); e por fim, consolidam a sua importância, ajustando sucessivamente a sua dimensão particular e abrindo novos âmbitos de atuação e parcerias. Ao contrário, os PRA têm partido quase sempre de um modelo passível de ser replicado ou de ser a réplica de outros territórios (mesmo se com sucessivos ajustamentos) que são desse modo apresentados às comunidades. De um modo geral, assentam na inventariação do património local a partir de uma mesma matriz, acabando por privilegiar a obra pública e desenvolver uma estratégia de animação mais festiva e evocativa sem resultados consideráveis para além da atração de visitantes.

Ainda assim, os programas de revitalização das aldeias em ABD poderão constituir, desde que reequacionados com esse propósito, um espaço de concertação entre parceiros públicos e privados na definição das políticas para o território. Este papel está dependente, em qualquer caso, da adequação dos instrumentos de financiamento às dinâmicas e constrangimentos locais, o que não foi possível garantir nos programas analisados, mesmo quando o apoio às iniciativas privadas locais constituía um desígnio fundamental desde o início. Por outro lado, considerando, entre outros critérios, a transformação profunda que estes territórios têm sofrido nas últimas décadas, o propósito de um processo integrado de revitalização acabará necessariamente por conferir um papel fundamental à investigação, enquanto âmbito de aproximação dos diversos agentes envolvidos (comunidade, instituições, promotores, técnicos e investigadores). A este propósito, uma das soluções que parece ser mais efetiva está relacionada com a constituição de uma equipa técnica local afeta ao projeto, considerando os seus diferentes níveis de acompanhamento e validação, na proximidade das comunidades e, como é evidente, no interior dos territórios alvo do programa.

Proximidade, flexibilidade e continuidade adquirem assim um papel preponderante neste tipo de ações. Proximidade não apenas no que respeita à

localização, mas sobretudo no que concerne, por um lado, à capacidade de compreender as circunstâncias e contexto locais e saber ouvir e reconhecer as necessidades e expectativas das populações residentes, envolvendo-as ativamente em todas as fases do processo, mas também, por outro lado, e fundamentalmente, à importância de assegurar a coerência das propostas e intervenções (em particular quando a escala adotada é supramunicipal), e aos diferentes níveis de acompanhamento do projeto e validação contínua da sua implementação. Flexibilidade, formal e temporal, na medida em que as necessárias reorientações estratégicas e de modelo de atuação, decorrentes quer dos resultados dessa contínua validação, quer de alterações do contexto social e económico que possam, entretanto, ocorrer, aconselham a adoção de um plano capaz de articular diversos tempos: o longo médio/prazo da estratégia ou do programa e o curto prazo das ações concretas. Continuidade porque este tipo de processos, nestes territórios e com os problemas que estes apresentam, não se compadece com o tempo curto dos ciclos eleitorais e dos períodos de programação financeira comunitária, o que, e para concluir, exige um grande desígnio e compromisso político, nem sempre fácil de obter, mas sem o qual dificilmente se conseguirão resultados minimamente satisfatórios, como os exemplos, atrás citados, bem o demonstram.

BIBLIOGRAFIA

- BOURA, I. (2002/2004). «Património e mobilização das comunidades locais: das Aldeias Históricas de Portugal aos Contratos de Aldeia». *Cadernos de Geografia*. Coimbra: FLUC. N.º 21/23, pp. 115-126.
- CCDR ALGARVE [Comissão de Coordenação da Região do Algarve] (2000). *PROAlgarve - Programa Operacional do Algarve 2000-2006*. Faro: CCRAlg
- CdE – Conselho da Europa, CEMAT – Conferência Europeia dos Ministros responsáveis pelo Ordenamento do Território (2011.). *Glossário do Desenvolvimento Territorial*. Lisboa: DGOTDU.
- CORDOVIL, F. (2004). *Política agrícola e rural comum e a União Europeia*. Cascais: Principia.
- COSTA, M. R. (coord. técn.) (2004). *Património Rural Construído do Baixo Guadiana*. Castro Marim: Odiana.
- DESPACHO NORMATIVO n.º 2/95, de 11 de janeiro de 1995. Aprova o Regulamento da Intervenção «Aldeias Históricas de Portugal - Beira Interior». *Diário da República*, I Série B, N.º 9, de 11-01-1995, pp. 140-142.

- DGDR [Direção-Geral do Desenvolvimento Regional] (1994). *Programa Operacional Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional. QCA/PDR 1994-1999*. Lisboa: DGDR.
- ECO, U. (1993). *Viagem na irrealidade quotidiana*. 3.ª ed. Lisboa: Difel.
- FERRÃO, J. (2000, setembro). «Relações entre mundo rural e mundo urbano: evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro». *Sociologia, Problemas e Práticas*. N.º 33, pp. 45-54.
- FERREIRA, V. (2002). *Memorando: Programa das Aldeias do Xisto / Rede das Aldeias de Xisto* [documento de trabalho]
- FIGUEIREDO, E. M. M. (2003). *Um Rural para viver, outro para visitar – o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de Doutoramento em Ciências Aplicadas ao Ambiente.
- FREITAS, M. (coord. geral) (2002). *Programa de Intervenção das Aldeias do Algarve* (Vol. 1 – Plano Estratégico para as Aldeias de Baixa Densidade do Algarve). Faro: CCDRALg
- GCPRT [Grupo Coordenador do Plano Nacional de Turismo] (1985). *Plano Nacional de Turismo 1985-1988 – Relatório*. Lisboa: Secretaria do Estado do Turismo.
- GTA SOTAVENTO (coord.) (2007). *Construções em Xisto* [DVD]. Maggoo Audiovisuais, produção e realização. Tavira: C. M. de Tavira.
- HALL, C. M.; JENKINS, J. (1999). «The policy dimensions of rural tourism and recreation». In BUTLER, Richard, HALL, C. Michael, & JENKINS, John. *Tourism and recreation in rural areas* (pp. 19-42). Chichester: John Wiley and Sons.
- HENRIQUES, Eduardo Brito (1999). «Cultura, desenvolvimento e política rural: cinco pontos para reflexão». In CAVACO, Carminda (coord.). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia* (pp. 73-78). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- JCI [Junta de Colonização Interna] (1963-65). *Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural* [documento policopiado]. Lisboa: Junta de Colonização Interna. 9 vol.
- JOAQUIM, G. (2003). «Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição». In SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (org.) *TERN. Turismo em espaços rurais e naturais* (pp. 57-64). Coimbra: IPC - Inovar para crescer / Instituto Politécnico de Coimbra.
- KASTENHOLZ, E., et al. (2014). *Reinventar o turismo rural em Portugal. Cocriação de experiências turísticas sustentáveis*. Aveiro: UA Editora.
- KAYSER, B. (1990). *La Renaissance rurale. Sociologie des campagnes du monde occidental*. Paris: Armand Colin.
- LANE, B. (1994). «What is rural tourism?» *Journal of Sustainable Tourism*. Avon: Channel View Publications. Vol. 2, n.º 1/2 (Special Issue on Rural Tourism and Sustainable Rural Development), pp. 7-21.
- LE GOFF, J. P. (2012). *La fin du village. Une histoire française*. [S.l.]: Gallimard.
- LEFORT, I. (1997). *Crises et mutations des espaces ruraux dans les pays anciennement industrialisés*. Paris: Economica.
- LOBO, V.; ANTUNES, A. da M. (1960). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: DGSU/CEU.
- MACHADO, J. L. P. (1965). *Alguns problemas do mundo rural português*. Lisboa: MOP/CEUH.

- MACHADO, J. L. P. (1970). «Os planos de urbanismo rural e de ruralismo, no contexto do planeamento territorial». In *Colóquio sobre Desenvolvimento Sócio-Económico da Zona da Cova da Beira*, realizado de 28 de setembro a 3 de Outubro de 1970 no âmbito das Comemorações do 1.º Centenário da Covilhã Cidade. Covilhã: Câmara Municipal.
- MESQUITA, A. M. V. (2009). *Sistemas de Distribuição no Turismo em Espaço Rural: a Região de Trás-os-Montes*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Dissertação de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo.
- MORENO, L. (1999). «A serra do Açor e o Piódão: refúgios de uma ruralidade recriada». In CAVACO, C. (coord.). *Desenvolvimento rural: desafio e utopia* (pp. 395-413). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos, Universidade de Lisboa.
- MPAD/MCT [Ministério do Planeamento e da Administração do Território/Ministério do Comércio e Turismo] (1994). *Programa de recuperação de aldeias históricas de Portugal: acção piloto de promoção do potencial de desenvolvimento regional*. Lisboa: MCT, SET e Fundo de Turismo.
- NAVE, J. G. (2003). «O rural e os seus duplos». In PORTELA, J.; CALDAS, J. C. (org.). *Portugal-Chão* (pp. 129-148). Oeiras: Celta Editora.
- RIBEIRO, M. (2003). «Pelo turismo é que vamos/podemos ir (?)». Sobre as representações e as visões dos responsáveis das administrações públicas de âmbito local, acerca do turismo para o desenvolvimento rural». In SIMÕES, O.; CRISTÓVÃO, A. (org.) *TERN. Turismo em espaços rurais e naturais* (pp. 41-56). Coimbra: IPC – Inovar para crescer / Instituto Politécnico de Coimbra.
- RIBEIRO, V. (coord.) (2008). *Materiais, Sistemas e Técnicas de Construção Tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*. Faro: CCDR Algarve/Afrontamento.
- RIBEIRO, V. (2017). *Práticas de reabilitação em áreas rurais: contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Lisboa: Universidade de Lisboa. Tese de Doutoramento em Arquitetura.
- SILVA, L. (2009). *Casas no campo: etnografia do turismo rural em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- UE – União Europeia (2004). *O Desenvolvimento Rural na União Europeia*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- URRY, J. (2002). *The Tourist Gaze. Leisure and travel in contemporary societies*. 2nd Ed. London. SAGE Publications Ltd.

NOVAS EXPERIÊNCIAS NA INVESTIGAÇÃO, INTERPRETAÇÃO E USUFRUTO DO PATRIMÓNIO EM CACELA

CATARINA OLIVEIRA

Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela,
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

PATRÍCIA DORES

Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela,
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

SUSANA ARAÚJO

Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela,
Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

«Penso neste momento especialmente na terra do Algarve, com suas praias, suas grutas, seus promontórios, seus muros brancos, sua luz claríssima. É preciso não destruir estas coisas. É preciso que aquilo que vai ser construído não destrua aquilo que existe»¹.

1. O CENTRO DE INVESTIGAÇÃO E INFORMAÇÃO DO PATRIMÓNIO DE CACELA

Corria o ano de 2005 quando, no lugar da antiga escola primária de Santa Rita (freguesia de Vila Nova de Cacela), abriu portas ao público o Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela (CIIPC), um núcleo da Divisão de Cultura e Património Histórico da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António orientado para o estudo do património cultural e paisagístico de Cacela, com vista à sua interpretação, valorização e fruição. Decorreram desde então 16 anos marcados por escavações arqueológicas, exposições, conversas, passeios pedestres, visitas, oficinas, publicações, projetos educativos, programação cultural e projetos comunitários na aldeia de Santa Rita.

O CIIPC tem vindo a desenvolver a sua atividade em torno de 5 eixos fundamentais: identificar e investigar; informar, interpretar e usufruir; educar para o património; definir uma programação cultural de qualidade para Cacela; envolver a comunidade local em projetos comuns. São objetivos da sua intervenção: promover o levantamento e investigação do património natural e humano, material e imaterial; partilhar com a comunidade local a identificação e valorização do seu património; interpretar o território e os valores patrimoniais com vista ao seu usufruto por diferentes públicos (população local, visitantes, investigadores, crianças e jovens).

Ao longo de 15 anos de atividade, o Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela / CMVRSa tem procurado partir das características diferenciadoras do território de Cacela, dos seus usos antigos e dos valores naturais

¹ ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner, *Pelo negro da terra e pelo branco do muro*, 1963.

e culturais que o distinguem, para a conceção de atividades consistentes, capazes de desencadear dinâmicas de aprendizagem, fruição e intervenção criativa, sempre em estreita ligação com a comunidade local e visitantes.

2. TERRITÓRIO E VALORES PATRIMONIAIS

O território de Cacela, hoje inserido na freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, caracteriza-se pela riqueza e diversidade dos seus valores patrimoniais e unidades de paisagem. No litoral, Cacela Velha (fig. 1), localizada sobre uma arribeira, encontra-se frente a um ecossistema valioso, uma extensa área de ilhas barreira interpostas entre a ria e oceano. A estrutura urbana, os elementos distintivos na arquitetura, os materiais arqueológicos exumados e a localização privilegiada atestam a sua histórica vocação para a atividade marítima e a defesa costeira e forte identificação com o mundo mediterrânico, desde o período romano e islâmico.

Cacela Velha, Qast'alla islâmica, terra natal do poeta berbere Ibn Darraj al-Qastalli (958-1030), foi, entre os séculos X e XIII, um porto costeiro do Garb al-Andalus e um núcleo urbano importante na região, centro de um distrito rural bem povoado. Escavações arqueológicas realizadas no sítio do Poço Antigo, fora de muralhas, puseram a descoberto, sob um cemitério cristão, vestígios de um bairro residencial islâmico do período almóada. No Largo da Fortaleza identificaram-se estruturas da alcáçova. Cacela atingirá o seu apogeu durante o período almóada (séculos XII e XIII), afirmando-se como importante entreposto militar e um próspero núcleo urbano beneficiando da exploração dos recursos naturais na sua envolvente.

Conquistada aos mouros em 1240, por D. Paio Peres Correia, a então vila de Cacela seria nesse mesmo ano doada por D. Sancho II à Ordem de Santiago. Em 1283 tem foral concedido por D. Dinis aos povoadores de Cacela. Foi sede de concelho até 1775, data em que o Marquês de Pombal ordena a sua extinção e a integração do seu termo no novo concelho de Vila Real de Santo António. A decadência demográfica, que remonta século XIV, com os seus habitantes disseminados pelo território circundante, acentuou-se ao longo dos séculos XVIII e XIX. Manteve-se sempre, porém, como centro religioso, com vocação de defesa e



FIGURA 1 Cacela Velha (CIIPC/CMVRSa).

controlo costeiro, funções que se mantêm até à atualidade. Preserva hoje um conjunto urbano ímpar e uma riqueza patrimonial e arqueológica que importa conhecer e valorizar. A classificação do seu núcleo histórico como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 2/96 de 6 de março de 1996) veio reconhecer publicamente o seu valor patrimonial e histórico.

O barrocal com antigas quintas e fazendas envolvidas por hortas, laranjais, campos de alfarrobeiras, amendoeiras e figueiras, já assim descrito pelos geógrafos árabes, testemunha uma paisagem cultural sucessivamente modelada pelo homem, pelo menos desde o período romano, com a introdução de tecnologia hidráulica (barragens e elementos de elevação de água) para a irrigação das suas férteis *villae*, posteriormente desenvolvida e difundida no período islâmico.

Santa Rita marca a fronteira entre as terras do barrocal e a serra. É uma povoação antiga, conhecida pela produção de cal, tradições oleiras e pelas «curas

de Santa Rita», com as casas em torno de ermida setecentista dedicada à Santa das «causas impossíveis». Em torno da aldeia, conhecem-se importantes testemunhos megalíticos. Devem-se ao arqueólogo Estácio da Veiga, nos finais do século XIX, as primeiras notícias sobre o património megalítico de Cacela, com a publicação dos achados provenientes dos túmulos de Nora e Marcela, classificados como Monumentos Nacionais, mas hoje, infelizmente, desaparecidos. O túmulo pré-histórico de Santa Rita, recentemente identificado, representa um dos últimos testemunhos megalíticos melhor conservados da região.

A norte, nos montes e alcarias da serra, o casario e dependências associadas (eiras, palheiros, fornos de pão, poços, muros...) testemunham uma arquitetura rural marcada pelo relevo, clima, tradições culturais e matérias-primas oferecidas pelo meio.

Fontes históricas publicadas e comentadas pelo historiador Hugo Cavaco; a carta do património de Cacela realizada nos inícios de 2000 pelos arqueólogos Cristina Garcia e David Calado; levantamentos de arquitetura vernácula desenvolvidos pelo Gabinete Técnico de Apoio às Aldeias do Sotavento; bem como outros estudos publicados sobre história e património local, foram fundamentais para a caracterização e conhecimento do território de Cacela e Vila Real de Santo António e para a identificação e definição, pela equipa do CIIPC, de áreas temáticas estratégicas com vista ao seu estudo e valorização.

3. IDENTIFICAR E INVESTIGAR

A arqueologia começou por ser a matriz do trabalho no CIIPC. Foram as coleções de materiais arqueológicos de Cacela Velha, resultado de escavações entre os finais da década de 90 do e inícios de 2000 que começaram por justificar, entre 2002 e 2004, a reabilitação da antiga escola primária de Santa Rita para Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela, no âmbito do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve. A investigação arqueológica orientada para a Cacela medieval e, mais tarde, para a pré-história em Santa Rita, na sequência da identificação e escavação de um túmulo megalítico, continuam a ser estruturantes do seu trabalho.

3.1. CACELA MEDIEVAL

Escavações arqueológicas realizadas entre 1998 e 2001 no sítio do Poço Antigo, a nascente da atual povoação, fora de muralhas, puseram a descoberto, sob uma necrópole cristã, vestígios de um bairro residencial islâmico do período almóada (1.ª metade do século XIII). Foram identificadas estruturas habitacionais com um pátio central pavimentado com grandes lajes de pedra, rodeado de compartimentos (cozinha, alcova e latrina), ao longo de um arruamento com sistema de canalização pública.

Em 2007, o CIIPC promoveu a escavação arqueológica no Largo da Fortaleza de Cacela Velha, também sob orientação científica da arqueóloga Cristina Tété Garcia, que levou à descoberta da alcáçova de Qast'alla Darraj islâmica. As escavações puseram a descoberto vários compartimentos amplos com bons acabamentos interiores que integravam provavelmente a casa do cadí do iqlim de Qastalla Darraj. No exterior destas construções, foram identificados nove silos, dois deles de grandes dimensões. Este conjunto foi arrasado e entulhado durante a conquista cristã, tendo-se recolhido uma grande quantidade de fragmentos cerâmicos, correspondentes a loiça de uso doméstico, destacando-se as tigelas, caçoilas, jarrinhas, potes, cântaros e candis, enquadráveis nos finais do século XIII. Foram ainda descobertos troços da muralha que circundava a área da cidadela.

Em 2018 reuniram-se condições para que as escavações arqueológicas regressassem a Cacela Velha, retomando trabalhos de 1998, 2001 e 2007. As escavações tiveram lugar no Sítio do Poço Antigo, na área onde se situam o antigo bairro medieval islâmico de Qastalla Darraj, a possível ligação ao porto e a necrópole cristã. A campanha, com a duração de quatro anos, integrou o projeto de investigação «Muçulmanos e Cristãos em Cacela Medieval: território e identidades em mudança» e visou não só consolidar a informação histórico-arqueológica já adquirida, mas principalmente, obter novos dados que permitiram alargar e detalhar o conhecimento sobre o território onde a povoação de Cacela se estabeleceu, bem como sobre as comunidades humanas que o habitaram ao longo da Idade Média (séculos X-XV). Assumiram a responsabilidade científica pelo projeto as arqueólogas Cristina Tété Garcia (Direção Regional de Cultura do Algarve), Maria João Valente (Universidade do Algarve) e o antropólogo físico Hugo Cardoso (Simon Fraser University do Canadá).



FIGURA 2 Escavações arqueológicas em Cacela Velha [CIIPC/CMVRSa].

As escavações arqueológicas [fig. 2] deram novo impulso ao conhecimento de Cacela Medieval no período islâmico e cristão. Os vestígios arqueológicos e o estudo contínuo das coleções, especialmente o das cerâmicas que é desenvolvido no CIIPC, têm permitido uma aproximação ao quotidiano dos seus habitantes e à sua história enquanto lugar estratégico nas grandes rotas culturais e comerciais do Mediterrâneo Antigo. Em paralelo, o CIIPC tem feito um esforço na divulgação científica destes achados junto de diversos públicos, desde o escolar, levando crianças a visitar as escavações arqueológicas, ao público em geral, através de percursos interpretativos e conferências temáticas no Centro de Informação da Casa do Pároco. Destaque para: «*A população de Cacela na época medieval após a conquista do Reino do Algarve*» por Cristina Garcia, em 2016; «*O urbanismo islâmico e sua transformação após a conquista cristã*» por Pedro Jiménez Castillo, em 2018; «*Práticas funerárias no período medieval. O que nos contam hoje os vestígios arqueológicos?*» por Cristina Garcia e Hugo Cardoso, em 2019.

3.2. PRÉ-HISTÓRIA E MEGALITISMO EM SANTA RITA

As primeiras referências ao Património Megalítico da região de Cacela foram dadas a conhecer nos finais do século XIX pelo investigador algarvio Estácio da Veiga, ao publicar na sua obra mais emblemática «*Antiguedades Monumentaes do Algarve*», as suas investigações nos túmulos megalíticos de Nora e Marcela. Apesar de classificados desde 1910 como Monumentos Nacionais, encontram-se hoje infelizmente destruídos.

Em 2001, durante trabalhos de prospeção e inventariação do património histórico e arqueológico, foi identificado um novo túmulo nas proximidades da aldeia de Santa Rita, cujas evidências superficiais, indicavam a existência de um monumento bem conservado, similar aos escavados por Estácio da Veiga.

Escavações arqueológicas, promovidas pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António com a Universidade de Huelva, em 2007 e 2008, orientadas pelo arqueólogo Nuno Inácio, permitiram a caracterização da estrutura arquitetónica e uma primeira aproximação à cronologia, caracterização da paisagem, estudo da estrutura social e ao ritual funerário usado pelas comunidades que construíram e utilizaram este túmulo pré-histórico há cerca de 4500 anos. Trata-se do melhor preservado dos que se conhecem na zona de Cacela, um monumento singular, constituído por câmara funerária (onde se identificaram os restos ósseos dos antepassados e as oferendas votivas que os acompanhavam na última «viagem») a que se acedia por um longo corredor. Sobre a colina artificial que cobria a câmara foi identificada uma necrópole, cerca de mil anos mais recente que as primeiras deposições no túmulo, testemunhando uma continuidade na sua utilização e sacralização.

O Túmulo Megalítico de Santa Rita (fig. 3) é uma construção de elevado valor histórico, patrimonial e científico, com características únicas no Sul de Portugal, pela sua antiguidade, estado de conservação da estrutura arquitetónica e infor-

mação arqueológica associada, bem como pela riqueza e diversidade dos achados. Conscientes de que, enquanto herdeiros deste património, nos cabe continuar a fazer «falar as pedras» e dar-lhes sentidos para as pessoas de hoje, o CIIPC tem, desde 2006 (data da primeira ação de limpeza do monumento, prévia aos trabalhos arqueológicos), assumido um papel determinante no conhecimento, salvaguarda e interpretação deste valioso monumento: participou nas campanhas de escavações arqueológicas, no tratamento e acondicionamento dos artefactos e ossadas exumados, tem-se esforçado para garantir a sua preservação (pese embora as



FIGURA 3 Visita ao Túmulo Megalítico de Santa Rita (CIIPC/CMVRSÁ).

condicionantes financeiras), editou um folheto informativo, promoveu visitas interpretativas ao sítio com públicos diversos e realiza ações educativas regulares no sentido de dar a conhecer aos mais novos o seu significado, no contexto da vida das comunidades pré-históricas que o construíram. Neste momento, acompanha com expectativa a realização de estudos pela Universidade de Huelva que darão origem a uma monografia de divulgação científica sobre o sítio.

Está, entretanto, em curso, desde 2020, o processo de classificação do túmulo, o que para além de reconhecer publicamente o seu valor, criará condições para a sua proteção e conservação, bem como para a valorização patrimonial e paisagística do conjunto, que garantam para além da sua preservação, também o seu usufruto por parte da população local e visitantes.

3.3. PATRIMÓNIO RURAL VERNÁCULO E PATRIMÓNIO IMATERIAL

O Património rural vernáculo da freguesia de Vila Nova de Cacela tem-se assumido como um dos eixos de investigação do CIIPC. Arquitetura popular com destaque para as chaminés e platibandas, elementos identificadores da arquitetura no Algarve, fornos de cal, património hidráulico (fontes, poços, noras, tanques, aquedutos, cisternas, ...), eiras para debulha de cereais, moinhos de água e fornos de pão têm sido alguns dos elementos patrimoniais sobre os quais nos temos debruçado.

A identificação e a salvaguarda do Património Cultural Imaterial do concelho têm sido outra prioridade. Aquilo que podemos reconhecer como património imaterial de Vila Real de Santo António são, de forma mais evidente, as memórias e saberes-fazer ligados à pesca e indústria conserveira, ao trabalho da terra e pastoreio no interior, as religiosidades e práticas simbólicas como os banhos santos de final de Agosto na Manta Rota, as festas de Nossa Senhora das Dores em Monte Gordo, ou as Curas em Santa Rita, também as artes de entrançar a cana, a palma ou a tabua e as lendas de mouras, tesouros e encantamentos, ...

O património oral (lendas de mouras encantadas e tesouros, contos populares, provérbios, adivinhas, pragas); as festividades cíclicas ao longo do ano (Maio, Dia da Espiga, São João, Banhos de São João da Degola, Dia de Todos os Santos e dos Finados, Presépio Algarvio); os usos antigos da flora algarvia com destaque para as artes da cura; o património lúdico; atividades transformadoras (produção

da cal e produção oleira em Santa Rita; empreita e usos da palma; cestaria em cana); tradições de pesca e mariscagem na Ria Formosa; e as atividades profissionais antigas, têm sido algumas das manifestações do nosso património cultural imaterial a que o CIIPC se vem dedicando nas áreas da identificação, estudo e salvaguarda. Algum deste trabalho tem sido valorizado através de exposições, artigos científicos, ações educativas e encontra-se plasmado no site ALGARVE IMATERIAL do Grupo RMA-PCI da Rede de Museus do Algarve, a que o CIIPC pertence.

Destaque ainda para o estudo de saberes-fazeres tradicionais e sua sustentabilidade, especialmente na área dos entrelaçados com matérias vegetais (empreita em palma, cestaria e outros usos da cana), que vem sendo uma das linhas de trabalho do CIIPC. Uma cultura material profundamente ligada ao território, ao aproveitamento e transformação dos recursos naturais e ao conhecimento dos ciclos que regulam os tempos para serem colhidos, conservados e trabalhados. Objetos (alcofas, balaios, capachos, cestos, canastras, ...) antes ligados às necessidades, saberes e técnicas partilhadas pela coletividade, orientam-se hoje para o futuro na procura de outros usos, indo ao encontro de novos desejos e explorando dimensões estéticas, de inovação e criatividade.

Numa lógica de trabalho em rede, a equipa do CIIPC acompanhou a 2.ª fase do Projeto «Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais» (TASA), tendo participado em diversos momentos (encontro dos parceiros, contatos com artesãos, recolha de histórias de vida) e colaborado na área da investigação com a produção de três artigos: «*Cultura Material no Algarve. A cristalização do objeto artesanal*»; «*Empreita e cestaria. Entrançados de palma, verga e cana no Algarve*»; e «*Usos da cana. Para lá do útil. Objetos do festivo, do lúdico e do lazer*», que integraram em 2012 o catálogo do projeto editado pela CCDR Algarve.

4. INFORMAR, INTERPRETAR E USUFRUIR

Na nossa área de intervenção encontramos um património muito rico e diverso, ainda em bom estado de conservação e vivo, no caso das manifestações imateriais. Um património que urge ser registado, estudado e dado a conhecer, porque como se costuma dizer: «Só se preserva aquilo que se ama e só se ama aquilo que

se conhece.» Só assim, através de um trabalho sério na área da investigação e divulgação, podemos pensar e construir planos de salvaguarda para o património. Daí que a par da investigação, o CIIPC tenha apostado na comunicação em torno destes valores patrimoniais tornando-os acessíveis a diversos públicos, através de visitas orientadas, exposições, percursos temáticos, oficinas, edições.

Conscientes que o património precisa de ser descodificado, comunicar através de um testemunho patrimonial implica dar-lhe sentidos e significados, que não se devem fechar sobre si mesmos, mas dialogar com o leitor abrindo-se a múltiplas leituras. Tem sido por isso essencial procurar novas estratégias de comunicação e interpretação dos valores patrimoniais e inovar e diversificar nas linguagens (verbal, não verbal, iconográfica, cénica, ...) envolvendo o público, também ele diverso e com novas necessidades e vontades.

O conhecimento profundo do território, sua história, seus valores culturais e naturais estão necessariamente na base dos projetos e ações que desenvolvemos e uma boa parte das experiências de interpretação do património que oferecemos ao público situa-se num território de cruzamento e expansão dentro de um novo paradigma «*edutainment*» (em português, entretenimento educacional), propiciando formas de entretenimento desenhadas tanto para educar como para divertir. A intenção é criar espaços de educação não formal, cada vez mais frequentes no contexto da oferta de museus e centros de interpretação.

No mundo rural, mudanças sociais recentes e transformações na paisagem (consequência da diminuição da atividade agrícola, desertificação dos campos, decréscimo demográfico e envelhecimento das populações) abriram espaço à procura de novos usos para as paisagens culturais com vista à sua preservação e valorização. Têm surgido neste contexto novas estratégias de comunicação e interpretação dos valores patrimoniais, envolvendo comunidade local e visitantes na sua descodificação: sinalização e interpretação de trilhos, centros de interpretação de sítios patrimoniais, percursos temáticos, entre outras.

Numa altura em que se reconhece a importância do património e das paisagens culturais na diferenciação e no desenvolvimento dos territórios, a interpretação, enquanto processo de comunicação que envolve o público na revelação de significados e inter-relações do património natural e cultural através da sua participação em experiências com objetos, paisagens ou sítios, é uma ferramenta

fundamental na vinculação entre património e sociedade, especialmente quando às comunidades e cidadãos se exige responsabilização e participação ativa nas políticas de salvaguarda e valorização patrimonial.

A interpretação do património é uma ferramenta recente, no entanto, interpretar, enquanto ato de produção de significados, é inerente à condição humana. Os discursos sobre os sítios antigos produzidos pelas populações permitem compreender como se confere memória aos lugares, se constroem representações do passado e se define a identidade. A incorporação destes discursos e práticas permite divulgar e dinamizar o património regional, apresentando-o a públicos diversos e estimulando novos usos pedagógicos, recreativos e turísticos. Permite ainda, tratar o património de forma a que este não se isole das comunidades que o apreendem e nele reconfiguram a memória. A autenticidade dos testemunhos passados reside na experiência de um todo integrado na paisagem e seu contexto histórico atual e não apenas na conservação e preservação dos elementos físicos originais, contrariando desta forma o divórcio a que por vezes assistimos, nos projetos de valorização patrimonial, assentes apenas na produção do conhecimento científico sem incorporação das leituras da população local.

Uma proposta inovadora do CIIPC, ligada à interpretação do património onde se procura dar resposta a estas ideias e premissas, foram os «Passos Contados» – percursos pedestres temáticos de interpretação da paisagem (fig. 4), um dos nossos projetos mais participados pelo público, já com 14 edições. A ideia surge de uma necessidade de inovar nas formas de comunicação, interpretação e valorização dos valores patrimoniais e da paisagem. Tornar o património inteligível, questionar, tecer ligações, abri-lo a diferentes leituras, estabelecer uma mediação entre os vestígios materiais e a curiosidade e expectativas no presente, são desafios que se colocam hoje à interpretação do património.

Realizam-se anualmente, de Março/Abril a Outubro, ao ritmo de um por mês, e são, no fundo, uma experiência participada de descodificação das paisagens e dos seus elementos patrimoniais (património hidráulico, testemunhos megalíticos, vestígios arqueológicos, romanos e islâmicos, arquitetura tradicional, património geológico, fauna e flora, ...). Uma interpretação que se faz em movimento, ao longo dos caminhos, mediada por arqueólogos, historiadores, geólogos, astrónomos, zoológicos, botânicos, mas também artesãos, ervanários, agricultores, pastores,



FIGURA 4 «Passos Contados» – percursos pedestres temáticos de interpretação da paisagem (CIIPC/CMVRS).

pescadores e mariscadores. Ao longo dos anos, muitos dos percursos têm sido orientados por elementos da população local partilhando com os participantes conhecimentos ligados a tradições de pesca e mariscagem na Ria Formosa; à cal na arquitetura vernácula; à biodiversidade nas hortas; às tradições ligadas ao pastoreio; às matérias vegetais e seus usos; ao olival, azeitona e azeite; ou à olaria. Pela riqueza e diversidade de experiências que proporcionam, interrogações e diálogo entre participantes e guias, pela descodificação activa do património e contato direto com testemunhos materiais e imateriais, são uma forma diferente e estimulante de interpretação patrimonial, como revela o número crescente de participantes.

Ao longo de mais de uma década foi sendo possível uma leitura muito interessante das nossas paisagens culturais, resultado dos vários olhares que sobre ela se debruçaram e múltiplas vivências que reavivámos. E foram muitos e variados os temas tratados: embarcações, artes de pesca e mariscagem na Ria Formosa; fauna e flora; árvores centenárias; fósseis de Cacela; dietas alimentares a partir do registo arqueológico; túmulos megalíticos de Cacela; vestígios da

presença romana; rituais funerários no período romano e medieval; heranças islâmicas nas formas de construir e habitar; arquitetura popular na serra e no barrocal; a cal na arquitetura vernácula; antigos caminhos, muros e valados; património hidráulico; a chaminé e a platibanda; hortas, sementes e sazonalidade; o figo, a amêndoa e a alfarroba no Barrocal; tradições alimentares no Algarve rural; plantas medicinais e aromáticas; saberes-fazeres da Serra Algarvia; lendas de mouras encantadas e tesouros; memórias do contrabando; pesca e indústria conserveira em Vila Real de Santo António; entre outros.

Nesta área da informação, interpretação e usufruto do património, realçamos a conceção e acolhimento de exposições temáticas, patentes na sala de exposições do CIIPC, que têm procurado dar a conhecer a diversidade dos patrimónios da região: lendas de mouras encantadas; cerâmicas islâmicas de Cacela; patrimónios hidráulicos; fósseis da ribeira de Cacela; usos medicinais das plantas; pomar tradicional de sequeiro; arquitetura popular Algarvia; olaria em Santa Rita; bonecas de trapo; e profissões antigas de Cacela. Muitas têm sido pensadas e produzidas pelo CIIPC, outras resultam de convites a artistas da região, com trabalho fortemente ligado ao nosso património (Filipe da Palma, Agostinho Gomes, Sara Navarro, Teresa Patrício, Joana Rocha, entre outros), ou da parceria com associações como a In Loco, Terras Dentro, ¼ Escuro, Algarve Film Comission, entre outras.

Nas exposições, temos procurado envolver a população local na fase de recolha de informação e de investigação, mas também na conceção do discurso museográfico, selecionando objetos, e nas fases de valorização, participando em conversas ou oficinas que integram a componente educativa e de comunicação com os públicos. Casos das exposições «*Olaria em Santa Rita. Objetos, usos e memórias*» (2016) que reuniu peças produzidas nas olarias de Santa Rita (cedidas pelos habitantes), seus usos, tipo de fabrico e memórias (fig. 5); «*A Arte das Alegrias. Exposição de bonecas de trapo*» (2016) onde se reuniram mais de uma centena de bonecas criadas pelas muitas pessoas que aceitaram o desafio (fig. 5); ou a mais recente «*Profissões antigas de Cacela*» (2018) que regista histórias de vida, memórias e objetos de uma dezena de profissões: agricultor, barbeiro, mestre caleiro, cesteiro, costureira, empalhador de cadeiras, merceira, pastor, mariscador, pescador e calafate. Profissões que revelam uma profunda ligação ao território. Homens e mulheres que detêm memórias e antigos saberes-fazeres que



FIGURA 5 Exposições: «Olaria em Santa Rita. Objetos, usos e memórias» e a «A Arte das Alegrias. Exposição de bonecas de trapo» (CIIPC/CMVRSa).

conjugam um conhecimento profundo do meio natural, matérias e recursos disponíveis, dos ciclos astrais (influenciando sementeiras, colheitas, idas ao mar) com as necessidades dos seus habitantes.

O CIIPC promoveu ainda a edição de livros, folhetos, brochuras. Destacamos a edição da carta do património de Cacela em livro – *Cacela Terra de Levante. Memórias da Paisagem Algarvia* de Cristina Tété Garcia –, colaborou na edição de um livro sobre Cacela Velha e o seu poeta *Ibn Darraj al-Qastalli*, da autoria de Ahmed Tahiri, editou uma brochura e folhetos sobre o património de Cacela, uma coleção de postais, um jornalinho de apoio à exposição «Cerâmicas islâmicas de Cacela». Deu início a uma coleção Patrimónios de que saíram quatro números, um com lendas de Mourinhos e Mouras encantadas, outro sobre antigas tradições em Cacela e dois sobre história local de Vila Real de Santo António e Monte Gordo. Colaborou ainda na edição da VRSA – Revista de património cultura e ambiente de que saíram dois números.

Para um público mais especializado promovemos encontros científicos, conferências e conversas temáticas. Em 2007 Cacela Velha foi palco do encontro «Herança mediterrânica. Continuidades e mudanças no sul de Portugal» que refletiu sobre a herança mediterrânica na nossa história e legado cultural com intervenções de Cláudio Torres, Carlos Fabião, Fernando Varanda e António Rosa Mendes. Em 2008 teve lugar em Vila Real de Santo António e Cacela Velha, numa coorganização

da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e Fundação Al-Idrisi Hispano Marroquí, o *Congresso Internacional «Itinerários e reinos. Uma descoberta do mundo. O Gharb al-Andalus na obra do geógrafo Al-Idrisi»* que se propôs realizar uma análise da obra do grande geógrafo árabe do século XII Al-Idrisi, e refletir sobre a importância do seu trabalho para o desenvolvimento posterior de algumas ciências na época moderna: Geografia, Botânica e Cartografia, esta última fundamental no arranque das viagens europeias dos finais da Idade Média. Entre 2008 e 2011 tiveram ainda lugar em Cacela Velha as «*Palavras sobre a Ria*», ciclo de conversas temáticas ao ar livre, ao final da tarde, com a paisagem da ria como cenário, mas também como pretexto para temáticas ligadas ao património natural e cultural da região (camaleões, cavalos marinhos, cabanas de pescadores, peixes encantados, sereias e pescadores no conto popular português, tradições orais, vestígios islâmicos no nosso património linguístico, piratas e mercadores...).

Temos também procurado divulgar resultados de linhas de investigação e projetos através da participação em jornadas, encontros, congressos nacionais e internacionais com apresentação de posters e comunicações e respetiva publicação em atas (fizemo-lo com o túmulo megalítico de Santa Rita, o sítio arqueológico do Poço Antigo em Cacela Velha e suas coleções, as tradições cerâmicas em Cacela, projetos educativos diversos, entre outros). No blog do CIIPC (<https://ciipcacela.wordpress.com/>) procura-se sistematizar informações sobre o nosso trabalho, sobre o território e dar a conhecer textos importantes sobre o património e história local e regional.

5. EDUCAR PARA O PATRIMÓNIO

De forma complementar à investigação, interpretação e valorização do património, o trabalho de educação patrimonial tem-se afirmado como um eixo de intervenção estruturante. Nesta área temos dinamizado, em estreita articulação com a comunidade educativa do concelho, projetos temáticos sobre o património, oficinas de tempos livres e concebido materiais educativos (livros, jogos) sobre património e história local (fig. 6).

O património que identifica a nossa área de intervenção (formas de povoamento, monumentos históricos, arquitetura vernácula, património hidráulico,



FIGURA 6. Atividades de Educação para o Património (CIIPC/CMVRS).

testemunhos arqueológicos de diversos períodos, usos antigos dos recursos naturais, saberes-fazeres, tradições festivas e religiosas, património oral, ...), tem sido o ponto de partida para os projetos educativos regulares que o CIIPC dinamiza desde 2006 com escolas do concelho (especialmente do 1.º ciclo), como «*Mouras Encantadas e Encantamentos no Algarve*» (2006/2007) a partir de lendas recolhidas por Ataíde Oliveira e de outro corpus recentemente recolhido em Cacela; «*Patrimónios da nossa Água*» (2007/2008) sobre o património hidráulico – minas, canhas, poços, noras, aquedutos, tanques, cisternas e represas – que marca e identifica o território algarvio; «*Velhos saberes, novos fazeres. Atividades*

profissionais no litoral, barrocal e serra Algarvia» (2008/2009) envolvendo testemunhos materiais e imateriais (memórias, saberes, competências técnicas) relacionados com o trabalho; «*Para que servem as plantas? Usos antigos da flora algarvia*» (2009/2011) explorando os seus usos na alimentação, medicina popular, artesanato, construção tradicional; «*O que comiam os nossos avós? Alimentação no Sotavento Algarvio*» (2011 e 2012), dando a conhecer antigas tradições alimentares, na sua ligação ao território, ciclo agrícola e calendário festivo; «*As casas dos nossos avós. A arquitetura popular Algarvia*» (2013 e 2015) estimulando para a descoberta e compreensão da arquitetura vernácula da região, materiais, técnicas de construção e relação com o território; e o último «*Festividades Cíclicas. Descobrimo as festas ao longo do ano*» (2016 e 2018) explorando a forma como as festas acompanham os ciclos astrais – organizando-se em função e equinócios e solstícios –, o ciclo vegetativo e o calendário agrícola.

Nestes projetos, verifica-se um envolvimento de toda a comunidade e uma estreita ligação e partilha de saberes entre os mais velhos, detentores de antigos saberes, e os mais novos (crianças e jovens). A comunidade tem sido efetivamente convidada a envolver-se em grande parte destas dinâmicas. Em «*Velhos Saberes, Novos Fazeres*», crianças de todo o concelho pesquisaram sobre as antigas profissões, recebendo na escola pescadores, conserveiros, faroleiros, cesteiros, hortelãos e entrevistando em Santa Rita o barbeiro, a costureira, a merceira, o pastor e vários artesãos. No projeto educativo «*O que comiam os nossos avós?*» recolheram receitas antigas; contactaram em visitas de estudo com ciclos alimentares da região (o pão, o azeite, a sardinha, o atum e a sua conserva, o figo, o leite e o queijo...); em Vila Real de Santo António participaram no minicurso de cozinha dos avós para pais e filhos e, em Santa Rita, em oficinas orientadas pela população local (ensinando a fazer papas de milho com conquilhas, sopas de tomate, carapaus alimados, folares, pão, caracóis, ...).

A metodologia dos projetos passa pela motivação de alunos e professores com diaporama sobre o tema; conceção e entrega de materiais pedagógicos (guiões de entrevista e fichas de levantamento) com vista ao trabalho de pesquisa que as crianças fazem junto dos seus familiares e vizinhos; saídas campo; oficinas artísticas e temáticas. Ao longo do processo as crianças transformam-se em pequenos investigadores, perguntando e registando. Desta forma reforça-se nos

mais novos, a consciência de uma cultura material e de uma identidade que nos diferencia e distingue num mundo cada vez mais uniformizado.

Para além destes projetos desenvolvidos à escala do concelho, temos assumido também a coordenação das ações educativas integradas no projeto «À descoberta das 4 cidades», um projeto educativo com mais de 25 anos que parte da geminação das cidades do Fundão, Marinha Grande, Montemor-o-Novo e Vila Real de Santo António. Trabalhamos com duas turmas do 1.º ciclo de cada um dos 4 concelhos em ações temáticas com a duração de 3 anos letivos, com uma metodologia de trabalho idêntica que compreende fases de motivação; conceção e entrega de materiais pedagógicos – fichas, guiões; trabalho de pesquisa escola-comunidade; saídas de campo; oficinas temáticas; devolução de resultados à comunidade.

Começámos em 2005 com «*Patrimónios do nosso brincar*», uma aproximação ao património lúdico das infâncias e brincadeiras do tempo dos avós a partir de brinquedos populares e das memórias orais; «*Lugares e datas com estórias*» em torno do património construído, personagens e datas com história; «*Bicharada, ervas e companhia. À descoberta da fauna e flora das 4 cidades*» orientado para a descoberta dos valores naturais, paisagísticos e culturais, procurando compreender as relações antigas que o homem vem estabelecendo com a natureza; «*De boca a orelha. Contos, lendas, provérbios, adivinhas, lengalengas... À descoberta do património oral das 4 cidades*»; «*Às voltas com a água. À descoberta dos patrimónios da água nas 4 cidades*». O território de cada um dos 4 concelhos, seus usos antigos e aqueles que o habitam têm sido pontos de partida para o desenvolvimento destas dinâmicas de aprendizagem e fruição criativa a partir do património, com as escolas e comunidade educativa.

A jusante e a montante do desenvolvimento destes projetos e ações educativas temáticas com as escolas, tem sido possível uma identificação e recolha intensa de património local, material e imaterial, primeiro pela equipa do CIIPC, nas fases de fundamentação e depois, durante o processo, pelas próprias crianças e famílias.

Quer os projetos desenvolvidos em Vila Real de Santo António, quer os que envolvem as 4 cidades têm estado na origem da conceção e publicação de materiais educativos (jogos e livros) com que se pretende devolver à comunidade os resultados das aprendizagens e pesquisas associadas (fig. 7). Vejam-se por



FIGURA 7 Materiais educativos [CIIPC/CMVRSa].

exemplo: o livro «Patrimónios do nosso brincar – brinquedos e jogos das 4 cidades»; a coleção de 8 puzzles, com monumentos do Fundão, Marinha Grande, Montemor-o-Novo e Vila Real de Santo António; o Roteiro Patrimonial «Datas e lugares com estórias» composto por 8 mapas (um de concelho e um da cidade) e um CDROM interativo; o jogo da glória e o livro «Bicharada e Ervas das 4 Cidades»; o livro «O que comiam os nossos avós? A alimentação no sotavento algarvio»; o jogo de memória «Usos antigos da flora algarvia»; o jogo de memória «Personagens e Objeitos Mágicos dos Contos e Lendas»; ou o livro «De boca a orelha. 365 Tesouros do Património Oral das 4 Cidades». Estes materiais baseiam-se em recolhas feitas nas escolas, registam-nas, completam-nas e permitem, em momentos futuros, o renovar das aprendizagens de forma lúdica não só pelas crianças envolvidas, como junto de um público mais alargado.

No âmbito da Rede de Museus do Algarve e do seu grupo de Educação, o CIIPC tem participado, desde 2017, na conceção e dinamização ações educativas comuns que integram a oferta educativa de museus e entidades que pertencem à rede: Jogo do Moinho (2017/18); Lendas e Encantamentos Algarvios (2018/19); Meter água (2020/21 e 2021/2022). Crianças (e outros públicos) trabalham desta forma, à escala do Algarve, temáticas comuns, identificadoras do património cultural da região.

Mais recentemente temos enriquecido a oferta educativa concelhia com atividades em áreas tão diversas como a arqueologia, pomar tradicional de sequeiro, cal e platibandas, plantas e seus usos, abrigos para insetos, brinquedo populares, água, adivinhas, entre outras.

Também nas pausas letivas, férias de Páscoa e Verão, temos dinamizado regularmente no CIIPC oficinas para crianças e jovens com o objetivo de propiciar aos mais novos experiências de usufruto e aprendizagem relacionadas com a nossa história e património, que estimulem a criatividade.

Para o público em geral, temos ainda uma oferta regular de oficinas criativas/artesanais, ao ritmo de uma por mês, orientadas por artistas da região ou por elementos da população local que partilham os seus saberes fazeres na área da cestaria; empreita; pão artesanal; cal e platibandas; figos cheios, estrelas de figo; ou talegos.

6. DEFINIR UMA PROGRAMAÇÃO CULTURAL DE QUALIDADE PARA CACELA

Outro desafio do CIIPC tem passado pela qualificação e diversificação da oferta cultural em Cacela Velha (ciclo de conversas, música clássica, teatro, cinema, literatura e poesia na rua, mercadinhos sazonais), que tem vindo a ser acompanhada pela necessária requalificação do património do núcleo histórico classificado, casos da Igreja Matriz e da Casa do Pároco, onde funciona desde 2015 um Centro de Informação, estrutura de acolhimento de visitantes, que disponibiliza informação sobre o património cultural e ambiental de Cacela e Vila Real de Santo António. Uma programação rica e diversa, com ligações ao património local, intensa ao longo de cerca de 10 anos, ainda que atualmente mais limitada por questões financeiras.

O ciclo «Clássica em Cacela» (fig. 8) em 2008 foi uma das primeiras propostas a avançar em Cacela Velha com concertos de música clássica com músicos consagrados em dois importantes sítios patrimoniais da vila: a igreja e cemitério antigo. Organizado pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António com programação e direção artística da flautista algarvia Teresa Matias, o ciclo pretende ser uma alternativa erudita e de qualidade dentro da oferta cultural de Verão no sotavento algarvio, apostando em jovens talentos e em repertórios menos familiares do grande público. A «Clássica em Cacela» tem-se vindo, por isso, a afirmar, com a adesão do público a crescer de edição para edição.

Desde 2008, o velho portão de ferro do antigo cemitério de Cacela Velha também se abre (entre finais de Agosto e inícios de Setembro) para dar entrada a quem, à noite, sob as estrelas quer ver cinema. O ciclo de cinema «Sob as estrelas em Cacela Velha» tem contado com a colaboração do Cineclube de Faro.



FIGURA 8 Atividades culturais: «Clássica em Cacela» e «Noites d'Encanto» [CIIPC/CMVRSa].

A «Poesia na Rua» teve como ponto de partida a herança poética de Ibn Darraj al-Qastalli, natural de Cacela, onde nasceu em 958, bem como de outros poetas que escreveram sobre Cacela Velha ou aí viveram (Abû al-'Abdarî, Sophia de Mello Breyner Andresen, Eugénio de Andrade, Teresa Rita Lopes, Adolfo C. Gago). «Poesia na rua» constituiu-se, entre 2010 e 2017, como um grande momento cultural em redor das palavras escritas ou ditas em voz alta, mas também de animação, de festa e de partilhas. Durante um ou dois dias de Setembro as ruas de Cacela Velha enchem-se literalmente de poesia: havia lonas com poemas nas paredes de casa e estendais com poemas pendurados com molas de roupa, dizia-se poesia popular no cemitério antigo ou falava-se sobre poesia no largo da fortaleza. À noite, os poetas presentes e banda filarmónica juntavam-se para recriar o ritual da Igreja ao ritmo de um poema, toque da banda e foguete.

As «Noites d'Encanto» (fig. 8), em Cacela Velha, sucederam-se a partir de 2013 às «Noites da Moura Encantada». Música, gastronomia, mercado, animação, conversas e exposições, remetendo para as heranças do al-Andalus, marcam presença nas ruas de Cacela, durante 3 a 4 dias em Julho. Numa vila histórica que foi, entre os séculos X e XIII, um porto costeiro e um núcleo urbano importante na região, com fortes ligações ao Mediterrânico, evocam-se tempos de tolerância e a convivialidade que distinguiram a história do antigo al-Andalus.

Mercadinhos na Primavera, Verão, Outono e Natal assinalam em Cacela Velha, desde 2009, o passar das estações com artesanato tradicional, novas criações, produtos locais, velharias, segunda-mão e animação de rua. Para além da animação no núcleo histórico de Cacela, têm sido objetivos estabelecer a ponte

entre as produções mais tradicionais e as novas propostas criativas de jovens artesãos. Sustentabilidade, criatividade e solidariedade são conceitos que orientam e motivam estes mercadinhos sazonais organizados em colaboração com a ADRIP – Associação de Defesa, Reabilitação, Investigação e Promoção do Património Natural e Cultural de Cacela.

7. DESENVOLVER PROJETOS COM A COMUNIDADE LOCAL

A par de um esforço cada vez maior para alargar e diversificar os públicos aproximando-os dos patrimónios da região, o envolvimento da comunidade local da aldeia de Santa Rita, onde está localizado o Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela, tem sido, há mais de uma década, um propósito central do trabalho desenvolvido. Uma intervenção enraizada na comunidade, com o seu envolvimento ativo, que tem promovido sentido de pertença e relações relevantes e duradouras.

A aldeia histórica de Santa Rita situa-se a cerca de 5 km a Norte de Cacela Velha, entre o barrocal e a serra, na transição entre uma zona de hortas e pomares, cujo desenho muito deve à herança de romanos e árabes, e a serra com as suas especificidades nas formas de construir, habitar e explorar o território. A povoação é referida já em fontes do século XVII, mas o povoamento do local é certamente mais antigo. Atualmente, guarda ainda memória da sua recente produção oleira e dos fornos de cal que laboraram até há bem pouco tempo. É conhecida também pelas «curas de Santa Rita», que traziam centenas de pessoas durante o mês de Maio. Na envolvente da aldeia destacam-se, a norte, os antigos fornos de cal, um deles recuperado e, a nascente, a antiga fonte/santuário de Santa Rita, onde conta a lenda que a imagem da Santa terá aparecido pela primeira vez. O túmulo pré-histórico de Santa Rita, a cerca de 1 km a nascente da aldeia, próximo da antiga barragem romana da Ribeira das Hortinhas, representa um dos últimos testemunhos megalíticos mais bem conservados da região, com cerca de 5 mil anos de história.

Como muitos outros núcleos rurais espalhados pelo país, é uma aldeia que tem vindo a perder população, contando com cerca de 25 famílias num total de

cerca de 80 habitantes (só o núcleo da aldeia). Na sua maior parte são pessoas ligadas ao território, que até há pouco tempo, viviam da agricultura, pastorícia, pequeno comércio, venda de lenha, artesanato. Hoje vivem sobretudo das reformas e a geração que está no ativo exerce atividades profissionais ligadas à hotelaria e comércio. Com uma população envelhecida, muitos continuam a manter horta ou árvores do pomar tradicional de sequeiro, colhendo ainda figos, alfarrobas e azeitonas, sobretudo para consumo familiar. Vivências que nos tem permitido estabelecer relações muito ricas ao nível da partilha de saberes-fazeres.

Desde há 16 anos que, na sua antiga escola primária, entretanto reabilitada, abriu portas o Centro de Investigação e Informação do Património de Cacela, onde os habitantes locais e visitantes podem contar com um programa regular de exposições, percursos temáticos, oficinas artísticas e didáticas, entre outras atividades culturais. A verdade é que a abertura do CIIPC gerou uma série de novas dinâmicas no tecido social da aldeia. Não é raro que apareçam grupos de crianças a entrevistar antigos profissionais (o barbeiro, a costureira, o pastor, o agricultor, o antigo mestre caleiro) querendo conhecer os seus saberes-fazeres; grupos de passeantes em busca dos seus fornos de cal, das fontes, poços e noras, olhando as suas chaminés, em percursos sobre a arquitetura vernácula; equipas de filmagens registando o empalhamento de cadeiras, o amassar e cozer do pão, o pastoreio de cabras; ou famílias divertindo-se em peddypapers de descoberta do património em torno da aldeia.

No CIIPC não encaramos a população local apenas como destinatária das atividades, ou como informante nos levantamentos que fazemos ao nível do património imaterial, por exemplo. Procuramos sim envolvê-la, e garantir a sua participação ativa, nos processos de investigação, interpretação e valorização do património.

Nos últimos 5 anos destacamos uma intensificação da relação com os habitantes Santa Rita e Cacela. Através da edição regular do *Tomilho* (fig. 9), boletim com edição bimensal, divulgamos as nossas atividades, mas damos também voz à população publicando fotografias antigas, registando memórias, saberes-fazeres, tradições festivas, receitas e objetos. O *Tomilho* nasce no início de 2016, e exatamente de uma necessidade e vontade de fortalecer os laços com a população da aldeia de Santa Rita. Por um lado, pretende-se aproximar a comunidade do seu património e do trabalho que o CIIPC desenvolve, desconstruindo conceitos



FIGURA 9 Boletim *O Tomilho*.

e temáticas ligadas ao património em linguagem mais acessível, nomeadamente na rubrica *Arqueologia e História* com artigos como: *Resultados da campanha arqueológica em Cacela Velha, As sortes de S. João, Culto dos mortos na Pré e Proto-História*, entre muitos outros. Por outro lado, convida-se a comunidade a partilhar as suas memórias e saberes a partir de objetos e fotografias antigas, que facilitam e estimulam o ato de recordar e a narração de memórias. Com este objetivo, o *Tomilho* tem uma rubrica dedicada a um *Objeto com História* e uma outra rubrica de *Memórias e Saberes* com artigos ligados a uma tradição, festividade, ofício, a partir de uma fotografia antiga. Em qualquer dos casos, o objeto (cadeira de tabúia; carro da água, balanças; bolsa de retalhos; mó manual; palangre; mala do barbeiro; etc) ou a fotografia (recordações da vida no campo; recordações do Carnaval; matança do porco; São João da Degola; entre outras) pertencem à pessoa que os recorda. Existe também um espaço onde as pessoas partilham receitas antigas como: doce de abóbora-menina; carapaus alimados; favas sapatadas; sopas de chicharo; amêndoas caramelizadas; lebre com feijão; ou azeitonas de sal. Em algumas edições o *Tomilho* publicou ainda poemas, reportagens e memórias redigidas por pessoas da comunidade e passatempos a partir de desenhos feitos por crianças. O *Tomilho* já criou hábitos de leitura regulares na aldeia, no concelho e também fora de fronteiras desde que partilhamos on-line, no nosso site, a sua versão PDF.

Todas estas memórias e saberes são partilhados com os leitores do *Tomilho*, enriquecendo a memória coletiva, o sentimento de pertença e reforçando

a identidade social da comunidade o que, em última instância, contribui para aumentar a autoestima e consolidar uma consciência coletiva, fundamentais para o seu efetivo envolvimento e participação.

Nos 3 últimos anos, no contexto de um reforço no desenvolvimento de projetos com a comunidade local (habitantes de aldeia de Santa Rita e do concelho), criou-se um espaço de encontro regular, no CIIPC, para dar corpo a projetos artísticos/artesanais que vão acompanhando as festividades cíclicas.

Partindo de uma festividade cíclica com forte expressão na região do Algarve, revive-se, desde 2017, a tradição dos Maios na aldeia de Santa Rita (fig. 10). No Algarve, em muitos lugares, é costume no primeiro dia de Maio, criarem-se os Maios ou Maias, enfeitá-los e colocá-los na rua. Trata-se de reminiscências de costumes arcaicos ligados ao fim do Inverno e ao eclodir da Primavera. Assinalavam a renovação da natureza e simbolizavam o poder fecundante da vegetação que desabrocha. Em Santa Rita – onde a tradição teve expressão pelo menos nas décadas de 80 e 90 do século XX – revive-se este importante momento do ciclo festivo em estreita colaboração com os habitantes da aldeia. Os Maios que saem à rua são elaborados pelas muitas pessoas, de todas as idades, que se envolvem na iniciativa: população local, mas também EB2,3 de Vila Nova de Cacela, utentes da Asmal, Casas do Avô de Monte Gordo e Vila Real de Santo António, crianças e famílias no âmbito de Oficinas organizadas no CIIPC.



FIGURA 10 Projetos com a comunidade local: os «Maios» (CIIPC/CMVRSa).

Este envolvimento concretiza-se em todo o processo, desde a escolha dos provérbios e quadras populares, recolha de roupas, sapatos e acessórios, bem como jornais para o enchimento, elaboração dos Maios e montagem no espaço público durante os dias de exposição na rua. Destaque para criação de uma grande manta de rosetas de crochet pela comunidade que adornou a Maia em 2019 (fig. 10).

Outras festividades cíclicas têm motivado o desenvolvimento de projetos conjuntos com a população local. Caso das tradições associadas aos Santos e Finados (1 e 2 de Novembro), em que as crianças iam, com bolsas de retalhos, de porta em porta pedir pelos santos, pelas almas ou pelos defuntos, dizendo expressões como: *Pão por Deus ou Bolinho, bolinho, pela alma do defuntinho*. Recebiam no saco: bolinhos, figos secos, amêndoas ou nozes. No CIIPC, com o intuito de manter vivas estas tradições associadas ao «Pão por Deus» e assinalar este importante período do ciclo festivo dedicado ao culto dos antepassados, desafiou-se a comunidade local para a criação de bolsas de retalhos. Os talegos criados pelas cerca de duas dezenas de pessoas que semanalmente se juntaram no CIIPC para os costurar, juntaram-se numa exposição de rua na aldeia no ano de 2019 e 2020. Distribuíram-se pelas portas da aldeia para assinalar as festividades associadas ao Dia de Todos os Santos e dos Finados.

Também desde há alguns anos que a população da aldeia se junta no CIIPC para montar o Presépio Algarvio. Revive-se assim a antiga tradição de, em Dezembro, se armar o presépio e o «altarinho» de cariz popular. Nas casas, em cima da cómoda, elevado ao centro em degraus, colocava-se o menino Jesus, cercado de searinhas, laranjas e outros frutos, votos de pão e de prosperidade para a família. As searinhas são semeadas por tradição no dia 8 de Dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, na continuidade dos antigos cultos da fertilidade, numa altura em que nos campos se fazem as sementeiras. São oferecidas ao menino Jesus com o pedido de boas colheitas.

Todo este processo tem reforçado a identidade local, a autoestima, as relações de vizinhança, a convivialidade entre participantes. Tem servido também, para os mais velhos reviverem as suas memórias e para dar a conhecer as antigas tradições festivas aos mais novos.

8. PARCERIAS E TRABALHO EM REDE

O trabalho desenvolvido assenta numa ampla rede de parcerias e colaborações. Somos um Centro de Investigação e Informação orientado para o Património de Cacela, mas as heranças sobre as quais trabalhamos são, na sua grande parte, também comuns ao Algarve, às vivências entre o mar e a serra, ao histórico reencontro de culturas ancestrais, ao seu imaginário coletivo.

O trabalho em rede com a Rede de Museus do Algarve, que integramos desde 2008, tem sido um dos mais estimulantes e proveitosos, tendo o CIIPC integrado o Grupo Coordenador da rede em diversos momentos. A RMA – Rede de Museus do Algarve, criada em 2007, é uma estrutura informal de adesão voluntária constituída por museus integrados na Rede Portuguesa de Museus, outros museus municipais, entidades culturais e/ou museológicas públicas e privadas, cuja forma de organização privilegia a cooperação e a partilha entre os seus pares e cria escala nas atividades programadas em conjunto. Uma rede horizontal, com características flexíveis que tem como missão dinamizar o património cultural e a atividade museológica da região.

Ao longo dos anos o CIIPC tem participação ativa nos grupos de trabalho de Património Cultural Imaterial, Educação e Arqueologia. No seio dos grupos de trabalho, através da realização de estudos de diagnóstico e da partilha de experiências entre os técnicos dos museus, por áreas de trabalho, tem sido possível identificar necessidades, promover dinâmicas de interajuda, formação profissional e desenhar projetos conjuntos.

Desafiante tem sido também a participação ativa em projetos de investigação e museologia comuns à escala da região. Casos da exposição polinucleada «*Algarve – Do Reino à Região. Mil anos da história e cultura algarvia*» (2010-2011), uma iniciativa conjunta e pioneira da RMA, onde se abordam os últimos mil anos da história e da cultura algarvia, desde o Gharb al-Andalus à atualidade. Ou do projeto expositivo «*Pioneiros do conhecimento científico no Algarve*» (2011 e 2012) centrado em alguns dos primeiros protagonistas implicados no conhecimento da região [Estácio da Veiga, Ataíde Oliveira, José Formosinho, Estanco Louro, entre outros], bem como sobre as representações do Algarve nos discursos da etnografia, arqueologia e história local, nos séculos XIX e XX. Atualmente, os

museus da Rede voltaram-se a unir em torno de um projeto comum que incide sobre as profundas ligações do Algarve ao mar e que, entre 2019 e 2021, dá origem a exposições nos diversos espaços que integram a RMA. Relevante tem sido a participação do CIIPC nas Jornadas da RMA desde 2017 e no *Guia de Museus do Algarve* (versão em formato eletrónico de e-book), apresentado ao público em 2019, que reúne 19 estruturas museológicas, entre Museus, Centros Ciência Viva, Parques Naturais, Centros Interpretativos, Explicativos e Ambientais, e pretende assumir-se como um contributo para valorizar, divulgar e celebrar a diversidade cultural da região.

Estas dinâmicas de trabalho em rede, no contexto da RMA, têm permitido um maior diálogo, comunicação e partilha de informação entre os profissionais dos museus e contribuído para a formação e qualificação das equipas, para a capacidade de pensar e programar em rede à escala da região e para a qualificação da programação cultural e museológica na região.

Desenvolvemos também uma estreita colaboração com a Universidade de Algarve, que se tem consubstanciado no envolvimento de alguns dos seus professores em atividade do CIIPC: percursos de interpretação, conceção de exposições, ciclos de conversas e de conferências. Destaque para o protocolo assinado em 2018 entre o Município de Vila Real de Santo António, a Universidade do Algarve e a Direção Regional de Cultura do Algarve com vista à concretização do projeto de investigação «Muçulmanos e Cristãos em Cacela Medieval: território e identidades em mudança» que enquadra os trabalhos arqueológicos no Sítio do Poço Antigo em Cacela Velha.

Com a Fundação Hispano-Marroquina Al-Idrisi organizámos em estreita parceria um congresso internacional sobre o grande geógrafo Al-Idrisi e editámos uma obra sobre o poeta Ibn Darraj nascido em Cacela no século X, com informações valiosíssimas sobre a história de Cacela no período islâmico. Com a Universidade de Huelva temos uma parceria com vista ao estudo e valorização do túmulo megalítico de Santa Rita que enquadrou os trabalhos arqueológicos e subsequente estudo de materiais. Com a Ibérica, eventos e espetáculos, coorganizamos as Noites de Encanto em Cacela Velha. Também com a ADRIP temos colaborado em diversos projetos como os mercadinhos sazonais em Cacela Velha, o Mercado de Trocas (promovido pelo Banco de Voluntariado de Vila Real de Santo António),

as mostras gastronómicas ou o jardim de plantas autóctones na zona da Várzea. Destaque ainda para colaboração no projeto TASA – Técnicas Ancestrais, Soluções Atuais que juntou artesãos, designers, investigadores e entidades locais.

Ao nível educativo, destacamos o trabalho em estreita articulação com os agrupamentos de escolas do concelho e a colaboração ativa, no âmbito do projeto «À descoberta das 4 cidades», com os serviços municipais de educação e as escolas dos concelhos do Fundão, Marinha Grande e Montemor-o-Novo.

Existem ainda protocolos e colaborações assíduas com diversas entidades como a Associação de Saúde Mental do Algarve, Centro de Ciência Viva de Tavira ou Associação In Loco.

9. REFLEXÕES E DESAFIOS PARA O FUTURO

O território de Cacela, os seus usos antigos, os valores naturais, culturais e patrimoniais que o distinguem têm sido ponto de partida para dinâmicas de interpretação, aprendizagem, fruição e intervenção criativa em estreita ligação com a comunidade local e visitantes.

Acreditamos que conhecer e vivenciar o nosso património é fundamental para nos tornarmos conscientes do que nos identifica e diferencia – tradições, monumentos, arquitetura vernácula, paisagens culturais –, e valorizarmos o que é nosso, resistindo a culturas e modelos importados que empobrecem a nossa diversidade cultural.

Desde sempre o CIIPC entendeu que as suas «coleções» se estendem no território envolvente que lhes confere sentido, e que são elas o ponto de partida para o trabalho na área da interpretação do património e mediação com os públicos. Assistimos hoje, porém, a uma destruição acelerada das nossas paisagens culturais, seja em meio urbano ou em meio rural. Ao longo dos séculos o homem foi agindo sobre a paisagem, modificando-a, utilizando os seus recursos e adaptando-a às suas necessidades, segundo os seus conhecimentos e experiência transmitida de geração em geração, mas sabendo sempre manter o seu equilíbrio ecológico, a sua integridade e sustentabilidade. Agora, em poucos anos, deparamo-nos com a desvalorização e conseqüente destruição das arquiteturas

vernáculos, nos núcleos povoados, e das paisagens rurais envolventes. Ou seja, estamos a perder e/ou a assistir à descaracterização das «nossas coleções».

Nos últimos trinta anos, o núcleo histórico de Cacela e a paisagem envolvente têm sido alvo de um processo que tem conduzido ao empobrecimento do seu caráter e imagem. Decréscimo da população residente afastada das tradicionais atividades ligadas à pesca, mariscagem e agricultura; desenvolvimento do turismo de massas; intervenções intrusivas em algumas habitações; e especialmente proliferação de estufas e grandes extensões de cultura intensiva de abacates na envolvente, ameaçam a singularidade desta vila e o seu equilíbrio social na relação com o território próximo. Em redor da aldeia de Santa Rita, passa-se o mesmo. Os campos com culturas de sequeiro, as pastagens para o gado, os serros de barro de que viviam os seus habitantes estão a dar lugar a grandes extensões de abacates.

Acreditamos que, nem Cacela Velha, por muito valioso que seja o seu património no núcleo histórico, nem a aldeia de Santa Rita, com as suas tradições ligadas à cal, à olaria, à religiosidade popular, conseguirão sobreviver como referentes patrimoniais, sem a preservação dos territórios envolventes que lhe dão sentido e que durante séculos, através da sábia utilização dos seus recursos, justificaram o seu povoamento e o modo de vida das suas populações.

Acreditamos que este processo de interpretação do património e das paisagens culturais, que identifica o trabalho do CIIPC há mais de 16 anos, deve ser também um processo de ativação da cidadania, uma ferramenta para questionarmos o presente e pensarmos o futuro e desta forma contribuirmos para a valorização e salvaguarda do património. Um dos desafios atuais é o de assumirmos o papel, que se defende hoje para os museus, de entidade viva, atenta, interveniente, questionante na relação com os públicos.

Importa sempre lembrar: porque fazemos o que fazemos? Porque acreditamos que o conhecimento dos usos antigos do território é fundamental para nos diferenciarmos positivamente no contexto de um mundo cada vez mais globalizado onde impera a lógica do crescimento infinito num mundo de recursos finitos. O que queremos transformar? Queremos que o património assuma o seu lugar na construção de identidades e seja ponto de partida para usos criativos e sustentáveis do território e seus valores culturais.

O trabalho na área da mediação cultural, da interpretação e educação para o património, tem-se afirmado no CIIPC como um eixo de intervenção imprescindível. Não apenas como forma de levar os públicos a «viajar para tempos idos», para saberem como e porquê se construiu este ou aquele monumento, o que se comia, como o homem se relacionava com o território e como moldou a paisagem. Mas essencialmente no sentido de nos questionarmos: Que lugares são estes que habitamos? Como chegámos ao que somos hoje? O que nos diferencia e aproxima dos outros? Em suma, envolver toda a comunidade, no reconhecimento mais profundo do que é o património, do que nos identifica, de quem somos e do que queremos vir a ser.

**«NA PRÁTICA
A TEORIA É OUTRA»:
UM CONTRIBUTO PARA
A IMPLEMENTAÇÃO
DE METODOLOGIAS
ADEQUADAS DE
INTERVENÇÃO
NO PATRIMÓNIO**

ISABEL ILDEFONSO VALVERDE

Câmara Municipal de Portimão

«Na prática a teoria é outra»¹ é uma expressão que caracteriza na perfeição o fosso existente, e cada vez maior, que separa a teoria da salvaguarda do património e a prática de intervenção no património.

INTRODUÇÃO

«Na prática a teoria é outra» poderia também ter sido o mote para o desenvolvimento de um projeto abrangente, que teve por objetivo contribuir para o atenuar do fosso existente entre a teoria e a prática de intervenção no património que será aqui apresentado e que pretendia fazer face às dificuldades constantes que os técnicos, neste caso específico das autarquias, tinham (e continuam a ter) em implementar no terreno os princípios constantes nas recomendações e nos documentos doutrinários nacionais e internacionais, e até na própria legislação nacional vigente², ao nível da intervenção no património arquitetónico, sobretudo no de feição popular.

De forma generalista, e não sustentada cientificamente, poder-se-á considerar que esta realidade se prende em parte com a ausência de uma cultura de valorização e salvaguarda do património cultural, talvez transversal a toda a sociedade, e cujos motivos se poderão relacionar, de acordo com a perceção deduzida empiricamente, com o fosso existente entre o conhecimento, a teoria (fechada em si própria, na academia ou em círculos restritos) e uma prática acessível a todos, em que os materiais tradicionais são frequentemente preteridos a favor de novos materiais, muitas vezes não compatíveis com as técnicas ancestrais.

Como contribuir então para a implementação de metodologias adequadas de intervenção no património, partindo da ideia e da perceção, de que talvez a sociedade não tenha tido acesso e/ou adquirido um conjunto de «princípios» para entender porque se deve conservar, o que se deve conservar ou como se deve conservar?

¹ REGO, 2018.

² Atualmente consagrados na legislação nacional, designadamente na Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro, que estabelece as bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural.

Neste contexto, importaria, de forma rigorosa, refletir e estudar sobre o que a sociedade entende e reconhece como património cultural e em que referências assenta este reconhecimento ou entendimento. Importaria igualmente, de forma rigorosa, perceber o que a sociedade entende por conservação do património e, sobretudo, o que esta pretende da conservação do património, em geral, e do seu, em específico.

O Projeto designado por Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação (MITR), desenvolvido na Câmara Municipal de Albufeira entre os anos de 2004 e de 2007³ e apresentado aos estudantes no âmbito das aulas abertas promovidas pelo Curso de Património Cultural e Arqueologia da Universidade do Algarve (UALG), tentou prestar o seu contributo para a inversão de algumas das situações identificadas anteriormente, sendo que o trabalho desenvolvido se traduz por um conjunto abrangente, articulado e concertado de iniciativas (ações de educação, sensibilização patrimonial, formação e criação de recursos didáticos) dirigidas à comunidade, nos seus diversos interesses pessoais ou profissionais e nos seus diversos escalões etários.

O projeto foi desenvolvido tendo por base quatro eixos de atuação que se consideraram, à época, fundamentais para a futura adoção de metodologias de intervenção mais adequadas, designadamente: conhecer, intervir, formar e educar.

De referir que, quer estes eixos de atuação, quer o projeto em si, não foram objeto ou resultaram de estudos científicos, sendo apenas o resultado do contacto com a prática experienciada por quem criou o projeto.

Realça-se ainda o facto de o texto ultrapassar o âmbito temporal da existência do projeto e das iniciativas realizadas nesse período, uma vez que acrescenta uma visão crítica mais atual, sempre de carácter empírico, com base na perceção, acrescentando assim alguns temas e experiências realizadas posteriormente e que se achou pertinente abordar neste capítulo.

³ Desenvolvido ao abrigo do Eixo 2 – Medida destinada à revitalização de áreas de baixa densidade do PROAlgarve do QCA III.

1. ENQUADRAMENTO

A salvaguarda do património, encontra-se devidamente enquadrada na legislação nacional, designadamente na Lei de bases da política e do regime de proteção e valorização do património cultural⁴.

Num outro contexto, a salvaguarda desse mesmo património passou também a ser reconhecida como um recurso estratégico fundamental para o desenvolvimento sustentável das cidades e das comunidades, constantes nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS]⁵ aprovados, em 2015, pelas Nações Unidas, no âmbito da Agenda 2030 (meta temporal para os atingir).

O património cultural tem vindo a tornar-se cada vez mais abrangente, na medida em que tem ganhado novos valores e atributos, e a sua abordagem vista numa perspetiva inovadora de devolução do património à sua natureza evolutiva, sintetizando constantemente e integrando novas culturas, saberes e experiências, e o património de proximidade, sobretudo o de feição popular, como determinante no reforço da identidade das comunidades, dos locais e da sua competitividade e atratividade turística.

No caso particular do Algarve, este património de proximidade é visto cada vez mais como um fator importante na competitividade turística em contextos nacionais e internacionais e na atratividade que este destino turístico proporciona, não só como destino de sol e praia, mas com alternativas para quem procura também destinos turísticos com oferta complementar ao nível do turismo cultural.

1.1. A SALVAGUARDA DO PATRIMÓNIO E OS NOVOS DESAFIOS E PARADIGMAS PARA O SÉCULO XXI

Em matéria de conservação do património, esta está a ganhar um novo sentido no âmbito do Objetivo 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis, nomeadamente em três dos dez pontos que aqui se transcrevem parcialmente:

⁴ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

⁵ A 25 de setembro de 2015, na sede das Nações Unidas, em Nova Iorque, 193 líderes mundiais aprovaram a Agenda 2030, constituída por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável [ODS], sendo que são a visão comum para a Humanidade: um contrato entre os líderes mundiais e os povos.

«...Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planeamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países (...) Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo (...) Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais...»

De referir que esta lista «das coisas a fazer em nome dos povos e do planeta até 2030», hoje classificadas e distribuídas por 17 objetivos específicos surge pela primeira vez em 2015, quando as nações assumem como ameaça à humanidade as alterações climáticas provocadas por múltiplos fatores e se comprometem a combatê-las. *Ela teve como base os progressos e lições aprendidas com os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milénio, estabelecidos entre 2000 e 2015, e são fruto do trabalho conjunto de governos e cidadãos de todo o mundo*⁶.

Quis-se introduzir propositadamente esta abordagem, mais atual, uma vez que o projeto aqui apresentado, e que deu origem a este capítulo, foi realizado muito antes de 2015. Contudo, aqueles objetivos já antecipavam e integravam, de forma consciente, o que viria a ser um dos principais desígnios das Nações Unidas para o século XXI, uma vez que foram realizados no espírito do Relatório Brundtland intitulado de «Nosso Futuro Comum» (*Our Common Future*⁷), publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, no qual o desenvolvimento sustentável é concebido como:

«...O desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir as suas próprias necessidades.»

⁶ Fonte: <https://unric.org/pt/Objetivos-de-Desenvolvimento-Sustentavel/>. Consultado a 2021.05.16.

⁷ Report of the World Commission on Environment and Development – Our Common Future – Resolution 38/161 of 19 December 1983.

E ainda, no contexto de debate à época no seio da comunidade científica, que precedeu, a título de exemplo, a recomendação da UNESCO de 2011 sobre a Paisagem Urbana Histórica⁸ ou a Nova Agenda Urbana da ONU-Habitat⁹, em que o património já era entendido como um recurso fundamental para tornar os nossos aglomerados mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

1.2. VELHOS (PRE)CONCEITOS VERSUS OUTRAS ABORDAGENS

Acha-se, generalizando, que talvez a sociedade não tenha tido acesso e/ou adquirido um conjunto de «princípios» para entender porque se deve conservar, o que se deve conservar ou como se deve conservar, achando-se que por tal motivo também não exista uma cultura consistente e persistente de valorização e salvaguarda do património cultural. De igual forma, uma vez que se supõe que a sociedade talvez não esteja preparada para assimilar e/ou aceitar as novas abordagens e os novos desafios que se colocam atualmente, acha-se assim que é cada vez maior o fosso que separa a teoria da prática.

Múltiplos fatores foram identificados à época como condicionadores à *priori* da adoção de metodologias adequadas de intervenção em património e que se encontravam relacionados com a postura adotada pelos diferentes intervenientes no «processo» de intervenção em edifícios antigos, que passavam eventualmente por clientes, projetistas, empresas de construção civil e até organismos públicos, a qual o Projeto MITR tentou mitigar através do seu trabalho.

Desta forma, tenta-se aqui identificar a razão pela qual se achava e se acha que a nossa sociedade, em geral, permanece pouco esclarecida e/ou «agarrada» a «velhos (pre)conceitos», nomeadamente:

- a valorização excessiva do património monumental, de feição erudita, resquício ainda do ideário nacionalista, no qual a arquitetura e o património arquitetónico (re)inventado, constituíram um dos principais instrumentos

⁸ Resolução adotada no relatório da Comissão CLT na 17.ª reunião plenária, a 10 de novembro de 2011 [fonte: <http://unesdoc.unesco.org/images/0021/002150/215084e.pdf>].

⁹ Adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), Quito, Equador, em 20 de outubro de 2016.

- de propaganda política que presidia ao regime do Estado Novo e um dos pilares fundamentais na construção dessa nova identidade nacional;
- a insistência no reconhecimento da existência de arquiteturas regionais, fruto da evolução da noção da «casa portuguesa», oriunda de um outro contexto, mas oportunamente aproveitada como instrumento forte de unificação e de promoção de uma imagem idílica de um país rural, assente nos valores de «Deus, Pátria e Família» e atualmente resgatada de forma e propósitos distintos, e usada na promoção turística como *marca*. O caso do Algarve, em que a promoção da região e a sua venda como destino turístico recorre a imagens que retratam arquiteturas tidas como regionais, sendo que o mesmo acresce valor se estivermos a falar do setor imobiliário;
 - a desvalorização do património vernacular de feição popular, em virtude de um certo estigma social que ainda persiste, associado a condições de vida e de habitabilidade muito precárias de um passado para muitos ainda recente;
 - o surgimento, nas décadas de 40 e 50, de inovações técnicas e de novos materiais que revolucionaram de tal forma a construção civil, que bastou cerca de uma década para votar ao esquecimento práticas, saberes e ofícios ancestrais.

2. DO PORQUÊ DE «NA PRÁTICA A TEORIA SER OUTRA»

Poder-se-iam enumerar múltiplos fatores, sustentados cientificamente, contudo não corresponderia ao *leitmotiv* deste trabalho sendo que o que se irá referir e identificar em seguida se traduz apenas numa identificação casuística resultante do contacto com a realidade a que se teve acesso e/ou conhecimento, ou ainda da postura adotada, nalgumas situações, por parte de alguns intervenientes e que se achou que, de alguma forma, condicionadoras *à priori* da adoção de metodologias adequadas à intervenção em património.

Refira-se que algumas das temáticas seguintes deveriam ser objeto de reflexão e desenvolvimento no âmbito da investigação científica.

Assim sendo, serão expostos, em seguida, alguns aspetos que se entendem ser merecedores de alguma reflexão e investigação, designadamente:

2.1. O CLIENTE

A este propósito, o que se achou como condicionador à adoção de metodologias adequadas pelos que pretendiam intervir no seu «património», encontrava-se relacionado com algumas destas situações:

- os custos elevados associados às intervenções de conservação ou reabilitação, quando confrontados com recomendações que iam ao encontro da implementação de metodologias adequadas de intervenção;
- em grandes intervenções, a falta de empresas que desenvolvessem trabalho neste domínio;
- ou em trabalhos menores, a falta de mão-de-obra especializada para as realizar.

No entanto, por vezes, e não raras, quando nenhum destes fatores era impeditivo de o interessado intervir de forma adequada e se encontravam reunidas todas as condições à implementação de metodologias adequadas, estas continuavam a não ser opção.

E que pelo que foi experienciado, arriscar-se-ia a sugerir que alguns seriam de natureza comportamental, a título de exemplo:

- *status* económico: alguns dos que tencionavam intervir em património herdado ou adquirido, pretendiam evidenciar, através das intervenções a realizar, o seu (novo ou não) *status*;
- *status* social: outros a que atrevidamente se designa como «compradores de passados» «...aqueles a quem falta um bom passado, ancestrais ilustres, pergaminhos, uma casa de família que ressoe a nobreza e cultura...»¹⁰, e que nas intervenções introduziam elementos de composição arquitetónica, no seu entender supostamente mais «eruditos», que comprovassem o seu *status* perante a sociedade;
- reabilitar em estilo: outros apenas pretendiam uma alteração da «imagem» do edifício ao seu gosto, tendo por referência por vezes e a título de

¹⁰ AGUALUSA, 2004.

exemplo: revistas, casas vizinhas ou que viram e gostaram, ou casas de «famosos». Neste ponto não se poderia deixar de referir o que era e é «vendido» aos nossos residentes no Algarve, oriundos das mais diversas partes do mundo: essa invenção que é a «arquitetura rústica algarvia» ou «estilo rústico algarvio», independentemente do contexto em que esta se encontra inserida (urbano ou rural).

2.2. O RESPONSÁVEL PELO PROJETO

Quanto aos projetistas, aos que não vendiam *status* económicos, «passados» ou estilos, aos que se percebeu serem de alguma forma mais esclarecidos ou mais interessados, e que pretendiam projetar recorrendo a metodologias adequadas de intervenção no património (quer este fosse de feição popular ou erudita), importaria referir que os mesmos¹¹ identificavam os seguintes aspetos como os que mais os condicionavam no desenvolvimento dos seus projetos:

- falta de formação teórica e prática sobre património¹², sua conservação e metodologias adequadas de intervenção;
- falta de conhecimento específico sobre materiais e técnicas tradicionais de construção, designadamente para a variedade e especificidades construtivas existentes ao longo da região do Algarve, por vezes até entre locais «vizinhos»;
- falta de capacidade de argumentar contra a eficácia dos materiais modernos apresentados pelo mercado, face aos tradicionais em desuso;
- falta de recursos pedagógicos/didáticos que permitissem aceder a conhecimento específico e técnico nas temáticas mencionadas: publicações, manuais de apoio gerais e/ou temáticos, ou outros recursos, como por exemplo acesso a registos para memória futura, com testemunhos de quem teve contacto com a(s) prática(s) e as trabalhou no passado, conteúdos multimédia, documentários, entre outros. Neste ponto importaria

¹¹ Não se consideram apenas os arquitetos locais que projetam para a região, mas também os arquitetos de outras zonas do país e de fora do país que projetam para o Algarve.

¹² Muitas vezes por força de à época da sua formação académica, esta temática não fazer parte dos programas dos cursos de arquitetura.

referir que ao longo dos anos têm sido realizados alguns projetos e publicados muitos conteúdos (de vários tipos e em variados suportes), por parte de organismos públicos ou associações de desenvolvimento local e que poucos conhecem por falta de divulgação da sua existência. E que seria urgente que um órgão regional, ligado à administração central (congregador da região), os recolhesse, fizesse uma aposta forte na sua divulgação, investisse e incentivasse a criação de tantos outros necessários.

2.3. AS EMPRESAS DE CONSTRUÇÃO CIVIL

Quanto às empresas de construção civil, estas apontavam condicionantes ao recurso a metodologias de intervenção adequadas, por vezes até as desaconselhando, evocando todos os motivos identificados nos pontos anteriores, mas sobretudo os seguintes:

- falta de mão-de-obra conhecedora, experiente ou qualificada (exemplo: pedreiros-restauradores que, quando existiam, eram poucos (o tempo de espera era muito) e os preços eram incomportáveis;
- a falta de materiais adequados e de empresas que os comercializassem, e mais uma vez os preços elevados praticados, sendo que acrescia o facto de haver poucos pontos de venda e muitas vezes não estavam disponíveis para entrega imediata;
- concorrência desleal entre os materiais e as técnicas tradicionais face às alternativas apresentadas pelo mercado relativas a materiais e técnicas novas.

Muitas eram as situações a que se assistiu em que as empresas propunham e evidenciavam as vantagens da demolição efetiva de edifícios antigos e posteriormente a sua reconstrução total¹³, ou então a substituição de alguns elementos ou componentes por outros mais recentes, por vezes de qualidade inferior.

¹³ Nalgumas autarquias, os seus instrumentos de gestão do território, como Planos Diretores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, principalmente os mais antigos, ainda se enquadram nesta forma de abordagem de intervenção em edifícios antigos.

Em tom de crítica e alerta face à realidade percebida, e não querendo ser injusto para com as empresas que não se enquadravam ou enquadram no referido anteriormente e tentavam e/ou tentam contrariar a prática corrente, constituindo desta forma uma exceção, traz-se à memória Leon Battista Alberti¹⁴ e atreve-se a afirmar que esta será porventura uma realidade intemporal:

«...é, sem dúvida, vergonhoso não poupar as obras dos antigos, nem respeitar as vantagens de que os cidadãos usufruem, acostumados aos lares dos seus antepassados; pelo que, destruir, demolir e arrasar completamente o que quer que seja, em qualquer parte, deve ser uma opção a pôr de lado, sempre. Por conseguinte, eu gostaria que se conservassem intactas as construções antigas, sempre que não seja impossível levantar uma nova sem as destruir...»

2.4. OS ORGANISMOS PÚBLICOS

Apesar da Direção Regional de Cultura do Algarve (DRCA Algarve) ser um serviço periférico dependente do Ministério da Cultura, o seu âmbito de atuação circunscreve-se ao quadro das suas competências e, no que possa dizer respeito a este trabalho, à tutela das intervenções que incidem sobre o património cultural classificado, em vias de classificação ou em zonas especiais de proteção. Desta forma não se irá debruçar sobre o seu papel de promotor e/ou condicionador das metodologias adequadas de intervenção em património não classificado, uma vez que este organismo atua de acordo com o quadro legal específico, no âmbito do cumprimento normativo e exercendo nesse contexto, por vezes, uma função fiscalizadora.

Um organismo público que se acha ter prestado um significativo contributo para o reconhecimento, valorização e salvaguarda do património vernacular, foi a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), no âmbito de um programa financiado por fundos comunitários, designadamente o Eixo 2 – Medida destinada à Revitalização de Áreas de Baixa Densidade do Programa Operacional do Algarve (PROAlgarve) do 3.º Quadro Comunitário de Apoio (QCA III),

¹⁴ ALBERTI, 1485.

através do trabalho desenvolvido na 1.^a primeira fase dos Gabinetes Técnicos de Apoio às Aldeias do Algarve¹⁵ (GTAAs) entre os anos de 2001 e de 2003. Refira-se a este propósito que se considera que os GTAAs constituíram a seu tempo uma referência no contexto regional, não só pela reabilitação de espaços públicos e edifícios que realizaram, mas pela forma de intervir, resultante da reflexão partilhada e empenhada dos técnicos que os integraram, e que pelo conhecimento adquirido e divulgado se perpetuaram para além da sua existência. Entre os demais projetos e iniciativas realizadas, é de destacar o livro: *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitetura vernácula da região oriental do Algarve*¹⁶.

No âmbito ainda do mesmo programa de apoio comunitário¹⁷, o Projeto MITR aqui apresentado é também disso um exemplo.

Quanto às autarquias, onde este trabalho se enquadrou e cujas ações desenvolvidas, algumas tentavam (e tentam), de alguma forma, contribuir dentro da instituição para um melhor esclarecimento, acesso ao conhecimento e à informação dos seus técnicos e, fora dela, da comunidade, agindo e interagindo com esta, mediante a realização de ações de sensibilização e criação de recursos didáticos para futura adoção de práticas adequadas de intervenção no património.

Desta forma, e não sendo regra no Algarve, do que se teve e tem acesso, algumas autarquias contribuíram e têm vindo a contribuir ativamente e de forma continuada para a criação de uma cultura de salvaguarda do nosso património em geral e do seu em particular (concelhio).

Apesar destas exceções, acha-se que a regra ainda constitui e condiciona fortemente a promoção de metodologias adequadas de intervenção prática, e acha-se, generalizando, que talvez resida em alguns aspetos relacionados com:

- a resistência de alguns executivos camarários em dar importância a estas matérias e/ou integrá-las nas suas estratégias, no planeamento e nas suas

¹⁵ O GTAA sotavento e o GTAA barlavento, encontravam-se inseridos na estratégia de revitalização do interior e das Áreas de Baixa Densidade do Algarve, do Programa Operacional da Região do Algarve – PROAlgarve e funcionaram entre 2001 e 2003.

¹⁶ RIBEIRO, 2008.

¹⁷ Desenvolvido ao abrigo do Eixo 2 – Medida destinada à revitalização de áreas de baixa densidade do PROAlgarve do QCA III.

políticas públicas, não passando muitas vezes de matéria fiscal (isenção de IMI, IMT¹⁸, deduções em sede de IRS/IRS¹⁹ e redução no IVA²⁰), mediante o cumprimento de requisitos em termos de intervenção que quase nunca recorrem a metodologias adequadas);

- a falta de formação e de incentivo de técnicos no domínio do património e da sua salvaguarda;
- a falta de técnicos afetos aos serviços direta ou indiretamente responsáveis pela intervenção no património.

A este propósito, e tendo por base o que se vai dando a conhecer, e a título de exemplo e de elogio, refira-se que algum do trabalho que foi feito no passado e tem sido feito, e algum de grande qualidade, tem talvez sido realizado em contexto autárquico, sendo que este algumas vezes é mérito da perseverança e empenho de alguns técnicos que acreditam que o serviço público, designadamente a administração local, pode e deve contribuir de forma ativa para a criação de uma cultura de salvaguarda do património, mediante a promoção de metodologias adequadas de intervenção junto da comunidade ou dos técnicos. Um trabalho que às vezes vai desde o primeiro momento, designadamente do fácil acesso e apoio do serviço à informação ao requerente, na atenção dada ao requerente (quer ele seja um técnico ou um cidadão comum), no ato do atendimento público, que por vezes passa pela procura em conjunto de soluções mais adequadas à circunstância, na agilização de procedimentos internos e no acompanhamento das obras. Este trabalho por vezes cria ainda a necessidade de ser complementado por ações de formação técnica e ações de sensibilização dirigidas à comunidade, nos seus diversos interesses pessoais ou profissionais e escalões etários.

Mencionam-se em seguida, apenas a título de exemplo, alguns trabalhos realizados recentemente²¹, a que se teve acesso e que se acha de referência,

¹⁸ Artigo 45.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais.

¹⁹ Artigo 71.º do Estatuto de Benefícios Fiscais.

²⁰ Verba 2.27 da Lista I anexa ao CIVA, na redação em vigor – Bens e serviços sujeitos a taxa reduzida.

²¹ Outros contributos, mais antigos, não devem ser excluídos, uma vez que serviram e ainda servem de referência a alguns dos trabalhos mencionados. Destacam-se, a título de exemplo, os livros publicados da autoria do Arquiteto Rui Paula, designadamente: os Planos de Salvaguarda de Lagos e de Faro ou os estudos de reabilitação urbana para Tavira da autoria do Arquiteto José Lamas.

alguns dirigidos tanto a técnicos como a qualquer interessado, e algumas ações de sensibilização dirigidas à população, desenvolvidas no âmbito do reconhecimento do património, da sua valorização e salvaguarda, mas sobretudo da promoção de metodologias adequadas de intervenção.

Desta forma começa-se por referir algumas publicações realizadas, como por exemplo: o *Manual de Reabilitação do Património de Faro*²², o *Guia da reabilitação e construção da cidade de Loulé*²³ e ainda na Câmara Municipal de Faro, e mais recentemente, de referir o trabalho iniciado no Serviço de Regeneração Urbana, designadamente na adoção de medidas «atenuadoras» de impactos negativos em áreas urbanas antigas consolidadas, mediante a atuação em vertentes como a educação (programa anual com as escolas do ensino básico e sessões de formação), acompanhamento e sensibilização (alargamento e flexibilização do atendimento ao público e publicação de um manual indicador de «boas práticas» em fascículos temáticos), incentivos (Prémio de Municipal de Arquitetura, apoio de Arqueologia e incentivos fiscais decorrentes da delimitação de áreas de reabilitação – ARUs²⁴) e «desincentivos» (alerta da sobrecarga nas infraestruturas como «dissuasor» da multiplicação de frações).

3. PROJETO MITR

Algumas das situações aqui identificadas conduziam, à época da criação do Projeto MITR, à consciência e à convicção da necessidade urgente de (re)afirmar conceitos e desconstruir preconceitos existentes e persistentes no tempo.

Considerava-se que uma das vias mais adequadas para o fazer consistia em intervir de forma didática junto da comunidade, mediante a realização de ações de formação teórica e/ou prática, ações de educação patrimonial, de divulgação, de

²² FIGUEIRAS, PINTO, 1995.

²³ RAPOSO et al, 2007.

²⁴ Alínea b) dos Artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pelo Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto na sua atual redação: RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana. ARUs em vigor na cidade de Faro: ARU – Vila Adentro publicada em D.R. n.º 246 de 26-12-2011, ARU – Bairro Ribeirinho publicada em D.R. n.º 137 de 17-07-2012 e ARU – Mouraria publicada em D.R. n.º 901 de 13-09-2013.

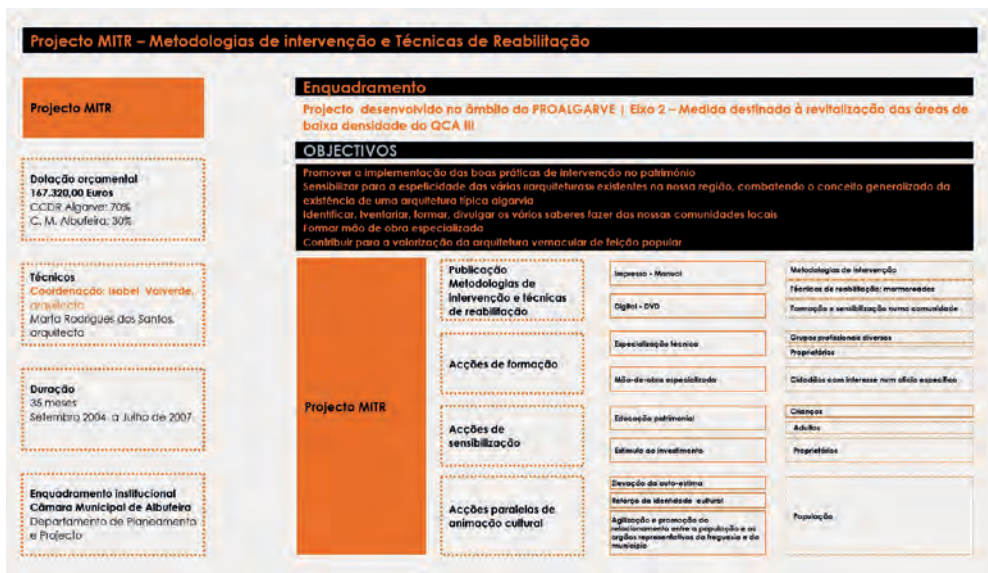


FIGURA 1 Apresentação e objetivos do Projeto MITR – Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação, desenvolvido na Câmara Municipal de Albufeira entre os anos de 2004 e de 2007 (elaboração da autora).

sensibilização, que fossem transversais e dirigidas à população, nos seus diversos escalões etários e interesses pessoais ou profissionais.

Considerava-se ainda, num contexto de atuação junto da comunidade, a necessidade fundamental de trabalhar a noção de que qualquer que fosse o sistema, o material, a componente ou o elemento construtivo, todos eles cumprem uma função, seja ela estética ou técnica ou ambas, e que no contexto dessa construção, as partes justificam e dão sentido ao todo.

Assim, na sequência do trabalho realizado, no âmbito da 1.ª primeira fase (2001-2003) dos GTAA e posteriormente em contexto autárquico, foi criado o Projeto MITR – Metodologias de Intervenção e Técnicas de Reabilitação, desenvolvido na Câmara Municipal de Albufeira entre os anos de 2004 e de 2007 ao abrigo do mesmo programa de apoio comunitário²⁵ [fig.1].

²⁵ Desenvolvido ao abrigo do Eixo 2 – Medida destinada à revitalização de áreas de baixa densidade do PROAlgarve do QCA III.

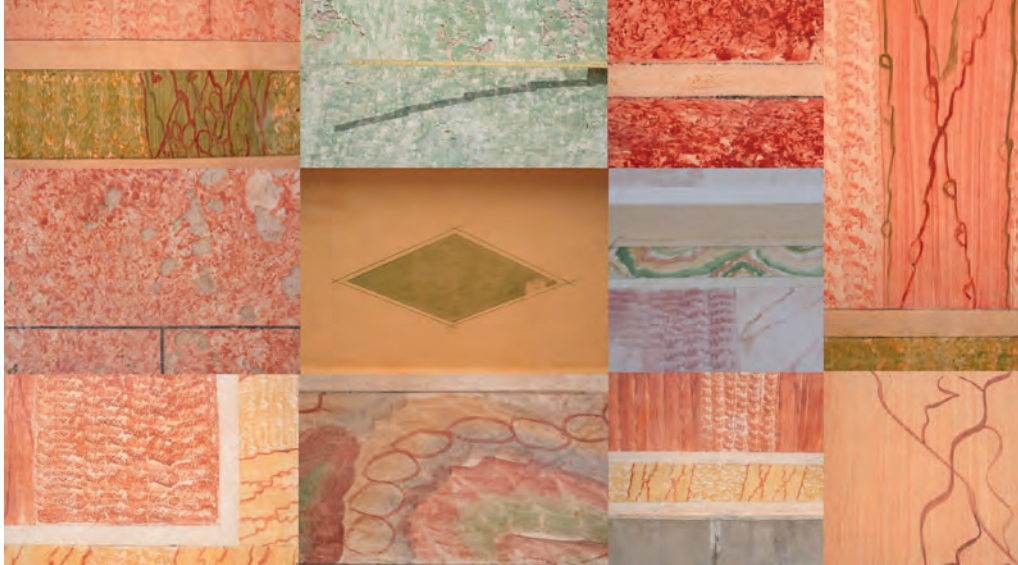


FIGURA 2 Variedade de soluções e riqueza cromática dos revestimentos de fachada edifícios da Aldeia de Paderne revestidos por fingidos/marmoreados ou barramentos (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma e Rui Gregório).

O desenvolvimento dos trabalhos realizados pelo GTAA barlavento, na aldeia de Paderne, no âmbito da 1.^a fase do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve havia chamado a atenção e sensibilizado a autarquia, a junta de freguesia e a população para a importância do seu património, em particular para a qualidade das soluções arquitetónicas, construtivas e compositivas dos edifícios e da necessidade de os preservar e salvaguardar.

A aldeia de Paderne constituía à época um exemplo único, no contexto regional, pela variedade e conservação de alguns sistemas e técnicas construtivas tradicionais dos seus edifícios, em particular dos revestimentos exteriores que marcavam fortemente a sua imagem, designadamente os fingidos de pedra (marmoreados).

Esta especificidade e a necessidade de salvaguardar esta «imagem» possibilitava ao Projeto MITR encontrar um espaço físico de pesquisa e ensaio privilegiado para o desenvolvimento dos conteúdos que se propunha atingir.

O projeto foi desenvolvido tendo por base quatro eixos de atuação que se consideraram à época fundamentais:

EIXO 1 – CONHECER: mediante o reconhecimento da importância da aquisição prévia do saber empírico e do saber científico e da sua necessária complementaridade;

EIXO 2 – INTERVIR: mediante a aplicação de metodologias adequadas à especificidade de cada situação;

EIXO 3 – FORMAR: técnicos habilitados a intervir no património edificado, quer de feição erudita, quer de feição popular, em contexto escolar, através da via profissional do sistema de ensino;

EIXO 4 – EDUCAR: as crianças, mediante a criação de uma estratégia integrada ao nível do 1.º ciclo de estudos do ensino básico, incentivando dinâmicas transdisciplinares no âmbito da educação patrimonial.

Pretendia-se que fosse um projeto abrangente, integrado e desenvolvido em diferentes vertentes por forma a transmitir conhecimentos sobre materiais e sistemas construtivos e a realçar a importância que estes conhecimentos têm no ato de intervir no património construído. As iniciativas desenvolvidas tentavam promover ainda o conhecimento prático, através do manuseamento de materiais e da execução de técnicas de construção tradicionais, e foram dirigidas à população em geral, nos seus diversos escalões etários e interesses pessoais ou profissionais. Seguidamente descrevem-se as iniciativas promovidas pelo Projeto MITR, enquadradas no respetivo eixo de atuação.

A necessidade de transpor para manual todo o conhecimento e iniciativas realizadas, fez com que o Projeto MITR produzisse um documentário que, para além dos apoios institucionais no âmbito do projeto, contou ainda com o apoio do ICOMOS Portugal e do Laboratório Nacional de Engenharia Civil. O documentário foi dobrado em inglês por forma a chegar a comunidades não portuguesas e integrou orientações sobre as metodologias de intervenção formas de execução e ainda materiais a usar e respetivas dosagens. O documentário era disponibilizado gratuitamente pelo município, de modo a contribuir de forma mais eficaz na adoção de «boas práticas» de intervenção.

3.1. EIXO 1 – CONHECER

3.1.1. O CONHECIMENTO EMPÍRICO

Fruto de aperfeiçoamento contínuo e constante, que foi passando de geração para geração, o «saber fazer» é resultado de um conhecimento empírico

adquirido por cada comunidade, sendo que desta forma cada lugar apresenta soluções distintas nas técnicas utilizadas e nas soluções encontradas.

Desta forma, tentou-se perceber o «saber fazer» revestimentos exteriores, designadamente de fingidos e/ou marmoreados no Algarve, e em particular na Aldeia de Paderne, uma vez que se verificou haver variações locais no tipo de «desenho» de «pedra» representada. Pôde-se concluir que havia mestres em Paderne que diferiam na forma de os fazer, como verificamos no concelho vizinho de Loulé, em que um mestre no início do século XX assinava as sua «obras». Deste trabalho resultou também a identificação de dois antigos mestres estucadores ou escaioladores, como os próprios se identificaram: o senhor Agostinho, que tinha aprendido com um antigo mestre local, e o senhor Ricardino, que havia trabalhado com este.

Há muito afastados deste ofício, demonstraram como faziam, que materiais usavam, a sua dosagem e até o local onde compravam as ferramentas.

Os seus testemunhos foram registados em filme e arquivados para memória futura no Arquivo Municipal.

De referir que, posteriormente, os mestres participaram e colaboraram ativamente na transmissão do seu conhecimento em workshops e aconselharam algumas intervenções.



FIGURA 3 Execução de fingido [Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma e Rui Gregório].

3.1.2. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

No sentido de complementar o conhecimento empírico, o Projeto MITR, através de protocolo celebrado entre a Câmara Municipal de Albufeira e o Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), procedeu à caracterização em laboratório de alguns dos revestimentos exteriores de edifícios da Aldeia de Paderne.

O critério subjacente à escolha dos edifícios e respetivos revestimentos teve por base: a época de construção do edifício e/ou do seu revestimento²⁶, a técnica de revestimento utilizada (barramentos²⁷ e fingidos ou marmoreados²⁸) e a singularidade da técnica de revestimento usada no contexto dos restantes revestimentos.

O exemplo aqui retratado é de um edifício que sofreu várias alterações e ampliações ao longo dos tempos. Do que foi possível apurar, após um estudo aprofundado e comprovado posteriormente pelos ensaios e análises laboratoriais realizadas, na sua génese o edifício era composto por um só piso em que o revestimento em argamassa de cal apresentava uma pintura de cal de cor branca, posteriormente terá sido objeto de uma grande intervenção em que o revestimento original terá sido removido parcialmente²⁹. Nesta grande intervenção, que se supõe remontar a meados do século XIX, terá ganho um piso, ao qual foram acrescentados alguns elementos



FIGURA 4 Caracterização de revestimentos por amostras retiradas de edifício na Aldeia de Paderne (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma).

²⁶ Muitas vezes o revestimento não coincide com a época da sua construção, sendo que muitas vezes é possível *in loco* observar uma ou mais camadas de revestimentos anteriores, outras só é possível aferir mediante a realização de ensaios laboratoriais.

²⁷ Esta técnica incorpora na argamassa de revestimento o pigmento e pó de mármore por forma a introduzir mais resistência e durabilidade.

²⁸ Esta técnica consiste na aplicação de pintura (espojado e pincelagem) sobre pasta de cal a aplicar em argamassa de revestimento fresca. No Alentejo a mesma técnica é executada sobre a argamassa seca.

²⁹ Pelos ensaios e análises realizadas verificou-se em algumas áreas circunscritas a existência do revestimento original.

de composição de fachada de feição mais erudita, e terá sido revestido por nova argamassa seguida de uma caiação de cor sangue-de-boi. No início do século XX, terá sido executado sobre o revestimento existente um novo revestimento usando a técnica de fingidos ou marmoreados.

Com o objetivo de elaborar a proposta de trabalhos no âmbito da intervenção futura nos revestimentos do edifício, procedeu o LNEC à realização de dois tipos distintos e complementares de caracterização:

- a) Caracterização física e mecânica dos revestimentos exteriores, a partir dos seguintes ensaios:
- de absorção de água por capilaridade por contacto;
 - de resistência à compressão (método de confinamento).



FIGURA 5 Ensaio de absorção de água por capilaridade por contacto (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma).

FIGURA 6 Ensaio de resistência à compressão: método de confinamento (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma).

- b) Caracterização química e mineralógica e microestrutural, a partir das seguintes análises:
- mineralógica por difractomia de raios X (DRX);
 - termogravimétrica e térmica diferencial (ATG/ATD);

- determinação do teor de areia da argamassa de reboco e análise granulométrica da areia;
- química.

Os resultados obtidos permitiram obter informações necessárias à realização de um revestimento idêntico ou, nos casos em que não fosse possível, à execução de um revestimento compatível com o suporte e o revestimento existente. Apesar do visível estado de deterioração do revestimento, o Projeto MITR descartou desde o primeiro momento a remoção total do revestimento, vulgo «picagem até ao osso» e a sua substituição, sendo que a caracterização do revestimento, tal como o seu estado em laboratório, veio reiterar a sua convicção. Assim sendo, as duas opções anteriormente referidas deveriam ser equacionadas aquando da consolidação e preenchimento de lacunas dos revestimentos de fachada, no âmbito dos trabalhos previstos para o edifício.

3.2. EIXO 2 – INTERVIR

Retomando o princípio de que qualquer que seja o sistema, o material, a componente ou o elemento construtivo, todos eles cumprem uma função, seja ela estética ou técnica ou ambas, e que no contexto dessa construção as partes justificam e dão sentido ao todo, o que não pode ser mais verdade no caso dos revestimentos de fachada, procurou demonstrar-se uma intervenção passo a passo num revestimento em fingido de pedra ou marmoreado.

Pretendia-se demonstrar que, pese embora por vezes o aparente mau estado de conservação de um revestimento, isso não conduziria necessariamente à sua «picagem até ao osso» e à sua total substituição, que não sendo bem executada poderá ser incompatível com o suporte e pôr em causa ambos (suporte e revestimento). A título de exemplo de referir as intervenções em que a totalidade

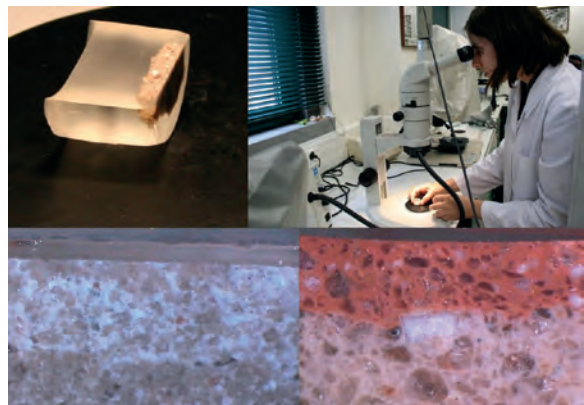


FIGURA 7 Preparação da amostra (amostra embebida em resina epóxi e polimento do molde) para observação e análise em lupa binocular do número de camadas de revestimento e de pintura [Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma].

do revestimento é removido e substituído por uma argamassa de cimento incompatível com a maioria dos suportes em alvenaria de pedra ou taipa. Por um lado, estas argamassas de cimento introduzem grande «rigidez» ao reboco uma vez que mecanicamente trabalham de forma distinta, por outro lado, o cimento contendo sais introduz sais no suporte, o vulgo salitre, contribuindo para a sua desagregação e para o surgimento de eflorescências. Estas argamassas, associadas por vezes a tintas sintéticas, funcionam como «capas impermeáveis», na medida em que não deixam as paredes respirar, e quando há presença de água no interior, isso leva ao «apodrecimento», quer do suporte, quer da argamassa de revestimento.

Desta forma, e uma vez que a única intervenção em curso à época era uma empreitada lançada pela Câmara Municipal de Beja de intervenção no revestimento do Palácio do Lidador, o Projeto passou a deslocar-se semanalmente a esta cidade, acompanhado por um fotógrafo e uma equipa de filmagens, para acompanhar a par e passo todo o processo.

Refira-se que o edifício se encontrava a meio de uma intervenção de adaptação a um novo uso aquando da descoberta sob várias camadas de pintura da cal branca de um fingido de pedra mármore, o que levou à alteração de trabalhos e à contratação de uma empresa de conservação e restauro para intervir no revestimento.



FIGURA 8 Palácio do Lidador, em Beja antes da intervenção nos revestimentos de fachada (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma).



FIGURA 9 Palácio do Lidador, em Beja após a intervenção nos revestimentos de fachada (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma).

Com base no contrato celebrado entre a câmara de Albufeira e o LNEC, foi possível incluir as amostras de revestimentos deste edifício. Após os resultados das análises e dos ensaios, que necessariamente levaram a caracterizações distintas de materiais, foi possível verificar que a técnica de fingidos era realizada com a argamassa de revestimento seca, enquanto nas amostras de Paderne verificou-se que esta técnica era executada com a argamassa em fresco.

A intervenção foi dividida em pontos:

- preenchimento de lacunas;
- preenchimento de fendas e fissuras;
- consolidação e adesão do revestimento ao suporte;
- recolocação e reprodução de elementos em falta;
- pintura de zonas em falta ou «avivamento» das cores e traços do desenho dos fingidos.

3.3. EIXO 3 – FORMAR

3.3.1. «SEMANA DO PATRIMÓNIO EM PADERNE: APERFEIÇOAMENTO EM TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO TRADICIONAL»

Esta ação de formação pretendia sublinhar a importância que a formação prática, em obra real, detém no domínio da reabilitação de edifícios antigos e das técnicas de construção tradicionais, sendo a principal responsável pelo sucesso da transposição da atividade teórica para a atividade prática, na medida em que esta qualificação profissional possibilitava aos formandos a aquisição e consubstanciação de conhecimentos essenciais necessárias às atividades de projeto, direção de obra, fiscalização e execução de obra.

O plano de trabalhos caracterizava-se por uma forte componente prática de execução em obra real, sustentada por uma componente científico-tecnológica, que possibilitava aos formandos o manuseamento de materiais e a execução de técnicas correntes de construção tradicional. Os destinatários repartiram-se entre arquitetos, arquitetos paisagistas, engenheiros, técnicos de construção civil, estudantes e cidadãos interessados neste domínio de aprendizagem.

A ação realizou-se em junho de 2006, sendo que o programa lecionado repartia-se por 3 temas principais:

- «Arquitetura em Terra: Adobe e Taipa» num total de 14 horas de formação;
- «Revestimentos Tradicionais de Fachadas» com um total de 11 horas de formação;
- «Técnicas Tradicionais de Revestimentos e Pintura de Fachadas: fingidos, marmoreados e escaiolas» num total de 10 horas de formação.

As entidades participantes foram: a Câmara Municipal de Albufeira, como entidade promotora, através do Projeto MITR, a Junta de Freguesia de Paderne, o CENFIC [Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul], como entidade formadora, sendo que a componente Científico-tecnológica ficou ao cargo do Arqto. José Aguiar³⁰, da Arqta. Mariana Correia³¹ e da Eng.^a Maria Goreti Margalha³².

3.3.2. «A ARTE DO PEDREIRO RESTAURADOR»

Esta ação foi criada no âmbito da criação de mão-de-obra especializada no manuseamento de materiais e execução de técnicas correntes de construção tradicional e corresponde a um curso de Qualificação Inicial Nível II³³.

Com esta ação profissionalizante pretendia-se não só promover, como concretizar um curso de qualificação profissional, designadamente de pedreiro restaurador, sublinhando a importância da formação profissional e de mão-de-obra qualificada na reabilitação do património construído, criando oportunidades para que os formandos adquirissem e consubstanciassem conhecimentos de restauro através de conhecimentos científico-tecnológicos e da prática de execução em obra real. O curso possibilitava o manuseamento de materiais de construção tradicional (pedra, terra, cal, madeiras, orgânicos, entre outros), a execução de

³⁰ Professor associado pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Técnica de Lisboa.

³¹ Diretora da Escola da Gallaecia e Doutorada pela Oxford Brookes University, Reino Unido.

³² Técnica assessora da Câmara Municipal de Beja, Professora assistente da Universidade de Évora, doutorada pelo Instituto Superior Técnico.

³³ Para a obtenção do 9.º ano de escolaridade dos formandos.

sistemas construtivos tradicionais (alvenarias de pedra, de adobe, de taipa, execução de arcos e abóbadas, execução de coberturas tradicionais, tabiques, entre outros) e o ensaio de técnicas de construção e de revestimento (azulejaria, fingidos, estuques, marmoreados, barramentos, entre outras).

Neste sentido foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Albufeira e uma entidade formadora especializada na formação de técnicos na área da construção civil e cujo âmbito de formação se alargava também ao restauro de edifícios antigos: o CENFIC.

A pedido do Projeto MITR, algumas das obras simuladas previstas a realizar em contexto de formação, foram substituídas por obra real, sendo que se acordou construir umas instalações sanitárias públicas para deficientes em que as paredes seriam feitas em taipa, a cobertura seria uma abóboda de arestas enquanto os revestimentos exteriores do edifício seria um fingido de pedra (moleanos). As imagens seguintes ilustram alguns dos trabalhos realizados durante a formação.



FIGURA 10 Curso de pedreiro restaurador: construção da abóboda de arestas (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma).

3.4. EIXO 4 – EDUCAR

O projeto «Da natureza nascem as casas: um contributo para a educação patrimonial», serviu posteriormente de suporte à realização de um documentário e de exposições itinerantes que ilustravam e complementavam um conjunto de mini-acções e de oficinas de educação patrimonial que foram realizadas nalgumas escolas e instituições pela região do Algarve e mais tarde fora desta.

Esta ação específica surgiu na sequência do trabalho realizado ao longo do mês de agosto de 2006 e 2007 com alunos do 1.º Agrupamento vertical de Paderne – 1.º Ciclo, cujo escalão etário se situava entre os 6 e os 12 anos de idade, no âmbito da implementação pelo Projeto MITR de um projeto pedagógico piloto de sensibilização e educação patrimonial.

Esta iniciativa tinha como objetivo alertar as crianças para as questões relacionadas com a preservação do nosso património construído, sensibilizando-as para a importância da salvaguarda e perpetuação, quer das práticas tradicionais de construção e dos materiais nestas utilizados, quer do valor ecológico que estes representam, promovendo não só as várias profissões a estas associadas, mas também possibilitando o contacto com as práticas tradicionais e o manuseamento dos materiais mediante a construção real mas de escala reduzida.

A ação começou com um conjunto de visitas de estudo temáticas de observação de diversos sistemas construtivos e materiais existentes na região do Algarve e no Alentejo. O objetivo era contribuir para que as crianças compreendessem através da observação e da interpretação *in loco* que as variações dos sistemas construtivos, dos materiais, das tipologias dos edifícios e fachadas, das volumetrias, das implantações, das cores, das técnicas de pintura, resultavam da conjugação de vários aspetos, tais como o clima, a geologia e morfologia dos solos, a atividade humana, e como tal variava de local para local, não podendo desta forma existir uma arquitetura característica da região do Algarve.

A ação incidiu em três temas principais subdivididos em seis subtemas:

- a) 1.º Tema: Paredes, dividido em dois subtemas:
 - alvenaria de taipa;
 - alvenaria de adobe.



FIGURA 11 Construção de casa em taipa, forro de caniço e cobertura em telha e execução de abóbada de berço e adobes (Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma e Rui Gregório).

b) 2.º Tema: Coberturas dos edifícios, dividido em dois subtemas:

- telhados;
- abóbadas.

c) 3.º Tema: Revestimentos de paredes dividido em dois subtemas:

- Cal e o seu uso nas argamassas de revestimento;
Este subtema foi introduzido pela Eng.^a Goreti Margalha³⁴ e começou por uma visita à Aldeia do Barro Branco, concelho de Borba, a um dos últimos fornos de cal ainda a funcionar em Portugal e na Europa. O conhecimento adquirido do processo de transformação que leva à obtenção da cal permitiu já em estaleiro realizar as argamassas de revestimento com que foram rebocadas as mini-paredes.
- Terras corantes e a sua transformação em pigmentos para uso em caiação e outras técnicas de pintura: barramentos e escaiolas;

³⁴ Técnica assessora da Câmara Municipal de Beja; Professora assistente da Universidade de Évora e doutorada pelo Instituto Superior Técnico nesta temática.

Este subtema contou com o apoio do Instituto Português de Conservação e Restauro através da Dr.ª Milene Gil Duarte Casal³⁵ e começou por uma visita à Serra Corada no concelho de Barrancos, a um local onde era ainda extraída terra para caiações. As terras extraídas no local e em Paderne, num sítio onde havia registo de antigas extrações, permitiram realizar caiações de diversas cores, barramentos e fingidos sobre o reboco realizado.

Todo o trabalho realizado foi acompanhado por uma equipa de filmagens responsável pela produção e realização de um documentário de quarenta minutos com o mesmo título da ação: «Da natureza nascem as casas». As crianças do ATL de Paderne conduzem-nos ao longo do documentário demonstrando os materiais utilizados nas construções tradicionais, as formas de manuseamento e a execução de algumas técnicas.



FIGURA 12 Preparação de terras para obtenção de pigmentos, caiações e execução de fingidos [Câmara Municipal de Albufeira, Filipe Palma e Rui Gregório].

³⁵ Doutorada em Conservação e Restauro pela Universidade Nova de Lisboa Faculdade de Ciências e Tecnologia, Portugal: *A conservação e restauro da pintura mural nas fachadas alentejanas: estudo científico dos materiais e tecnologias antigas da cor.*

CONCLUSÃO

Pretendeu-se com este texto, demonstrar que existem mecanismos e projetos que podem contribuir para o atenuar o fosso existente entre a teoria e a prática de intervenção no património arquitetónico de raiz popular. Projetos, como estes e tantos outros aqui referenciados, devem ser objeto de apreço por parte da comunidade e da administração pública em particular, uma vez que resultam de uma perceção real das condicionantes existentes à implementação de «boas práticas» e dão resposta à especificidade de cada contexto.

Tentou-se ainda alertar, dando os revestimentos exteriores de fachada como exemplo, para a importância da adoção de metodologias adequadas de intervenção, sendo que estas devem atender à singularidade de cada situação e de cada circunstância particular, não havendo lugar desta a forma a «receituários».

Um outro aspeto aqui abordado, relaciona-se com o espírito com que foi criado o Projeto MITR, de crítica e «combate» à excessiva valorização do património erudito, dependente de um discurso estilístico associado a modelos importados, e à falta de reconhecimento do património de raiz popular considerado «menor». Contudo, é neste que se acredita residir a identidade dos nossos lugares, das nossas comunidades e a especificidade da nossa arquitetura, em suma, o que se acha que corporiza em grande parte o tecido patrimonial português.

É este o património que traduz genuinamente o nosso «saber fazer» e é responsável pela nossa identidade, a arquitetura que resulta das circunstâncias, dos constrangimentos, do que a natureza oferece, que é criativa e rica nas soluções técnicas e estéticas, ingénua no tratamento das formas, dos espaços, das superfícies, liberta dos cânones, presa a um conhecimento ancestral resultante de um contínuo e constante aperfeiçoamento e refém de um presente com o qual rompeu laços.

«...por conseguinte dos exemplos dos Antigos, das advertências dos especialistas e da prática assídua nasceu o conhecimento perfeitíssimo de como realizar estas obras admiráveis, ao passo que do conhecimento foram extraídas as regras ditadas pela experiência; quem quiser – e todos devemos querer – não ser incompetente a construir não deve desprezá-las em nenhum aspeto. Nós devemos reuni-las de acordo com a tarefa iniciada e explicá-las na medida das nossas capacidades...»³⁶

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUALUSA, J. E. (2004). *O Vendedor de Passados*. Lisboa, Portugal: Edições Dom Quixote. ISBN 9789722050739.
- ALBERTI, L. B. (1485). *De re aedificatoria*. Edição fac-símile da editio princeps. Editada por Hans-Karl Lücke em 1975. München: Prestel Verlag.
- FIGUEIRAS, R.; PINTO, C. (coord.) (1995). *Manual de reabilitação do património de Faro*. Faro: Câmara Municipal de Faro e Gabinete de Apoio Técnico Local.
- RAPOSO, I., et al. (coord.) (2007). *Guia da reabilitação e da construção: cidade de Loulé*. Loulé: Câmara Municipal de Loulé. ISBN: 978-972-9064-26-5.
- REGO, V. C. (2018). *Na Prática a Teoria é Outra: Escritos (1957-99)*. Lisboa, Portugal: Edições Dom Quixote. ISBN 9789722043625.
- RIBEIRO, V. (coord.) (2008). *Materiais, sistemas e técnicas de construção tradicional. Contributo para o estudo da arquitectura vernácula da região oriental do Algarve*. Faro: CCDRALgarve e Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-989-8208-01-09 e 978-972-36-1001-7.

³⁶ ALBERTI, 1485.

**CONECTAR OS JOVENS
AO PATRIMÓNIO
ATRAVÉS DO
MINECRAFT:
UMA APROXIMAÇÃO
A NOVAS ABORDAGENS
DE EDUCAÇÃO
PATRIMONIAL**

TIAGO CANDEIAS

Câmara Municipal de Faro

1. EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: ALGUMAS QUESTÕES PRÉVIAS

«O património cultural constitui um conjunto de recursos herdados do passado que as pessoas identificam, independentemente do regime da propriedade dos bens, como um reflexo e expressão dos seus valores, crenças, saberes e tradições em permanente evolução. Inclui todos os aspetos do meio ambiente, resultantes da interação entre as pessoas e os lugares através do tempo»¹.

O conceito de património cultural assumido na *Convenção-Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade*, assinada em 2005 e mais comumente conhecida por Convenção de Faro, engloba holisticamente dimensões materiais, imateriais e digitais, embora durante décadas o conceito não tenha tido este carácter alargado.

Foi com esta definição abrangente e com o crescente interesse pelo património cultural, que o seu uso se tornou cada vez mais frequente em ambientes de ensino, embora a relação com a educação muitas vezes consista apenas em visitas, restritas à observação, carentes de relação com o contexto ou as experiências prévias dos jovens².

A Educação, entendida aqui, no seu sentido mais alargado, como a construção de oportunidades que permite o desenvolvimento de competências, formas de pensar e preparação para uma cidadania ativa e responsável³, está também ela em adaptação constante ao mundo. Tem por objetivos adquirir conhecimentos e competências, através de métodos mais ou menos formais, e estão nela implícitas as noções de aprendizagem, pedagogia e formação⁴. Entendida como fator-chave do desenvolvimento, hoje, mais do que nunca, é um conceito que atravessa um período de grandes mudanças, acelerado pelo contexto pandémico que vivemos, que obrigou a profundas e rápidas alterações nos tradicionais métodos de ensino-aprendizagem.

¹ CONSELHO DA EUROPA, 2005.

² PATERAKI & SCIMECA, 2018.

³ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁴ GESCHÉ-KONING, 2018.

Vimo-nos obrigados a repensar o sistema educativo, quebrando barreiras (essencialmente a do Digital) e adaptando-o a um mundo em rápida mudança.

Apesar dos currículos escolares continuarem a ser pouco flexíveis, e centrarem-se demasiado no conhecimento e em conceitos pouco conectados entre si, muitas vezes afastados da realidade quotidiana e do mundo real⁵, o aparecimento dos Domínios de Autonomia ao abrigo da flexibilidade curricular, permitiu novas abordagens. Ainda assim, a comunidade educativa apresenta resultados díspares nas competências tecnológicas e digitais e no acesso e valorização da cultura. É, por isso, crucial repensar os seus métodos e objetivos, de forma a integrar a dimensão cultural e digital num sistema em transformação constante, que têm uma oportunidade na transição digital, implicando cada vez mais uma dimensão pessoal que permitirá compreender diferentes identidades e envolver-se de forma mais profunda com o património comum.

É claro o papel fundamental da cultura, e consequentemente do património cultural, no progresso do conhecimento social, na compreensão do outro e na transmissão de valores, como reflexo de cidadania, sobretudo quando articulada com a educação. É aqui que surge como motor da criatividade e sensibilidade, potenciando as relações entre o território e o sistema educativo, e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Exige-se à educação que construa cidadãos responsáveis e contribua para o desenvolvimento de uma sociedade democrática, partilhada e plural, aberta ao outro, na qual se aprende a saber, a fazer, a viver em conjunto e, sobretudo, a ser⁶. As artes e a educação patrimonial devem fundamentalmente ser facilitadores nesse processo, quebrando com a tradicional transmissão vertical de conhecimentos, e contribuindo para uma procura cada vez mais individual, integrando-se de forma sistemática e estrutural nas instituições educativas, incitando a uma maior reflexão na dimensão cultural e patrimonial dos seus objetivos, como forma de melhor se adaptarem a uma sociedade em constante mutação. É o equilíbrio entre arte, ciência e humanidade na educação⁷ que permitirá um pensamento

⁵ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁶ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁷ GESCHÉ-KONING, 2018.

criativo, intimamente ligado com um mundo, que nos leva a questionar, conectar, inovar, resolver problemas, comunicar, colaborar e ter pensamento crítico, indo, no fundo, ao encontro do Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória.

O património influencia a nossa vida quotidiana, encontrando-se nas mais diversas formas e manifestações. Por isso, a importância da dimensão patrimonial na educação é clara, a nível europeu, como demonstram os dados do *Eurobarómetro 466: Especial Património Cultural*, de 2017, levado a cabo de forma a avaliar as atitudes e opiniões dos cidadãos europeus em matéria do património cultural. No referido estudo, 80% dos inquiridos considera o património cultural como uma matéria importante e 88% afirma que este devia ser ensinado nas escolas (9 em cada 10 pessoas), devendo estar integrado no currículo escolar. Contudo, apesar deste assumido interesse e do esforço por parte de alguns professores e dirigentes, escolas e instituições, que veem a cultura e o património cultural como uma importante ferramenta de desenvolvimento, o setor educativo continua a manter-se aprisionado à falta de flexibilidade, financiamento e recursos-humanos adequados⁸, admitindo-se estas matérias a apenas algumas áreas e currículos, o que leva a que a educação patrimonial se foque muitas vezes em eventos e iniciativas únicos, apresentando em escassos exemplos uma perspetiva de longo prazo.

1.1. TRÊS DIMENSÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: 'EM', 'PARA' E 'ATRAVÉS'. O PATRIMÓNIO COMO FERRAMENTA, RESPOSTA E SUPORTE

Gesché-Koning⁹ distingue três distintas formas de educação patrimonial: educação 'em', 'para' e 'através' do património. À primeira cabe a descoberta da riqueza patrimonial em si, à segunda as experiências partilhadas e o olhar de transmissão futura, e, por fim, à terceira cabe-lhe o papel de ferramenta educativa, para descobrir o mundo, a identidade e construir conhecimento, competências e aprendizagens. Com estas três dimensões torna-se evidente a maior eficiência que educar 'para' e 'através' do património assumem na criação de ligações e ancoragem de conhecimento, potenciando a motivação e a qualidade do conhecimento adquirido: «*Not only do the students learn something about heritage, maybe most*

⁸ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁹ GESCHÉ-KONING, 2018.

importantly they are able to do something with is knowledge, eventually going on to develop other abilities»¹⁰.

O património não deve ser assim entendido como o objetivo final, mas como um veículo de aprendizagem e desenvolvimento pessoal, que incentiva ativamente à interpretação das experiências próprias e à procura de um contexto adequado e pertinente, devendo o processo iniciar-se pela aprendizagem ‘através’, seguida de ‘para’, e por fim ‘em’, deixando este último ao interesse e escolha individual de cada um.

O património como ferramenta, resposta e suporte¹¹ - ferramenta de aprendizagem, forma de responder a questões que surgem no processo de aprendizagem, e suporte a essa mesma aprendizagem, seja nas disciplinas mais «clássicas» ou noutras, interligando os valores, a cidadania e a identidade:

«It is a valuable tool for many disciplines and offers unexpectedly rich possibilities for developing further competences among students, for example:

- Linking mathematics and heritage by constructing measuring tools, thus enabling students to compare the height of buildings, calculating surfaces, etc.;*
- Asking oneself questions about the places one passes through every day and wondering how the names of the streets are chosen;*
- Using heritage for language learning; and*
- Using environment of a castle as a film or theatre setting.»¹²*

A educação patrimonial potencia, portanto, competências transversais como o espírito de iniciativa, a capacidade de pesquisa, o trabalho de equipa, promovendo aspetos sociais e construindo a cidadania com um pensamento crítico e de solidariedade. Ajuda a construir cidadãos criativos, autónomos e responsáveis, questionando simultaneamente os futuros sociais e introduzindo literacias múltiplas. Para isso, é fundamental a articulação de políticas públicas transectoriais.

¹⁰ GESCHÉ-KONING, 2018.

¹¹ GESCHÉ-KONING, 2018.

¹² GESCHÉ-KONING, 2018.

1.2. POLÍTICAS EDUCATIVAS E PATRIMONIAIS:

O FUTURO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Conforme afirma Gesché-Koning¹³, as sinergias entre as políticas educativas e patrimoniais existem, mas são, claramente, insuficientes e pouco estruturadas de forma a beneficiar ambos os setores, não existindo uma ligação sistematicamente organizada entre cultura e educação. Isto deve-se muitas vezes ao facto de os diferentes setores serem geridos por organismos distintos, dividindo-se em inúmeros Ministérios, que pouca articulação apresentam entre si. Apontam-se como os principais problemas a esta articulação¹⁴:

- Uma comunicação e sinergias insuficientes (um dos maiores e mais difíceis problemas, atendendo à quantidade de informação que temos ao nosso dispor);
- A falta de tempo estrutural para as matérias do património nos atuais sistemas de ensino;
- O fracasso na disseminação de bons exemplos replicáveis;
- Os raros programas planeados a longo prazo;
- A insuficiente formação na área, feita de forma sistemática; e
- A fraca estruturação do suporte financeiro de forma a assegurar a formação e o desenvolvimento de projetos e iniciativas.

Deve, por isto, primeiro do que tudo rever-se a cultura escolar¹⁵, para posteriormente se pensar em estratégias que promovam potenciais sinergias entre as políticas patrimoniais e educativas, de forma a atingirmos uma educação patrimonial plena, integrada e alinhada com os programas educativos, que vise assegurar o direito à participação na vida cultural e eliminar barreiras estruturais e financeiras no acesso à mesma. Pois, de acordo com Gesché-Koning¹⁶, esta é decisiva em várias questões e setores e no processo de aprendizagem, contribuindo para uma cidadania democrática e responsável e para questões como a proteção ambiental,

¹³ GESCHÉ-KONING, 2018.

¹⁴ GESCHÉ-KONING, 2018.

¹⁵ GESCHÉ-KONING, 2018.

¹⁶ GESCHÉ-KONING, 2018.

o aumento de emprego, a inclusão social, o desenvolvimento sustentável e o bem-estar, sendo o fraco investimento nesta dinâmica entre educação e património uma barreira que explica facilmente o fraco interesse pela cultura na sociedade.

A procura desta articulação deve ter em vista uma base construtiva eficiente e a longo prazo, sustentada na integração estrutural da educação patrimonial nos currículos escolares; na manutenção e desenvolvimento de novas sinergias, com abordagens a longo prazo, integradas e inclusivas; na partilha de informação; na disseminação de boas práticas replicáveis ou adaptáveis; no desenvolvimento sistemático de formação específica; e no asseguramento de recursos financeiros adequados para fazer cumprir estes desígnios.¹⁷

Em Portugal, esta vontade é a assumida pelo Estado na *Lei de bases do património cultural*, que refere, no Artigo 6c, a necessidade de «*coordenação, articulando e compatibilizando o património cultural com as restantes políticas que se dirigem a idênticos ou conexos interesses públicos e privados, em especial as políticas de ordenamento do território, de ambiente, de educação e formação, de apoio à criação cultural e de turismo*»¹⁸. E também por vários organismos públicos como o Conselho Nacional de Educação e o Plano Nacional das Artes, que através da *Declaração: o papel das artes e da cultura no presente ano letivo*¹⁹, manifestam publicamente a intenção e importância das componentes artísticas e culturais, nas quais se insere a educação patrimonial, no desenvolvimento do currículo escolar, como forma de fazer cumprir o artigo 73.º da *Constituição da República Portuguesa* que refere que «*todos têm o direito à educação e à cultura*»²⁰ e atribui ao Estado o papel de promotor da «*democratização da cultura, incentivando e assegurando o acesso de todos os cidadãos à fruição cultural (...)*»²¹, como forma de desenvolvimento. Iguamente surge nos *Decretos-Lei 54/2018 e 55/2018* acerca da educação inclusiva e do currículo que preveem a «*incorporação das artes no projeto educativo de modo a permitir o acesso a múltiplas linguagens*»²².

¹⁷ GESCHÉ-KONING, 2018.

¹⁸ Lei n.º107/2001 de 8 de setembro.

¹⁹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

²⁰ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

²¹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

²² PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

2. A EDUCAÇÃO NA CONVENÇÃO DE FARO

A já referida *Convenção de Faro*²³, sublinha a importância do património cultural enquanto parte integrante dos Direitos do Homem e da democracia, promovendo um entendimento alargado e interdisciplinar deste conceito e da sua relação com a sociedade, por meio do estabelecimento de direitos e responsabilidades para com o mesmo.

Embora tenha bebido do espírito de anteriores Convenções do Conselho da Europa – Granada (1985), La Valletta (1997), Florença (2000) –, a Convenção de Faro marca um ponto de viragem no pensamento patrimonial ao entender o património cultural como uma matéria que é de todos e para todos, que deve ser responsabilidade de todos e onde todos têm o direito a participar, sendo isso inerente ao direito à participação cultural definida na *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, valorizando, assim, o papel individual e coletivo da sociedade no âmbito do património, que sem esta perde o seu verdadeiro sentido.

Aprovada a 18 de julho de 2008, e em vigor desde 2011, a Convenção leva-nos a reconhecer que os bens patrimoniais propriamente ditos assumem a sua verdadeira importância nos significados e usos que cada um de nós, individual ou coletivamente, lhes atribui, e, conseqüentemente, nos valores que estes representam, focando-se sobretudo na promoção da sustentabilidade, do acesso e do uso da tecnologia digital no contexto patrimonial e no papel decisivo do valor acrescentado que as novas gerações e a criação contemporânea somam e integram na realidade cultural atual, enquanto afirmação histórica de uma humanidade em constante evolução e de um fenómeno cultural em permanente mutação.

Define o «Património comum da Europa» como elemento dinamizador de uma cidadania aberta, no qual se cruzam variadas pertenças e se dá o encontro entre herança, memória e criação, prevendo uma cultura de paz e respeito pelas diferenças onde o património cultural desempenha o papel de aglutinador e fator de aproximação, compreensão e diálogo. Para isso, o património deve integrar-se numa educação transversal e interdisciplinar em todos os níveis de ensino como

²³ CONSELHO DA EUROPA, 2005.

meio de acesso a outros domínios e forma de contribuir para uma sociedade estável e pacífica, devendo as tecnologias digitais reforçar o acesso e beneficência do património cultural.

O setor do património cultural encontra-se em constante evolução, sobretudo nas últimas décadas, repensando continuamente os seus objetivos e campos de atuação, e manifestando-se como ponto central em várias declarações e convenções a nível europeu e internacional. Podemos afirmar que a educação patrimonial tem evoluído a par e em diálogo constante com este conceito, com uma definição cada vez mais ampla, refletindo-se isso nas palavras de Gesché-Koning²⁴, que espelham o disposto na Convenção de Faro:

«It enhances participation, engaging not only specialists but also the layman. In developing public-oriented activities, from schools to adult life-long learning, the awareness and need to protect our common heritage as grown, as has the idea of considering it a shared responsibility.»

A Convenção coloca assim ênfase nos valores, crenças, conhecimentos e tradições, em constante evolução, considerados relevantes por uma comunidade ou grupo de referência, que tem direito de beneficiar destes e é responsável pela sua transmissão às gerações futuras, sendo fundamental uma aposta concertada na educação patrimonial já que, de acordo com Gesché-Koning²⁵:

«Building up responsible citizens is nowadays advocated as an essential aim for education, preparing people to become more creative and innovative in a society in search of new values, equality, social inclusion, and justice towards a more sustainable world in which cultural heritage education may play a key role.»

²⁴ GESCHÉ-KONING, 2018.

²⁵ GESCHÉ-KONING, 2018.

Este espírito manifesta-se na *Declaração: o papel das artes e da cultura no presente ano letivo*²⁶ e no *Manifesto «Este é o Dia, Esta é a Hora»*²⁷, que referem que «as artes, a cultura e o património constituem áreas de aprendizagem essenciais para a construção de sentido – através de processos artísticos que envolvem o corpo, as emoções e o pensamento», possibilitando abordagens transdisciplinares que valorizam o «fazer», a criatividade e a empatia, na forma como contribuem para um impacto positivo no desenvolvimento não só académico, como social dos indivíduos.

É com esta definição alargada do conceito de património, o foco nas comunidades patrimoniais e o princípio de uma responsabilidade partilhada, que a *Convenção* busca formas criativas de gestão e desenvolvimento com base no envolvimento ativo da sociedade, nas quais a educação patrimonial é decisiva, aliada a uma correta utilização das tecnologias digitais, para o futuro do setor patrimonial e educativo, corroborando as afirmações anteriormente feitas.

3. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTA DE APROXIMAÇÃO AO PATRIMÓNIO: O MINECRAFT

O novo século trouxe novas necessidades de comunicação e com ele também novas ferramentas para facilitá-la e torná-la mais eficiente, sobretudo com a evolução das tecnologias digitais e os novos canais que esta facilitou, não sendo os setores do património cultural e da educação alheios a esta evolução, sendo este, como referido, um dos pontos centrais da *Convenção de Faro*. Em ambos, a comunicação desempenha um papel importante na promoção de uma melhor participação, inovação e criatividade na aprendizagem, bem como na mitigação da iliteracia, especialmente pelas ferramentas interativas e autónomas como as da web 2.0²⁸.

O património cultural faz parte da nossa vida quotidiana e «*explorar o seu pleno potencial para o ensino e aprendizagem é um trabalho sem fim*»²⁹, sendo

²⁶ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

²⁷ PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

²⁸ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

²⁹ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

que a evolução das Tecnologias Digitais, e a consequente disponibilização online da informação, têm vindo a abrir cada vez mais portas a novas oportunidades de interação e da sua utilização em contexto educativo, encurtando as distâncias (físicas e intelectuais) entre o público e os bens patrimoniais, reduzindo os custos e reconfigurando as formas de transmitir e receber informação, permitindo que professores, educadores e demais profissionais possam trazer dados culturais digitais para dentro das salas de aula, tornando-as mais intuitivas, criativas e dinâmicas.

«*An appropriate adoption of ICT tools and methods in Cultural Heritage Education may have a strong pedagogical impact*»³⁰ e são várias as ferramentas digitais que permitem esta aproximação ao património, como é o caso dos repositórios digitais, que disponibilizam recursos e coleções digitais de várias instituições. Um dos maiores exemplos é a Europeana³¹, a plataforma da Europa para o património digital, que acompanha os professores e educadores na introdução de práticas inovadoras, na conceção de experiências motivadoras de aprendizagem, e no desenvolvimento de competências culturais e digitais, funcionando como uma plataforma de acesso livre que conta com mais de 50 milhões de itens digitalizados, de mais de 3700 museus, arquivos, bibliotecas e galerias de toda a Europa. Dispondo de um património digital composto por mais de 43 países e em 23 idiomas, esta plataforma apresenta património digital sobre os mais diversos temas e nos mais diversos meios, desde peças de arte, a fotografias, desenhos de moda, mapas ou imagens 3D, oferecendo uma infinidade de oportunidades para experienciar o património e potenciar a sua interpretação no ensino.

Com mais de 20 milhões de itens com licença aberta e com a facilidade de pesquisa por filtros, os recursos digitais disponíveis são facilmente integráveis, de forma gratuita, em aplicações, jogos, plataformas ou serviços, podendo e devendo, claro está, utilizar-se em atividades educativas, dentro e fora da sala de aula, independentemente da disciplina ou dos dispositivos utilizados.

A possibilidade de observar com mais detalhe e de ângulos específicos, de observar os contextos, paisagens e reconstruções virtuais, são algumas das metodologias que permitem um estudo, análise, avaliação e valorização cada

³⁰ OTT & POZZI, 2010.

³¹ <https://www.europeana.eu/pt>

vez maior do património cultural, promovendo uma abordagem aos sistemas de aprendizagem cada vez mais personalizada, individual e colaborativa, na qual os videojogos podem desempenhar um ponto chave na perspetiva educativa do património cultural.

3.1. A UTILIZAÇÃO DOS VIDEOJOGOS NA EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO PATRIMONIAL

«Within the field of DH [Digital Heritage] real world-simulation videogames represent a strong opportunity to engage communities with the protection and revalorization of cultural heritage assets»³².

Com esta afirmação, podemos assumir que os videojogos de simulação podem desempenhar um papel fundamental na salvaguarda e valorização dos recursos culturais, embora nem todos tenham a capacidade de transmitir os valores patrimoniais de forma eficiente, de representar o ambiente construído de forma fiel ou de promover a interação e aprendizagem entre o mundo virtual e os jogadores³³ (por não incluírem mecanismos de cooperação entre utilizadores e utilizando os sítios e representações muitas vezes apenas como palco).

O uso e aceitação dos videojogos tem sido estudado por vários académicos e os resultados confirmam que muitos educadores e profissionais na área do património cultural têm a ambição de integrar os princípios do *gamming* nos seus produtos, melhorando a experiência nos cenários de aprendizagem através dos jogos de educação-entretenimento. Pese embora, muitas vezes os videojogos desenhados para ensinar ou completar processos de aprendizagem, com objetivos bem delineados, os designados *serious-games*³⁴ (desenvolvidos maioritariamente por e para instituições culturais e educativas, e por isso não acessíveis a um público alargado), apresentem falhas consideráveis nos mecanismos de envolvimento em larga escala e na promoção dos utilizadores como «criadores de conhecimento»,

³² GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

³³ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

³⁴ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

resultando muitas vezes em meros recetores passivos de informação. Comparados aos videogames comerciais, apresentam orçamentos mais baixos em termos de produção e desenvolvimento, o que tem impacto direto não apenas na qualidade dos gráficos, mas também na flexibilidade da narrativa e na aprendizagem.

Contudo, não são estes os únicos videogames capazes de atingir objetivos culturais e educativos, sendo possível integrar alguns dos valores indicados em jogos onde o entretenimento é a maior das motivações, tendo sido, nos últimos anos, vários os jogos comerciais alvo de interesse pelos institutos culturais e educativos, que os ligam a projetos que vão além do entretenimento, ainda que a diferentes níveis.

Atendendo às entradas na base de dados SCOPUS, Garcia-Fernandez e Medeiros³⁵ constataam que o *Minecraft* surge como um dos jogos mais abordados, a nível académico, nos últimos anos (com 118 entradas), seguido pelo *Assassin's Creed* e o *Second Life*, entre outros. Este facto atesta a sua utilização alargada como veículo de comunicação, investigação e aprendizagem em projetos culturais de natureza diversa, tornando-se a oportunidade de aplicar estes videogames ao património cultural uma possibilidade quando estes têm a capacidade de:

- Proporcionar uma experiência imersiva – dando aos utilizadores um forte sentimento de presença, através de uma «ilusão de não mediação», que é colocada em causa pela qualidade da representação gráfica e pela flexibilidade da narrativa;
- Satisfazer as necessidades psicológicas básicas através da motivação intrínseca – que leva os utilizadores a jogarem porque querem, ao invés de porque devem (motivação extrínseca), com base nas necessidades humanas de satisfação (competência, autonomia e afinidade/ligação);
- Representar de forma fiel o ambiente construído e as suas interações – comparativamente ao mundo real, tendo em conta não só a dimensão gráfica, mas outros dados interativos e multidimensionais.

³⁵ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

«In many ways, the built heritage and the architecture, as a place created for life to unfold, can be a powerful anchor to connect other dimensions of heritage, as, as platforms like Minecraft show, the creation of a place is a first step for a story (or history) to unfold virtually»³⁶, permitindo ainda que viajemos no tempo e para sítios remotos, em geografias por vezes inacessíveis, ao mesmo tempo que contribuímos para o nosso bem-estar e desenvolvimento cognitivo, através daquilo que podemos considerar como entretenimento.

3.1.1. O MINECRAFT NA EXPLORAÇÃO DO PATRIMÓNIO CONSTRUÍDO

De acordo com Garcia-Fernandez e Medeiros³⁷: *«to efficiently communicate our built heritage through videogames, we need to find platforms that not only allow the representation of the built environment in an engaging way but also take into account the functional properties of the represented elements and allow direct input from players».*

Tendo esta afirmação em mente, e sendo este facto corroborado pela comunidade científica, atendendo ao número de estudos que lhe é dedicado, o *Minecraft* apresenta-se como um dos exemplos primordiais de utilização de videogames aplicados ao património cultural, entre várias razões, pelas suas capacidades com o modo multijogador, a possibilidade de cocriação de mundos pelos utilizadores e a operabilidade tanto em dispositivos móveis como fixos³⁸. Com mais de 176 milhões de cópias e 91 milhões de jogadores, é o videogame mais vendido de todos os tempos, com a capacidade de representar fisicamente o ambiente construído e natural em 3D e *design* baseado em arquitetura *peer-to-peer*, que permite o armazenamento e partilha dos próprios desenvolvimentos.

O seu sucesso deve-se também, sobretudo, ao facto de não serem necessárias competências de jogo para a criação de conteúdos, o que se torna especialmente relevante em contexto educativo e quando queremos a representação de ambientes construídos tridimensionais complexos, em que a tarefa de modelar é geralmente reconhecida como especializada e morosa, sendo por isso mais

³⁶ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

³⁷ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

³⁸ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

facilmente manuseado por educadores, artistas e outros agentes. São várias as publicações relevantes que mostram o seu potencial como ferramenta de ensino de várias matérias, bem como a capacidade de incorporar competências de literacia da informação, em ambientes formais e não-formais, sendo igualmente de referir, o suporte que dá às novas comunidades digitais e ao envolvimento de um público alargado³⁹.

De acordo com os autores, e atendendo aos critérios anteriormente identificados, podemos afirmar que no que respeita à imersividade o *Minecraft* atinge-la primeiramente pela relação equilibrada na liberdade de tomada de decisão, pela abertura na descoberta de caminhos e pela autonomia no controlo de movimentos, fatores aos quais se juntam o facto de o videojogo não ter limites físicos, nem constrangimentos aos vários níveis, oferecendo possibilidades infinitas, que permitem experienciar a liberdade em busca da imersão e da criatividade. No que diz respeito à motivação intrínseca, as três necessidades humanas identificadas são atingidas, com a relação entre as atividades, as ações e os resultados das mesmas; com tempo e espaço ilimitados que permitem total liberdade de escolha e controlo; e com a possibilidade de interagir socialmente através da cooperação e da partilha com comunidades virtuais. Por fim, a fidelidade da representação é alcançada no equilíbrio entre a capacidade de representação da complexidade do mundo real e a redução da complexidade geométrica do mesmo, definido por um certo nível de abstração (em volumes/*voxel*), com uma enorme variedade de materiais disponíveis e a lógica complexa do mundo real presente nas leis da natureza.

Garcia-Fernandez e Medeiros⁴⁰ afirmam ainda que:

«Minecraft has implemented the possibility of modifying the game script according to the player's decisions and to do it collaboratively. This empowers the public with a leading role (as storytellers), while allowing a stronger connection between game narratives and personal and cultural values.»

³⁹ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

⁴⁰ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.



FIGURA 1 Desenvolvimento do MI.MOMO.FARO em contexto de sala de aula [Faro2027].

A referência a este videojogo como ferramenta educativa ultrapassa a mera referência académica e assume uma dimensão prática, aplicável, sendo apontado pelo *eTwinning*, no seu *e-book Aprender com o passado, construir o futuro: o património cultural da Europa no eTwinning*⁴¹, como uma ferramenta exemplar na faixa etária dos 12-18 anos, ao permitir a recriação de património construído ou a criação de novas dimensões, e implicando, conseqüentemente, a planificação, escolha do material e medidas, entre outros aspetos, potenciando o trabalho colaborativo em equipa, que tem a possibilidade de extrapolar as barreiras locais.

4. ESTUDO DE CASO: MI.MOMO.FARO – MINECRAFT E A ARQUITETURA MODERNISTA EM FARO

O projeto MI.MOMO.FARO – Minecraft e a Arquitetura Modernista em Faro assume-se como um projeto-piloto de educação patrimonial, de caráter não formal, que surgiu por iniciativa da Câmara Municipal de Faro, no âmbito da Candidatura de Faro a Capital Europeia da Cultura 2027.

Enquadrado no âmbito do património cultural, na sua componente digital, associado à vertente educacional e com base de suporte tecnológico na ferramenta *Minecraft: Education Edition*, este projeto teve em vista alinhar-se com o

⁴¹ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

disposto ao longo deste ensaio, respondendo sobretudo aos desígnios e espírito da *Convenção de Faro* e promovendo a recente classificação do conjunto urbano entre o Mercado Municipal e a Escola Secundária João de Deus⁴², como conjunto de interesse municipal. Tendo por base uma visão abrangente no que respeita à interdisciplinaridade, pretendeu-se que este projeto não se centrasse somente nas disciplinas formalmente associadas à temática do património, mas, pelo contrário, que incluísse temáticas e conteúdos de áreas distintas, que se cruzam, interligam e contribuem aqui para o entendimento do património cultural como possível base de uma educação transversal.

Sabemos, hoje, a extrema importância desta temática na educação dos jovens, na perceção e entendimento do passado como base sólida e indispensável na construção de um futuro promissor para todos. Por outro lado, como referido anteriormente, vivemos tempos e momentos de fortes impactos provocados pela transformação digital, e a educação tem a obrigação de se adaptar e responder a esses desafios.

Considerando os jovens de hoje em dia como «nativos digitais» [o que não implica que dominem de forma correta a utilização da tecnologia], envolvidos e rodeados por esta, estes têm a necessidade de desenvolver competências que lhes permitam navegar num mundo cada vez mais digital, sendo por isso crucial e fundamental que as abordagens pedagógicas integrem o potencial das tecnologias que reconhecidamente acrescem valor pedagógico ao processo ensino-aprendizagem, e ao qual a educação patrimonial não é alheia.

Nesse sentido, e numa perspetiva inovadora e motivadora para jovens e professores, a abordagem primordial de interação do MI.MOMO.FARO centrou-se na exploração da temática da Arquitetura Modernista de Faro e no estudo, produção, manipulação, e partilha dos artefactos criados, e integrados no património construído de Faro, que foram desenvolvidos com recurso à plataforma *Minecraft: Education Edition*, que, como referimos acima, tem vindo a assumir um papel de destaque em contextos educativos e patrimoniais. Com o apoio do Plano Nacional das Artes, da Microsoft Educação, da Europeana Education, da Direção Regional de

⁴² Edital n.º 865/2020 de 6 de agosto de 2020.

Cultura do Algarve e do Centro de Formação Ria Formosa, o projeto desenvolveu-se com base em três áreas chave: Património Construído, Tecnologias Digitais Educativas e Comunidades de Aprendizagem, procurando integrar cada vez mais a temática do património cultural no currículo e no dia-a-dia das escolas.

4.1. A ARQUITETURA MODERNISTA DE FARO – O CONJUNTO URBANO CLASSIFICADO ENTRE O MERCADO MUNICIPAL E A ESCOLA SECUNDÁRIA JOÃO DE DEUS

É no pós-guerra, como refere Agarez em *Algarve Building: Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal 1925-1965*⁴³, que se dá o renascimento modernista de uma cidade como Faro, resultando num tecido edificado que se pode considerar hoje um exemplo admirável de modernismo regional, tendo isso sido possível graças a uma conjugação particular de circunstâncias políticas, económicas e sociais, ainda que quem tenha desenhado a face deste renascimento tenha sido, em muito significativa medida, o arquiteto Manuel Gomes da Costa.

Faro destaca-se assim como cidade modernista no Sul da Europa, contando com cerca de 500 edifícios, num modernismo algo singular por ser fortemente adaptado ao clima do Algarve⁴⁴: cobertura plana devido à chuva fraca, blocos/grelhagens cerâmicas ou de cimento para proteger do sol e da luz, azulejos coloridos e influência da arquitetura modernista latino-americana. E o sucesso deste movimento na cidade deve-se, entre outros, ao posicionamento das autoridades locais que de forma pontual não se opuseram ao modernismo, como defende Agarez⁴⁵, querendo-o sóbrio, simples e funcional, através de variadas encomendas, a par do papel importantíssimo dos emigrantes, que partiram para a América Latina e regressaram a Faro com o desejo de expressar o seu sucesso através do modernismo *avant-garde*.

Classificado como Conjunto de Interesse Municipal desde agosto de 2020⁴⁶, o conjunto urbano entre o Mercado Municipal e a Escola Secundária João de Deus,

⁴³ AGAREZ, 2016.

⁴⁴ AGAREZ, 2016.

⁴⁵ AGAREZ, 2016.

⁴⁶ Edital n.º 865/2020 de 6 de agosto de 2020.



FIGURA 2 Exemplos da Arquitetura do Movimento Moderno em Faro (Faro2027).

constituído pelas Ruas General Humberto Delgado e Engenheiro Duarte Pacheco e pela Praceta Coronel Pires Viegas, tem uma implantação central na cidade, com edifícios e eixos viários que, na sua maioria, correspondem a projetos desenvolvidos nas décadas de 40 e 50 do século XX, e decorrentes das orientações ou articulados com o Ante Plano de Urbanização de Faro do arquiteto João Aguiar – de 1945 (com alterações em 1947 e revisão em 1963). É maioritariamente composto por lotes para edificação de carácter privado destinados, em grande parte, a uma classe média-alta que crescia amplamente na cidade e pretendia ocupá-los com moradias unifamiliares e plurifamiliares, expressivas de várias correntes arquitetónicas, nas quais se destaca o Movimento Moderno, patente em obras dos arquitetos Jorge Ribeiro de Oliveira e Manuel Gomes da Costa.

Embora hoje se trate de uma zona descaracterizada na sua envolvente, pela construção posterior de prédios em altura, conserva ainda uma homogeneidade formal relevante, com bons exemplos de arquitetura do modernismo experimental e da arquitetura tradicionalista do Estado Novo, convivendo neste espaço edifícios com elementos estruturais, materiais e pormenores tradicionalistas e outros de fachadas modernas, varandas de caixa, linhas retas e palas de betão armado. E foi no seguimento do seu processo de classificação, em 2020, fundamentado no valor estético, técnico e material intrínseco, na conceção arquitetónica, urbanística e paisagística, e na memória coletiva que representa, que se elegeu esta parte da cidade como matéria de estudo neste projeto.

4.2. O PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

Alinhado com as *Competências para o Século XXI*⁴⁷ e através das abordagens das aprendizagens baseada em jogos e em projeto, o MI.MOMO.FARO desenvolveu-se em várias etapas, num processo relativamente simples, que teve em vista envolver os jovens com o património da sua própria cidade, trazer a temática do património cultural para os currículos escolares e potenciar a educação patrimonial através das competências digitais, enquanto se promovia o entendimento da Arquitetura do Século XX como património igualmente válido.

Com o desafio de estruturar um projeto interdisciplinar inovador, criativo e lúdico, que desse resposta às várias questões apontadas e promovesse a valorização crescente da área classificada referida, surgiu a intenção de aliar o património ao *Minecraft: Education Edition*. Na escolha pela utilização desta ferramenta foi fundamental e decisiva a identificação do público-alvo deste projeto-piloto, que incidiu sobre os alunos de 3.º ciclo das seis escolas básicas do concelho de Faro, com idades compreendidas entre os 12-18 anos, quer inseridos no ensino básico regular, quer em cursos CEF equivalentes.

Envolvendo cerca de 16 professores de aproximadamente 13 disciplinas distintas, de áreas como as Línguas, as Ciências, as Humanidades e, claro está, as TIC, este projeto desenvolveu-se com base nas seguintes etapas:

1. Formação específica creditada de professores no uso do Minecraft: Education Edition enquanto ferramenta educativa e especificamente aplicada ao património construído, ministrada por formadores especialistas, em articulação com o Centro de Formação Ria Formosa;
2. Seleção dos edifícios com base no seu valor patrimonial (atendendo aos critérios definidos no processo de classificação) e nos projetos originais disponíveis no Arquivo Municipal de Obras, devidamente digitalizados, tendo sido atribuído um edifício/projeto a cada uma das turmas;
3. Aulas temáticas com profissionais do setor e arquitetos especialistas, responsáveis pelo processo de classificação do conjunto, de forma a

⁴⁷ https://www.cnedu.pt/content/edicoes/estudos_e_relatorios/relatorio_PerfilAluno_1.pdf

- enquadrar a temática da Arquitetura Modernista e destacar o importante papel da criatividade nas escolas, bem como a importância de ver e não apenas de olhar para a cidade e para o património;
4. Exploração dos diferentes currículos das disciplinas através do desenvolvimento dos edifícios selecionados, com recurso aos projetos originais e à plataforma *Minecraft: Education Edition*, em ambiente de sala de aula, com o apoio dos professores;
 5. Visitas guiadas ao conjunto urbano, com os referidos arquitetos especialistas, com o objetivo de permitir o envolvimento com a cidade em si, abrir novas perspetivas, e dar a oportunidade de contactar com os edifícios e esclarecer dúvidas *in loco*;
 6. Apresentação pública dos produtos digitais finais e a partilha de experiências com os parceiros e restantes participantes numa sessão de encerramento;
 7. Avaliação através da aplicação de questionários de avaliação a alunos, docentes e parceiros.

Em paralelo a este processo, foram ainda desenvolvidas no âmbito do projeto um conjunto de três mesas redondas, que através de uma conversa informal, abordaram temas como o papel de Faro na arquitetura modernista da região, a vivência nestes edifícios e a importância destas novas abordagens educativas no contexto de transição digital nas escolas.

4.3. OS PRODUTOS FINAIS E A AVALIAÇÃO

Como produtos finais resultaram vários mundos Minecraft com reproduções dos edifícios selecionados, que seguiram os projetos originais e tentaram manter-se o mais fiéis possíveis aos edifícios construídos, atendendo a uma escolha criteriosa dos materiais. Estes mundos foram completados, na sua generalidade, com um trabalho de pesquisa sobre a temática do Movimento Modernista na arquitetura, inserindo-se a informação através de vários formatos como os NPC's (*non-player character*), que conferiram uma dimensão narrativa às construções.

Tendo como ponto de partida não apenas os produtos finais, mas todo o processo, foram aplicados questionários de avaliação, tanto a alunos como a

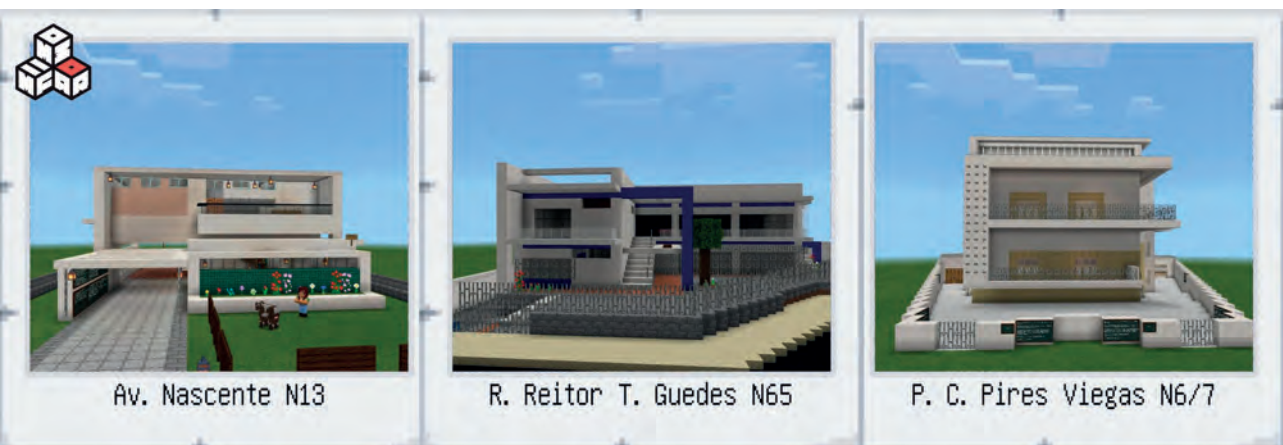


FIGURA 3 Artefactos finais em Minecraft (Far2027).

professores, como veículo para uma análise mais rigorosa dos resultados do projeto, apresentando, até à data⁴⁸, uma taxa de resposta de 87,5%, de um total de 16 professores, e de cerca de 55%, de um total de 121 alunos envolvidos no projeto.

Num olhar geral sobre o conjunto de respostas dos docentes inquiridos, podemos destacar que consideraram o projeto bastante interessante, dinâmico, inovador, motivador, criativo, desafiante, uma forma diferente de passar conhecimentos, explorar diversos conteúdos, e se envolverem com a cidade e com o património, sobretudo o modernista, destacando ainda a partilha com elementos da comunidade escolar e o potencial da aprendizagem baseada em jogos, classificando 74,1% dos inquiridos esta abordagem como muito interessante. Não há dúvidas quanto ao Minecraft: Education Edition como ferramenta facilitadora da aprendizagem, afirmando todos essa facilitação e o contributo para a motivação na aprendizagem de conteúdos, desenvolvendo várias competências e tornando o ambiente da sala de aula mais dinâmico e interativo, o que levou a que todos assumissem o desejo de integrar mais vezes esta ferramenta no processo de ensino-aprendizagem. Reconhecem o seu potencial na exploração do património cultural e denotam um maior conhecimento sobre a Arquitetura Modernista

⁴⁸ 15 de julho de 2021.

da cidade, sendo que 64,3% nunca tinha ouvido falar no tema até participar no projeto. Destaca-se uma valorização crescente desta arquitetura e da profissão do arquiteto, com um olhar mais atento e cuidado, afirmando a maioria que o seu conhecimento sobre a matéria aumentou durante o processo, o que é também indicado no desejo de recuperar/renovar (85,7%) ou de manter tal como estão (14,3%) as casas em questão, não pretendendo nenhum dos inquiridos substituí-las por outras. Todos reconhecem valor de património a este conjunto e consideram importante manter e preservar, afirmando que a sua perceção sobre o tema mudou. De igual forma, todos reconhecem o potencial do património como base de educação transversal e manifestam o desígnio de vê-lo abordado mais vezes nos currículos. Há uma sensação de satisfação e felicidade notáveis, traduzida na intenção e desejo de poder voltar a participar numa 2.^a edição do projeto.

No que respeita às respostas por parte dos alunos inquiridos, a matriz é semelhante, considerando o projeto como muito interessante, divertido, inovador, facilitador da aprendizagem, criativo, interdisciplinar, cativante, motivador, e importante no conhecimento da cidade e da sua arquitetura. A grande maioria afirma que o Minecraft facilitou a aprendizagem e a motivação, sendo que a etapa que mais gostaram foi a construção nessa plataforma digital (84,8%), seguida das aulas temáticas e da visita guiada (18,2%). No geral, reconhecem as várias competências-chave adquiridas e o trabalho em equipa, afirmando 98,5% que foi mais fácil aprender através deste método e manifestando 92,4% o desejo de poder utilizar esta ferramenta em todas as disciplinas. Reconhecem o seu potencial na exploração do património cultural e denotam um maior conhecimento sobre a Arquitetura Modernista da cidade e sobre as suas características, sendo que 53% nunca tinha ouvido falar no tema até participar no projeto. Destaca-se, tal como nos docentes, uma valorização crescente desta arquitetura e da profissão do arquiteto, com um olhar mais atento e cuidado às suas características, afirmando a maioria que o seu conhecimento sobre a matéria aumentou durante o processo, o que é também indicado no desejo de recuperar/renovar (62,1%) ou de manter tal como estão (33,3%) as casas em questão, pretendendo apenas 4,5% substituí-las por outras. Quase todos (97%) reconhecem valor de património a este conjunto e consideram importante manter e preservar, afirmando que a sua perceção mudou não apenas sobre a arquitetura, mas também sobre o urbanismo. Há uma

sensação de satisfação e felicidade notáveis, traduzida na intenção e desejo de poder voltar a participar numa 2.^a edição do projeto.

Em suma, podemos fazer uma avaliação positiva do projeto, que atingiu grande parte dos seus objetivos e deu resposta aos vários desígnios acima descritos, no que respeita, entre outros fatores, à:

- Recomendação de integrar património nas políticas locais, regionais e nacionais, tendo o projeto partido da iniciativa da autarquia local⁴⁹;
- Recomendação da realização de inquéritos sobre o valor da educação patrimonial e uso de boas práticas como base de investigação e de como criar sinergias e transferir exemplos para ambos os setores, através da aplicação de questionários e posteriores relatórios de avaliação que contribuirão para a eventual transferibilidade e adaptabilidade do projeto a outras realidades e geografias⁵⁰;
- Importância, neste ano letivo 2020/21 marcado pela pandemia, da promoção do acesso às artes, cultura e património, com uma planificação adequada que contribuiu para a missão da escola, pois apenas um modelo de trabalho colaborativo e uma planificação adequada permitem uma correta definição que possibilite a fruição da cultura e contribua para o desenvolvimento integral de cada um dos alunos⁵¹.

O Manifesto: «Este é o Dia, Esta é a Hora»⁵², do Plano Nacional das Artes, para a não suspensão da cultura no presente ano letivo, refere que a «[...] a educação não será completa e não pode existir sem o acesso continuado ao património, às artes e à cultura.», e será esse o mote [e o desejo] para a continuidade do MI.MOMO.FARO, com uma 2.^a edição já no próximo ano letivo, numa perspetiva de desenvolvimento a longo prazo.

⁴⁹ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁵⁰ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁵¹ CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO & PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

⁵² PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.



FIGURA 4 Apresentação dos resultados finais na sessão de encerramento do MI.MOMO.FARO [Faro2027].

CONSIDERAÇÕES FINAIS

«O património cultural define quem somos (...)»⁵³ e «pode oferecer várias oportunidades educacionais às crianças e aos jovens»⁵⁴, promovendo o diálogo entre diferentes culturas e gerações, um sentido de compreensão mútua e o desafio de apreciar a diversidade cultural. Devemos entendê-lo, e à educação, não apenas como participar na vida dos espaços, mas sim participar na vida das pessoas, de forma a construirmos relações sólidas e a pensarmos e interpretarmos a realidade, já que «a única forma de conhecermos quem realmente somos e onde queremos chegar é sabendo de onde viemos»⁵⁵. Pois, não podemos esquecer que «both education and heritage is about human beings. As such we are a mixture of emotion and reason. The role of heritage and education is to discover how to meet both»⁵⁶.

«Uma identidade viva tem de ser disponível, aberta, rigorosa e apta a dar e receber»⁵⁷ que de acordo com o *European Reference Framework*⁵⁸, nos faz afirmar

⁵³ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

⁵⁴ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

⁵⁵ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

⁵⁶ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁵⁷ MARTINS, 2020.

⁵⁸ VAN LAKERVELD & GUSSEN, 2011.

que a educação patrimonial tem um grande potencial dado que aumenta e mantém a motivação, permite abordagens inovadoras transdisciplinares, fortalece as ligações entre a comunidade escolar, e potencia o adquirir de competências-chave transversais na aprendizagem ao longo da vida.

Para isso, deve assegurar-se uma educação, políticas culturais e condições de trabalho adequadas; formação apropriada e reconhecimento dos profissionais do setor do património cultural nos programas educativos; o envolvimento de toda a escola e sistema educativo, não deixando apenas nas mãos da motivação e convicção dos professores e educadores; e tempo estrutural, sendo que tudo isto implica uma ação concertada por parte do poder político, tal como afirma Gesché-Koning⁵⁹: «*having politicians at all levels integrating heritage education on all fields as commitment, duty engagement, obligation, responsibility towards life-long learning, social inclusion and territorial and economic development*».

Podemos assumir que, de facto, as sinergias entre políticas públicas são a melhor forma de atingir uma educação de base patrimonial, integrada e inclusiva que contribua para o desenvolvimento sustentável, que deve ter como ponto de partida a educação e o envolvimento das comunidades locais. E, para isso, temos de realçar as recomendações fundamentais da *Strategy 21*⁶⁰, que sintetizam de forma prática o caminho para atingirmos essa articulação:

- Incorporar estruturalmente a educação patrimonial nos currículos escolares, seja por si próprio ou como fonte para outras disciplinas (requer formação, tempo, informação consertada, e dinâmica entre agentes);
- Disseminar boas práticas transferíveis, através do fornecimento de documentos e manuais importantes na área, que devem ser traduzidos para as várias línguas para termos projetos com qualidade, da divulgação de concursos e projetos, e da articulação com agentes culturais;
- Partilhar informação articulada entre os diferentes setores, com uma comunicação eficiente, através de uma abordagem de política integrada;

⁵⁹ GESCHÉ-KONING, 2018.

⁶⁰ CONSELHO DA EUROPA, 2018.

- Encorajar a formação específica em educação patrimonial, abrindo-se mais oportunidades e potenciando-se o acesso e o desenvolvimento de redes de partilha, investigação e estudo;
- Assegurar recursos financeiros adequados, pois todas estas recomendações dependem da dotação orçamental para as executar e de um pensamento estruturado de como colocá-la em prática.

São vários os manuais e documentos que, se disponibilizados ao acesso de todos, poderão contribuir para atingir estas metas como é o caso do *Best Practice Tool*⁶¹ ou do *eTwinning book*, que atribui às escolas o dever de «ensinar, valorizar e preservar o património natural e cultural único através das várias áreas do ensino»⁶².

Podemos, de igual forma, afirmar que a utilização das TIC é um importante contributo para a educação patrimonial, e conseqüentemente para a definição de um património comum e para o reconhecimento do direito de todos terem as mesmas oportunidades educativas. Pese embora por si só estas não façam a diferença e precisem de ser planeadas por agentes dispostos e abertos à sua utilização, as TIC acrescentam valor ao processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo-a com métodos pedagógicos inovadores, dos quais se destaca a exploração de videojogos de simulação, com especial foco no *Minecraft*. Este revela-se relevante no contexto patrimonial, por satisfazer necessidades psicológicas básicas através de processos imersivo-motivacionais, com base na interatividade entre espaço-utilizador, que «prendem» o utilizador e facilitam a apreensão de conhecimentos e competências de forma inovadora e lúdica.

No que requer ao caso de estudo analisado, pode afirmar-se que o MI.MOMO.FARO contribui, enquanto boa prática, para o cumprimento do disposto no Artigo 13e, da *Lei n.º 107/2001*, que refere o dever de definição de «modelos de aproveitamento das tecnologias da informação e da comunicação»⁶³ estando a utilização dos videojogos implícita nesta questão e sendo «os programas de apoio à ação

⁶¹ <http://ceca.mini.icom.museum/best-practice/users-guide/>

⁶² PATERAKI & SCIMECA, 2018.

⁶³ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

educativa»⁶⁴ um dos instrumentos previstos no regime geral de valorização dos bens culturais.

*«Simulation videogames are today an essential tool to communicate CH [Cultural Heritage] values, providing platforms that promote edutainment in a society that is increasingly digital»*⁶⁵, e os resultados da aplicação do Minecraft num contexto de educação patrimonial como o projeto MI.MOMO.FARO são visíveis, como fator de disseminação, valorização e aproximação do património não apenas aos jovens, enquanto fonte de uma educação transversal e interdisciplinar, comprovando ser *«uma forma criativa de utilizar o passado, ambicionando alterar o futuro»*⁶⁶, já que o *«Minecraft promotes itself as a game to 'position blocks and go on adventures', and the discovery of our cultural heritage may be one of the greatest adventures we have within our reach»*⁶⁷.

Embora a cidade de Faro não faça parte da Associação Internacional de Cidades Educadoras, o papel que tem vindo a desempenhar, e sobretudo o desenho de um projeto como o MI.MOMO.FARO, enquadra-se e faria cumprir perfeitamente nas recomendações feita pela *Carta das Cidades Educadoras*⁶⁸ que, como o nome indica, destaca o papel educador das cidades, nas quais *«a educação transcende as paredes da escola para impregnar toda a cidade»*, em ligação com o meio envolvente, com o território e com os meios rurais. Esta define uma série de obrigações fundamentais como acesso à cultura, à informação, o acompanhamento e melhoria contínua, a promoção da identidade da cidade (através do *«saber encontrar, preservar e apresentar a sua identidade própria, complexa e mutável, bem como valorizar o património material e imaterial e a memória histórica»*⁶⁹), e a garantia do espaço público habitável (que deve ter em atenção a *«perpetuação de edifícios e símbolos alusivos ao seu passado e existência»*⁷⁰).

«A nossa história e património cultural não deverão ser encarados como um fardo que temos de carregar, mas antes como uma resposta às nossas

⁶⁴ Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro.

⁶⁵ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

⁶⁶ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

⁶⁷ GARCIA-FERNANDEZ & MEDEIROS, 2019.

⁶⁸ ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2020.

⁶⁹ ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2020.

⁷⁰ ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS, 2020.

inquietações: uma bússola de confiança nestes tempos, que por vezes, é incompreensível e confusa»⁷¹ e, num tempo tão estranho como aquele que atravessamos e em que o sistema educativo sofreu diferentes adaptações, constantes, a uma realidade em permanente mutação, queremos acreditar que o projeto MI.MOMO.FARO poderá ter desempenhado esse papel de bússola, levando não só os jovens, como os docentes e demais envolvidos no processo a encontrar o seu caminho.

Com o desejo de continuidade e potencial crescimento do MI.MOMO.FARO, disseminando-se como modelo pedagógico-cultural transferível e adaptável a diferentes realidades, baseado num acompanhamento e avaliação precisas, assumimos que, citando o Plano Nacional das Artes: «*Esta é a hora de provar que a cultura, as artes e o património não são um luxo extracurricular, mas uma necessidade vital para a concretização da missão da escola*»⁷².

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAREZ, R. – *Algarve Building – Modernism, Regionalism and Architecture in the South of Portugal, 1925 – 1965*, Routledge, 2016
- ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA – *Lei n.º 107/2001 de 8 de setembro* [em linha]. Lisboa: D. R. n.º 209/2001, Série I-A de 2001-09-08, 2001. [14 jul. 2021] Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/629790>.
- ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE CIDADES EDUCADORAS – *Carta das Cidades Educadoras* [em linha]. Barcelona: 2020. [12 jul. 2021] Disponível em <https://drive.google.com/file/d/1htJCOGkVAToxkwx-oYioKUKOoHMvisNu/view>
- COMISSÃO EUROPEIA – *Relatório Eurobarómetro Especial 466, Património Cultural* [Em linha]. Bruxelas: Direção-Geral de Comunicação, 2017. [13 jul. 2021] Disponível em https://data.europa.eu/data/datasets/s2150_88_1_466_eng?locale=en.
- CONSELHO DA EUROPA – *Convenção Quadro do Conselho da Europa Relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade* [em linha]. Faro: 2005. [12 jul. 2021] Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaoDeFaro.pdf>.
- CONSELHO DA EUROPA – *European Cultural Heritage Strategy for the 21st Century. Facing challenges by following recommendations* [em linha]. Estrasburgo: 2018. [13 de jul. 2021] Disponível em <https://rm.coe.int/european-heritage-strategy-for-the-21st-century-strategy-21-full-text/16808ae270>.

⁷¹ PATERAKI & SCIMECA, 2018.

⁷² PLANO NACIONAL DAS ARTES, 2020.

- CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO; PLANO NACIONAL DAS ARTES – *Declaração: O papel das artes e da cultura no presente ano letivo* [em linha]. Lisboa: 2020. [12 jul. 2021] Disponível em https://www.cnedu.pt/content/noticias/nacional/Artes_declaracao.pdf.
- GARCIA-FERNANDEZ, J.; MEDEIROS, L. – Cultural Heritage and Communication through Simulation Videogames – A Validation of Minecraft. *Heritage*. ISSN 2571-9408. Vol. 2, n.º 3 (2019) 2262-2274. doi: 10.3390/heritage2030138.
- GESCHÉ-KONING, N. – *Research for CULT Committee – Education in Cultural Heritage* [em linha]. Bruxelas: Policy Department for Structural and Cohesion Policies, European Parliament, 2018. [13 jul. 2021] Disponível em [https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/617486/IPOL_STU\(2018\)617486_EN.pdf](https://www.europarl.europa.eu/RegData/etudes/STUD/2018/617486/IPOL_STU(2018)617486_EN.pdf). ISBN 9789284633906.
- IBÁÑEZ ETXEBERRIA, A. – Las TIC como aliadas. Competencia digital y últimas tendencias em el uso educativo de apps patrimoniales em España. In FONTAL MERILLAS, O. (coord.) – *Cómo Educar em el Patrimonio. Guía práctica para el desarrollo de actividades de educación patrimonial* [em linha]. Madrid: Consejería de Cultura y Turismo de la Comunidad de Madrid; Dirección General de Patrimonio Cultural, 2020. [13 jul. 2021] Disponível em https://www.comunidad.madrid/sites/default/files/version_web_como_educar_en_el_patrimonio.pdf. ISBN 9788445138717.
- MARTINS, G. de O. – *Património Cultural – Realidade Viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2020. ISBN 978989900419.
- MUNICÍPIO DE FARO – *Edital n.º 865/2020* [em linha]. Lisboa: D. R. n.º 152/2020 Série II-H de 2020-08-06, 2020. 230-235. [12 jul. 2021] Disponível em <https://dre.pt/application/conteudo/139679501>.
- OTT, M.; POZZI, F. – Towards a new era for Cultural Heritage Education: Discussing the role of ICT. *Computers in Human Behavior*. ISSN 0747-5632. Vol. 27, n.º 4 (2010) 1365-1371. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2010.07.031>.
- PATERAKI, I.; SCIMECA, S. (eds.) – *Aprender com o passado, construir o futuro: o património cultural da Europa no eTwinning* [em linha]. Bruxelas: Serviço Central de Apoio eTwinning; European Schoolnet, 2018. [10 jul. 2021] Disponível em https://www.etwinning.net/downloads/eTwinning%20book_PT.pdf. ISBN 9789492913708.
- PLANO NACIONAL DAS ARTES – *Manifesto «Este é o Dia, Esta é a Hora»* [em linha]. 2020. [11 jul. 2021] Disponível em <https://www.pna.gov.pt/noticias-pna/?fbclid=IwAR3JVJZkqblVNpIIWlqz-9MqCA6wwYu3o7wjZSQ54QoSqvTkyhNB64xyUew>.
- VAN LAKERVELD, J.; GUSSEN, I. (eds.) – *Aqueduct. Acquiring Key Competences through Heritage Education* [em linha]. Bilzen: 2011. [15 jul. 2021] Disponível em <https://www.yumpu.com/en/document/read/29182671/acquiring-key-competences-through-heritage-education-aqueduct>. ISBN 9789081794107.

